UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

MARCO JOSÉ DOMENICI MAIDA

**Origens do Estatuto da Criança e do Adolescente:
a influência de comunidades epistêmicas na formulação da Lei n.º 8.069/90**

São Paulo

2018

MARCO JOSÉ DOMENICI MAIDA

**Origens do Estatuto da Criança e do Adolescente:
a influência de comunidades epistêmicas na formulação da Lei n.º 8.069/90**

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências pelo Programa de Pós-graduação
em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:
Ciências Sociais Aplicadas

Orientadora:
Profa. Dra. Patrícia Junqueira Grandino

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Maida, Marco José Domenici

Origens do Estatuto da Criança e do Adolescente: a influência de comunidades epistêmicas na formulação da Lei n. 8.069/90 / Marco José Domenici Maida ; orientadora, Patrícia Junqueira Grandino. – 2018
222 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Crianças - Aspectos sociais. 2. Direitos da criança e do adolescente. 3. Estatuto da Criança e do Adolescente. 4. Participação política. 5. Movimentos sociais. I. Grandino, Patrícia Junqueira, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 305.230981

Nome: MAIDA, Marco José Domenici

Título: Origens do Estatuto da Criança e do Adolescente: a influência de comunidades epistêmicas na formulação da Lei n.º 8.069/90

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:

Ciências Sociais Aplicadas

Aprovado em: ____ / ____ / 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho,

À irmã Maria do Rosário Leite Cintra, que faleceu durante a pesquisa, e que nos motivou a continuar firmes na recuperação e disseminação da memória daqueles que lutaram pelos direitos humanos da criança e do adolescente nos anos 80 e continuam sonhando com um Brasil socialmente justo.

E às trabalhadoras e aos trabalhadores que lutam pelos direitos da criança e do adolescente e que precisam, assim como eu, de argumentos consistentes para combater, cotidianamente, a cultura adultocêntrica¹ de nossa sociedade.

¹ Termo cunhado por Fúlvia Rosenberg (1942-2014), cujas pesquisas trouxeram contribuições importantes aos campos da educação e dos direitos humanos da criança e do adolescente. Segundo Anete Abramowicz, ela “carregava em si o ineditismo, a lucidez, a visão contemporânea daqueles que veem o que ainda está nas sombras, que anuncia o que virá de uma época quando ainda não se vê” (ABRAMOWICZ, 2015, p. 172).

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de estudos que me manteve durante dois anos.

À Profa. Dra. Patrícia Junqueira Grandino, pela orientação dedicada que dosava, cuidadosamente, aprendizagens intelectuais e emocionais.

Ao Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos e Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho, pelas referências bibliográficas recomendadas no exame de qualificação desta pesquisa.

Aos professores e professoras cujos ensinamentos foram fundamentais para a elaboração dessa dissertação de mestrado: Alberto do Amaral Junior, Ana Paula Fracalanza, Cristiane Lucena Carneiro, Dennis de Oliveira, Gerson Denis Silvestre Duarte Damiani, Jorge Alberto Silva Machado, Marcos Bernardino de Carvalho, Patrícia Junqueira Grandino, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Sidnei Raimundo, Silvia Helena Zanirato e Ursula Dias Peres.

À Profa. Dra. Renata Mirandola Bichir, que me indicou os textos originais de Peter M. Haas sobre comunidades epistêmicas.

À embaixadora do México Beatriz Paredes, que me concedeu a honra de participar de seu livro “Mundo Indígena na América Latina: olhares e perspectivas”, com um capítulo sobre os direitos humanos da criança indígena brasileira, resultado da Cátedra José Bonifácio, 2017.

A Anna Grimaldi e Enrique Ortega, pela presteza e qualidade com que revisaram os resumos em língua inglesa e espanhola, respectivamente.

Ao amigo e jornalista Guilherme Salgado Rocha, pela revisão final do texto, pela alegria constante e, fundamentalmente, pela admirável demonstração de Fé na superação dos percalços que a vida nos impõe.

Ao amigo e promotor de Justiça José Carlos Vieira, por sua prontidão em colaborar com este estudo, colocando-me em contato com os membros do Ministério Público de São Paulo entrevistados.

Ao querido sobrinho, afilhado e amigo Eduardo Wagner Maida de Donato, por me acompanhar voluntária e discretamente nas entrevistas com sua câmera e microfone de lapela, essenciais para a qualidade dos registros em vídeo.

Ao amigo, educador, militante e mestre em serviço social, Edson Mauricio Cabral, por todas as perguntas que me ajudou a fazer aos sujeitos da pesquisa, horas de debate regados a cerveja e compartilhar comigo um projeto pessoal e profissional de luta por direitos.

Ao irmão de coração e teólogo Onésimo Genari, pelo exemplo de compromisso social que demonstrou durante o tempo em que trabalhamos juntos e por discutir teologia e ciência política como poucos sabem fazer. E à amiga Ramayana Albuquerque, socióloga, que me enviou sua dissertação de mestrado para me encorajar a continuar firme no trabalho de estudo e pesquisa e a me inspirar na busca das entrelinhas das narrativas dos entrevistados.

Aos colegas Bertholdo Costa e Félix Siriani e às colegas Cristiane Pereira e Tamires Camioli, do Grupo de Estudos em Psicanálise e Interdisciplinaridade para a Infância e Juventude - PSIIJUV/EACH/USP, por compartilhar momentos importantes de discussão.

A Paulo José Pedroso Junqueira, pelo apoio logístico e constantes divagações teóricas, a Paula Mendonça de Menezes, por compartilhar os desafios próprios dos que se aventuram em um mestrado na USP, a Nina Mendonça Junqueira, por me acordar feliz ao som de suas flautas e à afilhada Luana Mendonça Junqueira, pelo amor que faz explodir em meu peito a cada olhar seu.

Aos filhos Caio Leal de Oliveira Maida e Vitor Leal de Oliveira Maida, pela inspiração constante e por me ensinarem a escutar e a envelhecer.

À encantadora Amanda Leal de Oliveira, pela intimidade com o mundo das ideias e compromisso com a mudança social, acompanhou atentamente este trabalho, transformando-o em mais uma experiência compartilhada e apaixonante da minha vida.

Ao sogro e jornalista Carlos Tibúrcio de Oliveira, pelo exemplo de homem convicto que lutou, luta e continuará nos animando a lutar por ideais de esquerda, e a Maria Lúcia Leal de Oliveira, sogra e socióloga, pelos valiosos livros que me emprestou e por ser uma mulher que nos ama a todos na medida certa.

Aos irmãos Marco Aurélio, Marco Antônio e Marco Polo e às irmãs Sílvia Helena e Filomena Helena pelo apoio constante e recíproca admiração.

Ao meu pai José Maida, nascido em 1926, defensor contumaz da liberdade, por sempre ter respeitado minhas decisões e esperar 50 anos para ver seu filho caçula receber o diploma de Mestre na Universidade de São Paulo, e à minha mãe Lindalva de Lourdes Domenici Maida (*in memoriam*), pelo inesgotável estoque de amor que depositou em mim.

“Um país não muda pela sua economia,
sua política e nem mesmo sua ciência;
muda sim pela sua ***cultura.***”

Betinho

(Herbert José de Souza - 1935-1997)

RESUMO

MAIDA, Marco José Domenici. **Origens do Estatuto da Criança e do Adolescente: a influência de comunidades epistêmicas na formulação da Lei n.º 8.069/90.** 2018. 222 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão original.

O presente trabalho baseia-se no levantamento histórico sobre a proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente, na análise de referências teóricas sobre comunidades epistêmicas e movimentos sociais, e em entrevistas com pessoas envolvidas na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal n.º 8.069/90. Identifica cinco comunidades epistêmicas (internacional, estatal, militante, religiosa e jurídica), presentes no Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente dos anos 80. Ao identificar essas comunidades, cujas influências técnicas e políticas foram essenciais para a elaboração coletiva do ECA, procuramos evidenciar teorias que geraram consenso à época e orientaram a formulação da norma jurídica. As duas principais são: Teologia da Libertação e Pedagogia do Oprimido. O reconhecimento dessas teorias fundantes pode inspirar o desenvolvimento de indicadores que auxiliariam na avaliação da implementação do Estatuto em trabalhos futuros. A pesquisa, para os fins desta dissertação, é descritiva e documental, com dimensão histórica e processo interdisciplinar. Situa-se no campo das ciências sociais aplicadas, e baseia-se em entrevistas semiestruturadas, documentação oficial e textos científicos com suporte bibliográfico, que reúnem trabalhos de natureza jurídica, política, sociológica, teológica e filosófica.

Palavras-chave: Direitos humanos. Estatuto da criança e do adolescente. Comunidades epistêmicas. Sociologia da infância. Filosofia da ciência.

RESUMEN

MAIDA, Marco José Domenici. **Los orígenes del Estatuto del Niño y del Adolescente**: la influencia de comunidades epistémicas en la formulación de la Ley n°. 8.069/90. 2018. 222 p. Disertación (Maestría en Ciencias) - Programa de Post-grado en Cambio Social y Participación Política, Facultad de Artes, Ciencias y Humanidades, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2018. Versión original.

El presente trabajo se basa en una encuesta histórica que considera tanto Brasil como el mundo, sobre la protección de los derechos humanos de niñas, niños y adolescentes, en un análisis de las comunidades epistémicas y de los movimientos sociales y en entrevistas realizadas con personas que se ocuparon de la creación del Estatuto del Niño y del Adolescente (ENA) - Ley Federal n.º 8.069/90. El estudio identifica cinco comunidades epistémicas (internacional, estatal, militante, religiosa y jurídica) presentes en el Movimiento de Defensa de los Derechos del Niño y del Adolescente de la década de 1980. La identificación de esas comunidades, permite descubrir las influencias técnicas y políticas que contribuyeron a la formulación del ENA. El estudio destaca las teorías científicas que generaron consenso en el momento y fundaron la norma legal; la Teología de la Liberación y la Pedagogía del Oprimido. El estudio de los principios de esas teorías revela indicadores que podrían ayudar a evaluar políticas públicas en futuros trabajos. La investigación llevada a cabo es descriptiva y tiene dimensión histórica e proceso interdisciplinario. Se sitúa en el campo de las ciencias sociales aplicadas, y se basa en entrevistas semiestructuradas, documentación oficial y textos científicos, que reúnen obras de carácter jurídico, político, sociológico, teológico y filosófico.

Palabras clave: Derechos de niñas, niños y adolescentes. Ley brasileña. Comunidades epistémicas. Sociología de la infancia. Filosofía de la ciencia.

ABSTRACT

MAIDA, Marco José Domenici. **The origins of the Brazilian Child and Adolescent Statute: The influence of epistemic communities on Federal Law nº. 8.069/90.** 2018. 222 p. Dissertation (Master in Science) - Post-graduate Program in Social Change and Political Participation, School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Original version.

The present work is based on a historical survey of the protection of the human rights of children and adolescents (both in Brazil and across the world), an analysis of theoretical references on epistemic communities and social movements, and interviews with people involved in the formulation of the Child and Adolescent Statute (CAS) - Federal Law n.º 8.069/90. It identifies five epistemic communities (international; state; militant; religious; legal) presents in the Social Movement to Defend the Rights of Children and Adolescents in the 1980s. In identifying these communities, whose technical and political influences contributed to the formulation of the CAS, we can highlight which scientific theories generated consensus at the time and founded the legal norm, such as Liberation Theology and Pedagogy of the Oppressed. The principles of those theories also reveal indicators for evaluating the implementation of the Statute in future work. The research carried out for the purposes of this dissertation is descriptive and documentary with historical dimension and interdisciplinary process. It is situated in the field of applied social sciences, and is based on semi-structured interviews, official documentation and scientific texts with bibliographic support, which bring together works of a juridical, political, sociological, theological and philosophical nature.

Keywords: Children's rights. Brazilian Law. Epistemic communities. Sociology of childhood. Philosophy of science.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Dados das entrevistas e perfis dos sujeitos da pesquisa.....	77
Tabela 02 - Roteiro de entrevista semiestruturada	82
Tabela 03 - Pessoas citadas por Carlos Nicodemos Oliveira Silva	164
Tabela 04 - Pessoas citadas por frei Betto	165
Tabela 05 - Pessoas citadas pela irmã Maria do Rosário Leite Cintra	166
Tabela 06 - Pessoas citadas por Mário Volpi	167
Tabela 07 - Pessoas citadas por Markinhos	168
Tabela 08 - Pessoas citadas por Munir Cury	169
Tabela 09 - Pessoas citadas pela pastora Zeni de Lima Soares	170
Tabela 10 - Pessoas citadas por Paulo Afonso Garrido de Paula	171
Tabela 11 - Organizações citadas por Carlos Nicodemos Oliveira Silva, frei Betto, irmã Maria do Rosário Leite Cintra e Mário Volpi	172
Tabela 12 - Organizações citadas por Markinhos	173
Tabela 13 - Organizações citadas por Munir Cury, pastora Zeni de Lima Soares e Paulo Afonso Garrido de Paula	174
Tabela 14 - Lista das 12 Semanas Ecumênicas - 1981 a 1992	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMP	Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência
AI-5	Ato Institucional n.º 5 de 1968
ANCED	Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CDR	Comitê de Defesa da Revolução
CEAP	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
CEASA	Centro de Abastecimento
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONCLAT	Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EACH-USP	Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FONACRIAD	Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Políticas Públicas para a Criança e o Adolescente
Fórum DCA	Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
FUBEM	Fundação do Bem-Estar do Menor de São Bernardo do Campo/São Paulo
FUCABEM	Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor
Fundação CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INDICA-DF	Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasília/DF)
INDICA-SP	Instituto para o Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente (São Paulo/SP)
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDDCA	Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PMMR-SBC	Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo
PSIJUV	Grupo de Pesquisa em Psicanálise e Interdisciplinaridade para a Infância e Juventude
PT	Partido dos Trabalhadores
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	OBJETIVO GERAL	27
2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
3	MÉTODOS.....	29
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO OBJETO DE ESTUDO	29
3.1.1	Direitos humanos da criança e do adolescente.....	29
3.1.1.1	<u>Contexto mundial</u>	30
3.1.1.2	<u>Contexto brasileiro</u>	34
3.1.1.2.1	<i>Primeiros passos em direção à proteção da criança</i>	34
3.1.1.2.2	<i>Primeira redemocratização brasileira</i>	36
3.1.1.2.3	<i>Estado como “protetor” das crianças e dos adolescentes</i>	39
3.1.1.2.4	<i>Segunda redemocratização brasileira</i>	41
3.1.1.2.5	<i>Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069/90</i>	44
3.2	BASES TEÓRICAS DA ABORDAGEM METODOLÓGICA	46
3.2.1	Epistemologia como filosofia da ciência	46
3.2.2	Pensamento de Boaventura de Sousa Santos	54
3.2.2.1	<u>Paradigma dominante</u>	55
3.2.2.2	<u>Diferentes tipos de crises</u>	57
3.2.2.3	<u>Crise do paradigma dominante: desdogmatização</u>	58
3.2.2.4	<u>Paradigma emergente</u>	60
3.2.2.5	<u>Pensamento abissal e ecologia de saberes</u>	61
3.2.3	Comunidades epistêmicas	63
3.2.4	Movimentos sociais	69
3.3	PARTICIPANTES.....	73
3.4	PROCEDIMENTOS.....	78
3.4.1	Planejamento da coleta de informações.....	78
3.4.2	Coleta de informações	78
3.4.2.1	<u>Material bibliográfico</u>	78
3.4.2.2	<u>Entrevista semiestruturada</u>	79
3.4.2.2.1	<i>Roteiro de entrevista semiestruturada</i>	81
3.4.2.3	<u>Pesquisa documental</u>	83
3.4.2.3.1	<i>Sistema de Informação ao Cidadão - SIC</i>	83

3.4.2.3.2	<i>Instituto para o Desenvolvimento Integral da Criança e Adolescente</i>	83
3.4.2.3.3	<i>Biblioteca da TXAI - Consultoria e Educação</i>	83
3.4.3	Análise das informações	84
4	RESULTADOS	88
4.1	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	88
4.1.1	Comunidades epistêmicas.....	89
4.1.2	Comunidade epistêmica internacional	93
4.1.3	Comunidade epistêmica estatal.....	101
4.1.4	Comunidade epistêmica militante	108
4.1.5	Comunidade epistêmica religiosa	133
4.1.6	Comunidade epistêmica jurídica	148
4.1.7	Aspectos dispersos abordados pelos sujeitos da pesquisa	159
4.1.7.1	<u>Comissão de Redação do ECA</u>	159
4.1.7.2	<u>Período que sucedeu a aprovação do ECA</u>	160
4.1.8	Tabelas com informações obtidas a partir das entrevistas.....	163
4.1.8.1	<u>Brevíssima análise das tabelas 03 a 13</u>	175
4.2	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	175
4.2.1	Acervos particulares	176
4.2.2	Sistema de Informação do Cidadão - SIC	178
5	DISCUSSÃO	191
5.1	SOBRE A EPISTEMOLOGIA COMO FILOSOFIA DA CIÊNCIA.....	191
5.2	SOBRE AS COMUNIDADES EPISTÊMICAS IDENTIFICADAS	192
5.3	SOBRE AS INOVAÇÕES DO ECA.....	196
5.3.1	Sistema de justiça inovador?	197
5.3.2	Outros elementos inovadores do ECA.....	199
5.4	SOBRE VANTAGENS E DESAFIOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO	200
6	CONCLUSÃO	205
	REFERÊNCIAS	211

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira do final dos anos 80 experimentou uma intensa agitação social pró-democratização do país e, dentre muitos grupos envolvidos na produção de uma nova ordem sociopolítica, havia aqueles reunidos em torno da proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente.

Procurei decifrar a máxima que circula, desde muito tempo, entre os profissionais da área da infância e juventude, de que a Lei 8.069/90, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente ou “ECA”, foi escrita a milhares de mãos².

Investiguei documentos, a bibliografia de referência e, principalmente, o relato de pessoas que protagonizaram a elaboração da lei. Percebi que a redação propriamente dita fora realizada por poucos, mas sua formulação - indiscutivelmente - contou com amplo processo democrático, tornando possível a presença de muitos participantes.

Há, portanto, um trabalho de genealogia da lei, detectando seu caráter emblemático por ser legislação oriunda de demandas populares, que regulamentou a Constituição Federal de 1988, e que converteu para o Brasil os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.

Considerando que entende-se por comunidade epistêmica a rede de especialistas que, a partir da sua competência e princípios compartilhados, influiria em determinada política pública, formulei a hipótese de que os grupos reunidos, nos anos 80, em torno da formulação do ECA, seriam assim considerados.

Procurei identificar as comunidades epistêmicas que concorreram para a construção coletiva da lei, o que nos permite verificar algumas das convicções ou princípios epistemológicos presentes nessas comunidades e, conseqüentemente, no ECA.

Acredito na relevância social e na pertinência científica desta pesquisa à medida que ela pretendeu reconhecer e distinguir contribuições, de diferentes campos do conhecimento, de diferentes comunidades epistêmicas, para a formulação da Lei 8.069/90, que rompeu com o modo como se entendia e se atendia a crianças e adolescentes no Brasil.

A dissertação está dividida em seis partes, sendo esta introdução a primeira, seguida do detalhamento dos objetivos da pesquisa. O tópico de número 3 - Métodos - delimita as bases históricas e conceituais abordadas no estudo, detalhando os procedimentos utilizados e

² “A nova lei rompeu de modo visceral com os métodos e processos de elaboração legislativa que vigoram há séculos em nosso país. Não é nenhum exagero dizer que, literalmente, trata-se de uma lei pensada por milhares de cabeças e escrita por milhares de mãos” (COSTA, 1993, p. 18-19).

apresentando os sujeitos da pesquisa. A maior parte é a de número 4 - Resultados -, na qual se encontra o cerne da pesquisa; a partir de fragmentos das entrevistas e documentos pesquisados, tomam forma as imagens das comunidades epistêmicas presentes no Brasil dos anos 80, que influíram no processo de formulação do ECA. No item 5 - Discussão - são apresentadas as reflexões geradas a partir da pesquisa relacionada à epistemologia como filosofia da ciência, às comunidades epistêmicas, às inovações propostas pelo ECA e ao período de redemocratização do país. E, finalmente, no último tópico - Conclusão - são resumidas as cinco comunidades epistêmicas identificadas e sugeridos temas para futuros trabalhos.

É importante ressaltar que me dediquei ao presente estudo tendo como principal aliada a trajetória profissional que construí nos últimos 15 anos no campo dos direitos humanos da criança e do adolescente. Em 1992, exerci o cargo de psicólogo na Instituição de Acolhimento mantida pela autarquia municipal Fundação do Bem-Estar do Menor de São Bernardo do Campo - FUBEM/SBC (atual Fundação Criança de SBC). Como parte integrante de um convênio municipal, fui alocado no Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo - PMMR/SBC, e conheci as bases da formação e organização política em movimentos sociais. Em seguida, colaborei com a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, Associação Alfabetização Solidária e Fundação Itaú Social, assessorando 32 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em distintas regiões do Brasil.

Tornei-me ao mesmo tempo testemunha viva dos esforços para a implantação do ECA e investigador do campo dos direitos humanos, instigado pela realidade sociocultural brasileira, que ainda resiste à ideia de promover todos os direitos garantidos por lei às crianças e adolescentes do país, sem qualquer distinção.

Participando do Grupo de Pesquisa em Psicanálise e Interdisciplinaridade para a Infância e Juventude (PSIIJUV), da EACH-USP, colaborei na organização do Ciclo de Seminários intitulado “Costurando o Tempo”, iniciado em 2016, que tem como objetivo a avaliação dos 30 anos de implantação do ECA, o que será comemorado em 2020.

Como produto indireto desta dissertação de mestrado, iniciei, com o diretor de cinema e mestre em serviço social Edson Maurício Cabral, um vídeo/documentário com pessoas que participaram ativamente do movimento ocorrido no final dos anos 80 e que engendraram os artigos 226.º, 227.º e 228.º da Constituição Federal e, depois, o ECA.

Anteriormente, escrevi três monografias ³, sem valor acadêmico e realizei o vídeo/documentário “Jacob Levy Moreno - sua vida e suas musas” (2003), com o apoio institucional do Centro de Estudos do Relacionamento - Daimon. Os trabalhos me levaram ao último nível da formação *lato sensu* e o vídeo tem aceitação internacional, sendo o único documentário que apresenta os principais elementos da socionomia (psicodrama, sociodrama e sociometria), narrados por pessoas que conviveram com seu cocriador, J. L. Moreno (1889-1974). Muito embora não tenha utilizado, neste estudo, nenhum elemento dessa teoria, minha visão de mundo, traduzida nas reflexões que produzi, possui profundas raízes na sociometria.

³ 1) As Morenas do Psicodrama: influências femininas na vida e obra de J. L. Moreno, delimitando suas fases criativas (2000); 2) Concepção, realização e ressonâncias do vídeo/documentário “Jacob Levy Moreno: sua vida e suas musas” (2004); 3) Deus como protagonista: uma discussão sobre a filosofia terapêutica do psicodrama com base nos sintomas psicóticos de pacientes do grupo de psicoterapia psicodramática do CAPS/Itu-SP (2007).

2 OBJETIVO GERAL

Discutir a presença de comunidades epistêmicas dentro do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDDCA) no Brasil dos anos 80.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar teorias e correntes do pensamento humano presentes no Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDDCA) no Brasil dos anos 80, que ajudem a delimitar diferentes comunidades epistêmicas;
- Identificar referências teóricas nas experiências profissional e acadêmica de juristas, religiosos, militantes e especialistas que contribuíram para a formulação do ECA;
- Identificar instituições e formas de mobilização e organização social que contribuíram para a formação de comunidades epistêmicas ligadas à proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente nos anos 80.

3 MÉTODOS

A ideia de método, metodologia, organização do pensamento e do trabalho em etapas, fases, ou ainda do “passo a passo” estão incrustadas nos campos da educação, indústria, governo e ciência desde o tempo em que as sociedades humanas passaram a fazer mais do que arte, política e guerra. Fez-se ciência! O pensamento humano ou mentalidade humana, como veremos mais adiante, possui desenvolvimento próprio, com fases que se conectaram às próprias épocas, geografias, origens étnicas e culturais. Hoje não há como tratar de qualquer assunto dentro da universidade sem lidar com a questão; sem pensar em que “registro” estamos atuando, ou dentro de qual “escola” estamos pensando.

Como este estudo se propõe compreender temas relacionados à epistemologia e à movimentação social em torno da redação de uma lei sul-americana, levaremos em conta o desenvolvimento do pensamento ocidental e a história nacional.

Ao sociólogo Boaventura de Sousa Santos foi dado destaque pelo reconhecimento do respeito e compromisso que tem demonstrado com o Brasil e países do hemisfério sul e qualidade de suas propostas relacionadas à epistemologia.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO OBJETO DE ESTUDO

As ditaduras acabam, evidentemente, com a liberdade. Mas sufocam também os chamados direitos sociais. Direito social só floresce na democracia, na liberdade (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

3.1.1 Direitos humanos da criança e do adolescente

Veremos a evolução das discussões e marcos regulatórios sobre direitos humanos da criança e do adolescente do ponto de vista mundial para, em seguida, delinear a história dos direitos humanos da criança e do adolescente⁴ no Brasil.

⁴ A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), em seu artigo 1.º, determina que criança é todo ser humano de 1 a 18 anos de idade. No Brasil, essa fase peculiar do desenvolvimento humano foi dividida em duas. Criança que, conforme o ECA (1990, art. 2.º), é a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

3.1.1.1 Contexto mundial

Hoje é possível afirmar que existe um sistema internacional criado para proteger os direitos humanos nas Américas. Façamos uma breve retrospectiva histórica para entender como chegamos a esse patamar.

O ponto de partida da preocupação mundial com a infância tem como documento-base a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, de 26 de setembro de 1924, publicada pela Liga das Nações.

As atrocidades cometidas durante a Segunda Grande Guerra despertaram a atenção da humanidade para os direitos humanos. Em 1945, delegados de 50 nações se reuniram, para assinar a Carta das Nações Unidas, que funda a Organização das Nações Unidas (ONU). Por meio de sua Assembleia Geral e de vários órgãos e comissões, a ONU pretendia criar os alicerces para a paz e desenvolvimento global.

Em 1946, foi criado o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para atender às necessidades das crianças durante o período pós-guerra, principalmente na Europa e China.

No dia 10 de dezembro de 1948, em Paris, 56 membros da ONU, liderados pela então coordenadora da Comissão dos Direitos Humanos, Eleanor Roosevelt, aprovaram o texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Muito embora não tenha sido redigido como diploma legal vinculante no âmbito do direito internacional, tem a função de sugerir recomendação aos Estados-Membros. Nela, os cuidados e assistência especiais à criança são expressos em seu 25.º artigo.⁵

“Em 1950, o mandato do Fundo foi estendido com a finalidade de atender, em projetos de longo prazo, crianças e mulheres nos países em desenvolvimento. O UNICEF tornou-se parte permanente das Nações Unidas em 1953.”⁶

A presença do Brasil no grupo dos países alinhados contra o nazismo alemão quase rendeu ao país uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU (GARCIA, 2011). A relação amistosa entre o presidente brasileiro Getúlio Vargas (1882-1954) e o presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), somada ao trabalho desenvolvido pelo diplomata Oswaldo Aranha (1894-1960), permitiu o surgimento de um apadrinhamento do Brasil como nação jovem e promissora na defesa do mundo ocidental contra uma possível Terceira Guerra Mundial. Dessa relação nasceu a tradição de o Brasil ocupar a tribuna,

⁵ “Artigo 25 - §2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônio, gozarão da mesma proteção social.” Fonte: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 6 ago. 2018.

⁶ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/faq.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

abrindo o Debate Geral desde a IV Assembleia Geral da ONU. Acredita-se que a prática, adotada desde 1949, teve como motivação evitar que os EUA ou União Soviética tivesse prioridade. De qualquer forma, abriu um canal direto do Brasil com o mundo, muito bem utilizado pelo mesmo Oswaldo Aranha, em 1957, quando mudou o rumo da diplomacia brasileira. Segundo Corrêa (2007), o Brasil se alinha aos países em desenvolvimento, denunciando a falta de investimento dos EUA na América Latina, iniciando uma preocupação diplomática mais relacionada ao eixo Norte-Sul do que ao anterior Leste-Oeste. Não considerar mais a União Soviética e o comunismo como fonte de todo o mal tornou possível criticar e pensar as formas de funcionamento do capitalismo, o que trouxe consequências essenciais ao tratamento dos assuntos relacionados às políticas sociais, inclusive os que mais interessam às crianças e adolescentes.

Em 20 de novembro de 1959, foi publicada a Declaração sobre os Direitos da Criança (CDC), que amplia e dá maior precisão às preocupações com a proteção a toda criança, considerando, inclusive, situações que antecedem o nascimento.

Em 22 de novembro de 1969, na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, foi aberta para assinatura a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, mais conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, que entrou em vigor em 1978 e foi ratificado, pelo Brasil, em 25 de setembro de 1992. Nele, os direitos da criança são declarados esparsamente, desde os mais básicos, como direito a um nome, até os mais almejados, como direito à cidadania. O caráter vinculante⁷ da Convenção inaugurou a possibilidade de judicialização de causas como racismo, homofobia, violência doméstica, entre outras.

Em 7 de fevereiro de 1978, a Polônia apresentou às Nações Unidas uma proposta de Convenção sobre os Direitos da Criança. A ideia original era criar um documento juridicamente vinculante para os Estados-Membros, pois a declaração de 1959 apenas agia como recomendação. A proposta original, com 19 artigos, sendo 10 legislativos e 9 procedimentais, não foi aceita.

Foi composto um grupo de trabalho *ad hoc*, no âmbito da Comissão para os Direitos do Homem, com a incumbência de redigir um projeto de convenção, que se reuniu uma vez por

⁷ Em sua 1.^a parte, que dispõe sobre os deveres dos Estados e direitos protegidos, o Capítulo 1.^º enumera os deveres, iniciando, em seu artigo 1.^º, dizendo que “Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.” (grifo nosso) Fonte: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 6 ago. 2018.

ano, em Genebra, até 1988, quando terminou a versão preliminar do documento. O esboço foi revisado pelo Gabinete Jurídico das Nações Unidas antes da sua adoção.

O número de membros do grupo de trabalho não foi especificado. Mas era composto por representantes do UNICEF, de diferentes ONGs, e dos 48 Estados-Membros da Comissão de Direitos Humanos, inclusive o Brasil⁸. O sistema pelo qual se escreveu o projeto foi de consenso e compromisso político, a fim de conseguir a unanimidade.⁹

À guisa de ilustração da participação brasileira, mas sem compreender as motivações do fato, segundo Rosenberg e Mariano (2010), o Brasil, em companhia de Cuba, Peru, Argentina e Venezuela, teve papel importante nos debates da Comissão, opondo-se de forma “contundente” às disposições sobre a adoção internacional proposta pelos países ocidentais industrializados, aliando-se, nesse ponto, aos representantes dos países islâmicos, contrários à adoção por motivos religiosos. O Brasil esteve presente em todas as sessões do Grupo de Trabalho a partir de 1981.

Em 20 de novembro de 1989, o texto final da CDC foi adotado pela Assembleia Geral da ONU e aberto para assinatura dos Estados-Membros.¹⁰

Seguindo o Pacto de São José da Costa Rica, a inovação da Convenção foi seu caráter vinculante. Ela impõe aos Estados-Partes, que a ratificam, “um conjunto de deveres e obrigações, não permitindo aos signatários violarem seus preceitos, como também tomarem medidas em promovê-los” (CONTINI, 2006).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi criada em 1959 para garantir a defesa dos direitos humanos no continente americano, averiguando violações e recomendando mecanismos de proteção e reparação aos Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Mas ainda não dispunha dos documentos normativos dos quais precisava para atuar.

A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados¹¹ regulou, dentro do escopo do direito internacional, o que entendemos por tratado internacional, e como um Estado deve proceder

⁸ Carlos Calero Rodrigues foi embaixador altermo da Missão do Brasil na ONU, de 1979 a 1984, e secretário-geral do Itamaraty, posto mais alto da carreira diplomática, entre 1984 e 1985. Teve atuação importante no campo dos Direitos Humanos e do Direito Internacional, sendo, de 1982 a 1995, membro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas. Foi o primeiro brasileiro a presidir a Comissão de Direitos Humanos da ONU (1981), atual Conselho de Direitos Humanos. Fonte: <http://lulacerda.ig.com.br/embaixador-carlos-calero-adeus/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

⁹ Disponível em: <http://www.humanium.org/en/convention/beginnings/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

¹⁰ Toda a história da discussão e aprovação da CDC pode ser encontrada no documento: *Legislative History of the Convention on the Rights of the Child*, publicado em 2007, pela ONU, em Nova Iorque e Genebra, simultaneamente.

para adotá-lo e cumpri-lo. Apesar de, inicialmente, não serem juridicamente vinculantes¹², a maioria dos tratados, filosoficamente, deveria ser cumprida pelo princípio fundamental do direito, expresso pelo brocardo latino *pacta sunt servanda*, que significa “os pactos assumidos devem ser respeitados”. Pouco a pouco, o direito internacional se construiu, e a operacionalização de um sistema internacional de direitos humanos foi colocada em movimento.

A partir da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) ficaram designados dois órgãos para conhecer os assuntos relacionados ao cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos¹³. A Comissão possui atribuições para receber petições e denúncias, independentemente de os Estados haverem ratificado a Convenção ou reconhecerem a jurisdição da Corte. É um órgão quasijudicial e, ao contrário da Corte, as resoluções e recomendações não gozam de caráter jurídico vinculante.

No caso do Continente Americano, portanto, na segunda metade do século XX, a partir do reestabelecimento e do desenvolvimento do estado democrático de direito em muitos países da América Latina, a proteção do direito da criança e do adolescente ganha força, tendo como base a doutrina e os documentos elaborados a partir do esforço das Nações Unidas. Segundo Alaerte Contini (2006), a partir desse momento, a criança não é mais vista como “objeto de proteção-repressão por parte do Estado e da sociedade dos adultos, mas como sujeito de direitos originários” (CONTINI, 2006).

Com relação às crianças e adolescentes em conflito com a lei, há marcos regulatórios específicos: as Regras Mínimas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, mais conhecidas como Regras de Beijing (1985), Regras Mínimas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990) e Diretrizes para a Prevenção da Delinquência Juvenil, ou Diretrizes de Riad, como é mais conhecida (1990). Foi essencial o entendimento de que deveriam ser estendidas as garantias processuais existentes no direito penal para o adulto no

¹¹ A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, foi promulgada, no Brasil, em 14 de dezembro de 2009, por meio do Decreto n.º 7.030, com reserva aos artigos 25.º e 66.º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm. Acesso em: 6 ago. 2018.

¹² “É verdade que as Declarações e os Programas e Plataformas de Ação de Conferências Internacionais, quaisquer que sejam - entre outros, de População e Desenvolvimento ou da Mulher -, são considerados *soft law*, ou seja, não têm caráter vinculante como os tratados e convenções de direitos humanos.” (MATTAR, 2008).

¹³ A título informativo, em 5 de junho de 2012, o advogado brasileiro Roberto Figueiredo Caldas foi eleito juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, obtendo 19 votos em sessão da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Cochabamba, na Bolívia. Disponível em: <http://www.oab.org.br/noticia/23985/caldas-e-eleito-juiz-da-corte-interamericana-de-direitos-humanos>. Acesso em 10 ago. 2018.

contexto de um Estado democrático de direito também para adolescentes, além de prever um conjunto de garantias próprias à idade, como o segredo de justiça, por exemplo.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 25 de maio de 2000, adotou os Protocolos Facultativos relativos à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil, e ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados¹⁴. O Brasil promulgou ambos em 8 de março de 2004.

Vimos, até aqui, os principais marcos situacionais que compuseram o Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos e os mais importantes documentos ou pactos ratificados pelo Brasil dentro do campo dos direitos humanos da criança e do adolescente. A seguir, veremos os impactos da trajetória internacional no Brasil e no movimento endógeno do país em direção da proteção de suas crianças e adolescentes.

3.1.1.2 Contexto brasileiro

A partir do levantamento dos marcos regulatórios, procuraremos demonstrar como se desenvolveu a preocupação brasileira com as crianças e adolescentes.

3.1.1.2.1 Primeiros passos em direção à proteção da criança

Muitos dedicaram-se à busca de documentos históricos que demonstrassem a origem da preocupação da sociedade brasileira com as crianças. Vejamos o que o Imperador Dom Pedro I (1798-1834) disse em reunião da Primeira Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, em 3 de maio de 1823, sobre sua visita à Roda dos Expostos¹⁵ da Santa Casa de São Paulo, um ano após a independência do Brasil:

A primeira vez que fui à Roda dos Expostos achei, parece incrível, sete crianças com duas amas; sem berço, sem vestuário. Pedi o mapa e vi que em 13 anos tinham entrado perto de 12 mil e apenas tinham vingado mil, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde elas se acham (PASSETI, In: DEL PRIORI, 1999. p.348).

¹⁴ Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/optional_protocol_por.pdf. Acesso em 21 jun. 2018.

¹⁵ A Roda dos Expostos tratava-se de um mecanismo instalado no muro de instituições religiosas, no qual, após colocar a criança dentro de um cilindro de madeira e rodá-lo para deixar a abertura para o lado de dentro, a pessoa tocava um sino e se afastava sem precisar se identificar, sabendo que a criança seria acolhida do outro lado do muro por freiras, pessoas consideradas indiscutivelmente bondosas.

Apesar da indignação imperial, passaram-se anos para algo ser produzido no sistema legal brasileiro que alterasse o cenário.

A Lei do Ventre Livre (BRASIL, 1871) foi o primeiro dispositivo protetivo à criança brasileira que permitia à mãe escravizada criar seu filho ou filha até os 7 anos de idade. Findado o período de proteção, o dono da pessoa negra escravizada podia receber uma indenização do Estado e enviar a criança para um orfanato ou mantê-la como escravo ou escrava até completar 21 anos, quando seria definitivamente alforriada.

Quase 60 anos depois e passado o turbilhão da Primeira Grande Guerra Mundial, o jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos redige, na Capital do Rio de Janeiro, o Código de Menores, aprovado e publicado por meio do Decreto n.º 17.943-A, em 1927, considerado o primeiro diploma legal que define parâmetros para se legislar diferenciadamente adultos e crianças consideradas normais e pessoas com até 18 anos de idade abandonadas ou delinquentes¹⁶. Em outras palavras, a lei se inclina sobre os filhos dos pobres, filhos bastardos e indivíduos perigosos, encarados pela justiça e pela sociedade como “menores em situação irregular”, e que deveriam ser regenerados por força da educação de reforma. Institui-se a figura do “Juiz de Menores” com poder discricionário em matéria dos legalmente reconhecidos como menores.

Em 1940, foi aprovado o Código Penal Brasileiro, que diz, em seu Art. 23: “Os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial” (BRASIL, 1940). Neste caso, continuaria valendo o que estava previsto no “Código Mello Mattos”¹⁷.

Com base na doutrina adotada pelo Código Mello Mattos, como ficou mais conhecido o Código de Menores, o governo autoritário do Estado Novo Brasileiro (1937-1946), em 1942, criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), com o objetivo de atender a dois tipos de adolescentes: o “delinquente” e o “carente ou abandonado”. Órgão diretamente ligado ao

¹⁶ Na íntegra, o 71.º artigo do Código de Menores (1927), diz: “Si fôr imputado crime, considerado grave pelas circunstancias do facto e condições pessoas do agente, a um menor que contar mais de 16 e menos de 18 annos de idade ao tempo da perpetração, e ficar provado que se trata de individuo perigoso pelo seu estado de perversão moral o juiz lhe applicar o art. 65 do Codigo Penal, e o remetterá a um estabelecimento para condemnados de menor idade, ou, em falta deste, a uma prisão commum com separação dos condemnados adultos, onde permanecerá até que se verifique sua regeneração, sem que, todavia, a duração da pena possa exceder o seu maximo legal.” (BRASIL, 1927).

¹⁷ “Art. 203. A Escola Quinze de Novembro é destinada á preservação dos menores abandonados do sexo masculino. Art. 204. Haverá uma escola de reforma destinada a receber, para regenerar pelo trabalho, educação e instrucção, os menores do sexo masculino, de mais de 14 annos e menos de 18, que forem julgados pelo juiz de menores e por este mandados internar. Art. 205. A Escola de Reforma será constituída por pavilhões proximos, mas independentes, abrigando cada qual tres turmas de internado, constituída cada uma por numero não superior a 20 menores, para uma lotação de 200 delinquentes. Haverá tambem pavilhões divididos em compartimentos, destinados á observação dos menores, á sua entrada no estabelecimento, e á punição dos indisciplinados.” (BRASIL, 1927).

Ministério da Justiça, o SAM possuía orientação político-pedagógica correcional-repressiva. Os chamados delinquentes eram enviados para reformatórios ou casas de correção, e os carentes ou abandonados a patronatos agrícolas ou escolas de aprendizagem de ofícios urbanos. Em ambos os casos, tratava-se de medidas de internação, com as mesmas características administrativas dos presídios para adultos.

No mesmo período, surgem entidades federais¹⁸ que inauguram o *primeiro damismo*¹⁹ no Brasil, cujo trabalho assistencial não muda a situação de exclusão dos mais pobres.

3.1.1.2.2 Primeira redemocratização brasileira

Processos de redemocratização a rigor não têm data para começar e terminar. Fazem-se sem separações rígidas entre um “antes” e um “depois”, e são seguramente particularizados pelas condições concretas em que transcorrem. Por isso, acreditamos ser válido, e mesmo útil, aceitar uma distinção conceitual entre redemocratização e democratização, ou seja, admitir que a recuperação de um status anterior de vida democrática somente se efetiva quando se casa com a abertura de um ciclo superior de construção democrática.

Tomemos o comentário²⁰ de Marilena Chauí (2007) sobre redemocratização, para alicerçar este trabalho:

A destruição de uma ditadura, a rigor, só se completa quando se consegue dar início à edificação de um regime firmemente comprometido com a democracia, legitimado socialmente e sustentado por uma cultura pública revigorada (CHAUÍ; NOGUEIRA, 2007).

¹⁸ “LBA - Legião Brasileira de Assistência - agência nacional de assistência social criada por Dona Darcy Vargas. Intitulada originalmente de Legião de Caridade Darcy Vargas, a instituição era voltada primeiramente ao atendimento de crianças órfãs da guerra. Mais tarde expandiu seu atendimento; Casa do Pequeno Jornaleiro: programa de apoio a jovens de baixa renda baseado no trabalho informal e no apoio assistencial e socioeducativo; Casa do Pequeno Lavrador: programa de assistência e aprendizagem rural para crianças e adolescentes filhos de camponeses; Casa do Pequeno trabalhador: Programa de capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda. Casa das Meninas: programa de apoio assistencial e socioeducativo a adolescentes do sexo feminino com problemas de conduta.” Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

¹⁹ Expressão que designa o costume brasileiro de criar instituições de caráter assistencialista que são presididas, obrigatoriamente, por esposas de governantes nos três níveis do Poder Executivo.

²⁰ O artigo acessado eletronicamente é resultado da transcrição da fala de Marilena Chauí no Primeiro Seminário em comemoração aos 30 anos do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 26 de abril de 2006.

Considerando as ideias de Marilena Chauí, identificamos a existência de duas fases de redemocratização no Brasil do século XX. As “condições concretas” (CHAUÍ; NOGUEIRA, 2007) para delimitar o início e o fim do primeiro processo de redemocratização são a deposição do presidente Getúlio Vargas, em 1945, e o golpe militar de 1964. O segundo período de redemocratização será visto mais adiante.

Em 1946, a quarta Constituição Federal do Brasil foi promulgada e tornou possível o retorno da convivência entre instituições democráticas independentes, pluripartidarismo, direito à greve, liberdade sindical e eleição para presidente.

A situação de eleições livres propiciou a criação de partidos que representassem diferentes interesses. Surgiram o Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN), que figurava no mesmo campo político do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Neste período, também conhecido como a Quarta República Brasileira ou República Populista, ocuparam a cadeira presidencial Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Ranieri Mazzili (1961) e João Goulart (1961-1964).

No município de João Pessoa/PB, em 1950, foi instalado o primeiro escritório do UNICEF, aportando recursos e tecnologia²¹ para que, no Brasil, fossem possíveis ações concretas direcionadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente e o início de um processo de mobilização da sociedade civil em torno desses direitos.

No mesmo ano, os EUA invadiram a Coreia do Sul e iniciaram sua empreitada antissocialista por meio de conflitos armados. Deu-se a concretização da Guerra Fria, institucionalizada com a aprovação dada pelo presidente Truman (1945-1953) ao memorando do Conselho de Segurança Nacional dos EUA conhecido como “NSC 68”. Sobre o processo de polarização política dos anos 50, Corrêa nos ensina que:

Ao estabelecer seus objetivos e programas em matéria de segurança nacional, o Governo norte-americano descarta a possibilidade de convivência pacífica com a URSS, à qual atribui intenção de dominar o mundo pelos métodos da guerra fria (CORRÊA, 2007, p. 67).

²¹ “Em 1950, foi instalado o primeiro escritório do UNICEF no Brasil, em João Pessoa, PB. O primeiro acordo assinado com o governo brasileiro representava um gasto anual de US\$470 mil, destinados a iniciativas de proteção à saúde da criança e da gestante no Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. (...) Nos 10 primeiros anos de Brasil, a prioridade do UNICEF era a sobrevivência de crianças e adolescentes. Campanhas de vacinação e nutrição foram lideradas pelo UNICEF, que capacitava médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde para a atenção à gestante”. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.html. Acesso em: 10 out. 2018.

O Brasil, no início dos anos 50, se alinha aos EUA, formalizando uma política externa antissoviética, elogiando a atitude dos EUA, às vésperas da eleição, que conduziria Getúlio Vargas à presidência. Em nome da paz mundial e contra o avanço da dominação comunista, se instala uma polarização ideológica na sociedade brasileira, propiciando o avanço do Partido Comunista.

No final dos anos 50, em nível diplomático, a representação do Brasil na ONU se alinha ao pensamento latino-americano, como vimos no item anterior, assumindo a posição de continente deserdado, abrindo uma possibilidade real de alinhamento com as forças da União Soviética, assim como fizera Cuba, em 1959.

Os anos 60 prometiam uma virada na política brasileira. Depois de ter sido eleito duas vezes consecutivas como vice-presidente, em 1955 com Juscelino Kubitschek e, em 1960, com Jânio Quadros, João Belchior Marques Goulart (Jango) tornou-se presidente em 1961. No mesmo ano, compareceu ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte/MG. Incentivou a criação de ligas camponesas e associações de lavradores, que passaram a criar sindicatos e federações, desembocando, posteriormente, na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Ao verificar as condições alarmantes em que se encontrava a educação brasileira²², apresentou o Programa de Emergência do Ministério da Educação e Cultura, aprovado por decreto do Conselho de Ministros.

Em outubro de 1962, foi homologado o 1º Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação. O Plano criou o Fundo Nacional de Educação e previu a aplicação de 12% da receita de impostos da União à sua formação. E previa a alfabetização, até 1970, de todas as crianças, adolescentes e jovens entre sete e 23 anos. Para fazer frente a essa meta, o ministério elaborou o Plano Trienal de Educação, que deveria constar do planejamento geral do governo para o período de 1963 a 1965, e definiu o método Paulo Freire como pilar estrutural da ação. Na área da cultura, Jango obteve a adesão dos serviços de teatro, cinema, rádio e televisão aos programas de educação do ministério, e apoiou as caravanas da cultura, que levavam atividades culturais e educativas a diversas regiões do país. O Brasil estava criando contornos de uma futura nação democrática e socialista.

²² Com relação ao ensino primário, apenas 46% das crianças de sete a 11 anos estavam matriculadas, sendo que, desse total, a metade cursava a primeira série, apenas 21,4% alcançavam a segunda, 19,3% a terceira e 14,1% a quarta. Com relação ao ensino médio, cuja regulamentação era considerada centralizada e inadequada às necessidades do desenvolvimento nacional, apenas nove de cada cem jovens teriam acesso a escolas desse nível.” Fonte disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Desafios_e_rumos_da_politica_educacional. Acesso em: 10 ago. 2018.

3.1.1.2.3 Estado como “protetor” das crianças e dos adolescentes

Em 1964, os militares tomam o poder no Brasil, apoiados pelos Estados Unidos da América (FRANÇA, 2009) em uma campanha aberta contra o comunismo da União Soviética. Era a Guerra Fria afetando a política, educação, cultura e economia do nosso país e de todos os demais países latino-americanos.

O Poder Executivo, por meio de Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos e Decretos-Leis, governou consultando, prioritariamente, as Forças Armadas, assegurando ao país que não haveria invasão comunista. Para isso, utilizou métodos rigorosos de vigilância ideológica, cassando os direitos políticos e civis da população e de legisladores que se mostrassem simpáticos ao comunismo.

A ideia da proteção do povo da ameaça externa se aplicava a todos os setores da política, inclusive na área social. Os mais pobres e suas crianças deveriam ser protegidas pelo Estado. No dia 1º de dezembro de 1964, por meio da Lei nº 4.513, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de substituir o SAM, incorporando o patrimônio e atribuições.

Em 1977 foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), no qual estava inserida a FUNABEM, entre outras entidades assistenciais, duas autarquias e um órgão autônomo²³.

No mês de fevereiro de 1978 organizou-se o Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro, por Iramaya Queiróz Benjamin, que teve dois filhos jovens presos, torturados e exilados. Em seguida, surgiu o comitê na cidade de São Paulo, e a Campanha Nacional da Anistia foi lançada com o lema “anistia geral e irrestrita”. No mês de novembro, ocorreu o 1º Congresso Nacional pela Anistia em São Paulo. “Pressionados” pela movimentação social, os militares aprovaram, em 28 de agosto de 1979, a Lei n.º 6.683, que ficaria conhecida como Lei da Anistia. A sociedade brasileira recebeu com alegria a notícia de que artistas, intelectuais, estudantes e políticos poderiam voltar do exílio, mas é importante notar como os

²³ As autarquias eram: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). As demais entidades que compunham o SINPAS eram: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). A Central de Medicamentos (CEME) compunha o SINPAS, mas como órgão autônomo.

militares se apropriaram²⁴ da movimentação social da época para incluir na lei a anistia aos militares que cometeram abusos²⁵.

Em 1979, aprovou-se o Estatuto da FUNABEM, por meio do Decreto nº 83.149. Em seu artigo 8.º, o Estatuto cria um mecanismo vinculante das diretrizes da instituição às normativas internacionais²⁶, denotando o conhecimento que se tinha sobre as discussões internacionais relacionadas ao direito da criança. No entanto, limita a atuação institucional ao determinar que caberia ao ministro da Previdência e Assistência Social propor o presidente e nomear os membros do Conselho de Administração, garantindo o controle direto da Instituição pelo Poder Executivo.

No mesmo ano de 1979 foi forjada uma nova legislação: o “Novo Código de Menores”. Ele “se assemelha à finalidade do Código de Menores de 1927, exceto por uma palavra, acrescentando uma nova função do Estado para com estes menores, a “vigilância” (CUNHA; BOARINI, 2010).

Além de recrudescer a vigilância aos “desajustados”, o novo código institucionaliza a carreira criminal do jovem ao prever sua transferência automática, aos 21 anos, para uma prisão comum. Em outras palavras, um adolescente pobre, que havia sido tirado do convívio familiar e comunitário pelo juiz de menor, que acreditava que a tutela do Estado seria melhor para a correção do seu caráter, tornava-se um prisioneiro ao completar 21 anos de idade. O código de menores de 1979 sedimentou a aliança entre medicina e direito, garantindo a presença de um psiquiatra na equipe do juizado de menores, para auxiliar a decisão dos juizes.

²⁴ “A Lei de Anistia de 1979 foi, e continua sendo, criticada por diversos grupos sociais e políticos no Brasil, em função de ter estendido a anistia aos agentes do Estado que praticaram crimes de tortura, desaparecimento forçado e execução extrajudicial durante a ditadura. A lei “forjada pelo arbítrio” foi fruto de uma “transição pelo alto”, controlada pelos militares e seus aliados civis, tendo como objetivo impor o silêncio sobre o passado e a impunidade” (SANTOS, 2010).

²⁵ “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.”

²⁶ CAPÍTULO III - Diretrizes - Art. 8º - A FUNABEM tem como objetivo o atendimento das necessidades básicas do menor atingido por processo de marginalização social, devendo para tanto: I - observar os compromissos constantes de documentos internacionais a que o Brasil tenha aderido ou vier a aderir e que resguarde os direitos do menor e de sua família; II - assegurar prioridade à integração do menor na comunidade, por meio de: a) assistência na própria família; b) incentivo à adoção, nos casos previstos em lei; c) colocação familiar em lares substitutos; d) programas tendentes a corrigir as causas da desintegração. III - incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aproximadas das que informam a vida familiar e a adaptação, a esse objetivo, das entidades existentes, de modo que somente se venha a admitir internamento de menor à falta de instituições desse tipo ou por determinação judicial; IV - respeitar, no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator de dinamização e autopromoção dessas comunidades (BRASIL, 1979).

O Estado “apropriar-se de elementos do discurso da higiene mental e da eugenia, ideário corrente no período referido” (CUNHA; BOARINI, 2010).

A Declaração *Gravissimum Educationis*, do Concílio Vaticano II, ocorrido na cidade de Roma, em 1961, expressou a necessidade de se preocupar com as crianças, adolescentes e jovens, pedindo providências aos governantes e conclamando a comunidade católica mundial para colaborar para a educação, entendida como direito sagrado, chegasse o mais rapidamente possível a todos. Em 1977, na cidade de São Paulo, cria-se a Pastoral do Menor, tendo como missão a promoção e a defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais. Em 1987, a pastoral ganhou novo impulso com a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que trazia como tema “A Fraternidade e o Menor”, e como lema “Quem acolhe o menor a mim acolhe”.

3.1.1.2.4 Segunda redemocratização brasileira

Um forte elemento do período brasileiro de redemocratização, ocorrido na segunda metade dos anos 80, foi o movimento de defesa de direitos humanos, opondo-se e tentando frear os abusos praticados pelos militares durante o regime ditatorial.

Consideremos, como condições concretas para delimitar o início e o fim do segundo processo de redemocratização, as eleições indiretas de um civil para ocupar o cargo de presidente da República, em 1985, e o golpe institucional de 2016 com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Para ilustrar o terror institucionalizado pelos governos militares e que perdurou mais de 20 anos no país, eis um trecho do estudo intitulado “Brasil: nunca mais”, que desvelou toda a desgraça do período:

O professor Luiz André Favero, de 26 anos, preso em Foz do Iguaçu, declarou na Auditoria Militar de Curitiba, em 1970, o que ocorrera a sua esposa: (...) o interrogando ouviu os gritos de sua esposa e, ao pedir aos policiais que não a maltratassem, uma vez que a mesma se encontrava grávida, obteve como resposta uma risada; (...) que ainda, neste mesmo dia, teve o interrogando notícia de que sua esposa sofrera uma hemorragia, constatando-se posteriormente que a mesma sofrera um aborto (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 50).

Parcela da sociedade brasileira se indignava com as atrocidades cometidas contra homens, mulheres e crianças, torturados em nome da manutenção da lei, da ordem e do combate à “ameaça comunista”.

Os excessos, praticados historicamente por ditadores latino-americanos²⁷, tornaram-se evidentes e cruéis. A sociedade brasileira e a comunidade internacional iniciaram movimentos organizados para proteger diferenças, emancipação feminina, formas de diálogo entre governo e sociedade e, fundamentalmente, direitos humanos essenciais, como a vida, a dignidade e a livre expressão.

Segundo Nunes e Silva (2010), a redemocratização brasileira dos anos 80 e 90 rompe com a ideia do Estado centralizador. Inicia-se a busca pelo reconhecimento e ampliação de mecanismos institucionais de participação social na gestão da coisa pública, em direção de uma relação mais horizontal entre o Estado e a sociedade por meio da organização de conselhos de política. Estavam fincados os pilares para a construção de políticas públicas preocupadas com o alargamento da noção de participação política e proteção dos direitos humanos no tocante à liberdade de expressão e crença, independentemente de origem, cor e classe social.

Mais especificamente, para efeito desta pesquisa, é importante notar que parte da sociedade se organizava para conter os excessos cometidos contra crianças e adolescentes. Algo precisava ser feito para frear os casos de violência física e psicológica cometidos contra crianças e adolescentes pobres, dentro de instituições e nas ruas e praças das maiores cidades brasileiras. Conforme afirmava o juiz de direito Umberto Guaspari Sudbrack (2004) em seu artigo “O extermínio de meninos de rua no Brasil”, no qual analisava o fenômeno dos assassinatos à população de rua de 1985 a 1995, a questão é complexa e deriva do modelo penal adotado pelo país, que não dialoga com outras ciências, como a sociologia, para compreender o processo de exclusão social de maneira mais abrangente. O fator punitivo e vingativo, na história do direito penal brasileiro, sempre teve maior valor e acabou validado pela sociedade. Sudbrack (2004) conclui:

Inicialmente, foram os índios, depois os negros. Nos anos 20, os anarquistas; ao longo dos anos 30, os comunistas. Durante o regime militar, todos os que se opunham à ditadura. Nos anos 80, os meninos de rua tornam-se os “inimigos da sociedade” (SUDBRACK, 2004).

A janela aberta pelo “fim” da ditadura militar tornou possível o surgimento de setores engajados da sociedade que se organizaram como estratégia para se fazer ouvir e trabalhar

²⁷ Para saber mais, ver: PEREIRA, Wagner Pinheiro. “A Sombra dos Ditadores: Os Regimes Autoritários nos Romances Hispano-Americanos (1851-2000)”. In: PIÑON, Nélida (Coord.). *As Matrizes do Fabulário Ibero-Americano*. São Paulo: Edusp, 2016. p.171-188.

para conquistar direitos, que nunca haviam sido conferidos legalmente à criança e ao adolescente, como, por exemplo, os de ampla defesa e ao contraditório.

Inicialmente conhecidos como movimentos populares, convencionou-se o termo “movimento social” para esse tipo de organização, tendo seu principal expoente o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), com um trabalho inovador e politicamente poderoso com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em todo o Brasil²⁸.

Estudos (BRANT; SINGER, 1980; CARDOSO, 1985; SADER, 1988; GOHN, 1995; 1997; 2002; 2014) produzidos sobre movimentos populares urbanos, rurais, sindicais, estudantis, entre outros, comprovam sua importância para a construção de uma nova ordem social, objetivada pela Constituição Federal de 1988 e normas subsequentes.

Desde a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, em 1975, até a promulgação do ECA, em 1990, muito aconteceu. Do ponto de vista histórico e político, o fim da ditadura, em 1985, liberta o desejo contido por 21 anos de uma sociedade mais justa, mas a queda do Muro de Berlim, em 1989, põe fim à Guerra Fria e, com ela, chega ao mundo a propaganda oficial do fim do sonho socialista.

O ECA é uma legislação das mais pertinentes e completas no campo dos direitos humanos da criança e do adolescente. Uma lei em pleno processo de implantação e já serviu de referência a outros países²⁹, pois reflete uma nova ordem social a partir da transição paradigmática que propôs a substituição da “doutrina da situação irregular” para a “doutrina da proteção integral”. Patrícia Junqueira Grandino postula que o ECA é “um divisor de águas no enfrentamento da questão da infância e juventude” (GRANDINO, 1999, p. 26), pois marca a passagem de uma política excludente e discriminatória, para outra que reconhece e se compromete com a prioridade da garantia dos direitos da criança e do adolescente.

²⁸ Para saber mais, ver: “MNMMR: 10 anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.” UNICEF, 2015. E MACÊDO, Maria Joacineide de; BRITO, Suerde Miranda de Oliveira. (1998). “A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora.” *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), 511-522. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000300010>.

²⁹ Pode-se encontrar citação ao ECA, como referência para outros países, na página 67, nota de fim n.º 248 do documento *Law Reform and Implementation of the Convention on the Rights of the Child*. UNICEF, 2007. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/law_reform_crc_imp.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

3.1.1.2.5 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069/90

Mais do que fruto de compromissos firmados internacionalmente, o ECA é o resultado da luta de centenas de militantes contra a incessante exclusão e morte de crianças e adolescentes brasileiros.

A aprovação e publicação do ECA deram início ao processo de ruptura com o antigo sistema repressivo e punitivo representado pelos Códigos de Menores. Apresentou uma arquitetura institucional arrojada para se lidar com a infância e a juventude no Brasil, propondo a construção de estrutura político-administrativa própria, a ser implementada para a promoção e defesa dos direitos humanos de qualquer criança ou adolescente domiciliado em território brasileiro. O ECA, em seu artigo 4º, explicita os direitos garantidos:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

E para não deixar dúvida quanto à prioridade absoluta de se garantir os direitos a toda e qualquer criança e adolescente brasileiros, o parágrafo único do mesmo artigo diz que a garantia de prioridade compreende:

(...) a) primazia em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, 1990).

O ECA estabelece diretrizes para a política de atendimento na área e exige que a criança e o adolescente se tornem prioridade absoluta na agenda dos governos, corresponsabilizando a sociedade e a família. A terminologia “menor” foi substituída por criança e adolescente, que devem, por força da lei, ser reconhecidos como sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento. A mesma lei é aplicada para todos os infantes, independentemente de classe social. Determina a descentralização das ações ao criar os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nos três níveis de governo, e os Conselhos Tutelares em todos os municípios do país, delegando à sociedade civil o direito e dever de participar do zelo e da proteção dos direitos garantidos na lei.

Da aprovação do ECA para os dias de hoje, o Estado brasileiro se estruturou para defender e promover os direitos da criança e do adolescente. Os dois tipos de Conselhos previstos - Conselhos de Política e Conselhos Tutelares - mobilizam mais de 30 mil pessoas em todo o território nacional, teoricamente, voltadas ao controle, promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente.

O Sistema de Justiça (juiz, promotor, defensor público e equipe técnica) foi ampliado e organizado em varas especializadas no direito da infância e juventude. De acordo com o relatório “O Sistema de Justiça da Infância e da Juventude nos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: desafios na especialização para a garantia de direitos de crianças e adolescentes”, elaborado pela ABMP, em 2008, há 92 comarcas brasileiras com varas especializadas, com a presença de 128 juízes. O relatório apresenta a alta demanda por técnicos especializados nas equipes dessas varas, o que interfere diretamente na qualidade da defesa dos direitos da criança. Demonstra a presença de 373 psicólogos e 790 assistentes sociais distribuídos pelo país e critica a ausência de outros profissionais (antropólogos, pedagogos etc.), que poderiam enriquecer o trabalho interdisciplinar de apoio ao juiz. O relatório não apresenta o número de promotores e defensores públicos ligados à área da infância e juventude.

Nos governos de Luiz Ignácio Lula da Silva (2003 a 2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), o Brasil realizou um esforço interno e intersetorial na formulação de um projeto de nação pautado pela elaboração de diversos planos decenais (educação, assistência social etc.). Seguindo esta perspectiva, o CONANDA gerou grande demanda para os estados e municípios brasileiros, publicando planos³⁰ que deveriam ser reeditados nas esferas estaduais e municipais. Para a concretização destes, é essencial haver pessoas físicas e jurídicas especialistas em áreas como estatística, sociologia, psicologia, direito, assistência social, gestão pública, entre outros, que consigam promover diagnósticos e planos condizentes com as diversas realidades locais e regionais.

Vimos, até aqui, o contexto histórico sobre o qual este trabalho se debruçou. Veremos nos próximos tópicos as teorias que embasam a reflexão epistemológica imprescindível à compreensão da metodologia adotada.

³⁰ Planos nacionais de maior relevância: Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Plano Nacional pela Primeira Infância, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.

3.2 BASES TEÓRICAS DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.2.1 Epistemologia³¹ como filosofia da ciência

A incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado (SANTOS, 2006, p. 59-60).

Convencionou-se a reflexão sobre o processo de construção do conhecimento humano ou a evolução do pensamento científico como o objeto principal da disciplina “epistemologia” ou “filosofia da ciência”. Pesquisadores³², no início dos anos 90, esforçaram-se para entender as críticas que novos cientistas faziam ao positivismo na segunda metade do século XX. Produziram uma síntese que merece reprodução para credenciar a afirmação feita anteriormente e preparar o terreno para este capítulo da dissertação. Segundo eles:

No início dos anos 60, algumas novas teorias da ciência foram desenvolvidas como alternativas ao positivismo; trata-se dos trabalhos de N.R. Hanson, Paul Feyerabend, Stephen Toulmin e, acima de tudo, Thomas Kuhn. Essas contribuições, ainda que problemáticas em suas teses positivas, puseram termo efetivamente à hegemonia do positivismo ao revelar que suas doutrinas centrais (tais como a cumulatividade da ciência, a redutibilidade da linguagem teórica à observacional) conflitam radicalmente com a prática real da ciência. Kuhn destacou-se, pelo menos retrospectivamente, como a figura dominante dos anos 60. Na reação a Kuhn, entrou em cena nos anos 70 uma nova geração de teóricos: I. Lakatos, L. Laudan, G. Holton, M. Hesse, J. Sneed, E. McMullin, I.B. Cohén, W. Stegmüller, D. Shapere e N. Koertge. Todos esses autores desenvolveram modelos de mudança e progresso científico que, segundo eles, estavam baseados no, e apoiados pelo, estudo empírico das obras da ciência real, por oposição aos ideais lógicos ou filosóficos de garantia epistêmica enfatizados pela tradição positivista. Por todos eles, a filosofia da ciência foi caracterizada como uma disciplina enraizada em, e responsável por, sua história (LAUDAN et al., 1993, p. 7-8).

No trecho acima, foram citados diferentes autores que podemos evocar para alicerçar nossas próximas reflexões. Como também traz uma síntese do que se entende, hoje, por filosofia da ciência: “uma disciplina enraizada em, e responsável por, sua história”.

Ao optar por trabalhar com o conceito “comunidades epistêmicas”, consideramos de fundamental importância refletir sobre a epistemologia propriamente dita. Perguntamo-nos: o

³¹ Estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica (não psicológica), o seu valor e a sua importância objetiva (LALANDE, 1993, p. 313).

³² Larry Laudan; Arthur Donovan; Rachel Laudan; Peter Barker; Harold Brown; Jarrett Leplin; Paul Thagard; Steve Wykstra.

que caracteriza essas comunidades epistêmicas? Quais grupos seriam esses? O que caracteriza tais comunidades ao qualificá-las como epistêmicas? De que epistemologia estamos falando?

Pretendemos desenvolver argumentos que criem um caminho metodológico para este estudo e promovam a orientação teórica “enraizada” na história da ciência e “responsável” pela produção científica a qual este se propõe.

Marilena Chauí (2000) explica a diferença entre os campos da investigação filosófica, dizendo que:

A partir da classificação aristotélica, definiu-se, no correr dos séculos, o grande campo da investigação filosófica, campo que só seria desfeito no século XIX da nossa era, quando as ciências particulares se foram separando do tronco geral da Filosofia. Assim, podemos dizer que os campos da investigação filosófica são três: 1º. O do conhecimento da realidade última de todos os seres, ou da essência de toda a realidade. Como, em grego, **ser** se diz *on* e **os seres** se diz *ta onta*, este campo é chamado de ontologia (que, na linguagem de Aristóteles, se formava com a metafísica e a teologia). 2º. O do conhecimento das ações humanas ou dos valores e das finalidades da ação humana: das ações que têm em si mesmas sua finalidade, a ética e a política, ou a vida moral (valores morais) e a vida política (valores políticos); e das ações que têm sua finalidade num produto ou numa obra: as técnicas e as artes e seus valores (utilidade, beleza etc.). 3º. O do conhecimento da capacidade humana de conhecer, isto é, o conhecimento do próprio pensamento em exercício. Aqui, distinguem-se: a lógica, que oferece as leis gerais do pensamento; a teoria do conhecimento, que oferece os procedimentos pelos quais conhecemos; as ciências propriamente ditas e o conhecimento do conhecimento científico, isto é, a **epistemologia**. Ser ou realidade, prática ou ação segundo valores, conhecimento do pensamento em suas leis gerais e em suas leis específicas em cada ciência: eis os campos da atividade ou investigação filosófica (CHAUÍ, 2000, p. 50).

Tratando-se de uma pesquisa interdisciplinar, não pretendemos nos guiar, exclusivamente, pelos caminhos da filosofia, mas não podemos nos furtar a esclarecer nosso entendimento sobre o termo “epistemologia”. Queremos fixar nossa compreensão de que, ao tratarmos de comunidades “epistêmicas”, estamos investigando assuntos relativos ao “conhecimento da capacidade humana de conhecer”, procurando por grupos ou redes de especialistas que, ao utilizarem uma lógica própria, de um conhecimento teórico e/ou prático, da ciência vigente à época, engajaram-se na discussão sobre a política de atendimento de crianças e adolescentes no final dos anos 80, para produzir uma nova política pública para a infância e juventude brasileiras. Entretanto, para além de reconhecer a dimensão interna - lógica - de cada comunidade epistêmica, esta investigação se propõe a refletir sobre a validação científica dessas comunidades e, assim, nos aproximamos mais da filosofia da ciência.

Conforme verificamos no prefácio do livro “Posições e críticas”, de Manuel Maria Carrilho, publicado em 1991, o termo “epistemologia” foi empregado pela primeira vez na língua inglesa pelo filósofo escocês James Frederick Ferrier no livro *Institutes of metaphysics*:

The theory of knowing and being, de 1854, para diferenciar os termos *epistemology* e *ontology*. Na língua francesa, o termo foi utilizado pela primeira vez por Bertrand Russell, em 1894, no livro “Ensaio sobre os fundamentos da geometria”. Havia uma diferença de entendimento sobre o termo, porque “(...) ‘Epistemology’ designava a teoria do conhecimento, ao passo que ‘l’épistémologie’ fazia referência à ‘filosofia das ciências’.” (CARRILHO, 1991, p. 8). Neste trabalho, optamos por seguir o segundo entendimento sobre o termo, haja vista o acúmulo de discussões durante o século XX sobre a filosofia da ciência diante dos avanços científicos disseminados pelo mundo desde o século XIX.

Imre Lakatos (1922-1974), filósofo húngaro da matemática e da ciência, foi um dos principais teóricos e defensores da filosofia da ciência. Desenvolveu um método historiográfico e crítico para comparar diferentes abordagens metodológicas utilizadas na análise da história da ciência. Propôs uma metodologia construtiva, que utiliza de meta-critérios para a reconstrução racional da ciência. Analisando autores como Popper, Feyerabend, Kuhn, dentre outros, aplicou métodos de análise aos próprios métodos de análise (metametodologia), para comprovar sua metodologia. Com isso, apresentou, de maneira crítica, diferentes correntes de investigação científica: indutivismo, falseacionismo, convencionalismo e programas de investigação científica.

Karl Popper (1902-1994), filósofo austríaco da ciência, defendia que mais importante, e às vezes viável, do que comprovar se uma teoria científica é verdadeira, é verificar, por meio do método hipotético-dedutivo, se é falsa. Mas não se trata de encontrar a falsidade na relação entre teoria - ou ideia - e a realidade. Conforme ensina CHAUI (2000), Popper defende que a falseabilidade poderia ser encontrada na:

(...) perda da coerência de uma teoria, na existência de contradições entre seus princípios ou entre estes e em alguns de seus conceitos. Popper afirma que as mudanças científicas são uma consequência da concepção da verdade como coerência teórica. E propõe que uma teoria científica seja avaliada pela possibilidade de ser falsa ou falsificada. Uma teoria científica é boa, diz Popper, quanto mais estiver aberta a fatos novos que possam tornar falsos os princípios e os conceitos em que se baseava. A maioria dos filósofos da ciência, entre os quais Kuhn, demonstrou o absurdo da posição de Popper. De fato, dizem eles, jamais houve um único caso em que uma teoria pudesse ser falsificada por fatos científicos. Jamais houve um único caso em que um fato novo garantisse a coerência de uma teoria, bastando impor a ela mudanças totais. Cada vez que fatos provocaram verdadeiras e grandes mudanças teóricas, essas mudanças não foram feitas no sentido de “melhorar” ou “aprimorar” uma teoria existente, mas no sentido de abandoná-la por uma outra. O papel do fato científico não é o de falsear ou falsificar uma teoria, mas de provocar o surgimento de uma nova teoria verdadeira. É o verdadeiro e não o falso que guia o cientista, seja a verdade entendida como correspondência entre ideia e coisa, seja entendida como coerência interna das ideias (CHAUI, 2000, p. 329).

Thomas Samuel Kuhn (1922-1996), físico e filósofo estadunidense, citado acima por Chauí, dedicou-se ao estudo da epistemologia e sacramentou quinze anos de pesquisa por meio do relatório “A estrutura das revoluções científicas”, publicado originalmente em 1962. Nele, trata da importância de compreender a função e as dinâmicas dos “paradigmas” científicos. “Ao aprender um paradigma, o cientista adquire ao mesmo tempo uma teoria, métodos e padrões científicos, que usualmente compõem uma mistura inextricável” (KUHN, 1987, p. 144). Afirmar que o debate entre cientistas que adotam paradigmas diferentes, cria um “diálogo de surdos”, que depende de “critérios totalmente exteriores à ciência” para ser resolvidos. A solução para o dilema não está presente no racionalismo da filosofia e da ciência tradicional. É a “revolução científica”, a passagem de um paradigma para outro, o abandono do velho para o surgimento do novo que pode resolver o problema. Muitas vezes, esta ruptura depende de valores que estão fora do paradigma mais aceito pela comunidade científica vigente ou pela sociedade de determinado período histórico, o que gera uma mudança radical no pensamento humano.

O exemplo mais comumente utilizado para entender esse tipo de “revolução” é a mudança proposta por Nicolau Copérnico (1473-1543), astrônomo, matemático, cônego da igreja católica, governador, administrador e jurista polonês. A comunidade científico-religiosa e a sociedade do século XVI não podiam suportar a ideia proposta por Copérnico de que a terra não era o centro do Universo. Não se tratava apenas de uma mudança geométrica, astronômica, gráfica, que alteraria o desenho que se coloca na parede da escola, como conhecemos hoje, naturalmente, o sistema solar. Alterava os valores que a sociedade da época utilizava para reger as relações familiares, clericais e de poder. À ideia do geocentrismo estavam conectadas todas as demais.

A revolução, a mudança do paradigma geocêntrico para o heliocêntrico foi possível apenas depois das contribuições de Galileu Galilei (1564-1642), físico, matemático, astrônomo e filósofo florentino, e do alemão Johannes Kepler (1571-1630), astrônomo, astrólogo, filósofo e matemático, para o campo da astronomia. Eles aprofundaram os estudos de Copérnico, para explicar o funcionamento do sistema solar. O pensamento humano ganhou peso, massa, movimento, e o mais revolucionário: deslocou o homem, a terra, do centro imóvel do Universo para um objeto em movimento, em órbita e suspenso no espaço sideral.

Apesar de adotar uma postura contrária a Popper com relação à validação do conhecimento científico, Thomas Kuhn se alinha àquele ao conferir grande peso à comunidade científica, como grupo privilegiado para validar uma teoria ou trabalho científico. Kuhn finaliza seu

relatório com uma provocação científica que muito interessa ao presente estudo. Vejamos o último parágrafo do livro “A estrutura das revoluções científicas”:

Temos ainda muito a aprender sobre todas essas características da ciência. Inicie este posfácio enfatizando a necessidade de estudar-se a estrutura comunitária da ciência e terminarei sublinhando a necessidade de um estudo similar (e acima de tudo comparativo) das comunidades correspondentes em outras áreas. Como se escolhe uma comunidade determinada e como se é aceito por ela, trata-se ou não de um grupo científico? Qual é o processo e quais são as etapas da socialização de um grupo? Quais são os objetivos coletivos de um grupo; que desvios, individuais ou coletivos, ele tolera? Como é controlada a aberração inadmissível? Uma compreensão mais ampla da ciência dependerá igualmente de outras espécies de questões, mas não existe outra área que necessite de tanto trabalho como essa. O conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para entendê-lo, precisamos conhecer as características essenciais dos grupos que o criam e o utilizam (KUHN, 1987, p. 256-257).

Longe de querer responder às suas indagações, acreditamos que o presente trabalho está no caminho proposto por Kuhn, à medida que procura identificar e definir como comunidades epistêmicas alguns grupos (UNICEF, servidores públicos, militantes, religiosos e juristas), oficialmente desconectados da Universidade - *locus* do saber científico. Assim, procuramos conferir a estes a grandeza própria daqueles que produzem conhecimento e o colocam a serviço da sociedade, em nosso caso específico, produzindo uma legislação que demandaria um sem-número de “revoluções paradigmáticas” no Estado (nos três níveis de governo e dentro dos poderes constituídos), na sociedade (relações assistenciais, socioeducativas e familiares) e, principalmente, em cada cidadão e cidadã (revisão de valores de conduta e atendimento a crianças e adolescentes).

O papel de Kuhn na Filosofia da Ciência é central, mas cabe dizer, na rápida incursão pela Epistemologia, que, segundo Leonardo G. Rodríguez Zoya (2011):

(...) diz-se frequentemente que o trabalho de Kuhn deu o golpe de misericórdia à ortodoxia herdada da filosofia racionalista. Embora a importância do pensamento kuhniano seja indissociável da reorientação dos problemas epistemológicos e para o novo rumo tomado pelos estudos sociais da ciência, é pertinente destacar que o trabalho de Kuhn se sustenta em algumas contribuições pioneiras. Entre elas, é possível mencionar: a contribuição de Hanson relacionada à carga teórica da observação; o avanço proposto por Feyerabend no campo do enfoque historicista da filosofia da ciência; as críticas de Quine e Putnam à dicotomia analítica/sintética. Como também se destaca o trabalho de Toulmin, chamando a atenção para os processos de desenvolvimento das teorias científicas; e a indicação de Polanyi sobre a importância do conhecimento tácito na orientação da atividade científica (RODRÍGUEZ ZOYA, 2011, p. 42, tradução nossa).

Dos autores citados destacaremos Paul Karl Feyerabend (1924-1994), pensador austríaco, por sua ousadia filosófica e influência no pensamento de Boaventura de Sousa Santos, que analisaremos mais detidamente na sequência.

Feyerabend foi orientando de Popper na Escola de Economia de Londres e sua principal obra foi “Contra el método” (1975), na qual declarou que:

A ideia de um método que contenha princípios científicos inalteráveis e absolutamente obrigatórios que rejam os assuntos científicos se defronta com dificuldades ao ser confrontada com resultados da investigação histórica. Descobrimos que não existe uma única regra, por mais plausível que pareça, por mais alicerçada sobre a epistemologia, que não seja desrespeitada numa ou noutra ocasião. É evidente que tais transgressões não ocorrem acidentalmente (...) mas são antes *necessárias ao progresso* (FEYERABEND, 1970, p. 15. In: Alves, 1982, p. 146).

Com essa postura, Feyerabend conquistou fama de “terrorista epistemológico” ou de “pior inimigo da ciência”, conforme Luciana Correa e Walter Bazz (2015) revelam. A dupla de pesquisadores afirma que “seus principais conceitos são o anarquismo epistemológico, o pluralismo metodológico, a contrarregra, a ‘contraindução’ e o tudo-vale (MOREIRA; MASSONI, 2011)” (CORREA; BAZZ, 2015, p. 81).

Em linhas gerais, Feyerabend ataca radicalmente o racionalismo e, em consequência, o racionalismo crítico de Popper e o novo racionalismo de Lakatos (REGNER, 1996). Defende um pluralismo metodológico cujas possibilidades de conexões geram um pensamento mais conectado a ideias abandonadas pelo rigor metodológico e que geram teorias e trabalhos científicos caóticos e enganosos. Considera qualquer metodologia válida desde que não seja considerada como único método válido. A contrarregra defendida pelo Feyerabend diz respeito à possibilidade de não obedecer a teorias existentes pelo simples fato de serem mais familiares e a contraindução seria uma forma de adicionar mais elementos, diferentes alternativas, novas concepções a determinado método, haja vista não ser possível a nenhuma teoria ser harmônica com todos os fatos conhecidos. E o “tudo-vale” foi a saída encontrada por Feyerabend para aqueles que não resistem à adoção de um princípio que seja aplicável a todas as situações. O cientista:

(...) precisa adotar métodos pluralistas, comparar as teorias com outras teorias, aperfeiçoar alternativas ao invés de afastá-las, para manter o processo da competição. Há diferença perceptível entre as regras (como concebidas por filósofos da ciência) e os procedimentos utilizados pelos cientistas na pesquisa efetivamente realizada (CORREA; BAZZ, 2015, p. 84).

No caso do presente trabalho - e o leitor perceberá ao lê-lo por completo -, o “tudo-vale” de Feyerabend se apresenta concretamente. A opção metodológica de investigação qualitativa, aliada à linha epistemológica de análise, dá condições de alçar voos criativos que não pretendem grandes revoluções paradigmáticas, mas convidam a navegar pela história brasileira, mais precisamente do final dos anos 80, considerando novos paradigmas dentro do universo jurídico, filosófico e sociológico. É uma investigação aberta, de cunho político, apontando para o futuro sociopolítico do país.

Para finalizar o passeio pelo pensamento de Feyerabend, vejamos um trecho que revela toda sua irreverência. Ele diz que os filósofos:

(...) existem e são pessoas inteligentes e tudo o que eles veem quando olham para a ciência são proposições. Eles não veem laboratórios; não veem as lutas entre os cientistas e os políticos para negociar os temas que serão financiados; não veem os grandes telescópios, observatórios, edifícios, as reuniões, os efeitos que uma pessoa inepta em uma posição de poder tem sobre seus subordinados. Eles só veem proposições. (...) Mas e o campo experimental? Bem, ao que parece, para esses filósofos são tão relevantes para a ciência quanto uma máquina de escrever é para um poeta. É um meio de produzir proposições (FEYERABEND, 1996, p. 97. In: RODRÍGUEZ ZOYA, 2011, p. 42, tradução nossa).

Feyerabend, ao lançar um olhar crítico aos seus companheiros filósofos que, para ele, parecem alijados da realidade em que se situam, propõe uma reconexão entre saberes dantes compartimentalizados em nome do rigor científico, cabendo à filosofia apenas o campo das conjecturas intelectuais que giram em falso e à revelia de circunstâncias sociopolíticas. O caráter instrumental que o campo experimental teria para esses filósofos criarem suas conjecturas, para Feyerabend, é o motivo que deve impulsionar a própria investigação, tornando o trabalho do filósofo mais imbricado à sua realidade sociocultural e política.

Apenas como mais um elemento para problematizar a epistemologia, tomemos o entendimento crítico de Mogobe Ramose (2011), filósofo sul-africano, sobre a filosofia moderna. Ele afirma que o universalismo adota um sistema de pensamento que vê o cosmos dotado de um centro e periferias. Portanto, para romper com a visão que coloca a filosofia europeia no centro de todo o pensamento humano, e para incluir a filosofia feita na África, no caso dele, propõe o conceito de “pluriversalidade”. Acredita que o termo quebra a dicotomia centro-periferia e destrona o universalismo, como não se pode achar que o jazz ou a música erudita, sejam universais. A música pluriversal, por exemplo, abrangeria todas as formas de se fazer música no mundo. O pluriverso seria a reunião de diversas universalidades que coexistem, abarcando a noção de universo. O que se costuma chamar de universal passa a ser

apenas mais um sistema local, entre outros. Boaventura de Sousa Santos também critica o eurocentrismo.

Renato Nogueira (2013), filósofo brasileiro que adota a postura de Ramose, afirma que tomar a filosofia como sinônimo de sua versão ocidental é um equívoco. Escreve sobre “epistemicídio”, definindo-o como a injustiça cognitiva que destrói territórios epistêmicos não hegemônicos.

Veremos mais adiante o conceito de “Comunidades epistêmicas”, que elegemos como elemento-chave de análise da pesquisa. Mas seguindo as recomendações de Feyerabend, não o consideramos a única forma, ou a maneira mais certa de classificar os grupos que estiveram presentes na formulação do ECA. Poderíamos, por exemplo, utilizar os conceitos criados por Silvio Funtowicz e Jerry Ravetz, na década de 1990, quando denunciaram a morosidade da ciência na solução de problemas ambientais. Segundo eles, para superar os prejuízos causados pela sociedade industrial:

Não necessitamos mais do ideal de uma ciência despojada de valores, neutra do ponto de vista ético, nem devemos acreditar que dos fatos descobertos pela ciência decorram automaticamente decisões políticas racionais e corretas. Um método novo, baseado no reconhecimento da incerteza, da complexidade e da qualidade, guiará o novo empreendimento científico que chamamos de “ciência pós-normal” (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1997, p. 220).

E para produzir a ciência denominada “pós-normal”, os autores defendiam a ideia de que:

O controle da qualidade dos resultados da pesquisa nesse contexto científico novo e mais amplo não pode mais ser delegado a comunidades isoladas de especialistas. Precisa ser renovado e enriquecido. O diálogo a respeito da qualidade, juntamente com aquele concernente às políticas científicas, deve ser estendido a todos os afetados por determinada questão, desde que estejam comprometidos com um debate genuíno. Formam o que chamamos de ‘comunidade ampliada dos pares’ (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1997, p. 220).

O conceito de “comunidade ampliada de pares” caberia perfeitamente para discutir as consultas públicas durante o processo de formulação do ECA, à medida que vários atores sociais, desde meninos de rua até oficiais do UNICEF, foram convocados à tarefa que poderia ter ficado restrita ao gabinete fechado de especialistas do campo jurídico, por exemplo. Os autores se basearam nas ideias de Thomas Kuhn, justificando a inversão no paradigma científico. Propuseram que a ciência não fosse mais a única responsável pela tomada de decisões políticas. Evidenciaram que os transtornos causados no âmbito doméstico, familiar e ambiental deveriam ser valorados pela comunidade científica e ganhar peso no jogo de forças com a economia e o poder do Estado. Rompem com a aliança secular entre Estado e ciência

concretizada por poucos especialistas, frequentemente financiados pelos governos. Hass (1992) reconhecia a capacidade de as comunidades epistêmicas enfrentar o poder do Estado, e que sua principal motivação era um projeto político que garantisse maior qualidade de vida humana. Os dois conceitos, evidentemente, estavam inclinados aos temas de ordem ambiental, na década de 1990, e demonstravam forte tendência a enfrentá-las, considerando um saber até então menos favorecido, conhecido como senso comum, ou sabedoria popular. Nas palavras de Funtowicz e Ravetz (1997):

(...) a ampliação da comunidade de pares não é mero gesto ético ou político. Pode realmente enriquecer os processos de investigação científica. O conhecimento das condições locais ajuda a determinar que dados são consistentes e relevantes, e também a definir os problemas que devem ser alvo das políticas. Tais conhecimentos de caráter local e pessoal não se oferecem naturalmente aos especialistas que atuam em disciplinas determinadas, predispostos pelo treino e emprego a adotar concepções abstratas e genéricas sobre a legitimidade de problemas e a relevância de informações. As pessoas que dependem da solução de problemas que estão ameaçando suas vidas e sustento têm consciência aguçada de como os princípios gerais se materializam em seus ‘quintais’. Também possuem ‘fatos ampliados’, que incluem anedotas, pesquisas informais e mesmo informações oficiais publicadas em meios não oficiais. Pode-se argumentar que carecem de conhecimentos teóricos e agem parcialmente à luz do interesse próprio; mas também se pode, legitimamente, argumentar que os especialistas carecem de conhecimentos práticos e seguem suas próprias formas inconscientes de tendenciosidade (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1997, p. 220).

O processo de formulação do ECA, anterior à elaboração conceitual dos autores em tela, teve o “conhecimento das condições locais” como forte componente, o que possibilitou a definição de problemas que deveriam ser enfrentados pela legislação nacional.

Finalmente, nos ocuparemos do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, para fixar os parâmetros científicos que norteiam nossa metodologia, assim como ressignificar o conceito de comunidade epistêmica.

3.2.2 Pensamento de Boaventura de Sousa Santos

(...) perdemos a confiança epistemológica (...) (SANTOS, 2006, p. 17).

Conhecer a biografia de Boaventura de Sousa Santos colabora para a compreensão da teoria que ele propõe. Advogado, português de Coimbra, nascido em 1940, seguiu para Berlim, aos 22 anos, com o objetivo de estudar filosofia do direito e, aos 29 anos, viajou para os Estados Unidos para estudar sociologia do direito, concluindo seu doutoramento aos 33 anos de idade.

Durante o período norte-americano, esteve durante quatro meses na cidade do Rio de Janeiro, estudando como se dava o processo de regularização das propriedades nos morros cariocas. Aos 56 anos, recebeu o Prêmio Gulbenkian de Ciência. Em 2016, com 76 anos de idade, era professor na Universidade de Coimbra e na Universidade de Wisconsin - Madison, e coordenava o “Projeto Internacional de Investigação ALICE - Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: definindo para a Europa um Novo Modo de Partilhar as Experiências e o Mundo”, que procura identificar e divulgar tecnologias desenvolvidas no hemisfério sul que auxiliem o desenvolvimento das “tecnologias sociais” na Europa.

Utilizaremos os livros “Um Discurso para a Ciência” e “Introdução a uma Ciência Pós-moderna”. Nos dois livros, Boaventura procurou fornecer bases sociológicas para compreender a complexa relação existente entre a reflexão epistemológica e a crise da ciência presente na fase que chamou de “transição paradigmática da ciência pós-moderna”.

3.2.2.1 Paradigma dominante

A ciência moderna foi construída a partir de paradigmas que tornaram o conhecimento dividido em partes específicas, estanques. Depois do que produziram Copérnico, Kepler, Galileu, Newton, estamos há mais de quatrocentos anos sendo produtores e produtos de um mundo disciplinarizado. Com o objetivo de se conhecer, de se desvendar os mistérios da natureza e dos universos macro e microscópicos, para dominá-los e controlá-los, procuramos recortar a realidade para conhecer seus diferentes tipos de manifestação: a física, a biológica e a química, basicamente. Tentamos explicar todos os fenômenos por meio de cálculos e fórmulas matemáticas exatas, o que dá a impressão de estar sendo claros, simples e, ao mesmo tempo, rigorosos, profundos e organizados. Aprendemos a quantificar, medir e classificar para, depois, determinar relações sistemáticas entre o que se separou e, somente então, generalizar uma conclusão que deve servir para todo o universo - uma lei geral. A partir dessas leis, organizamos o mundo, gerando estabilidade e dominação, manipulando e transformando o real. Vivemos do século XVI ao XVIII esse modelo racionalista das ciências naturais.

No século XIX, começamos a conhecer e conviver com o modelo das ciências sociais impregnadas de todos os princípios básicos das ciências naturais. Nesse momento se instaurou uma fratura grave na mentalidade humana - estudiosos das ciências naturais e sociais reivindicam para si, exclusivamente, o caráter de executores de estudos científicos,

distinguindo-os do senso comum e dos estudos humanísticos - “estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos” (SANTOS, 2006, p. 21).

A partir de Kepler e Descartes, no século XVII, nasce a confiança epistemológica que Boaventura chama de paradigma dominante e que tem como princípios básicos: a) o conhecimento científico é diferente do senso comum; b) a pessoa é diferente da natureza; c) o conhecimento direto, imediato e vulgar, é ilusório.

Instaura-se a ideia de mundo-máquina que se repete e que pode ser adequadamente construído e operado pelo homem. Esta grande hipótese moderna foi chamada de mecanicismo, conceito adotado pela burguesia do século XVIII. Diante disso, o determinismo mecanicista previa mais a dominação e a transformação do real do que conhecê-lo de fato. O ímpeto científico se dava mais pela finalidade do que pelo processo, muito embora os procedimentos objetivamente descritos fossem inestimáveis. O que realmente importava era o resultado que gerasse transformação e dominação.

As ciências sociais, utilizando-se das mesmas ideias, criaram formas de dominação apropriadas pela burguesia, que as utilizou como mecanismos sociais de controle e de dominação. Autores como Comte, Durkheim, Bacon e Montesquieu formaram um verdadeiro padrão de pensamento e de governo, influenciando as ciências jurídicas em sua forma de julgar e determinar punições aos “desajustados”. Entretanto, apesar de estar “viciada” nas ciências naturais, ou ciências duras, ou ciências positivas, a ciência social criou duas vertentes. A primeira, como um tipo de física social, propunha regras ao método sociológico. Durkheim, um de seus expoentes, propunha que os fatos sociais deveriam ser reduzidos às dimensões externas, observáveis e mensuráveis. Esta vertente logo cai por terra, pois a tentativa de comparação entre ciências naturais e ciências sociais e a adequação de métodos, utilizando os mesmos pressupostos, falha invariavelmente. Kant (1724-1804) inaugura a distinção entre filosofia e ciência e passa a ter lugar central na reflexão sobre a construção do conhecimento. O Círculo de Viena (1928 a 1934) vai ao extremo, tornando a reflexão filosófica tão científica quanto a ciência, tentando fixar uma ciência da ciência, justificando a teoria da ciência como único sentido legítimo da filosofia. A filosofia como justificação das ciências positivas. O positivismo lógico, neste sentido, marca o apogeu da dogmatização da ciência.

A segunda vertente procura reivindicar um estatuto próprio para si. E criar uma ciência diferente, sempre subjetiva, considerando os fenômenos sociais a partir das atividades mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações. Tanto o método de investigação como o critério epistemológico deveriam ser diferentes dos utilizados pela ciência natural. Não se

pretendia um conhecimento objetivo, explicativo, e que criasse leis gerais de conduta. Procura-se um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo. As duas vertentes, embora apontem para uma crise nas ciências sociais, não revelam explicitamente a crise do paradigma dominante, como Boaventura pretende abordá-la, evidenciando a necessidade de uma ruptura dogmática.

3.2.2.2 Diferentes tipos de crises

Ao distinguir dois tipos de crise do paradigma dominante, Boaventura cria o alicerce para pensar na situação em que o movimento científico se encontrava nos anos 80. Tomando o pensamento de Thomas Kuhn como base de comparação, cita as ideias relacionadas à “crise de crescimento” (KUHN, 1970, p. 182. In: SANTOS, 2010, p. 17) como uma sorte de insatisfações com métodos e conceitos básicos ao nível de determinada matriz disciplinar, que não colocam em pauta a validade científica dos resultados a que ela chega.

Como contraponto, Boaventura indica determinada crise que designa como “crise de degenerescência” (SANTOS, 2010, p. 18), que perpassa todas as disciplinas e gera uma tendência de se considerar a ciência como apenas uma das formas para conhecer a realidade. É uma crise que afeta diretamente o paradigma em si e questiona os fundamentos epistemológicos em voga. Justifica a crise paradigmática por meio da crise em que se encontra a própria epistemologia. Investiga os mais importantes e atuais estudos sobre epistemologia para afirmar que estão em desacordo, em conflito, e que não há mais como se chegar a um consenso sobre qual a melhor, ou a mais correta epistemologia. Chega a afirmar que “a epistemologia é uma disciplina, ou tema, ou perspectiva de reflexão cujo estatuto é duvidoso, quer em função do seu objeto, quer em função do seu lugar específico nos saberes” (SANTOS, 2010, p. 21). Há quem prefira pensar que as condições sociais são corpos estranhos no saber teórico, deixando sequelas na prática investigativa e, por outro lado, outros acreditam que as condições sociais são determinantes em relação às condições teóricas, pertencendo por inteiro à intervenção epistemológica.

3.2.2.3 Crise do paradigma dominante: desdogmatização

Para Boaventura, a crise do paradigma dominante “é não só profunda como irreversível” (SANTOS, 2006, p. 40). Cita cientistas do século XX, como Einstein, Heisenberg, Bohr, Gödel, Prigogine, para concluir que, a partir do século XX, os cientistas positivistas do século XIX deram lugar a cientistas-filósofos que recolocaram temas simples na pauta do dia, o que trouxe mudanças importantes do ponto de vista da sociologia: a) podemos conhecer as coisas a partir do conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós mesmos; e b) condições sociais, contextos culturais, dentre outros aspectos que estavam ancorados na sociologia, passam a ocupar lugar de destaque na reflexão epistemológica.

Boaventura destaca duas principais mudanças promovidas pela ruptura com o paradigma dominante: a) os conceitos de lei e de causalidade perdem seu status hegemônico a partir do momento que a biologia insere os conceitos de sistema, de estrutura e de modelo com a noção de processo menos mecanizado; b) o desencantamento do mundo criado pela ciência positiva não cabe mais no mundo atual, devendo o cientista se encantar e tentar levar os outros a também se reencantarem com o mundo.

Nesse ponto, Boaventura se aproxima de Henri Lefebvre (1901-1991), quando este diz:

Hoje, mais do que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou, então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. Como se diz: seremos realistas... mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

Ao tratar da “utopia”, Milton Santos (2000), nos lembra:

(...) quando se exclui a utopia, nós nos empobrecemos imediatamente. O próprio ofício de teorizar pressupõe uma utopia. As épocas que subestimam a utopia são épocas de empobrecimento intelectual, ético e estético (SANTOS, 2000, p.48).

Boaventura, Lefebvre e Milton Santos são autores que veem na ciência contemporânea uma aventura contestadora, esperançosa e, portanto, encantadora.

A desdogmatização da ciência, segundo Boaventura, passa por três vertentes: a) vicissitudes da reflexão epistemológica desde finais do século XIX; b) variedade de tentativas de fundamentação da ciência e suas conseqüentes frustrações; c) surgimento de novas perspectivas sobre a ciência como contribuição para o projeto existencial da construção da vida em sociedade.

Popper, como vimos anteriormente, elabora, em 1968, sua proposta de falseabilidade, contrariando a verificabilidade proposta pelo Círculo de Viena. Wittgenstein, em 1971, propõe sua “autocrítica” contra a ideia de encontrar, na linguagem, um fundamento absoluto do conhecimento. São apenas dois exemplos de como a reflexão epistemológica explode, no final do século XX, em mil e uma facetas possíveis, exigindo tolerância por parte da comunidade científica.

Para evidenciar as frustrações de tentativas em fundamentar a ciência, Boaventura cita pensadores como Locke e Descartes, que distanciam a teoria da prática com uma obsessão crônica pela objetividade e assertividade, o que o tempo mostrou ser insustentável. Cita, ainda, Ernest Mach, Einstein, Bateson, Piaget, Heisenberg entre outros, que produziram rombos no modelo racionalista, colocando em xeque os dogmas das ciências duras.

E, finalmente, para evidenciar o surgimento de uma nova forma de se pensar a ciência, Boaventura elege autores como Hegel, Heidegger (1955; 1960; 1961) e Dewey (1916; 1957), como exemplos de pensadores que avaliam o que se entendia por ciência do ponto de vista da sua função social. Assim como indica Habermas (1971; 1982), Gadamer (1965; 1983) e Rorty (1980) como os três pensadores que produziram as “mais brilhantes reflexões sobre as relações entre ciência e filosofia” (SANTOS, 2010, p. 27). Acrescentem-se à nova maneira de se fazer/pensar sobre a ciência as contribuições mais “recentes” de Bachelard (construtivismo), Kuhn (convencionalismo) e Feyerabend (anarquismo metodológico).

Ainda com o objetivo de contextualizar a essencial construção do paradigma emergente, a “industrialização da ciência” (SANTOS, 2010, p. 57), nos países capitalistas e nos socialistas do leste europeu, levou a uma perda considerável da espontaneidade dos cientistas e da autonomia da ciência, vinculando-a diretamente aos centros de poder econômico, social e político, que definem as prioridades científicas desde às décadas de 1930 e 1940. Apesar de sabermos que a ciência positiva não consegue explicar o mundo, como “fazia” até o século XVIII, precisamos lutar contra as fortes pressões que ainda impõem ao mundo apenas esse tipo de ciência.

3.2.2.4 Paradigma emergente

A utopia é não reduzir a realidade ao que existe.
(Boaventura de Sousa Santos)

Boaventura reconhece a dificuldade de se aventurar no caminho do delineamento de um novo paradigma. Cita vários autores, que tentaram nomear a nova fase da ciência, e conclui dizendo que procura falar “do paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente”. (SANTOS, 2006, p. 60).

Para defender sua ideia, ele apresenta dois grupos de argumentos: no primeiro ressalta que todo conhecimento “científico-natural” é “científico-social”. Ilustra o princípio com a teoria das estruturas dissipativas de Prigogine (1917-2003), e diz que ela, entre outras teorias criadas no século XX, tem vocação holística, sistêmica. Cita o pan-psiquismo leibniziano para compreender a dimensão psíquica da natureza e fala sobre como Capra (1939 -) utiliza o conceito jungiano de inconsciente coletivo em sua teoria dos sistemas, ilustrando um tipo de conhecimento não dualista e integrador. Demonstra como as ciências ou diferentes disciplinas estão se integrando, citando Lovelock (1919 -) e suas “cooperativas de células”, defendendo a ideia de que as humanidades influenciam fortemente as ciências ditas duras, que tentam buscar mais a compreensão do mundo do que a sua manipulação.

No segundo grupo de argumentos, ressalta que toda tentativa de sair da disciplinarização fracassa. Até atividades que se pretendem gerais tornam-se especialidades (clínica médica, por exemplo). Todo conhecimento é local e total, citando Wigner (1902-1995) e seu conceito de totalidade indivisa. A fragmentação pós-moderna do conhecimento é temática e procura ampliar conexões. A localidade de projetos cognitivos salienta sua exemplaridade, transformando-se em pensamento total e ilustrativo. A possibilidade da transgressão metodológica está dada por maior tolerância no discurso, como utilizados por Sartre, Castañeda e Foucault.

Antropologia e sociologia reviram seus métodos a partir da década de 1960, inaugurando a observação-participante. A ciência é autobiográfica, mas não se admitia isso; o Discurso sobre o Método (1637) de Descartes (1596-1650) é altamente autobiográfico, com momentos confessionais.

A nova forma de conhecimento deve antes nos aproximar do que estudamos do que nos afastar da realidade como forma de manter neutralidade e objetividade. É nítido como a trajetória pessoal e coletiva de qualquer autor corre subterraneamente em seus trabalhos científicos. A qualidade do conhecimento afere-se menos pelo que ele controla ou faz

funcionar no mundo exterior do que pela satisfação pessoal que dá a quem a ele acede e o partilha. No paradigma emergente, a criação científica se aproxima da criação artística. A ciência moderna se construiu contra o senso comum. A ciência pós-moderna precisa se tornar senso comum. Somente assim ela realizar-se-á. Na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento científico.

Diante da crise instalada e da necessidade do surgimento de um novo paradigma científico, é possível assumir a possibilidade de uma hermenêutica crítica da epistemologia. Deve-se refletir sobre a reflexão epistemológica. Significa atribuir-lhe o valor de um sinal que se analisa segundo a sua pragmática e não segundo a sua sintaxe ou a sua semântica. Segundo Hegel e Adorno, a epistemologia é uma falsidade, mas verdadeira em sua falsidade. “É uma ilusão necessária” (SANTOS, 2010, p. 29).

3.2.2.5 Pensamento abissal e ecologia de saberes³³

Boaventura entende por pensamento abissal o adotado pela ciência, que determina a disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não científicas de verdade. Vê a necessidade de reconhecer a persistência desse tipo de pensamento, para se poder pensar e agir além dele, adotando uma postura “pós-abissal”. Significa romper radicalmente com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação - que seriam as unicamente relevantes-, de forma não derivativa, para não correr o risco de continuar dentro do paradigma anterior, mesmo que se proclame estar fora dele.

Para isso, devemos pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha, precisamente por o outro lado da linha ser o domínio do impensável na modernidade ocidental. O outro lado da linha se refere especificamente ao hemisfério sul, onde Boaventura acredita estar escondidas muitas respostas sempre desconsideradas ou tornadas invisíveis pela ciência do norte, balizada pelo interesse colonial exploratório dos países europeus, ou de grupos que avalizam este tipo de pensamento como sendo verdadeiro. Acredita que as “epistemologias do sul” ensinariam muito ao mundo, principalmente o do norte, sobre como organizar o pensamento. E defende a ideia de que o pensamento moderno ocidental ainda não conseguiu romper com o paradigma apropriação/violência, característica própria do colonialismo.

³³ Boaventura aborda esses conceitos no texto apresentado em diversas conferências pelo mundo, intitulado “Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF. Acesso em: 25 jun. 2018. Também reflete sobre a “Ecologia de Saberes” em seu livro *A gramática do tempo* (2006).

Somente um pensamento pós-abissal evidenciaria a crueldade com que povos do hemisfério sul foram e ainda são tratados, como os indígenas brasileiros, recorrentemente considerados sub-humanos. Ou, no caso que mais interessa a este estudo, a noção corrente de que a criança e o adolescente não sabem o que querem, cabendo somente aos adultos tomar decisões importantes.

O pensamento pós-abissal deve nascer no sul. Deve-se aprender com as epistemologias do sul, que confrontam a monocultura da ciência com uma ecologia de saberes:

(...) porque se baseia na pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (...) Essa ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo. (...) A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia de saberes. Ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia de saberes.³⁴

A ecologia de saberes concebe um conhecimento pragmático, haja vista os efeitos, no mundo dos oprimidos, virem sempre antes de complexas causas. É importante preferir, nesses casos, as formas de conhecimento que proporcionam maior participação dos grupos sociais atingidos por determinado problema em sua concepção, execução, controle e fruição da intervenção.

Finalmente, Boaventura não considera fácil a construção da ecologia de saberes, porque abrange um número extremo de variáveis. Considera três grandes problemas para se chegar à nova epistemologia do sul: a) distinguir o que é ciência e não ciência; b) compreender os conhecimentos envolvidos, considerando as incomensurabilidades, contradições, incompatibilidades e complementaridades; c) distinguir alternativas-ao-capitalismo de alternativas-dentro-do-capitalismo. A proposta é ousada e deverá ser elaborada coletivamente por meio de diversas perguntas e, provavelmente, respostas incompletas.

Depois de apresentar o que consideramos essencial à compreensão da filosofia da ciência, acreditamos que as reflexões suscitem uma discussão específica sobre o conceito utilizado para a análise dos dados obtidos por meio da presente pesquisa. Por simples aproximação mórfica e semântica, acreditamos ser possível transferir as reflexões do campo da

³⁴ Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF. Acesso em: 25 jun. 2018.

epistemologia para o conceito de comunidades *epistêmicas*. É o que exploraremos no próximo item.

3.2.3 Comunidades epistêmicas

Quando optamos pela tentativa de identificar comunidades epistêmicas presentes, no Brasil do final dos anos 80, que tivessem influenciado a elaboração do ECA, nos perguntamos: mas o que exatamente é uma comunidade epistêmica?

Pesquisando a literatura sobre o tema, encontramos diversos trabalhos que utilizam o conceito sem questionar seu significado. Maria Luísa Araújo (2015), ao discutir a política pública de educação de adultos de Portugal de 1974 a 2014, afirma:

A produção de conhecimento e o debate no campo científico da qualificação de adultos são dominados, em Portugal, por um grupo de peritos e académicos, que se considera constituir uma *comunidade epistêmica*, no sentido que lhe é atribuído por Peter Haas (1992), ou seja, um conjunto de atores que baseia a sua intervenção num racional construído a partir de princípios normativos e crenças partilhadas, cuja validação assenta em critérios intersubjetivos, definidos no interior do grupo, e cuja intervenção se baseia na convicção de que esses princípios e crenças contribuem para uma melhoria da área política em que se especializaram (ARAÚJO, 2015, p. 284-285).

A tradução da ideia central de Peter Haas, por Maria Araújo, é irretocável. E ela segue em seu trabalho utilizando o termo e definindo a comunidade epistêmica com a qual lida, nomeando seus elementos constituintes, identificando divergências e afirmando os princípios fundamentais que a comunidade sempre defendera para o seu país. Entendemos que, no caso do estudo citado, o entendimento faz sentido, haja vista ser o estudo de uma política pública bem definida (educação de adultos), com pensadores de destaque que, de fato, influem na política do país, muito embora seus princípios não sejam mais hegemônicos em tempos neoliberais. Importante salientar que o estudo possui foco na análise da política pública, e o referido conceito é utilizado como base da metodologia do estudo.

Em nosso caso, não. Nosso estudo possui processo interdisciplinar e permite ampliação do campo metodológico. Não investigamos a política pública voltada para crianças e adolescentes no Brasil. Investigamos um período histórico em que diferentes grupos contribuíram para a formulação da legislação que viria a produzir uma política. Nesses termos, compreendemos o conceito de comunidade epistêmica ampliadamente, procurando não confiná-lo a uma grade disciplinar, expandindo seus limites epistemológicos.

Façamos o percurso desde a definição mais comum do conceito até como o ressignificamos na presente pesquisa.

A comunidade epistêmica é compreendida como “uma rede de profissionais que possuem especialidade e competência reconhecidas sobre um determinado domínio e que podem fazer valer um saber pertinente nas políticas públicas do domínio em questão” (BOUSSAGUET; JACQUOT; RAVINE, 2010, tradução nossa). Em outras palavras, trata-se de um grupo de pessoas que, por terem reconhecimento (teórico e vivencial) sobre determinado tema, influem na produção de políticas públicas dentro de um campo específico do conhecimento.

A fonte mais citada por pesquisadores e que permite entendimento mais preciso e abrangente do que é uma comunidade epistêmica é o artigo “Introdução: Comunidades Epistêmicas e Coordenação da Política Internacional” (HAAS, 1992a, tradução nossa). Nele, Peter M. Haas utiliza o termo “comunidade epistêmica” para evidenciar um fenômeno mundial que precisava ser reconhecido, àquela época, pelos responsáveis por tomadas de decisões (*policy-makers*) de diferentes países. Haas defende a importância de que sejam identificadas as comunidades em nível mundial que estudam e trabalham com temas específicos, para que decisões políticas se aproximem de um conhecimento científico, cujo objetivo seja melhorar a qualidade da vida no Planeta Terra. E alerta para o fato de redes internacionais de cientistas, como os que pensam sobre a gestão de recursos naturais, receberem influência (recursos financeiros) de interesses setoriais do mercado e do poder direto de governos, o que interferiria negativamente na qualidade (leia-se veracidade) das conclusões e recomendações científicas.

Fica evidente a conotação política do artigo, que mostra como as comunidades epistêmicas precisam ter liberdade de pensamento e serem reconhecidas, para tornarem-se respeitáveis a ponto de influir efetivamente em políticas públicas de diferentes nações do mundo, a fim de produzir um melhor bem-estar para a humanidade. Em 1992, ainda não se vivia o que temos hoje em termos de quantidade e qualidade, dos equipamentos de informática e da transmissão de dados via internet. Atualmente, Haas estuda o impacto das “redes de conhecimento” em políticas públicas mundiais, mais precisamente aquelas voltadas ao meio ambiente.³⁵

A importância do trabalho de Peter Haas se deu pela ampliação do conceito de comunidade epistêmica que, até então, era utilizado para designar grupos de cientistas naturais que trabalhavam com uma mesma metodologia e compartilhavam a mesma compreensão sobre a

³⁵ Fonte: apresentação acadêmica de Peter M. Haas acessada por meio do site da Universidade de Massachusetts, na qual ele leciona. Disponível em: <http://polsci.umass.edu/people/peter-m-haas>. Acesso em: 10 out. 2018.

fiabilidade das verdades científicas. A ideia defendida por Haas se assemelha à noção de “pensamento coletivo” de Ludwik Fleck (1896-1961), que afirma:

Quando se dirige a atenção ao aspecto formal das atividades científicas, não se pode deixar de observar sua estrutura social (...). Um coletivo bem organizado é o portador de um saber que supera em muito a capacidade de qualquer indivíduo (FLECK, 1986, p. 88-89).

Também possui afinidade com as ideias de Thomas Kuhn (1922-1996), quando este conceitua paradigma como “uma constelação inteira de convicções, valores, técnicas compartilhada por membros de determinada comunidade” (KUHN, 1987. In: HAAS, 1992a, tradução nossa). Segundo Haas (1992a), uma comunidade epistêmica seria identificada pelas seguintes características: a) seus membros executam ações sociais baseadas na lógica gerada pelo valor existente no conjunto de convicções ligadas a princípios filosóficos que compartilham; b) a partir da análise de práticas que conduzem ou que contribuem para a formulação de um conjunto de questões centrais do seu domínio específico, os membros da comunidade epistêmica criam um modelo causal próprio e compartilhado, que serve como base para elucidar as múltiplas conexões entre uma política possível e os resultados desejados; c) para o domínio de competência de uma comunidade epistêmica específica, são definidos, de forma intersubjetiva e interna, os critérios compartilhados de validação do conhecimento; d) os membros de uma mesma comunidade epistêmica se unem em torno de um projeto político comum, no qual a sua competência profissional específica auxiliaria a obtenção de um maior bem-estar para a humanidade.

Diríamos que os membros de uma comunidade epistêmica: a) compartilham de compreensões intersubjetivas; b) possuem uma maneira comum de conhecer o mundo; c) comungam padrões de raciocínio; d) comungam um projeto político desenhado que contém os mesmos valores, convicções causais e práticas discursivas; e) firmam, entre si, um compromisso comum com a aplicação e a produção do conhecimento.

Importa, particularmente para este estudo, a noção de elaboração coletiva do conhecimento e sua função política, que o conceito de comunidade epistêmica oferece.

Segundo a perspectiva de Adler e Haas (1992), as comunidades epistêmicas produzem conhecimentos conquanto influenciam uma política. As comunidades epistêmicas emergem da demanda da realidade e a receptividade política de suas propostas, para elas, é questão crucial. “Espera-se que os conhecimentos produzidos forneçam soluções (em resposta) a problemas específicos, de modo a produzir conhecimentos utilizáveis” (MEYER; MOLYNEUX-HODGSON, 2011, tradução nossa.).

Emanuel Adler e Peter Haas (2009) defendem a ideia de que:

Na ausência de uma ordem global criada de forma hegemônica, ou no período imediatamente posterior a esta, uma ordem alternativa baseada em concepções, práticas e expectativas compartilhadas sobre a relação de causa e efeito pode ser possível. Embora as comunidades epistêmicas possam ajudar a construir esse tipo de ordem, o fato de serem melhores ou piores dependerá, em grande parte, da medida em que se baseia em valores compartilhados e numa visão moral, e não nos interesses individuais dos Estados. Entre as condições necessárias para uma mudança progressiva mínima nas relações internacionais estão a redefinição de valores e a conciliação dos interesses nacionais com os interesses humanos em geral, em questões como segurança, bem-estar e direitos humanos³⁶. As comunidades epistêmicas tornariam alguns problemas do mundo mais suportáveis pela razão e pela intervenção humana. E, com isso, cessariam algumas das tendências anárquicas do sistema internacional, temperando alguns dos excessos de uma ordem puramente estatocêntrica e, talvez, tornar efetiva e melhor uma ordem internacional (ADLER; HAAS, 2009, p. 169, tradução nossa).

Para fins deste estudo, deve-se perceber a intenção dos autores de iluminar a utilidade do conceito de comunidades epistêmicas como forma de mobilização da comunidade científica para a superação de interesses estatais, fazendo com que valores humanitários suplantem interesses econômicos e religiosos dos Estados Nacionais e paradigmas científicos, criando uma nova ordem global em direção à possibilidade de se viver dignamente no Planeta Terra.

A revisão da bibliografia brasileira que utiliza o conceito de comunidade epistêmica indica a possibilidade de analisar a presença dessas comunidades na produção de políticas públicas em diferentes campos de atuação. Segundo Tânia Maria Lima Beraldo e Ozerina Victor Oliveira (2010):

Embora, na atualidade, a atuação de rede de pesquisadores e de ativistas na formulação de políticas seja cada vez mais notória, no Brasil ainda há poucas teorizações sobre elas (Faria, 2003). Porém, se por um lado os estudos sobre esse tema são poucos, por outro, as comunidades epistêmicas estão sendo adotadas como objeto de estudo em diversas áreas: ambientais (Inoue, 2003); saúde (Carvalho, 1999); política (Faria, 2003); relações internacionais (Bueno, s/d); movimentos sociais (Krischke, s/d) e educação (Lopes, 2006a, 2006b; Dias & López, 2006, Dias, 2009). (BERALDO; OLIVEIRA, 2010, p. 119).

As duas pesquisadoras trabalham na Universidade Federal do Mato Grosso e utilizaram o conceito para enfatizar a importância da participação da sociedade civil na produção de políticas públicas:

³⁶ Ver: ADLER, Emmanuel, "Cognitive Evolution: A Dynamic Approach for..." op. cit.; y ADLER, Emmanuel, CRAWFORD, Beverly y DONNELLY, Jack, "Defining and Conceptualizing Progress in Postwar International Relations" en ADLER y CRAWFORD, Progress in Postwar International Relations, ps. 1-42.

A produção de um texto político é uma tarefa complexa, pois mobiliza diferentes demandas, situadas em diferentes contextos (global e local). Na atualidade, essa tarefa tem sido assumida por atores não-governamentais, notadamente pelas comunidades epistêmicas que contribuem com seus conhecimentos e experiências na formulação das políticas. Dados deste estudo indicam que, no Brasil, em se tratando de políticas curriculares para o curso de Pedagogia, a comunidade epistêmica tem tido presença efetiva na produção dos textos oficiais, fato que não permite dizer que o Estado tem poder absoluto sobre a política. (BERALDO; OLIVEIRA, 2010, p. 129).

Segundo Alice Casimiro Lopes (2006), que pesquisa temas relacionados à educação:

No caso particular das políticas de currículo, os integrantes de uma comunidade epistêmica global são consultores internacionais, atuantes no governo e/ou nas agências de fomento, produtores de livros ou documentos que analisam a situação educacional dos países e propõem soluções, empresários que discutem questões relativas aos conhecimentos da escola. Todos esses sujeitos organizam seminários, conferências, publicações e difundem na mídia ideias relativas às políticas de currículo (LOPES, 2006, p. 145).

Cláudia L. Silva (2012), em sua dissertação de mestrado, examinou a possibilidade de contribuir para o debate sobre o assunto “população adulta em situação de rua”, formando, com sua pesquisa, uma comunidade epistêmica. Ela analisou toda a produção acadêmica sobre o tema, de 1993 a 2010, elaborando uma referência conceitual importante para formuladores de políticas na área.

A pesquisadora Maria C. Oliveira (2012) participou do II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, falando sobre “comunidades epistêmicas e transferências condicionadas de renda”. Seu estudo explora a influência de comunidades epistêmicas de diferentes países na produção de políticas públicas de distribuição de renda, e analisa, especificamente, a comunidade epistêmica de Moçambique.

No âmbito da sociologia política, verifica-se a introdução de uma abordagem pelo conceito de comunidade epistêmica, tendo em vista a complexidade do processo de implementação de políticas públicas. Segundo José R. Carvalheiro (1999):

A comunidade epistêmica, nessa formulação, é composta por profissionais, inclusive cientistas, mas também por políticos, empresários, banqueiros, administradores, entre outros, que trabalham com um bem fundamental: o conhecimento como instrumento de implementação de políticas. Os membros de uma comunidade epistêmica compartilham valores e têm um projeto político fundado nesses valores. Compartilham, ainda, maneiras de conhecer, padrões de raciocínio e compromissos com a produção e aplicação do conhecimento (CARVALHEIRO, 1999, p. 10).

Dentro do mesmo campo do conhecimento, Ana Capella e Felipe Brasil (2015) promovem uma revisão dos modelos de análise da produção de políticas, tomando como referência as teorias criadas nos Estados Unidos na segunda metade do século XX. Eles afirmam:

O estudo do processo de produção de políticas públicas tem revelado que, para a análise de uma política, não basta observar a organização pública encarregada formalmente de sua formulação, implementação ou avaliação. Para a análise de uma política, a literatura recente tem privilegiado a análise dos subsistemas, espaços que têm recebido diferenciados tratamentos teóricos ao longo das últimas décadas (CAPELLA; BRASIL, 2015, p. 59).

A ideia de subsistemas e de comunidades e redes tornou possível uma enorme teorização sobre diferentes grupos de interesse que influenciam a política pública. Os conceitos, como subunidades de análise, criam a base para se pensar a produção de políticas e incorporam a ideia de comunidades epistêmicas.

Finalmente, entendemos que o conceito de comunidade epistêmica ajudaria o desenvolvimento deste trabalho, mas não de forma determinista, delimitando apenas “redes de especialistas”, como é mais amplamente utilizado.

Lembrando da máxima de Boaventura de que “a epistemologia é uma ilusão necessária”, pretendemos afirmar que o conhecimento construído pelos grupos identificados deve ser considerado como ciência, por se apoiar em teorias correntes nos anos 80 e na realidade concreta, para produzir consensos que se traduziram na Lei 8.069/90, que propõe uma nova ordem social na promoção e defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes brasileiros. Ilusão? Talvez, do ponto de vista de quem não tenha vivenciado o processo. No entanto, a análise das entrevistas revela o estofado das propostas das comunidades epistêmicas e suas bases conceituais. O encontro das comunidades epistêmicas nos debates que produziram o ECA foi de alto potencial sinérgico, talvez único na elaboração de uma legislação nacional. O pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, que participou da elaboração da lei, disse, em entrevista de 2009, que a criação do Estatuto foi um dos “melhores momentos da história brasileira”³⁷.

Da mesma forma como Peter Haas utilizou o conceito de comunidades epistêmicas para demonstrar a urgência da reunião de especialistas internacionais a fim de influir na produção de políticas não destrutivas para o globo terrestre na década de 1990, transferimos sua preocupação para o âmbito nacional, e do campo ecológico para o dos direitos humanos, afirmando que as comunidades epistêmicas que se reuniram no Brasil dos anos 80 produziram

³⁷ Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1354140-5598,00.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

algo espantosamente inovador, que rompeu com séculos de centralização e opressão do Estado e com o paradigma do adultocentrismo.

3.2.4 Movimentos sociais

Os últimos 40 anos da história do Brasil fornecem muito material de pesquisa para as ciências sociais que tenham interesse na reflexão sobre processos de construção de um Estado democrático de direito. Assistimos a embates ideológicos de forças conservadoras e progressistas no campo, nas cidades, nas urnas, na imprensa, nos poderes constituídos, nas famílias, nas universidades, nas igrejas. Com a finalidade de dirimir conflitos, a sociedade brasileira costuma buscar uma saída frequente e confortável para sua elite econômica, recorrendo ao modelo mais prático de funcionamento social: a ditadura. O período mais marcante no que tange à supressão de direitos, na história recente do Brasil, como já vimos, foi o ocorrido entre 1964 e 1985.

Todavia, o projeto dos militares de incutir um único modelo de funcionamento da sociedade durante os 20 anos que antecederam o período de redemocratização sucumbiu à realidade-como-ela-é. Assim como fracassou a pretensa ideia de dominar a natureza, no campo das ciências, tentar dominar a sociedade, hoje, parece brincadeira de mau gosto.

Mas, como dissemos, a opção é recorrente. A Europa do século XX, por exemplo, foi palco de duas dessas tentativas absolutistas das mais cruéis: a nazista alemã e a fascista italiana. A América Latina das décadas de 1960 e 1970 experimentou a mão pesada do imperialismo estadunidense, que deixou traços difíceis de serem apagados nas pessoas e nas instituições do continente.

No Brasil do final dos anos 80, para fechar as feridas deixadas pela ditadura militar e tornar possível uma nação democrática, foi preciso nos organizar para ganhar força, lutar e conquistar direitos outrora usurpados. Os movimentos sociais tornam-se a principal forma de mobilização popular no país.

O conceito de movimento social tem sido objeto de estudo e provocado discussões e reflexões que valem a pena conhecer para efeito deste estudo. Façamos uma síntese.

Há importantes referências teóricas brasileiras nesse campo do conhecimento. Dentre elas, destacam-se os estudos de Maria da Glória Gohn e Eder Sader. Ambos se debruçaram sobre os movimentos e lutas populares ocorridos no Brasil e no Estado de São Paulo, para

demonstrar como a história oficial do país foi contada, desconsiderando-se a permanente existência de movimentos sociais.

Para Sader (1988), os movimentos são formas de organização de sujeitos coletivos que, em determinados contextos sociopolíticos e culturais, buscam romper com as estruturas de poder que produzem desigualdades sociais e injustiças, correlacionando forças com a classe dominante, visando à elaboração de projetos de emancipação social. E, mais especificamente na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente, Gohn (1997) delimita o Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - MDDCA, ressaltando que foi composto por sujeitos de diferentes categorias sociais, que trabalhavam diretamente com crianças e adolescentes em instituições públicas e particulares, integrantes de ONGs, sindicatos, partidos políticos, igrejas, entre outros. Adotaremos a definição por entender que sua amplitude abriga as comunidades epistêmicas estudadas na pesquisa.

Nos anos 90, surgiu uma literatura que diferenciou os “velhos” dos “novos” movimentos sociais. Rebecca Abers e Marisa Bülow (2011) ensinam que os primeiros movimentos sociais estavam mais preocupados com a:

(...) redistribuição, relações capital-trabalho e controle sobre o Estado, e os “novos movimentos sociais” se dedicavam à afirmação de identidades, “definições da boa vida” (Habermas, 1987, p. 33, apud Alonso, 2009, p. 62) e “inovação cultural” (Melucci, 1989, p. 61). (ABERS; BÜLOW, 2011, p. 52).

A mudança dos anos 90 interessa no presente trabalho, para discutir mais adiante, as dificuldades de se colocar integralmente em prática o ECA. O senso comum leva a pensar que os movimentos sociais se perderam e acabaram durante a década de 1990. No entanto, Maria da Glória Gohn (2002) levanta elementos que criam uma nova visão sobre o que ocorreu naquela década:

1. A crise econômica levou a uma diminuição dos empregos na economia formal. Milhares de pessoas passaram para a economia informal. Nela, dadas a instabilidade e as incertezas, exigem-se jornadas mais longas de trabalho, o que retira parte do tempo disponível das pessoas para participarem de mobilizações.
2. As atividades econômicas dão suporte às atividades na economia informal, favorecendo oportunidades para a abertura de negócios que contratam mão-de-obra com custos mais reduzidos, não-afiliada a sindicatos, sem os direitos sociais etc. A produção semi-artesanal, muitas vezes ocorrendo na própria unidade doméstico-familiar, passa a ocorrer num cenário dominado pela fragmentação e pulverização das atividades produtivas e relações sociais em geral.
3. Esta economia semicomunitária encontrará nas ONGs uma forma de servir de suporte como estruturas organizativas do processo de produção de algumas mercadorias.
4. O número de pessoas sem-teto, morando permanentemente nas ruas, cresce assustadoramente. O número de crianças que passam o dia nas ruas e praças passará a compor o cenário das cidades de qualquer tamanho no país. A violência cresce de

forma generalizada, principalmente a violência contra crianças (Adorno, 1993); os assaltos, furtos e sequestros passam a ser uma rotina na vida de qualquer cidadão. O medo, a incerteza predominam, ainda que a economia tenha se estabilizado com a criação da nova moeda, o real (GOHN, 2002, p. 297-298).

Esses elementos impuseram nova forma de organização popular. Os movimentos perdem força de mobilização, mas seus membros ocupam posições em governos progressistas e, por meio de políticas integradoras, cria-se demanda por interlocuções institucionalizadas.

Gohn afirma que na sociedade brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, houve nova concepção de sociedade civil, “resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais, que reivindicaram direitos e espaços de participação social” (GOHN, 2002, p.301). Na década de 1990, diante das mudanças socioeconômicas enfrentadas pela sociedade, o papel de mediação entre coletivos organizados e o governo passou a ser desempenhado pelas ONGs, o que gerou, segundo Gohn, uma “nova esfera, ou subesfera, entre o público e o privado, que é o público não estatal, e no surgimento de uma ponte de articulação entre estas duas esferas, dada pelas políticas de parceria.” (GOHN, 2002, p.301).

Seguindo o raciocínio da autora, compreendemos que a partir dessa mudança a sociedade civil brasileira reconstrói sua atuação política. Nas palavras de Maria da Glória Gohn:

O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido ou ignorado e passa a ser reconhecido, posto e repostado continuamente em pauta nas agendas de negociação. Uma nova linguagem é criada dessas novas regras de contratualidade social, permitindo a reconstituição do tecido social danificado pelos mecanismos da exclusão e pelas regras antidemocráticas de tratamento da questão social, antes alicerçadas exclusivamente na cultura política tradicional-clientelista do favor e da submissão. Resgatam-se regras de civilidade e de reciprocidade ao se reconhecer como detentores de direitos legítimos os novos interlocutores: grupos de favelados, de mulheres discriminadas, de crianças maltratadas, de ecologistas militantes, de sem-terra e/ou sem-teto, entre outros. Em síntese, assiste-se na sociedade brasileira à recriação da esfera pública - o que leva alguns analistas a falar em reinvenção da república (GOHN, 2002, p. 302).

A visão otimista da autora não está descolada da realidade. Os anos 90 e 2000 foram palco de crescentes conquistas da sociedade civil, como atestamos no item sobre a segunda redemocratização brasileira e nas transformações ocorridas dentro da política de atendimento à criança e ao adolescente, principalmente com o início da implantação do ECA e seus conselhos de política. Na mesma linha de raciocínio, Boaventura e Avritzer (2002), refletindo sobre os espaços de participação da sociedade civil, salientam que:

(...) a maior parte das experiências participativas nos países recém-democratizados do Sul tem o seu êxito relacionado à capacidade dos atores sociais de transferirem práticas e informações do nível societário para o nível administrativo (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 19).

Mais recentemente, Gohn (2014) atualizou suas reflexões sobre os movimentos sociais, afirmando que o panorama do novo milênio trouxe novos temas a serem discutidos. Afirma que:

(...) o debate teórico nas ciências humanas tem dado destaque à crise do paradigma dominante da modernidade, às transformações societárias decorrentes da globalização, às alterações nos padrões das relações sociais, dado o avanço das novas tecnologias, e às inovações que têm levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática (GOHN, 2014, p. 41).

A crise do paradigma dominante da modernidade, identificada por Boaventura, cria um sem número de alternativas para as ciências humanas estudar as relações sociais, e no caso dos movimentos sociais não seria diferente. Não cabe, neste trabalho, aprofundar o tema, mas deve-se destacar que a autora, dedicada à análise dos movimentos sociais há mais de vinte anos, cita eventos e estudos recentes que evidenciam a existência de novos movimentos, delineando as transformações na contemporaneidade. Nosso intuito de trazer à tona esse conhecimento é manter a crença na luta inextinguível da sociedade civil por direitos humanos.

Gohn (2014) analisa os estudos relacionados ao tema, lembrando que o movimento antiglobalização acionou novamente o interesse acadêmico, gerando estudos sobre as redes e os fóruns que se formaram em torno do assunto. ONGs iniciaram pesquisas empíricas sobre movimentos sociais para obter dados que as ajudassem a formular intervenções. As categorias “redes de mobilização social”, “território”, “capital social” ganham espaço na produção de estudos com foco e abrangência mais definidos. E finalmente a autora evidencia:

Aspectos da subjetividade e dimensões da cultura de um grupo ou das pessoas têm sido os eixos analíticos predominantes neste século. Identidade passa a ser uma categoria utilizada com múltiplos sentidos e significados, da identidade jurídica à identidade cultural; da identidade formada por características dos atores a identidades criadas em processos relacionais e estimuladas por políticas públicas que normatizam regras de pertencimento; identidades políticas/nacionais se cruzam com pertencimentos étnicos, religiosos e culturais. Identidade é vista como força e resistência, assim como fonte de conflitos; é também elemento de construção de emancipações (GOHN, 2014, p. 45-46).

A partir do alargamento epistemológico da contemporaneidade e diante das novas estratégias de luta social, os estudos sobre a movimentação da sociedade civil passam a ter novas referências. Surgem autores (Vandenberghe, 2007; Fraser, 2007; Touraine, 2005; Santos, 2006; Laclau, 2006; Castells, 2001; Mouffe, 2000; entre outros) preocupados com culturas locais e cultura global, e inúmeros estudos relacionados às identidades citadas pela

autora. Entre tantos novos temas, Gohn (2014) realça a importância daqueles dedicados a compreender as formas atuais do exercício democrático e dos estudos de Alain Touraine sobre sujeitos coletivos e multiculturalidade, com ênfase em seu trabalho “O mundo das mulheres”, publicado em 2007 sobre o movimento das mulheres.

O início do novo milênio trouxe maior complexidade aos movimentos sociais para a sua organização, sistematização e análise. As lutas são várias e os inimigos nem sempre são fáceis de se identificar. Se na década de 1970 e durante os anos 80 havia um grande muro a cair, hoje são muitos. De acordo com Gohn (2014):

Concordamos com as análises que afirmam: só os movimentos sociais têm a capacidade de reinventar e reorientar o Estado e suas políticas e exigir a superação da submissão do Estado às políticas socioeconômicas contrárias aos interesses de uma sociedade e de um povo. Os movimentos sociais no Brasil democratizaram a democracia num primeiro momento, ao resgatá-la do regime militar e restaurar uma ordem pública fundada nos direitos. Mas o desenrolar do processo político levou a outras rotas, em vez de consolidar e aprofundar as conquistas democráticas. Estas passaram a ser resignificadas pelo alto, por políticas públicas elaboradas por órgãos públicos, atribuindo-lhes novo sentido, e não resignificadas com o resgate do seu sentido emancipatório, pelo qual ocorreram as lutas e os movimentos sociais entre os anos de 1960 e 1980. A globalização e as opções econômicas que têm sido tomadas no país são forças que dificultam esses processos porque fragmentam as atrizes e os atores políticos e sociais, diluem os mecanismos de representação da cidadania e debilitam a formação de identidades coletivas (GOHN, 2014, p. 159).

Os processos de fragmentação das “atrizes e atores sociais”, de diluição dos mecanismos de representação da cidadania e de enfraquecimento das identidades coletivas, poderiam ser identificadas dentro do MDDCA na atualidade, mas fugiriamos do foco da nossa pesquisa.

3.3 PARTICIPANTES

A forma de amostragem denominada “bola de neve” é não probabilística e utiliza a indicação de sujeitos por meio da sugestão de nomes em cadeia. Segundo Juliana Vinuto (2014), a amostragem seria útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados. De acordo com a autora:

“(...) para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes* a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e

assim sucessivamente, e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014).

Conhecendo o perfil das pessoas com quem desejávamos nos encontrar, colocamos as recomendações da autora em prática. Precisávamos entrevistar pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a redação do ECA, um grupo seletivo e de difícil acesso.

Encontramos, casualmente, com o promotor de justiça aposentado, José Carlos Vieira, que, ao perguntar sobre o tema da pesquisa de mestrado, mostrou-se à disposição para nos colocar em contato com seu colega Paulo Garrido, que fez parte do grupo de redação do ECA. Considerando o funcionamento da amostragem “bola de neve”, o promotor José Carlos tornou-se a “semente”, indicando o primeiro entrevistado. No final da entrevista com Paulo Afonso Garrido de Paula, questionamos a possibilidade de nos apresentar a Munir Cury, nome de referência na área da criança e do adolescente e seu colega de Ministério Público. Assim, chegamos ao segundo entrevistado. Ambos colaboraram diretamente na redação do capítulo VII da Constituição Federal de 1988 e na formulação do ECA (1990).

De acordo com a literatura e documentos encontrados, foram sete juristas mais próximos da redação do ECA: Antonio Fernando do Amaral e Silva (SC), Edson Sêda de Moraes (DF), Jurandir Roberto Marçura (SP), Liborni Siqueira (RJ), Munir Cury (SP), Paulo Afonso Garrido de Paula (SP) e Wilson Barreira (SP).

Ao procurar por Antonio Fernando do Amaral e Silva, a secretária informou que, por motivo das limitações da idade avançada, ele não viajava mais e comparecia ao escritório em Florianópolis poucos dias durante a semana, o que dificultou a entrevista. O jurista Edson Sêda tem agenda atribulada. Tentamos combinar uma entrevista em um evento que ele compareceu em João Pessoa, no início de dezembro de 2017, mas as agendas não se compatibilizaram. Paulo Garrido nos disse que Jurandir Marçura não concede entrevistas. Diante dessas dificuldades e satisfeitos com as informações fornecidas nas duas entrevistas, não procuramos Liborni Siqueira e Wilson Barreira.

Portanto, do grupo de juristas que esteve mais próximo da formulação do ECA, conversamos com duas pessoas. Como o tema do direito penal é polêmico dentro do ECA e atrai muitas atenções diante de um possível rebaixamento da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade, resolvemos conversar com um jurista, especialista no tema. Carlos Nicodemos Oliveira Silva defende os direitos da criança e do adolescente desde os anos 90, foi presidente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro na gestão 2009/2010 e membro do CONANDA na gestão 2015/2016, tendo ocupado sua vice-presidência. Entramos em contato e o entrevistamos. Foi a “semente” do grupo de pessoas

ligadas ao nosso campo de pesquisa “pós-ECA”, indicando outros possíveis entrevistados. Diante da riqueza da sua entrevista, consideramos desnecessárias outras entrevistas com o grupo, pois é provável que saturassem a amostra, não oferecendo informações novas ao quadro de análise das concepções jurídicas presentes no ECA. Portanto, para efeito deste trabalho, que não tem a preocupação de coletar informações de uma amostra probabilística, e por ter sido possível captar as concepções teóricas de âmbito jurídico presentes na época, as três entrevistas foram suficientes.

Refletindo sobre o objetivo específico do presente estudo de “identificar referências teóricas nas experiências profissional e acadêmica de juristas, religiosos e especialistas que contribuíram na formulação do ECA”, apreende-se a hipótese de que havia pelo menos três comunidades epistêmicas presentes dentro do MDDCA nos anos 80: juristas, religiosos e especialistas militantes. Houve, nos anos 80 e 90, um movimento ecumênico que agregou diferentes igrejas em torno da criança e do adolescente.

A orientadora deste estudo, Profa. Dra. Patrícia Junqueira Grandino, trabalhou nos anos 80 diretamente com a pastora Zeni de Lima Soares e com Markinhos em São Bernardo do Campo, mantendo contato corrente com ambos. A partir de uma apresentação por email, a pastora aceitou conceder a entrevista. Portanto, uma das pessoas entrevistadas no campo religioso foi contatada. Mas queríamos entrevistar pelo menos duas pessoas da comunidade religiosa, de distintas religiões, pois o movimento era ecumênico. Ao entrar em contato com a dissertação de mestrado “A participação da sociedade civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: possibilidades e limites”, escrita em 2013 pelo Prof. Edson Maurício Cabral, encontramos o nome da Irmã Maria do Rosário Leite Cintra. Ao comentar sobre a necessidade de conversar com a irmã, Cabral forneceu o telefone do Instituto para o Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente - INDICA, por meio do qual falei com Isabel Cristina da Silva, secretária da irmã. Depois de cinco meses de negociação, propus um encontro entre as duas religiosas na sede do INDICA. A proposta foi aceita e as entrevistamos. Nesse caso, a Profa. Dra. Patrícia Junqueira foi a “semente” que indicou a pastora Zeni, e o professor Edson indicou a irmã Maria do Rosário. Ambas as entrevistadas indicaram mais de um nome, devidamente registrados para futuras entrevistas.

Como a teologia da libertação foi citada mais de uma vez na entrevista, quisemos procurar uma das pessoas, senão a de maior vulto, sobre o assunto. Por meio do jornalista Guilherme Rocha, amigo de longa data de Carlos Alberto Libânio Christo, mais conhecido como frei Betto, conseguimos ser apresentados ao frei, que respondeu positivamente ao nosso pedido. Explicamos a relevância da sua participação na pesquisa e marcamos uma data para o

encontro. Nesse caso, o efeito “bola de neve” se deu por meio do tema tratado na entrevista com a irmã e a pastora. Não citaram o nome do frei Betto, mas ao falar sobre a teologia da libertação despertaram a curiosidade pelo tema que, como veremos na análise das entrevistas e discussão desta pesquisa, foi fundamental em todo o processo do trabalho ecumênico da época.

A Profa. Dra. Patrícia Junqueira também foi a “semente” no caso da entrevista com Markinhos, haja vista a sua indicação direta para ouvirmos, na pesquisa, uma pessoa que viveu “na pele” a formação ministrada pelos movimentos sociais e igrejas, para os educadores de rua nos anos 80. Markinhos também citou várias pessoas que poderão ser entrevistadas futuramente, inclusive a irmã Ana Maria que, segundo ele, “parece” ainda estar viva³⁸ e daria muitas informações sobre as Semanas Ecumênicas e o trabalho de educação de rua desenvolvido em SBC.

E, finalmente, encontramos um nome que contribuiria para a pesquisa por condensar diferentes papéis sociais que interessavam ao estudo. Mário Volpi possui formação em filosofia, é o atual coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes no UNICEF Brasil e foi suplente do coordenador nacional do MNMMR nos anos 80. Portanto, falaria como especialista (filósofo), educador-militante (MNMMR) e integrante da organização internacional que mais influenciou na formulação do ECA, o UNICEF. Nesse caso, a “semente” foi o teólogo e educador social Onésimo Genari, com quem trabalhamos durante muitos anos e nos colocou em contato com Mário Volpi.

O Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos foi coordenador do MNMMR nos anos 80. Foi secretário executivo do CONANDA e leciona, há mais de dez anos, na Universidade Católica de Brasília. Foi peça fundamental no jogo político do MDDCA por sua experiência sindical no estado de Goiás. Foi cotado como sujeito da pesquisa, mas preferimos convidá-lo para membro da banca examinadora, por considerar a importância da sua avaliação, diante do nível do seu conhecimento sobre o tema e da sua formação acadêmica. Em um futuro próximo, gravaremos a sua entrevista para fins do vídeo/documentário em fase de pré-produção.³⁹

Os sujeitos foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa e o desejo de se editar as imagens gravadas em vídeo no formato documental. Cientes disso, assinaram o

³⁸ Segundo Markinhos, em entrevista de 19/04/2018, a irmã Ana Maria precisou sair do país duas vezes, pois foi, diretamente, ameaçada de morte pelo então líder de grupos de extermínio de SBC, conhecido como “Esquerdinha”, por ter presenciado uma situação violenta e denunciado às autoridades locais.

³⁹ A título de informação, a entrevista com Cesare de Florio La Rocca, outra personalidade essencial para o MDDCA, foi gravada apenas em 17 de julho de 2018, o que impossibilitou sua inclusão no presente trabalho.

“termo de consentimento livre e esclarecido”, no qual autorizam a utilização das imagens e ideias no presente estudo acadêmico e sua posterior divulgação.

A tabela abaixo sintetiza as informações sobre o perfil das pessoas entrevistadas e traz dados de cada evento. As “conversas” ocorreram de outubro de 2016 a abril de 2018, totalizando 11 horas, 26 minutos e 19 segundos de gravação.

Tabela 01 - Dados das entrevistas e perfis dos sujeitos da pesquisa

Nome	Perfil	Data	Registro
Carlos Nicodemos Oliveira Silva	Iniciou sua carreira como advogado de meninos de rua no início da década de 1990. Foi membro do CONANDA na gestão 2015/2016. É especialista em direito penal.	18/10/2016	audiogravação 61 minutos e 43 segundos.
Frei Betto	Atuou mais de 20 anos na Pastoral Operária em São Bernardo do Campo. É autor de mais de 50 livros, referência no estudo da Teologia da Libertação.	22/02/2017	audiogravação 54 minutos e 27 segundos.
Irmã Maria do Rosário Leite Cintra	Integrou a comissão para análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso e participou da Comissão de Redação do artigo n.º 227 da CF e do ECA. Ocupou a presidência do Instituto para o Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente - INDICA.	20/12/2016	videogravação 117 minutos e 6 segundos.
Mário Volpi	Suplente de Benedito Rodrigues dos Santos, coordenador nacional do MNMMR nos anos 80 e educador de rua em Curitiba/PR. Atuou na Comissão de Redação do ECA e, atualmente, é coordenador do Programa Cidadania dos Adolescentes no UNICEF-Brasil.	23/03/2017	videogravação 68 minutos e 6 segundos.
Markinhos	Educador social de rua de 1985 a 1995, quando se tornou coordenador do PMMR-SBC. Foi Conselheiro do CONANDA pelo MNMMR no biênio 2015/16.	20/04/2018	videogravação 120 minutos.
Munir Cury	Integrou a comissão para análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso, participou da Comissão de Redação do artigo n.º 227 da CF e do ECA e organizou o livro “Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado”. Promotor de justiça aposentado.	29/11/2016	videogravação 63 minutos e 23 segundos.
Paulo Afonso Garrido de Paula	Integrou a comissão para análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso, participou da Comissão de Redação do artigo n.º 227 da CF e do ECA. Ocupa a posição de Corregedor Geral do Ministério Público de São Paulo.	03/10/2016	videogravação 74 minutos e 28 segundos.
Pastora Zeni de Lima Soares	Primeira mulher a se tornar pastora na Igreja Metodista do Brasil. Membro da Pastoral Ecumênica da Igreja Metodista de São Paulo, fundadora do Projeto Meninos e Meninas de Rua de SBC, atuou diretamente na organização das Semanas Ecumênicas (1981 a 1992).	20/12/2016	videogravação 117 minutos e 6 segundos.

FONTE: O autor (2018)

3.4 PROCEDIMENTOS

O presente item demonstra como definimos e os meios utilizados para a obtenção das informações para o encaminhamento da pesquisa.

3.4.1 Planejamento da coleta de informações

Levantamos as melhores questões do roteiro de entrevista para conseguir elementos que nos levassem a atingir os objetivos da pesquisa e a sequência em que elas deveriam ser apresentadas aos sujeitos. Mais adiante, mostraremos o roteiro propriamente dito e os motivos da definição da entrevista semiestruturada.

Além das entrevistas, percebemos a exigência de pesquisar fontes oficiais de dados e a bibliografia pertinente aos temas estudados.

3.4.2 Coleta de informações

Notamos que para identificar teorias e correntes do pensamento humano presentes no MDDCA no Brasil dos anos 80, identificar referências teóricas nas experiências profissional e acadêmica de juristas, religiosos e especialistas que contribuíram na formulação do ECA e identificar instituições e formas de mobilização e organização social que contribuíram para a formação de comunidades epistêmicas ligadas à proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente nos anos 80, a melhor opção metodológica seria entrevistar pessoas que participaram ativamente do momento histórico estudado, não desprezando a identificação e análise de registros documentais da época, sobretudo a literatura produzida sobre o tema estudado.

3.4.2.1 Material bibliográfico

A maioria dos artigos científicos acessados e citados neste trabalho foi encontrada por meio de pesquisa digital. O principal banco de dados consultado foi o Scielo (<http://www.scielo.org/php/index.php>). Foram ainda consultados livros e produções

acadêmicas que se referem ao contexto histórico estudado e, mais especificamente, ao tema dos direitos humanos da criança e do adolescente, conforme indicado nas referências ao final da dissertação.

3.4.2.2 Entrevista semiestruturada

Segundo Eduardo José Manzini (2004):

(...) a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem (MANZINI, 2004, grifo nosso).

Procuramos abordar os entrevistados de forma que a “interação social” fosse produzida por um clima intelectual e emocionalmente relaxado. Dada a excepcionalidade e dificuldade de acesso aos entrevistados, caracterizamos os encontros como conversas sobre o tema “a história da redação do ECA”, a fim de facilitar a revelação natural e espontânea de informações desconhecidas, e manter a coerência com os pressupostos epistemologicamente apresentados e defendidos nesta pesquisa.

Na qualidade de trabalhadores, pesquisadores e militantes do MDDCA, posicionamo-nos menos como observadores diante dos informantes e mais como membros de um mesmo grupo, categoria ou comunidade que trabalha pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Entretanto, apesar de nos incluirmos nesse grupo nos dias de hoje, nos anos 80 estávamos apenas ingressando na universidade. Daí a necessidade da entrevista. Ela é metodologicamente indicada quando a natureza da informação pretendida se trata “de um fenômeno que ficaria difícil ou impossível de ser observado” (MANZINI, 2004). Dentre os três tipos de entrevistas mais empregadas em estudos acadêmicos - estruturada, semiestruturada e não estruturada -, escolhemos a semiestruturada por atender às exigências de uma abordagem qualitativa, ao propiciar a emergência da experiência e da vivência dos sujeitos de pesquisa. Por meio dessas “conversas” foi possível fazer emergir o processo de produção de significados elaborados pelos entrevistados, para compreender as influências teóricas ou os conhecimentos aportados ao processo de formulação do ECA.

Os temas tratados durante a entrevista, além de interessarem à pesquisa, envolviam os sujeitos da pesquisa à medida que suscitaram memórias e possibilidade de refletirem sobre sua experiência. A essa reflexão damos o nome de vivência. E “embora pessoal, toda vivência tem como suporte os ingredientes do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ela ocorre” (MINAYO, 2012). Daí, a possibilidade metodológica de encontrar conhecimentos transversais, princípios epistemológicos que permeavam os grupos que se engajaram na formulação de um novo marco legal para o campo dos direitos da criança e do adolescente no final dos anos 80.

O fato de termos gravado a maioria das entrevistas com uma câmera de vídeo também justificou a escolha pela entrevista semiestruturada, pois é comum a presença de um cinegrafista, e câmeras e microfones causam timidez e ansiedade ao entrevistado. No entanto, a somatória dos seguintes fatores facilitaram o processo: a) era sabido que não seria a primeira vez que os sujeitos passavam por uma experiência de filmagem dadas as suas notoriedades; b) todos possuíam familiaridade com os temas tratados; c) as memórias dos sujeitos estavam carregadas de emoções positivas diante do fato de terem conseguido uma vitória histórica e política nos anos 80. Ao propormos muito mais uma conversa do que uma entrevista, produzimos um material carregado de vigor e força motivacional. Passados os primeiros minutos de entrevista, os sujeitos pareciam se esquecer da gravação, conversando animada e naturalmente com os entrevistadores.

Corroborou para facilitar a conversa o fato das entrevistas contarem com a presença de dois entrevistadores; o autor deste trabalho e Edson Maurício Cabral, documentarista e mestre em serviço social. Conhecedor dos objetivos da pesquisa e especialista na área dos direitos humanos da criança e do adolescente, Edson colaborou positivamente para o sucesso das entrevistas, “puxando assuntos” e comentando acontecimentos narrados pelos sujeitos de forma a dar ainda mais credibilidade ao trabalho de pesquisa.

Elaboramos, inicialmente, um roteiro de entrevista com o objetivo de abordar os assuntos-chave da pesquisa, como um guia, um lembrete para não nos esquecermos de tratar nenhum assunto importante.

Antes de cada entrevista, pesquisávamos o que estava disponível na internet sobre o futuro entrevistado. Buscávamos nos familiarizar com sua biografia por meio das entrevistas e resenhas de livros de sua autoria. O procedimento nos aproximava do sujeito da pesquisa. Quando os encontrávamos sentíamos como se já os conhecêssemos, o que auxiliava na conquista e manutenção do clima de conversação. Percebemos que citar fatos da biografia do entrevistado ou trabalho por ele ou ela já desenvolvido, evidenciava a preparação anterior do

encontro e demonstrava respeito e consideração pela trajetória do interlocutor. O procedimento aumentava a credibilidade da pesquisa acadêmica e do projeto de documentação do período histórico, criando maior segurança e interesse em colaborar por parte dos sujeitos. Os comentários que apresentávamos a partir do que o entrevistado falava, na maioria das vezes demonstrando alegria ao ver desvendado determinado assunto, deram igualmente aos encontros menos o tom de entrevista e mais o de conversação.

Como dissemos, o conjunto dos sujeitos se caracterizou por pessoas atarefadas e de difícil acesso, por motivos pessoais ou profissionais. Por esse motivo, não produzimos uma primeira entrevista “não válida” (DUARTE, 2004), como se recomenda. Optamos pelo aperfeiçoamento do roteiro de entrevista durante o processo de coleta das informações, conhecendo o risco de perder algum elemento importante nas entrevistas iniciais, mas considerando o processo como parte do aprendizado acadêmico e desenvolvimento do papel de entrevistador.

3.4.2.2.1 Roteiro de entrevista semiestruturada

O roteiro de entrevista a seguir foi produzido de forma esquemática em seis partes e 13 itens, para facilitar a leitura durante o encontro com o sujeito de pesquisa. Além do roteiro padrão, a cada entrevista era produzido um material com a biografia e informações sobre as obras de autoria do entrevistado. Em alguns casos, levantaram-se temas específicos, suscitados pela leitura do material encontrado sobre o sujeito.

Tabela 02 - Roteiro de entrevista semiestruturada

Etapas da entrevista	Ação
Parte 1 [questões pragmáticas e limitação do contexto, ao mesmo tempo em que se prepara o <i>setting</i> de filmagem]	1.1. Entregar o termo de consentimento livre e esclarecido 1.2. Apresentar os entrevistadores e o operador da câmera de vídeo
Parte 2 [projeto de pesquisa e suas derivações]	2.1. Explicar o objetivo da pesquisa, falando sobre o conceito de comunidade epistêmica 2.2. Falar sobre o projeto de vídeo-documentário (justificativa para a gravação em vídeo) 2.3. Divulgar os Seminários “Costurando o Tempo” e dizer que, no futuro, gostaria de contar com a presença do entrevistado em uma conferência ou mesa- redonda
Parte 3 [entrevista]	3.1. Pedir para o sujeito contar sobre a sua formação escolar, dando ênfase às leituras que fazia, congressos que participava, professores que o inspiraram etc. 3.2. Perguntar sobre a experiência profissional do entrevistado, sem deixar passar como foi seu ingresso no campo dos direitos humanos da criança e do adolescente
Parte 4 [envolvimento intelectual e emocional do sujeito com o objeto da pesquisa]	4.1. Deixar o sujeito livre para desenvolver sua narrativa sobre um fato que seja significativo ou emblemático de sua experiência dos anos 80 com relação à Comissão de Redação do ECA 4.2. Sempre pedir nomes de obras e seus autores para determinar as influências teóricas predominantes nos anos 80.
Parte 5 [encerramento]	5.1. Aproveitar a oportunidade para solicitar ajuda ao agendamento de outras entrevistas 5.2. Agradecer o aceite de participação e a disponibilidade em cooperar com a pesquisa
Parte 6 [registro]	6.1. Fotografar durante a entrevista 6.2. Transferir a gravação para o notebook e fazer backup no mesmo dia

FONTE: O autor (2018)

3.4.2.3 Pesquisa documental

Segue a indicação dos acervos encontrados, porém nem todos acessíveis.

3.4.2.3.1 Sistema de Informação ao Cidadão - SIC

Registramos um pedido de informação via internet no dia 02 de junho de 2017, recebendo a resposta no dia 22 do mesmo mês. Mais adiante, são analisados os resultados encontrados no Diário Oficial da União e no Diário do Congresso Nacional.

3.4.2.3.2 Instituto para o Desenvolvimento Integral da Criança e Adolescente

Na ocasião das entrevistas na sede do INDICA-SP, com a irmã Maria do Rosário Leite Cintra e a pastora Zeni de Lima Soares, tive a oportunidade de conhecer o andar superior da casa assobradada, onde se localiza o acervo do Instituto. São documentos originais dos anos 80 em papel, fitas cassetes e fotografias. Há registro escrito e audiovisual de todas as Semanas Ecumênicas (1981-1992), acondicionados em caixas de arquivo em um armário embutido de madeira. Fui informado que houve um início de movimentação para organizar o material, mas sem sucesso, por demandar pessoal especializado e investimento financeiro. O material parece “esconder” preciosidades como o registro gravado dos “palpites” de Paulo Freire sobre a educação de rua, conforme informou a irmã Maria do Rosário.

3.4.2.3.3 Biblioteca da TXAI - Consultoria e Educação

A Txai é uma empresa de consultoria criada por Reinaldo Bulgarelli, ex-educador de rua. Durante os anos 80, Reinaldo colecionou documentos e materiais de eventos dos quais participou. Todo o material está guardado em caixas fechadas.

Assim como o material que está no INDICA-SP, o arquivo de Reinaldo parece conter material importante e desconhecido relacionado à influência de Paulo Freire no MDDCA, pois Paulo Freire e Reinaldo Bulgarelli realizaram abordagens com meninos de rua em São

Paulo e são coautores do livro “É possível educar na Rua?” (BULGARELLI, 1987) fruto de um encontro entre Freire e educadores sociais.

3.4.3 Análise das informações

Se vocês estão fazendo assim, não estão no espírito do Estatuto!
(irmã Maria do Rosário Leite Cintra).⁴⁰

Demonstrados os procedimentos de coleta de informações, passamos a esclarecer como foram analisadas. Partimos da ideia de que as convicções técnicas e políticas dos sujeitos orientaram, senão diretamente a redação do ECA, a mobilização para a sua redação e aprovação. Entendemos que as convicções são fruto da experiência de vida do entrevistado e da sua familiaridade com a temática da pesquisa. Ao narrar a trajetória pessoal, acadêmica e profissional, demonstra as opções epistemológicas. Reflete sobre as experiências evocando memórias carregadas de emoção e descrição de um cenário político e cultural determinado. Nesse palco o sujeito se colocou durante a entrevista. Como espectadores-participantes, apreendemos as nuances do discurso, captando, nas entrelinhas, princípios e contradições.

Levaremos em conta o que afirmou Maria Cecília de Souza Minayo (2012), quando propôs um colorido a mais nos trabalhos acadêmicos com abordagem qualitativa, ressaltando que:

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. À trilogia acrescento sempre que a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora (MINAYO, 2012, grifo nosso).

Minayo (2012) ensina que um processo de análise consistente a) depende de uma orientação clara sobre as concepções que a norteiam; b) trata-se de um complexo sistema de compreensão da realidade interpretada pelo entrevistado e reinterpretada pelo pesquisador; c) precisa de um objeto de pesquisa bem delineado, por meio de sua contextualização e teorização, o que não significa dizer que ele estará totalmente definido, dependendo da

⁴⁰ Trecho da entrevista concedida em 20/12/2016 pela irmã Maria do Rosário Leite Cintra, representante da CNBB na comissão nomeada pelo então Ministério da Justiça para avaliar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre a criança e o adolescente. O fragmento foi extraído de um caso narrado pela irmã, e trata-se de uma frase, dirigida a um promotor de Justiça e uma juíza. Demonstra a forte crença da militante religiosa no espírito do ECA. Em outras palavras, demonstra sua convicção pedagógica nos princípios epistemológicos da Lei.

própria pesquisa para ser determinado; d) será melhor quanto mais precisas forem as estratégias de coleta de informação; e) ocorre desde quando o pesquisador se lança informalmente ao cenário da pesquisa, redesenhando hipóteses, pressupostos e instrumentos, buscando uma sintonia fina entre o quadro teórico e os primeiros influxos da realidade; f) depende da postura antropológica do pesquisador durante o trabalho de campo, assumindo-se, ou não, como “um ator ativo, que indaga, que interpreta, e que desenvolve um olhar crítico”; g) necessita da organização dos elementos contextuais (textos teóricos, material de observação, documentos) e do conteúdo das entrevistas para o pesquisador desenvolver uma “leitura atenta, reiterativa e cheia de perguntas”, “impregnando-se” da pesquisa; h) precisa da tipificação ou categorização do material coletado, para o pesquisador chegar ao sentido das falas e de sua contextualização empírica, com o objetivo final de encontrar a lógica interna de atrizes e atores sociais, do grupo, ou do segmento que pesquisa; i) deve conter uma teorização de cada “categoria empírica” ou “unidade de sentido” posterior ao processo de interpretação dos dados, que supere a leitura que os sujeitos, individualmente, apresentaram sobre os fatos; j) contém novas indagações e apresenta as condições e dificuldades de interpretação do pesquisador; k) não busca uma verdade única, discutindo vários pontos de vista, não ocultando dados que contrariam a hipótese, comparando diferentes técnicas de coletas de dados, expondo detalhadamente as ações de campo e abrindo caminho para, por meio das mesmas teorias, método e técnicas, outro investigador avaliar a pesquisa.

Segundo essas recomendações, percebemos que imprimimos nossas “digitais”, ou nossa visão de mundo e criatividade no presente texto. Mas não corremos o risco de deixar escapar algo por nos cegar pela euforia do aprendizado ou busca da comprovação das hipóteses de pesquisa. Seguimos um método de análise, o que facilitou a organização do nosso pensamento e a objetivação dos conteúdos informados.

Segundo Romeu Gomes (2001), com base na obra de Selltiz (1965), são três os princípios de classificação para se estabelecer conjuntos de categorias de análise:

O primeiro se refere ao fato de que o conjunto de categorias deve ser estabelecido a partir de único princípio de classificação. Já o segundo princípio diz respeito à ideia de que um conjunto de categorias deve ser exaustivo, ou seja, deve permitir a inclusão de qualquer resposta numa das categorias do conjunto. Por último, o terceiro se relaciona ao fato de que as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, uma resposta não pode ser incluída em mais de duas categorias (GOMES, 2001, p. 72).

Desde a formulação do roteiro de entrevista, pensamos nessas recomendações para analisar os dados coletados. Procuramos por referências que facilitassem a formulação de categorias empíricas, e adotamos a proposta de Rosália Duarte de trabalhar “com eixos temáticos articulados aos objetivos da pesquisa” (DUARTE, 2004). Definidos os eixos, procuramos encontrar subeixos cada vez mais precisos, com a finalidade de categorizar as falas dos sujeitos, que foram fragmentadas, para caber dentro das “caixas” de categorização. A partir desse trabalho, partimos para as análises, seguindo os pressupostos nos quais nos amparamos.

Acreditamos que o trabalho foi levado a efeito de tal sorte que, como se observará, e como defende Duarte (2004), os discursos dos sujeitos passaram a ter “concretude, densidade e legitimidade suficientes” para “fornecer subsídio e base” que nos fizeram questionar os próprios pressupostos e mesmo concepções teóricas estabelecidas e consolidadas. Por exemplo, pensávamos, inicialmente, na presença de apenas uma comunidade epistêmica. Ao final da pesquisa, considerando as categorias de análise, chegamos à identificação de cinco.

Além dos ensinamentos pragmáticos de Maria Cecília Minayo (2012), Romeu Gomes (2001) e Rosália Duarte (2004), sobre a metodologia de pesquisa, acreditamos ter deixado explícita, no item “epistemologia”, a intenção de discutir a noção de ciência do ponto de vista de Thomas Samuel Kuhn (1987) e Boaventura de Sousa Santos (1989). A complexidade do tema trabalhado nos obrigou a rever o princípio de que “as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas” (GOMES, 2001, p. 72), haja vista a porosidade encontrada em algumas comunidades epistêmicas estudadas, por admitir um membro epistemologicamente conectado a outra comunidade.

Entendemos que os referenciais foram úteis quando da análise, e mais ainda na discussão das informações coletadas nas entrevistas. As ideias de “revolução científica” de T. S. Kuhn e de “desdogmatização da ciência moderna” de Boaventura foram essenciais na definição das categorias analíticas da pesquisa e, de certa forma, possibilitaram criar grandes tópicos de análise - mais alargados -, que ajudaram a revelar e relevar a mudança paradigmática que a promulgação do ECA significou em diferentes campos do conhecimento.

Ao se localizar dentro do campo das ciências sociais e humanas, o objeto da pesquisa foi analisado interdisciplinarmente, não obedecendo à linguagem ou ao dogma de apenas uma área do conhecimento. Adotamos a definição e a recomendação de Julie Thompson Klein (1990), que diz:

A interdisciplinaridade não é uma temática nem um conteúdo. É um processo para realizar uma síntese integradora, um processo que normalmente começa com um problema, uma questão, um tópico ou um tema. Indivíduos devem trabalhar para

superar problemas criados pelas diferenças entre as linguagens e as visões de mundo disciplinares (KLEIN, 1990, p. 188).

As referências nos inspiraram a trabalhar com método, mas livres de amarras disciplinares que evitassem a discussão e as conclusões obtidas a partir da investigação, somente possíveis pela “síntese integradora” dos conhecimentos obtidos por meio das entrevistas.

O trabalho identificou as abordagens teóricas citadas pelos entrevistados, seus autores e nuances discursivas que remetem a concepções de mundo. Um estudo aprofundado sobre as características epistemológicas do discurso dos sujeitos de pesquisa demandaria maior tempo, além de outras referências do que as aqui utilizadas.

Ainda como pressuposto metodológico, os fatos narrados serão, na medida do possível, contextualizados historicamente, procurando melhor captar a relevância e a complexidade das experiências vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa que, segundo advertências já feitas por Durham (1984), fornecem instrumentos para superar, de um lado, as limitações de uma visão apriorística da história, e, de outro, a restrição de uma interpretação que, esmiuçando internamente o objeto, não enxerga sua inserção no processo mais amplo do qual faz parte. Durante a análise, não esquecemos de atentar, além do conteúdo manifesto e registrado, “para as mensagens implícitas, dimensões contraditórias e pontos sistematicamente omitidos” (ANDRÉ, 1983) pelos sujeitos.

Diante dos conceitos e estratégias metodológicas apresentadas e, depois da escuta exhaustiva das entrevistas, identificamos tópicos (influência internacional, poderes do Estado, militância, religião e mundo jurídico) que, por fim, tipificaram diferentes comunidades epistêmicas que, por sua vez, tornaram-se os grandes tópicos de análise e não mais categorias. Na análise das entrevistas observaremos como a tipificação contribuiu para a discussão das comunidades epistêmicas. Alguns temas recorrentes nos depoimentos dos sujeitos não foram inseridos nas cinco comunidades epistêmicas encontradas, tornando-se aspectos complementares que, embora não diretamente vinculados aos objetivos centrais da pesquisa, merecerão ser destacados.

4 RESULTADOS

O resultado das pesquisas bibliográficas estão esparsas no texto da dissertação, mas a análise das entrevistas e dos documentos consultados estão compilados nesse item.

4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS⁴¹

Podem ter existido várias comunidades epistêmicas em múltiplas dimensões do Estatuto (Carlos Nicodemos).⁴²

Tomando as categorias de análise como orientadoras do processo de seleção de conteúdo, notamos que à medida que um trecho de entrevista era destacado de seu contexto, para se somar a excertos de outras entrevistas, somavam-se memórias dos sujeitos sobre o mesmo momento histórico ou determinado tema.

O processo se assemelhava à montagem de um quebra-cabeças, quando separar peças de cores semelhantes facilita a montagem de fragmentos da imagem total. Ao agrupá-los, imagens maiores vão se formando e revelando o todo.

Os entrevistados nos forneceram as pistas para identificarmos as contribuições técnica e política de diferentes atrizes e atores sociais do MDDCA para a formulação da Constituição Federal de 1988 e do ECA. Tais contribuições possuíam “cores específicas” e revelaram características epistemológicas próprias, que nos levaram a delimitar as comunidades epistêmicas - “imagens parciais” - que compunham o MDDCD dos anos 80 - “imagem total”.

Ao final do processo de análise, depois da “imagem total montada”, sobraram peças que formaram duas imagens parciais que serão apresentadas mais adiante.

⁴¹ Cada uma das entrevistas foi transcrita e arquivada. Em caso de interesse em sua íntegra, para fins acadêmicos, é possível acessá-las mediante assinatura de termo de responsabilidade. Email de contato: marco_maida@yahoo.com.br.

⁴² Trecho da entrevista com o advogado Carlos Nicodemos Oliveira da Silva (18/10/2016). O fragmento citado é digno de relevo, pois foi essencial ao processo metodológico da pesquisa. Inicialmente, nossa curiosidade científica estava centrada na Comissão de Redação do ECA, com a hipótese de que ela teria sido a comunidade epistêmica dos anos 80 responsável pela formulação da lei. Mas a partir da hipótese levantada pelo entrevistado, começaram a se formar as imagens das diferentes comunidades epistêmicas presentes no MDDCA dos anos 80, cujos reflexos se verificam nas “múltiplas dimensões do Estatuto”.

4.1.1 Comunidades epistêmicas

Mário Volpi produziu uma síntese sobre o conceito de comunidade epistêmica durante a sua entrevista. Como já dissemos, no início das entrevistas apresentávamos um rápido resumo sobre o conceito e as hipóteses de pesquisa. A partir desse material, o entrevistado destacou, intuitivamente, um elemento-chave que caracteriza uma comunidade deste tipo.

Uma das características que tornam um grupo social uma comunidade epistêmica é o fato de seus membros desenvolverem ações sociais baseadas na lógica gerada pelo valor existente no conjunto de convicções ligadas a princípios filosóficos que compartilham.

Quando narrava a busca pela objetivação de critérios de avaliação nas escolas que prejudicavam meninos de rua, baixando as notas por causa de “mau comportamento”, Mário Volpi disse que escreveu a primeira versão do texto do 53.º artigo do ECA, que trata dos direitos relacionados à educação. E foi apoiado por juristas que compunham a Comissão de Redação do ECA. Ele nos disse:

Veja, isso que você chamou de comunidade epistêmica, estava tão afinada com relação ao conceito de sujeito que falou: é justo! Vamos melhorar essa redação do que você está propondo. Isso faz sentido. Qualquer pessoa tem o direito de saber como ela está sendo avaliada (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

O princípio da equidade dos processos avaliativos cabia perfeitamente, considerada a noção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Se um adulto pode contestar os critérios avaliativos em um concurso, em uma disciplina de seu curso universitário, por exemplo, por que qualquer criança ou adolescente não poderia fazer o mesmo em sua escola? Os membros de uma comunidade epistêmica possuem uma maneira comum de conhecer o mundo e adotam conceitos que potencializam suas convicções. Nesse caso, o conceito de sujeito integrou um educador de rua e juristas para a redação de um artigo do ECA.

Veremos mais à frente o mesmo caso do artigo 53.º do ECA, quando tratarmos da comunidade epistêmica militante. Mas vale adiantar que o conhecimento, nesse caso, partiu da prática social engajada de um educador de rua. E os juristas que compunham a comunidade epistêmica jurídica também ouviam as comunidades para redigir a lei. Nesse exemplo, educador de rua e juristas comungavam padrões de raciocínio e um projeto político emancipatório, que continha os mesmos valores, convicções causais e práticas discursivas.

O consenso sobre o conceito de sujeito de direito criou um padrão de raciocínio que levou à proposição de um artigo de lei, que desenha um projeto político no qual toda criança e

adolescente seja detentor, entre outros, do direito de “contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores” (BRASIL, 1990, art. 53, III).

Mais adiante, analisaremos o conceito de sujeito, o que ajudará a perceber duas formas distintas de compreensão do termo que, por sua vez, contribuiu para a diferenciação da comunidade epistêmica dos militantes e da comunidade epistêmica dos juristas.

As entrevistas, além de revelarem o cunho associativo das comunidades, proporcionaram a identificação de afinidades conceituais e linhas de pensamento que, por sua vez, as qualificam como epistemicamente distintas.

O método marxista foi e continua sendo inspiração para muitos que almejam uma mudança social no Brasil. A Teologia da Libertação e a teoria freireana se fundam no paradigma marxista. Baseiam-se na capacidade humana de transcender a realidade para, a partir da reflexão sobre ela, agir para transformá-la. A dialética como sistema de pensamento trabalha tendo como base as contradições do mundo para gerar “consciência crítica”. Consciência que pode destronar o opressor e libertar o oprimido.

Para ilustrar a direção da mudança social presente nos anos 80 e que ainda vive na mente dos que sonham com uma sociedade socialmente mais justa, tomemos o comentário crítico de Carlos Nicodemos quando disse que o ECA:

(...) é menor do que as nossas demandas sociais, e ele é maior do que a realidade que o antecedeu. O Estatuto é, objetivamente, um projeto clássico liberal de afirmação de direitos humanos. Ele é um projeto clássico e não um projeto revolucionário. (...) O Estatuto é maior do que a referência institucional que o antecedia, mas ele é menor do que as nossas demandas sociais para área da criança e do adolescente. Porque ele é um projeto clássico, liberal mesmo, um projeto burguês, concebido com princípios norteadores de baixa efetividade (Carlos Nicodemos, entrevistado em 18/10/2016, grifo nosso).

O projeto “revolucionário” referido por Nicodemos remete mais uma vez ao método marxista, que propõe a tomada dos meios de produção dos que os detêm no sistema capitalista, e estava em pauta nos debates durante o processo de redemocratização. Entretanto, a proposta de mudar as regras do país pela via institucional, pela formulação de leis, acenava para a via da negociação e não da ruptura, como é característica principal das revoluções. Nicodemos ressaltou o fato de o ECA ser uma peça “encaixada” na reforma jurídica da época, propondo um reordenamento próprio do processo de redemocratização na sequência da descentralização preconizada pela Constituição.

Mário Volpi, refletindo com quase 30 anos de distância sobre sua prática como educador de rua, disse que, na época, não sentia a necessidade de argumentos acadêmicos para justificar a existência do ECA, pois a lei que estava sendo formulada respondia de forma objetiva à

demanda concreta e social do grave problema dos meninos e meninas de rua e dos jovens infratores. Nota-se a distinção entre correntes epistemológicas diferentes: a científica tradicional, que parte da construção lógica do pensamento, do conhecimento na qualidade de ciência, da produção de sentidos, e aquele conhecimento chamado de popular, visceral, conhecimento da fome, do frio, da falta de dignidade humana e da opressão que a educação de rua ensina a quem se dispõe a nela mergulhar. Foi este o princípio que regeu a vida do militante da época e que, por sua vez, sustentava a luta do movimento social. Vejamos a constatação em seu depoimento:

Eu era um cara gramsciano e era um leitor do Enrique Dussel da filosofia latino-americana. Mas eu me negava a usar esses argumentos, porque significaria que eu estava entrando no jogo dele [do juiz em questão] de que eu preciso de um argumento acadêmico para justificar uma lei que responda à prática. E eu fazia propositalmente. Eu poderia falar da superestrutura do Estado, eu podia falar da hegemonia, eu podia falar da alteridade, eu podia usar os argumentos acadêmicos que tinha um domínio naquela época. Podia usar o Habermas, que gostava de ler na época, que era o mundo da vida, a teoria da ação comunicativa, todo aquele conjunto epistemológico que ajuda a construir o conhecimento, buscando interpretar a vida, o mundo da vida, como diz o Habermas, mas me negava a fazer isso, porque havia pessoas que faziam isso (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Mário Volpi ressaltou ainda que, à época, o pensamento no MNMMR não era tão elaborado, tentava-se agir conforme o que diziam pensadores em voga. Utilizando Gramsci, por exemplo, os educadores desejavam se definir como intelectuais orgânicos, pois “podiam produzir a partir da prática, gerar hipóteses, teses e tal”, como afirmou o entrevistado. E assim o faziam nas Assembleias do Movimento, votando diferentes teses e propostas para definir os rumos do Movimento.

Durante a entrevista com a irmã Maria do Rosário e a pastora Zeni, percebemos o que era crucial se discutir no presente trabalho. Ao entrar em contato com duas pessoas que contribuíram direta e decisivamente para o sucesso da mobilização ecumênica em torno da proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente nos anos 80, encontramos o principal ponto a ser discutido em termos epistemológicos. Expressamos a conclusão, na entrevista, da seguinte forma:

(...) a gente fica querendo achar o “pai da criança”, como se o conhecimento estivesse na cabeça de uma pessoa só e viesse de cima para baixo. Mas o conhecimento está na sociedade. É do povo. Quem sabe dos nossos problemas somos nós mesmos. Então, ninguém melhor do que a comunidade para encontrar as soluções para os problemas e lutar por elas. Acho que é isso, né? Se eu estou entendendo (O autor em 20/12/2016).

Em resposta ao nosso *insight*, a irmã Maria do Rosário disse que “(...) foi isso que sempre se procurou. Levar o povo às Semanas Ecumênicas, aos encontros, que você vê tudo por aqui [apontando o álbum de fotos]. Para eles mesmos falarem!” (Irmã Maria do Rosário, entrevistada em 20/12/2016). E a pastora Zeni completou: “Você promove o encontro das pessoas. E as pessoas se descobrem. E se descobrem com poder e com força. E elas recuperam a voz. Não é você quem dá a voz para elas. Elas recuperam a voz!” (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Reunindo o que se absorveu das entrevistas, quando nos referimos à epistemologia, buscamos também o valor do conhecimento científico proveniente da prática sistematizada e imbuída do desejo da mudança social, próprio das ciências sociais.

O ECA foi fruto da articulação de atrizes e atores sociais brasileiros que se preocupavam com a proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente. O que pouco se sabe, ou se valoriza, é que, ao invés dessa movimentação para a formulação da lei ter surgido espontaneamente, fruto do acaso ou de forças misteriosas foi, na verdade, orquestrada pelo UNICEF, órgão oficial da ONU que “orienta sua conduta a partir do texto da Convenção sobre os Direitos da Criança e luta para que os direitos da criança sejam reconhecidos como princípios éticos permanentes e padrões de comportamento no que se refere à criança.”⁴³

Segundo Mário Volpi, embora o UNICEF atuasse em todo o mundo para fazer valer os consensos deliberados pela comunidade internacional sobre os direitos da criança:

(...) foi no Brasil que o UNICEF viu esse movimento da sociedade, da igreja, dos movimentos sociais, e falou: “Esse é o cenário perfeito”. Então, o UNICEF, imediatamente, comprou essa ideia da diversidade de atores. O UNICEF entendeu que havia uma lógica nesse debate, que era assegurar a diversidade dos atores. Então, o UNICEF, por exemplo, pagava passagem para os militantes do Movimento de Meninos de Rua irem a Brasília para a reunião. O UNICEF, tradicionalmente, pagava passagem dos juízes, dos promotores, dos especialistas, dos experts... Mas ele percebeu que aqui estava surgindo uma diversidade de atores que abordavam o tema com maior complexidade. Que o conjunto de fatores, que entravam no debate da elaboração de uma lei, era muito mais amplo que apenas os fatores jurídicos (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017, grifos nossos).

Os depoimentos dos entrevistados, como dissemos acima, foram mostrando a diferenciação de atrizes e atores sociais (UNICEF, igreja, movimentos sociais, militantes, juristas), o que propiciou uma análise centrada nos contornos das comunidades epistêmicas. Iniciaremos com a análise da comunidade epistêmica internacional, seguida pelas comunidades estatal, militante, religiosa, finalizando com a jurídica.

⁴³ Fonte: https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9534.html. Acesso em: 13 mar. 2018.

4.1.2 Comunidade epistêmica internacional

Segundo Ruy Pavan⁴⁴, Emilio García Méndez, foi coordenador do programa de Proteção da Criança do UNICEF no Brasil de 1990 a 1994, e criou um grupo de trabalho com o objetivo de mobilizar a sociedade em torno dos direitos da criança. Houve atividades estratégicas para sensibilizar governadores, deputados estaduais, vereadores, juízes, promotores, entre outras atrizes e atores sociais que precisavam atuar para o ECA, publicado em 1990, fosse colocado em prática. Mas, antes de Emilio, o italiano Cesare De Florio La Rocca⁴⁵ foi o representante do UNICEF no Brasil, e percebeu a possibilidade de articular os diferentes interesses da sociedade, criando um debate produtivo que gerou uma nova ordem jurídica. A seu turno, garante a construção de uma nova política pública na área da promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Os sujeitos da nossa pesquisa falaram sobre essas estratégias.

Paulo Garrido se lembrou da primeira reunião promovida pelo UNICEF. Afirmou:

(...) o UNICEF financia o encontro dessas pessoas. Pega a pessoa que estava lá na Paraíba, aqui em São Paulo, como é o meu caso, outra estava lá em Santa Catarina... E diz: “não quer participar de uma reunião para discutir as suas propostas relacionadas à criança? Nós vamos fazer uma reunião em Brasília, você pode ir?” Quem tinha jeito, comprava a passagem, quem não tinha, eles mandavam a passagem. Reuniram essas pessoas. Chegamos na primeira reunião, ainda no momento constituinte⁴⁶, e verificamos ali que tinham umas 30 pessoas presentes. Todo mundo estava com proposta relacionada à infância; um na área da amamentação, outra na área da primeira infância, outra na área dos adolescentes infratores, o contraditório e a ampla defesa, as igrejas com propostas... Dom Luciano Mendes de Almeida, aqui em São Paulo, que depois veio a ser presidente da CNBB, teve uma importância imensa nisso tudo, ou seja, “vamos reunir essas pessoas, conversar, vamos tirar uma proposta de consenso”, e isso que foi feito. Foi tirada uma proposta de consenso, e essa proposta acabou parando na Constituição. Aí começa a mudança verdadeiramente dita (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

⁴⁴ Ruy Pavan foi coordenador do escritório do UNICEF em Salvador/BA, Brasil. Trabalhou no UNICEF de 1992 a 2013. Na época da aprovação do ECA atuava na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social da Bahia, na área de Esportes. Fonte: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_30430.htm. Acesso em: 8 abr. 2018.

⁴⁵ “Em 1983, começou a trabalhar no UNICEF, no qual coordenou, até 1985, o Projeto Alternativas de Atendimento a Crianças de Rua com a FUNABEM e o Ministério de Previdência Social. Em 1985, foi nomeado, em Brasília, representante do UNICEF. Mas Cesare de Florio La Rocca sonhava em criar um projeto para crianças pobres que pudesse ser realizado sob o princípio ‘a melhor educação para os mais pobres’. Assim nasceu o embrião do que, em Salvador, seria transformado no Centro de Defesa e Proteção de Crianças e Adolescentes do Projeto Axé, que encontrou forte apoio da ONG italiana *Terra Nuova*, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, pelo lado institucional e de personalidades sensíveis, como o corajoso jornalista Gilberto Dimenstein, que se comprometeu durante anos a divulgar a situação dos meninos de rua e a ação de esquadrões da morte contra eles”. Disponível em: <http://www.sarapegbe.net/articulo.php?quale=110&tabella=articoli>. Acesso em: 10 mai. 2018. (tradução nossa)

⁴⁶ Quando o sujeito disse “Constituinte”, referiu-se à “Assembleia Nacional Constituinte de 1986”.

Nota-se que a metodologia do consenso foi adotada pelo grupo brasileiro desde sua gênese, o que não parece ter sido casual. Como já vimos, durante os dez anos (1979-1989) de discussão para se chegar à Convenção sobre os Direitos da Criança, utilizou-se a mesma metodologia no grupo de representantes dos Estados-Partes presentes no debate promovido pela ONU. Portanto, podemos inferir que além de promover o debate, o UNICEF influenciou a metodologia do processo de construção coletiva dos artigos constitucionais e do ECA.

Consideramos a primeira reunião em Brasília, ocorrida em 1983, a gênese do processo colaborativo entre diferentes expertises, que entraram na cena do MDDCA dos anos 80, e que culminou com a redação do ECA.

Como Mário Volpi lembra, houve a presença de três grupos distintos que se reuniram por força dos encontros engendrados pelo UNICEF: religiosos, militantes e juristas. E conclui, dizendo que o UNICEF:

(...) estava preocupado com a divulgação real dos princípios da Convenção. E o Estatuto incorporou todos eles. Então, para o UNICEF, não precisava, depois do Estatuto, ficar divulgando a Convenção. Se você olhar no Brasil o número de edições que teve a Convenção, de documentos e tal, são muito poucos, comparados aos milhares de livrinhos que foram impressos do Estatuto. Então, eu vejo que o UNICEF teve uma presença muito interessante no cenário brasileiro naquela época, tinha uma visão política de que havia a necessidade de aproveitar aquele momento de consenso para produzir uma legislação que contemplasse a complexidade do tema. Porque havia uma tentativa de simplificação da exclusão social de crianças e adolescentes. Que, na época, eram as “crianças marginalizadas (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Além da oportunidade de aglutinar atrizes e atores sociais brasileiros envolvidos com a infância e juventude, o UNICEF viu a oportunidade de transmitir e debater, com a sociedade brasileira, os princípios discutidos pela comunidade internacional, conforme Mário Volpi afirmou:

No Brasil, nós tivemos a felicidade de ter membros brasileiros no Comitê da Convenção, que anteciparam essa discussão já em 88, e esses elementos foram colocados na Constituição. Então, o grupo de redação que se constituiu, já se constituiu com o consenso dos conceitos que estavam na Convenção (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

O UNICEF, como órgão internacional que representa as preocupações da comunidade composta pelos países-membros da ONU, ao promover o consenso e a disseminação de princípios que levam a mudanças paradigmáticas e políticas, tornou-se o porta-voz da comunidade epistêmica internacional, preocupada com a proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente, auxiliando diferentes atrizes e atores sociais brasileiros a unirem

forças em torno da elaboração de uma legislação, que traduzir-se-ia, posteriormente, em política pública de proteção aos direitos humanos dessa população. Portanto, o papel técnico e político que caracteriza toda comunidade epistêmica, que tem como objetivo central a produção de políticas públicas, fica evidente na estratégia do UNICEF.

O órgão internacional apoiava, no Brasil, duas campanhas importantes nos anos 80 - “Criança Prioridade Nacional” e “Criança e Constituinte”. As duas foram apresentadas como emendas de iniciativa popular e deram origem aos artigos 227.º e 228.º da Constituição Federal de 1988. Mário Volpi, ao citar as campanhas, revelou dois outros elementos importantes dentro do MDDCA dos anos 80:

(...) havia esses dois nomes [das campanhas], um mais puxado pela pastoral, pela Marina Bandeira, que era presidente da FUNABEM, naquela época, o Edson Sêda, e tinha o Ministério Público de São Paulo com um outro grupo. Ai o UNICEF apoiava um, apoiava outro, tinha uma campanha grande na televisão para “vote nos direitos da criança na constituinte”, e aqui [São Paulo] surgiu o Fórum DCA, o Fórum de Defesa da Criança. Foi a tentativa de colocar esses dois movimentos para tentar produzir um consenso na constituinte. Depois, no grupo de redação, foi mais fácil montar o grupo de redação, porque já estavam identificados os atores que queriam mudança. Isso eu acompanhei a distância. Eu não estava vendo os debates (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Assim como o UNICEF, o Fórum DCA age como força catalisadora de diferentes atrizes e atores sociais, auxiliando a orquestração de um movimento maior. Mais adiante veremos a importância do Fórum DCA para a organização da militância brasileira. E outro ator social que surge no depoimento do entrevistado é a FUNABEM, representada pela sua presidente Marina Bandeira e seu advogado Edson Sêda. Percebe-se, portanto, um movimento estatal na direção da mudança da lei, o que está mais bem detalhado no próximo tópico.

Ainda sobre a influência da comunidade internacional, Munir Cury, em sua entrevista, oferece importante pista para delimitar a importância da comunidade epistêmica internacional no cenário do final dos anos 80 no Brasil. Quando abordava a história da formulação do ECA, ele disse:

De um grupo de juristas, a coisa se ampliou para outros participantes de uma forma, que eu diria até que não consigo encontrar outra qualificação senão mistério... É um mistério. Porque confesso que não provoquei absolutamente nada. O Paulo Afonso e o Jurandir não provocaram absolutamente nada. Mas de uma certa forma, o UNICEF nos procurou e outros elementos foram se integrando. (...) Quando surgiu o apoio do ministro [Paulo Brossard], tenho impressão que ele deve ter feito algum contato com UNICEF... O UNICEF nos procurou, sugerindo que nós constituíssemos um grupo. E nesse grupo, obviamente, eles já tinham ideias de algumas pessoas. Eram poucas pessoas. Era o Amaral, era o Olímpio, éramos nós [referindo-se ao MP/SP]. Essas reuniões eram feitas onde eu coordenava a Promotoria da Infância e da Juventude,

que eram curadorias de menores. As reuniões eram feitas lá (Munir Cury, entrevistado em 29/11/2016).

Apesar de qualificar, inicialmente, a movimentação em torno da formulação do ECA como um “mistério”, em seguida o entrevistado se lembrou que o UNICEF procurou o Ministério Público talvez a mando do ministro da Justiça. Na mesma entrevista, Munir Cury identifica a grande ajuda do UNICEF no pagamento das passagens aéreas dos juristas que precisavam se deslocar até São Paulo para colaborar na redação da lei.

Diante das declarações, depreende-se que o UNICEF, desde o início das movimentações relacionadas à proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente, teve papel importante, senão central, na articulação da sociedade civil e do Estado em torno do tema.

Vale citar que mesmo antes de toda movimentação dos anos 80, as Nações Unidas proclamaram, em 1º de janeiro de 1979, o “Ano Internacional da Criança”, o que promoveu um direcionamento de olhar de todo o mundo para as mazelas ocorridas, principalmente, com as crianças do hemisfério sul. Segundo a pastora Zeni, no início dos anos 80:

(...) a Pastoral do Menor teve apoio de um programa que o UNICEF começou, que era o projeto *Alternativas ao Atendimento de Meninos e Meninas de Rua*. (...) O UNICEF tinha um programa com profissionais do Ministério de Ação Social. O César⁴⁷ era representante do UNICEF nesse grupo. Eles formaram uma equipe de técnicos. Tinha um da FUNABEM, um do Ministério de Ação Social, o César (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Para Mário Volpi, a grande contribuição do “Projeto Alternativas” para o debate da época foi gerar o consenso de que “aquelas crianças não eram nem incapazes e nem eram bandidos. Elas eram sujeitos” (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017). O UNICEF, dessa forma, auxiliava o Brasil a encontrar experiências que justificassem os consensos discutidos na ONU para demonstrar como era possível tornar o trabalho direto com crianças e adolescentes uma estratégia cidadã, transportando todos os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem para trabalhos com a população infantojuvenil.

Para melhor compreender a influência técnica da comunidade epistêmica internacional, tendo o UNICEF como protagonista, recorremos ao que o advogado Carlos Nicodemos revelou. Ele disse que o marco doutrinário, que vigia em termos internacionais, possuía uma dose altamente judicializante, que “posicionava a infância e a adolescência como um substrato social na raia de um conceito de controle, que saía do social para o punitivo, e que transferia a responsabilidade do Executivo para o Judiciário” (Carlos Nicodemos, entrevistado

⁴⁷ A pastora Zeni utiliza o termo brasileiro “César” para se referir ao italiano Cesare de Florio La Rocca.

em 18/10/2016). Com a onda de redemocratização dos Estados latino-americanos, nos anos 70, 80 e 90, isso deveria ser revisto, pois a discussão estava avançada, internacionalmente, nos 11 anos (1979 a 1989) de construção da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Nicodemos oferece ainda mais um ingrediente para compreender o esforço brasileiro para a rápida assinatura do ECA. Afirmou que o primeiro aceno de Collor para a comunidade internacional foi promulgar, em 21 de novembro de 1990, a Convenção sobre os Direitos da Criança, pressionado pela União Europeia, devido às denúncias de Volmer do Nascimento⁴⁸, relacionadas aos extermínios de crianças no Rio de Janeiro. Não nos esquecendo de que, em 13 de julho do mesmo ano, Collor assinara o ECA, também acenando positivamente para a comunidade internacional e, principalmente, dando resposta favorável ao processo de mobilização da sociedade brasileira.

Há dois elementos importantes no depoimento. O primeiro, de ordem jurídica, demonstrou que a legislação do Brasil precisava ser revisada, por força do processo da segunda redemocratização brasileira - com a aprovação da Constituição Cidadã. E deveria considerar o conhecimento acumulado pelo grupo que estava reunido há anos na ONU, discutindo o tema. O UNICEF possibilitava ao Brasil conhecer esse acúmulo, enviando o juiz de direito de Blumenau, Antonio Fernando do Amaral e Silva e o pedagogo brasileiro Antonio Carlos Gomes da Costa às reuniões da Convenção, o que está explicado adiante. E o segundo, de ordem moral e comercial, haja vista a imagem negativa que o mundo obteve do Brasil a partir do trabalho de Volmer Nascimento e as negociações comerciais entre América Latina e União Europeia. Segundo Márcia Gatto Brito (2011), quando trabalhou como assessora de imprensa com Volmer no MNMMR:

(...) um minucioso dossiê foi preparado ao longo de 1991, e entregue, no início de 1992, à organismos internacionais (Anistia Internacional, Comunidade Europeia, ONU etc.), no qual se denunciava o assassinato de 470 crianças e adolescentes, sendo 82,12% desses crimes (386) cometidos contra adolescentes entre 13 e 18 anos do sexo masculino, em sua maioria afrodescendentes (pardos e negros), sendo que em 78,99% dos casos (371) foram utilizadas armas de fogo. A capital do Rio destacou-se no levantamento com 54,68% dos assassinatos (257), seguida pela Baixada Fluminense, com 28,72% (135 casos), e com 16,59% (78 assassinatos) ocorridos em outras regiões do Estado (GATTO BRITO, 2011, p. 28).

A estratégia, arquitetada por Volmer e avalizada pelo MNMMR, causou forte impacto na comunidade internacional. Ele vinha denunciando casos de extermínio desde quando trabalhava como funcionário da FUNABEM e na Pastoral do Menor em Duque de Caxias/RJ.

⁴⁸ Foi funcionário da FUNABEM, membro da Pastoral de Duque de Caxias/RJ e coordenador estadual do MNMMR.

A coordenação estadual do MNMMR do Rio de Janeiro, no início dos anos 90, recebeu visitas de jornalistas de vários países do mundo. Márcia lembra de quando uma jornalista japonesa chorou ao constatar a veracidade dos fatos. Depois dessa série de notícias em periódicos internacionais, segundo ela, “o governo brasileiro foi chamado a prestar contas dessa barbárie à comunidade mundial” (GATTO BRITO, 2011, p 28). Os olhos do mundo se voltaram para a situação brasileira. Não por acaso, portanto, o presidente Fernando Collor de Mello promulgou o ECA e a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1990.

A visibilidade internacional do Brasil, a mudança no contexto político internacional com o fim da Guerra Fria, o amadurecimento das relações comerciais entre América Latina e a União Europeia, entre outros fatores, criaram condições para o aprofundamento das relações na Cúpula do Rio, em 1999. Segundo Franklin Trein e Flávia Guerra Cavalcante (2007):

Ao contrário dos acordos de segunda geração, os dos anos 90 incluíram uma “cláusula democrática” que condicionava os programas de cooperação à vigência da democracia. O compromisso democrático foi incorporado pela primeira vez no acordo-marco de cooperação comercial e econômica assinado entre a União Europeia e a Argentina. Posteriormente, foi estendido aos demais acordos de terceira geração, ou seja, com o Chile (1990), Uruguai (1991), Paraguai e Brasil (1992), e América Central e Grupo Andino (1993). (...) As quatro gerações de acordos entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe prepararam gradativamente as condições para a ambiciosa proposta de uma Associação ou Parceria Estratégica entre as duas regiões, que surgiu pela primeira vez na Cúpula do Rio, em junho de 1999. Mais do que uma cooperação econômica ou política, o conceito de Associação Estratégica prevê uma integração nos aspectos sociais e culturais. (...) Nessa ocasião, foi estabelecido o Grupo Birregional de Altos Funcionários, que em novembro de 1999, ao se reunir pela primeira vez, em Tuusula, Finlândia, resumiu em 11 pontos as prioridades de ação estabelecidas no Rio de Janeiro. Os principais foram: a atuação conjunta em fóruns internacionais; a promoção dos direitos humanos e o combate à discriminação por raça e gênero; a cooperação em matéria de meio ambiente e desastres naturais; a implementação do “Plano Global de Ação contra Drogas”; o fomento da estabilidade financeira global e cooperação para fortalecer os sistemas financeiros nacionais; o fomento da cooperação empresarial e apoio à cooperação birregional em matéria de educação, herança cultural, sociedade da informação e integração regional (TREIN; CAVALCANTE, 2007, grifos nossos).

A evolução das relações comerciais, incluindo cláusulas sociais, significaram poderosa maneira de a União Europeia influir no desenvolvimento político e sociocultural dos países latino-americanos e caribenhos. Recém-saídos de ditaduras impostas pelo sistema norte-americano de controle político e financeiro, não os estavam priorizando.

Mesmo depois da aprovação do ECA, o UNICEF continuou sua atuação como peça fundamental no cenário social. Segundo Eliana Almeida⁴⁹:

⁴⁹ Eliana Almeida foi coordenadora do escritório do UNICEF em São Luís/MA, Brasil, onde começou a trabalhar em 1992. Antes, liderava a política de proteção da criança na Fundação do Bem-Estar Social do Estado do Pará e coordenava o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Belém. Entrevista publicada no site: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_30430.htm. Acesso em: 10 ago. 2018.

A movimentação pelos direitos da criança e do adolescente já havia começado durante a Constituinte, pelo artigo 227 na nova Constituição Federal, aprovada em 1988. Conseguimos mais de 1 milhão de assinaturas antes mesmo de a Convenção sobre os Direitos da Criança, que foi aprovada no ano seguinte, em 1989.

Quando o Estatuto entrou em vigor, começou então nossa jornada de percorrer todos os municípios do Pará para divulgar a lei. Conversávamos com a Prefeitura, as lideranças locais, para orientar sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares, do Fundo da Infância e Adolescência.

Um dia cheguei a um município e vi que três instituições estavam fazendo a mesma coisa. Ficou claro que teríamos mais força, mais resultado, se fizéssemos um trabalho conjunto. Nesse momento, aproximamo-nos do UNICEF, que gostou da proposta e decidiu apoiar essa estratégia.

Hoje, o UNICEF mantém nove escritórios no território brasileiro, nas cidades de Brasília, Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. Internacionalmente, é importante perceber como o UNICEF continua com ações que auxiliam o Brasil no cumprimento do tratado, articulando especialistas de diferentes países para discutir e avaliar suas políticas. Em 2015, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança se reuniu em Genebra, para rever os direitos das crianças no Brasil, Bangladesh, Chile, Cuba, Cazaquistão, Madagascar, Polônia, Timor Leste e Emirados Árabes Unidos. O Comitê, composto por 18 peritos independentes, monitora como os Estados que ratificaram a Convenção dos Direitos da Criança estão cumprindo suas obrigações. A Comissão também analisa como os Estados estão implementando dois Protocolos Facultativos da Convenção: o relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis, e o sobre envolvimento de crianças em conflitos armados.⁵⁰

Cabe mencionar a Missão do UNICEF, que contém os princípios norteadores de sua atuação. Diante da influência direta na formulação da Constituição Federal de 1988 e do ECA pode-se inferir que de alguma forma, tais convicções estão presentes na legislação brasileira. E, por correspondência epistêmica, deveriam igualmente pautar os órgãos que compõem nosso Sistema de Garantia dos Direitos⁵¹. São eles:

- O UNICEF recebeu da Assembleia Geral das Nações Unidas o mandato de fazer gestões pela proteção dos direitos das crianças, ajudando-as a satisfazer suas necessidades básicas e a expandir suas oportunidades de pleno desenvolvimento.
- O UNICEF orienta sua conduta a partir do texto da Convenção sobre os Direitos da Criança e luta para que os direitos da criança sejam reconhecidos como princípios éticos permanentes e padrões de comportamento no que se refere à criança.
- O UNICEF insiste em que a sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças são imperativos universais para o desenvolvimento, indispensáveis ao progresso humano.
- O UNICEF mobiliza vontade política e recursos materiais para auxiliar os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, a garantir prioridade absoluta à criança e a construir uma estrutura para a formulação de políticas apropriadas e oferta de serviços para todas as crianças e suas famílias.

⁵⁰ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/comite-da-onu-sobre-os-direitos-da-criancas-discute-situacao-das-criancas-brasileiras/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

⁵¹ O CONANDA aprovou, em 2006, a Resolução n.º 117 (que atualiza a Resolução n.º 113), que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- O UNICEF dedica-se a assegurar proteção especial às crianças menos favorecidas, vítimas de guerra, desastres, pobreza extrema e de todas as formas de violência e exploração, como também àquelas com deficiências.
- O UNICEF atua, em situações de emergência, visando à proteção dos direitos da criança. Em coordenação com parceiros das Nações Unidas e Agências Humanitárias, o UNICEF coloca à disposição de suas contrapartes sua capacidade de rápida ação, para aliviar o sofrimento das crianças e de seus responsáveis.
- O UNICEF é apartidário, e sua cooperação é isenta de discriminação. Em todas as suas ações, é garantida prioridade às crianças menos favorecidas e aos países mais necessitados.
- O UNICEF visa, por meio de seus Programas de Cooperação com os países, a promover a igualdade de direitos das mulheres e das meninas, e apoiar sua plena participação no desenvolvimento político, social e econômico de suas comunidades.
- O UNICEF trabalha com todos os seus parceiros para atingir a meta do desenvolvimento humano sustentável, adotada pela comunidade mundial, assim como para concretizar a visão de paz e progresso social, contida na Carta das Nações Unidas.⁵²

Além do trabalho executado pelo UNICEF, como liderança da comunidade internacional, identificamos uma influência francesa durante a elaboração do ECA, por meio da experiência de Annina Lahale. Conforme contou Munir Cury, ela era brasileira, mas morava na França e trabalhava com crianças e adolescentes, sobretudo na área infracional. Segundo Cury:

Ela veio ao Brasil, na ocasião em que estava sendo elaborado o Estatuto, e fez várias palestras sobre medidas socioeducativas em meio aberto. E deu um grande contributo. (...) As medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, praticamente, ela trouxe da França para cá e nós adaptamos à nossa realidade brasileira. Ela influenciou muito (Munir Cury, entrevistado em 29/11/2016).

Por fim, deve-se ressaltar que muito embora uma norte-americana, Eleanor Roosevelt, tenha liderado a Comissão dos Direitos Humanos, que aprovou o texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no caso dos direitos da criança e do adolescente, não contamos com a adesão dos EUA como signatário da CDC, pela recusa em aceitar um dos seus principais dispositivos legais. Conforme afirmou Mário Volpi, a ideia de que a criança é um sujeito de direito:

(...) foi o primeiro consenso que havia na Convenção sobre os Direitos da Criança. Esse foi um dos consensos mais difíceis da Convenção, foi um dos motivos pelos quais os Estados Unidos não a assinaram, porque eles têm uma visão de que a família, os pais têm poder sobre a criança, e que esse conceito de sujeito incluiria na situação familiar um elemento conflituoso (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Configurada a comunidade epistêmica internacional, passamos a delinear a comunidade epistêmica estatal.

⁵² Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9534.html. Acesso em 10 abr. 2018.

4.1.3 Comunidade epistêmica estatal

Não foi possível fecharmos os olhos às informações que emergiram dos depoimentos dos sujeitos e da análise de documentos, discutida mais adiante, sobre a existência de uma comunidade epistêmica estatal conectada aos princípios e interesses em torno da formulação de uma nova lei que alterasse o panorama dos direitos humanos da criança e do adolescente no Brasil.

Em primeiro lugar, é importante fixar nossa posição epistemológica, informando a adoção do pensamento de Max Weber sobre o conceito de Estado:

O conceito científico do Estado, qualquer que seja a forma pela qual se formule, constitui sempre uma síntese que *nós* realizamos para determinados fins do conhecimento. Mas, por outro lado, obtemo-lo também por abstração das obscuras sínteses que encontramos nas mentes dos homens históricos. Apesar de tudo, o conteúdo concreto que a noção histórica de “Estado” adota poderá ser apreendido com clareza mediante uma orientação segundo os conceitos de tipo ideal. E, além disso, não há a menor dúvida de que o modo como os contemporâneos realizam essas sínteses, de uma forma lógica sempre imperfeita, ou seja, as “ideias” que têm do Estado - por exemplo, a ideia “orgânica” de Estado da metafísica alemã em oposição à concepção “comercial” dos americanos -, possui uma eminente significação prática. Por outras palavras, também aqui a ideia *prática* em cuja validade *se crê*, assim como o tipo ideal teórico construído para as necessidades da investigação, correm paralelos e mostram uma constante tendência para mutuamente se confundirem (WEBER, 1999, p. 115).

Para avançar em nossa pesquisa, teremos que fazer um rápido “sobrevoo” pelas reflexões de Weber para adotar uma síntese do conceito de Estado provocada por ele mesmo. Ao se referir a seus “contemporâneos”, Weber marca posição científica de viés crítico, quando, diferentemente de Durkheim, mostra-se um “analista por excelência do conflito, do confronto de interesses e valores inconciliáveis, da dominação e do poder.” (COHN, 1999, p. 18). No trecho citado acima, Weber alerta para um viés científico de instrumentalização das ideias, criando campo para as construções posteriores sobre ciência, economia e política, pautando a ciência social como resultado de estudos que se propõem a refletir mais sobre os processos, os meios, e menos sobre o fim de uma ação prática. Weber, inicialmente, publicou a seguinte definição de Estado: “O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território - este, o ‘território’, faz parte de suas características - reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (WEBER, 1982, p. 98).

De acordo com Alvaro Bianchi (2014), este conceito foi interpretado pela comunidade científica do início do século passado como por demais rigoroso ao conferir ao Estado, quase exclusivamente, seu poder autoritário. Outros escritos de Weber, no entanto, demonstraram de

forma mais abrangente a correlação entre indivíduos e Estado, propondo um conceito fundado na relação de dominação de homens sobre homens em que há, inequivocamente, os que mandam e os que obedecem de forma perene dentro de determinado território geográfico. O conceito de Estado, portanto, se alarga, não pertencendo mais como entidade separada da sociedade, mas como um conjunto de relações de dominação com objetivos econômicos, culturais e políticos. E, finalmente, Weber chega à compreensão do Estado moderno como “Estado-empresa”, chamando a atenção à função da burocracia administrativa, notadamente criada pela “empresa capitalista”, como forma de dominação, cuja “eficácia seria sempre limitada pelo caráter burocrático da gestão política e econômica” (BIANCHI, 2014, p. 98), e dependeria essencialmente da legitimidade que os dominados conferem às leis feitas pelos dominadores e não mais ao dominador propriamente dito. Segundo Bianchi, Weber:

(...) rejeitou um conceito de Estado baseado naquilo que o Estado deveria fazer - manter a paz e a segurança, garantir o bem comum, assegurar a propriedade, prover os súditos daquilo que é necessário para sua felicidade etc. -, bem como um conceito que se sustentasse naquilo que o Estado faz. Nada mais estranho à sociologia weberiana do que a explicitação de um conceito pela definição de uma função que deveria ter ou que é desempenhada (BIANCHI, 2014, p. 102).

Nesse caso, não cabe, como cientistas sociais, pensar no Estado como aquele que deveria seguir por aqui ou ali, ou pensar como o indivíduo se defenderia contra essa força colossal do Estado dominante. Devemos apenas trazer à tona os confrontos entre Estado-indivíduo e Estado-sociedade, para tentar verificar tendências e alternativas de determinado povo, em determinado período, de determinado território.

Apesar da síntese acima apenas tangenciar o pensamento weberiano, encontramos aqui nosso ponto de contato entre a teoria sociológica de Weber e a comunidade epistêmica estatal. Pretendemos dar contorno a essa comunidade, compondo-a com as pessoas que estavam, no final dos anos 80, no grupo dos que, ligados administrativamente ao Estado (ou membros do Estado-empresa), sedimentam as regras de seu funcionamento. Portanto, seguindo a linha de raciocínio, há um Estado que não existe e nem anda por conta própria, dependendo das ações dos indivíduos, órgãos e instituições que o delineiam.

Antonio Carlos Gomes da Costa (1993), em seu livro “É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município”, ressaltou que distintas organizações da sociedade civil e do governo contribuíram para o processo de elaboração do ECA, chamando a atenção para a influência positiva do Estado:

No campo governamental é de fundamental importância ressaltar o protagonismo político e social do FONACRIAD (Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Políticas Públicas para a Criança e o Adolescente). Esta articulação de lideranças do setor público desempenhou um significativo papel na mobilização dos governos das unidades federadas e das bancadas dos Estados e das duas casas do Congresso Nacional (COSTA, 1993, p. 18-19).

Não pesquisamos a real contribuição do FONACRIAD⁵³ para o processo de formulação do ECA, o que caberá a futuros estudos. No entanto, como dirigente de uma das unidades da FEBEM de Minas Gerais, Antonio Carlos parece ter conseguido, por meio desse Fórum, vincular-se a outras unidades da federação em torno dos direitos da criança e do adolescente.

Antes do desenvolvimento do Estado Moderno, no feudalismo, a autoridade máxima era o rei, e apenas a sua vontade e as necessidades dos que o circundavam mereciam atenção. No Estado de Weber, outras forças entram em jogo, mas ainda convivem, como no caso brasileiro, com a figura que elegemos como detentor de altos poderes: o presidente.

Durante o período da ditadura, o cargo foi ocupado por militares com eleições indiretas - sem a participação direta da população -, em 1964 e 1966. Em janeiro de 1985, ainda por eleição indireta, foi eleito o primeiro civil da segunda redemocratização brasileira, Tancredo Neves. Com a sua morte, José Sarney assume a presidência e pede ao seu ministro da Justiça, Paulo Brossard, para encomendar um projeto de lei que resolvesse a incompatibilidade entre o Código de Menores e a Constituição Federal de 1988. Analisaremos com mais detalhes esse acontecimento na comunidade epistêmica jurídica, mas não devemos deixar escapar a predisposição do Estado em resolver a situação.

Em 1989, vinte e nove anos após a eleição direta de Jânio Quadros, tendo João Goulart como vice-presidente, em 1960, o povo voltou a eleger seu presidente, escolhendo Fernando Collor de Mello com 53% dos votos, deixando em segundo lugar Luiz Inácio Lula da Silva com 47%.⁵⁴

Collor de Mello foi citado por cinco dos oito entrevistados. Pareceu consenso o fato de ter sido um presidente mal escolhido e que representava as oligarquias do nordeste brasileiro. Como explicar o fato de ter sido ele a promulgar o ECA, uma lei progressista para a época?

⁵³ “Criado em 1987 tem como missão promover a articulação dos dirigentes governamentais, visando à interlocução entre seus participantes, no sentido de estimular a reflexão sobre a intervenção institucional, buscando o estabelecimento de estratégias de ação que venham a contribuir com a efetiva promoção e defesa dos direitos do segmento juvenil, priorizando-se as ações voltadas para os adolescentes em conflito com a lei. Ao longo dos anos os dirigentes governamentais têm se reunido sistematicamente e aprofundado questões de relevância para a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, procurando reorientar a prática de suas instituições e ao mesmo tempo contribuir para a discussão e condução das políticas de âmbito nacional.” Disponível em: <http://www.funac.ma.gov.br/fonacriad/10921-2/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁵⁴ Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v14n40/1705.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Munir Cury disse que “foram as forças que o constrangeram a sancionar o Estatuto.” (Munir Cury, entrevistado em 29/11/2016). E que forças seriam essas?

Paulo Garrido, entre outros entrevistados, ofereceu a sua versão da história, o que nos ajuda a responder a questão:

(...) o Estatuto, de uma certa forma, vem nesse influxo [da redemocratização], dizendo, “ó, o código de menores, hoje vigente, faz parte do entulho autoritário. E é necessário ter uma lei de acordo com a nova Constituição.” Então, mesmo um governo como o Collor, não era infenso a esse tipo de pressão. A esses novos ventos políticos etc. (...) Naquele momento, no governo Collor, não foi somente [assinada] essa lei. Um mês e meio depois, da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nasce o Código de Defesa do Consumidor! Um mês e meio depois! Que até hoje é também vigente. Que, sob o prisma jurídico, é uma outra grande inovação. Então, por isso que eu digo: “só devemos compreender o Estatuto à luz do movimento que levou à redemocratização do país, a uma nova Constituição e, logo depois, a uma série de leis que vieram suceder o entulho autoritário”. Esse tempo, historicamente, vai se acabando, as pessoas vão se distanciando e as bandeiras são perdidas (Paulo Garrido, entrevista em 03/10/2016).

Carlos Nicodemos acrescentou que Collor:

(...) foi o primeiro [no mundo] a assinar [a CDC], porque havia uma pressão no âmbito da União Europeia em relação à Cláusula Democrática e dos Direitos Humanos. Que era uma das estratégias de colonizadores do ocidente em relação aos países do sul, especialmente no tema da democracia, colocando a questão dos direitos humanos em pauta, estabelecendo cláusulas de democracia e direitos humanos nos contratos comerciais (Carlos Nicodemos, entrevistado em 18/10/2016).

Markinhos também falou sobre o momento em que o presidente Fernando Collor de Mello sofreu pressão. E forneceu um panorama das forças nacionais que se articulavam:

Naquela época, o Gilberto Dimenstein, o NEV, chegaram a levantar que o Brasil matava 30 adolescentes por dia. Os caras foram checar para ver se as denúncias procediam, e chegaram a um nível médio de três assassinatos de adolescentes por dia. Isso depois do segundo encontro [do MNMMR], que foi em 1989. Isso levou a problemas diplomáticos da Anistia [Internacional] com o governo brasileiro, pressão contra o governo Collor. Quando ele ia para fora, recebia pressão de tudo que era lado. Parece que a Anistia tinha uma frase assim, “o Brasil tem uma política para suas crianças, matando-as”. Teve a maior repercussão internacional isso. E hoje, o mapa da violência volta a dizer que são mortos 30 adolescentes por dia no Brasil, pautando a história do genocídio (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

A pastora Zeni narrou sua versão do que foi o Brasil governado por Collor:

A lei foi escrita e foi promulgada, e aí nós tivemos no nosso país, antes que os conselhos, e que ela fosse implementada, a gente teve aquela “linda” mudança na política. Veio o Collor, que aliás foi quem assinou a lei, e depois veio a crise, os projetos e os programas ficaram à mingua. A gente não tinha mais como fazer

nenhum evento, nenhuma mobilização, para saber o que estava acontecendo aqui, ali, a não ser com os próprios recursos (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Verificamos, a partir das entrevistas, que mesmo representando um campo político mais conservador do que o de seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva, derrotado nas urnas, em 1989, o Chefe do Estado brasileiro não poderia deixar de assinar leis que haviam sido formuladas com forte participação da sociedade civil, em consonância com a legislação internacional e que diminuiriam o risco de pressão comercial internacional⁵⁵.

É evidente a função política da sanção do ECA ao ser utilizada pelo governo federal para dar resposta à pressão nacional e internacional sobre a onda de extermínio de adolescentes.

Dias antes da promulgação do ECA, Fernando Collor de Mello leu um discurso sobre seu compromisso com os direitos da criança. Nele, declara o entendimento que parecia corrente, à época, sobre o projeto de Estado que se pretendia com a redemocratização do país:

Que Nação é esta que insiste em não reconhecer a absoluta prioridade de acabar com o sofrimento de milhões e milhões de brasileiros? É inaceitável o argumento de que temos de esperar pelo crescimento antes de melhorar a distribuição dos resultados do trabalho. Não há desenvolvimento sem justiça social. A justiça social é requisito básico do desenvolvimento, da nacionalidade e da cidadania. Nas democracias, nas sociedades baseadas na livre iniciativa, o Estado tem a missão fundamental de corrigir e compensar as distorções que surgem com maior ou menor intensidade com o funcionamento da economia de mercado. No Brasil, essa necessidade é evidente. Herdamos os efeitos de um modelo de desenvolvimento em cujo nome, entre muitos erros e omissões, cometeu-se o desatino de deixar pelo caminho, abandonada nas cidades e nos campos, exposta à doença, à corrupção, ao crime e às drogas, uma verdadeira legião de menores carentes de tudo (Fernando Collor de Mello, discurso na reunião ministerial de 31/05/1990 no Palácio do Planalto).⁵⁶

No dia 24 de setembro do mesmo ano, Collor ainda falou sobre a criança na XLV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas:

⁵⁵ “(...) em 1983, o Parlamento Europeu deu o primeiro impulso para valorizar os direitos humanos em sua atuação internacional ao solicitar à Comissão Europeia a incorporação de uma cláusula democrática e de direitos humanos nos acordos com terceiros países. A Comissão aceitou o pedido e, em sua primeira ação, incluiu no preâmbulo do Terceiro Tratado de Lomé (tratado de preferências com as ex-colônias europeias) a questão dos direitos humanos. (...) Essa cláusula obriga os contratantes a respeitar os direitos humanos na cooperação política e econômica. Para a sociedade civil do Cone Sul, a cláusula democrática e de direitos humanos pode oferecer, junto com os instrumentos da OEA e da ONU, mais uma ferramenta (política) para se engajar na promoção dos direitos humanos no campo internacional.” Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf/cartilha_dh_mercosul.pdf. Acesso em: 10 mai. 2018. A título de ilustração, em 1989, a União Europeia interrompeu a cooperação com a China depois do massacre ocorrido na Praça de Paz Celestial.

⁵⁶ Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/collor/criancas-o-desafio-maior-1990-discurso-2>. Acesso em: 29 jun. 2018.

É meu dever, também, proteger os setores mais vulneráveis da sociedade. Por isso coloquei a criança e o jovem no alto da lista das prioridades do meu governo. As crianças - tem-se repetido - encarnam o futuro, e isso é tanto mais verdade no Brasil, país de maioria jovem, ansioso por modernizar-se. Sabemos quão dramáticos são os problemas de nosso país nessa área. Não os ocultamos, nem escondemos nossa determinação de enfrentá-los e resolvê-los. As iniciativas abrangentes que vimos tomando em apoio à criança demonstram empenho em fazer com que as potencialidades brasileiras se transformem em realidades perenes (Fernando Collor de Mello, discurso na ONU em 24/09/1990).⁵⁷

Queremos demonstrar que havia um esforço governamental, do Estado brasileiro, para o ECA ser formulado e sancionado. Mas como vimos no depoimento da pastora Zeni, a política social e econômica adotada pelo governo Collor não ofereceu subsídios suficientes para ser continuada a movimentação social em torno da implantação da lei no campo do atendimento direto.

Já no campo da defesa dos direitos da criança e, principalmente, dos adolescentes em conflito com a lei, no depoimento de Carlos Nicodemos nota-se avanço considerável desde o início da década de 1990. Ele foi um dos primeiros advogados de adolescentes, na cidade do Rio de Janeiro, contratado pela Associação São Martinho, mantida pela Província Carmelitana de Santo Elias, por sua vez financiada pelo governo federal. Conforme ele informou:

O governo federal, pressionado em razão dessas denúncias internacionais de assassinato de criança e adolescente, especialmente no Rio de Janeiro, de onde saíam as principais denúncias, de Duque de Caxias, financiaram cinco Centros de Defesa: São Martinho, ABRAPIA, CEAP, Centro Brasileiro de Direitos da Criança e um que desapareceu cinco anos depois. E bota dinheiro aqui para poder financiar atuação! E gerar relatório, é claro (Carlos Nicodemos, entrevistado em 18/10/2016).

Muito embora a ação do governo federal tenha sido reativa às pressões internas e externas, o movimento iniciou o que conhecemos hoje como as defensorias públicas, pois não havia nenhuma experiência anterior sobre como advogar para meninos de rua. Os profissionais criaram os procedimentos de defesa a partir da prática, o que gerou um conhecimento específico e original dentro da sociedade brasileira.

Ainda como membros da comunidade epistêmica estatal, elencamos as instituições mantidas pelas “máquinas” do governo federal e governos estaduais e municipais. Conforme vimos em depoimento citado de Mário Volpi, Marina Bandeira, então presidenta da FUNABEM, recomendou ao advogado Edson Sêda, que escrevesse uma minuta de lei para “resolver” o problema do Código de Menores. Paulo Garrido contou que:

⁵⁷ Fonte: http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf. Acesso em 29 jun. 2018.

As mesmas pessoas, as mesmas entidades, que se organizaram no Fórum DCA, para levar as propostas à Constituição, continuam querendo mudar o Código de Menores. Nós [do Ministério Público de São Paulo] fizemos, então, essa proposta inicial, chamada Normas Gerais de Proteção à Infância e Juventude, e levamos a esse Fórum DCA. (...) Daí, eu tive a oportunidade de voltar lá no Fórum e dizer: “tá aqui!”, e me submeti àquele espancamento natural. [risos]. Mas [a minuta] acaba sendo o ponto de partida. Duas ou três reuniões subsequentes, vem o Edson com uma proposta da FUNABEM. E o Edson, como lhe é peculiar - já faz anos que não o vejo -, de uma imensa grandeza, ele chega nessa reunião, depois de ouvir um pouco a discussão, conhecer um pouco o projeto, ele diz: “o meu projeto, que eu fiz lá, não tem nada a ver. Estou retirando isso aqui e gostaria de ser incorporado a esse grupo de discussão com novas premissas.” E, realmente, é o que ele faz. E, a partir daí, ele começa a trabalhar, abandonando aquele projeto, que era o projeto da FUNABEM - ou pelo menos ele tinha elaborado sob encomenda da FUNABEM, enquanto advogado da FUNABEM -, e passa a discutir, trazer inúmeras contribuições, algumas até que estavam no projeto que ele tinha feito, mas de uma maneira mais esparsa, enquanto o Estatuto tinha uma certa densidade (Paulo Garrido, entrevista em 03/10/2016).

Apesar do Edson Sêda abandonar o “projeto estatal”, encomendado pela FUNABEM, ao se integrar ao grupo de redação do ECA, teve a oportunidade de colaborar com o grupo, com ideias do “seu” projeto original. É interessante notar como o governo federal, tecnicamente representado por ele, não cria um conflito ou impõe a sua diretriz. É exemplo claro de negociação entre a comunidade epistêmica estatal e as demais comunidades representadas no grupo de redação do ECA em nome da produção de uma legislação que respondesse às demandas nacionais e internacionais. Fato apenas possível no ambiente da redemocratização brasileira, pois em outro momento o projeto oficial do governo federal teria sido imposto aos demais atores sociais.

No caso das FEBEMs, há a presença marcante do diretor de uma das unidades de Minas Gerais, Antonio Carlos Gomes da Costa, que não mediu esforços para divulgar as conquistas da escola para os adolescentes em conflito com a lei, e o reverendo João Parahyba Daronche da Silva, um dos assessores da FEBEM de São Paulo. Trataremos com mais profundidade da influência dos dois nas comunidades epistêmicas militante e religiosa, respectivamente.

E, finalmente, considerando os Poderes Constituídos como parte da máquina estatal, há a movimentação do Congresso Nacional para o Projeto de Lei do ECA ter tramitação rápida e sem grandes percalços. Paulo Garrido contou os detalhes:

(...) nós fizemos o seguinte: estrategicamente, nós ingressamos com o projeto no Senado e o mesmo projeto na Câmara. No Senado, foi o senador Ronan Tito, que era de Minas Gerais, e na Câmara dos Deputados foi o Nelson Aguiar, que também era deputado por Minas Gerais, salvo engano, ou do Espírito Santo, não me recordo. Entregamos ambos os projetos de lei, simultaneamente. Teve uma diferença de dias... Mas entregamos para garantir prioridade, de modo que todos os projetos eram apensados a esse. Isso tudo foi obra, ou pelo menos engendrado, pelo Deodato Rivera, que participou da redação do Estatuto. Ele era assessor parlamentar e

conhecia esses “escaninhos”. Sabia como as coisas deviam ser trabalhadas ali (Paulo Garrido, entrevista em 03/10/2016).

Deodato representava, informalmente, o Poder Legislativo dentro da Comissão de Redação do ECA. Foi uma personagem essencial do ponto de vista da articulação política e tramitação legislativa na cena da formulação do Estatuto. A movimentação legislativa será abordada quando da análise documental da pesquisa. Mas deve-se citar Antônio Carlos Gomes da Costa (1993):

Cabe ainda ressaltar o papel aglutinador da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança, uma articulação de deputados e senadores de todos os partidos que possibilitou que se imprimisse à luta pelos novos direitos da criança uma dimensão consensual, situando-a acima das divergências ideológicas e partidárias que dividem os homens públicos. Tal enfoque permitiu, na Constituição, que o capítulo dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes fosse aprovado com a expressiva maioria de 435 votos a favor e apenas 8 contra. Quando da votação do Estatuto, nas duas Casas do Congresso Nacional, o fenômeno se repetiu. A aprovação se deu por votação unânime das lideranças de todos os partidos representados no Parlamento (COSTA, 1993, p. 18-19).

4.1.4 Comunidade epistêmica militante

A pesquisa sobre o “engajamento militante” ainda é pouco desenvolvida nas ciências sociais brasileiras, conforme afirmam Marcelo Kunrath Silva e Bianca de Oliveira Ruskowski (2016). Em seu trabalho⁵⁸, os cientistas, citando Sawicki e Siméant, ensinam que o militantismo é definido “como toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 201). Os autores desenvolvem um modelo de análise que ampara a identificação do comportamento engajado de um militante.

Escapa aos objetivos do presente trabalho adotar a metodologia descrita por Silva e Ruskowski (2016) a fim de caracterizar o comportamento dos que citamos como membros da comunidade epistêmica. A investigação demandaria um esforço que nos afastaria do objetivo da pesquisa, pela sua complexidade e extensão. Teríamos que investigar detidamente a vida pregressa dos sujeitos, como foi a mediação entre eles e as organizações a que pertencem ou pertenceram, os vínculos afetivos entre eles e pessoas que já participavam de movimentos

⁵⁸ “Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise”. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.º 21, p. 187-226, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000300187&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 mar. 2018.

sociais ou organizações ligadas à proteção dos direitos humanos, a forma como se identificaram ideologicamente e se socializaram nas organizações, e como se deram - ou ainda se dão - as recompensas “materiais, simbólicas, afetivas ou emocionais” (SAWICKI; SIMÉANT, 2011) por fazerem parte do grupo.

Como vimos ao tratar do tema dos movimentos sociais, podemos afirmar que havia um sem número de militantes que lutavam pela proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente nos anos 80. Mas, na época, não se referiam assim à causa. Não estava clara, como hoje, a categoria dos direitos humanos como objetivo a ser perseguido. A discussão acerca dos direitos da criança era nova e recém-adotada pelo país, por meio do artigo 227.º da Constituição Federal (1988), e pela ONU, na CDC (1989). Lutava-se contra o sistema cruel de atendimento, a ausência de defesa dos adolescentes infratores e a naturalizada marginalização dos pobres.

Juntavam-se a essa luta profissionais das humanidades - pedagogos, filósofos, sociólogos - e da saúde - psicólogos e médicos, e os ainda não reconhecidos profissionalmente - educadores de rua.

Entrevistamos Mário Volpi por encontrar, em sua experiência profissional, uma condensação de mais de um papel profissional que representa o perfil do militante dos anos 80. Ele possui formação em filosofia e atuou como educador de rua, militando no MNMMR.

Durante a entrevista, ao se referir ao embate técnico-político dos juristas, relativizou o valor da proposta do grupo de juízes menoristas liderado por Alyrio Cavallieri, dizendo que o projeto não tinha peso “porque a discussão apresentada por esse grupo [Comissão de Redação do ECA], tão diverso, era tão ampla, que isso impressionava todos os deputados com quem a gente ia discutir” (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

A comunidade epistêmica dos militantes é a mais “diversa e ampla”, como ressaltou Mário Volpi. Agrega-se pela exclusão dos diferentes, considerando “diferentes” aqueles que possuíam formação rigorosa em doutrina específica ou papel social que definia ou limitava sua atuação social. É mais fácil compreendê-la verificando quem resta, subtraindo do MDDCA religiosos, juristas, políticos e funcionários públicos. Todas as pessoas que, a partir de sua formação acadêmica e experiência profissional, estavam identificadas com os princípios propostos pela Constituição Federal de 1988 e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, estão no grupo.

Antonio Carlos Gomes da Costa (1993) percebia a riqueza das contribuições da militância para a formulação do ECA:

Dentre essas entidades tiveram especial destaque o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor da CNBB (Conferência Episcopal Brasileira), a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Articulação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos, a Coordenação dos Núcleos de Estudos ligados às universidades, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), e a Ordem dos Advogados do Brasil (COSTA, 1993, p. 18-19).

Não foi possível, nesta pesquisa, conhecer as contribuições de todas as organizações citadas pelo pedagogo. Consideramos pertinente a lista de Antonio Carlos, mas percebemos a necessidade de distinguir, por exemplo, organizações de atendimento direto de organizações representativas de classe, ou ainda, organizações religiosas. De qualquer forma, é notória a importância que teve a articulação de diferentes grupos militantes da causa da criança no processo de formulação do ECA.

Seguem dois casos vividos por Mário Volpi, no papel de educador de rua em Curitiba, para elucidar o tema:

O menino era pego pela polícia, era algemado, passava duas ou três noites lá no juizado de menores e depois, obviamente, não tinha crime contra ele, era solto e voltava para a rua. Ele voltava e a narrativa dele, quando voltava, era uma narrativa de construção de uma identidade de infrator. Ele dizia: “(...) pô, os caras chegaram, me algemaram, me atiraram no camburão, mas eu sou rocha [entrevistado dramatiza o menino, batendo no peito], eu segurei, eu não chorei, eu fiquei lá pra mostrar pros canas que aqui tem homem! (...) Então, a construção dessa identidade nos mostrava a necessidade de que a lei abordasse o trato de todos os atores sociais pra desconstruir essa identidade e não reforçá-la. Então, isso foi um tema que nós trouxemos e que, por exemplo, o mundo jurídico não elaboraria dessa forma (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Como consequência do caso vivenciado por Mário Volpi, há no ECA o artigo n.º 178:

O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias a sua dignidade, ou que impliquem risco a sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade (BRASIL, 1990).

Para confirmar que o artigo está no ECA por motivação de um militante, vale dizer que, apenas em dezembro de 1990, portanto depois da publicação do ECA, a ONU lançou o documento “Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade”. Nele, apesar do uso de algemas não ser citado (assim como no ECA), é explícita a recomendação de que todo adolescente e jovem, que tenha cometido alguma infração, deve ser transportado, às custas do governo, em veículo arejado e claro, sem que sua dignidade seja ameaçada. Sabendo que o ECA é anterior a esta recomendação, seria apropriado deduzir que a

redação de seu 178.º artigo foi motivado muito mais pela reflexão que os militantes faziam na época do que nas normativas internacionais, não desconsiderando a hipótese de que os brasileiros estivessem sempre atentos às discussões estrangeiras. O importante é notar a preocupação da militância em proteger a dignidade do adolescente e do princípio “desconstruir a carreira criminal do adolescente pobre”. O próprio entrevistado considera a possibilidade de os juristas pensarem também sobre isso, mas sem a exata noção do que significa perder o trabalho que se vinha fazendo com determinado menino e que, diante da arbitrariedade policial, era “queimado”, na medida em que o adolescente voltava a se perceber como criminoso e não como cidadão com potencial como qualquer outro.

Mais um exemplo da influência da comunidade militante presente no bojo do ECA foi o item III do artigo n.º 53:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: (...) III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores (BRASIL, 1990).

Mário Volpi revelou que, ao questionar os adolescentes com os quais trabalhava, tentando entender o porquê de não permanecerem na escola, ouviu que a escola os discriminava, pois os professores diminuía as notas por causa do “mau comportamento”. Diante da “denúncia”, menos para brigar com a escola e mais para constatar a veracidade do fato, Mário Volpi foi à escola e descobriu que realmente um professor havia descontado um ponto na nota da prova de um menino. Ele havia acertado oito questões em uma prova com total de dez perguntas e recebeu nota sete. Ao mesmo tempo em que outros alunos haviam acertado as mesmas oito questões e haviam tirado nota oito. O professor e a diretora da escola disseram que os professores têm o direito de alterar a nota do aluno, conforme seu comportamento. Mas esse “direito” não constava em nenhuma normativa de fato. O resultado das averiguações nas escolas e das conversas com os adolescentes levou Mário Volpi a rascunhar o que viria a ser o 53.º artigo do ECA. Ele disse:

Outro elemento que foi resultado da discussão com os próprios adolescentes, foi o direito de pedir a revisão da nota. Isso nos dá dor de cabeça com os professores até hoje. Tem um artigo do Estatuto que tenho orgulho de dizer que eu participei. Escrevi a primeira redação dele, que felizmente não ficou daquela forma, porque estava muito mal escrito, porque não sou um jurista (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Os fatos evidenciam a participação ativa da militância do MNMMR na redação da lei, o que confere sua qualidade do ponto de vista da organicidade da norma legal. O entrevistado

ressaltou, ainda, o fato de o artigo do ECA ser resultado da sua “discussão com os próprios adolescentes” com quem trabalhava. Isso fornece mais uma parte da resposta sobre quais foram as milhares de “mãos” que “escreveram” o ECA.

Diante do exemplo acima, deduzimos que a expressão comumente utilizada de que “o ECA foi escrito a mil mãos” é uma figura de linguagem para dizer da participação direta da sociedade civil - mobilizada nos anos 80 pelos movimentos sociais, ONGs e pastorais - na discussão dos assuntos levantados, elaborados e sugeridos por militantes da “área da criança”. No entanto, o próprio entrevistado afirmou que “aquela ideia de que o Estatuto foi construído a mil mãos não é uma figura de linguagem”. Sua afirmação se baseia em duas práticas da época. A primeira era protagonizada pelo UNICEF, que proporcionou o encontro de pessoas de todas as regiões do país para discutir a formulação da lei. Nos anos 80, Mário Volpi era educador de rua e se perguntava: “mas esse organismo internacional está pagando a passagem da gente para vir aqui? Eles querem escutar a gente?”. O Unicef pagava as passagens para os militantes do MNMMR de todas as regiões levarem para o debate os temas mais pujantes do momento. Uma delas era a possibilidade de os adolescentes viajarem em território nacional sem autorização ou presença dos pais, discutida até se chegar ao consenso de que seria mantida a obrigatoriedade de autorização judicial apenas para as crianças (pessoa até 11 anos e 12 meses incompletos). O tema foi normatizado pelo artigo 83.º do ECA.

A segunda prática era a forma como esse tipo de proposta era levantado dentro do MNMMR. Mário Volpi contou que, para chegar a Brasília, conversava com o pessoal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do próprio estado em que trabalhava, o Paraná. Ao ir a Brasília, representava a Região Sul do Brasil. Os militantes que chegavam com uma proposta estavam com discussão acumulada, referendados por seus pares e pelos meninos e meninas com quem trabalhavam. No caso da “liberação” para viajar, os militantes entendiam que o Estado, a sociedade e as famílias precisavam saber que os meninos e meninas acima de 12 anos de idade devem construir, paulatinamente, a autonomia, não esperando os 18 anos de idade para “alcançar a maioridade”. A proposta baseava-se na convicção de que o desenvolvimento da autonomia da pessoa é progressivo e ocorre por meio de experiências concretas.

Voltemos ao assunto sobre quem escreveu o ECA. Entendemos que Mário Volpi, ao dizer que a expressão “o ECA foi construído a mil mãos não é uma figura de linguagem”, indica sua “construção”, elaboração, formulação, e não sua redação propriamente dita. Isso resolve a expressão “o ECA foi escrito a várias mãos”. A redação da lei ocorrera pela comunidade jurídica, como Mário Volpi revelou ao citar o 53.º artigo do ECA. E para compreender a

“construção do ECA a mil mãos”, Leonardo Avritzer (2007) ressaltou sobre a representatividade não eleitoral:

Se o ator que age por sua própria conta falando em nome de outros atores, não deixa de haver representação, ainda que, nesse caso, ela se dê por identificação. Neste artigo, denominarei esse tipo de relação de representação por afinidade (AVRITZER, 2007, p. 447).

Parece estranho pensar que a mera identificação com determinado tema legitimaria alguém a representar outrem. Mas, na verdade, Avritzer propõe a relativização do paradigma da autorização do representado (ator) para o representante (autor) como única forma de representação política. Acredita que na política contemporânea “a pragmática da legitimação é diferente, na medida em que a legitimação se dá pela relação com o tema. É ela que gera a legitimidade e não o contrário, como na representação eleitoral” (AVRITZER, 2007, p. 459). E conclui:

Nesse sentido, a questão colocada pela política contemporânea deve ser uma redução da preocupação com legitimidade dessas novas formas de representação e um aumento da preocupação sobre de que modo elas devem se sobrepor em um sistema político regido por múltiplas soberanias. O futuro da representação eleitoral parece cada vez mais ligado à sua combinação com as formas de representação que têm sua origem na participação da sociedade civil (AVRITZER, 2007, p. 459).

A partir do conceito, Avritzer analisa duas formas de representação mais comuns na sociedade brasileira contemporânea: o *advocacy* (militantes e ativistas) e a representação da sociedade civil por meio da participação de ONGs em conselhos paritários de política. Mas acreditamos que Avritzer não pretendeu esgotar todas as formas contemporâneas de representação por afinidade em seu artigo. Compreendemos, por ora, que o conceito de representação por afinidade ajuda a perceber os contornos da comunidade epistêmica militante, devido à sua amplitude e coerência. E ajuda a compreender o que Volpi assinalou como não sendo uma figura de linguagem, pois as “mil mãos” foram as vozes dos meninos e meninas de rua que chegaram até o grupo de redação do ECA, por meio de um processo ético de representatividade conduzido pelo MNMMR.

E para compreender melhor o momento histórico, vale destacar um trecho da entrevista com Markinhos sobre os anos 80:

(...) havia um clima de abertura. Não podemos esquecer que a América Latina estava efervescendo... Naquela época, você tinha aqui [no Brasil] grupos pregando o socialismo armado, tinha havido a revolução nicaraguense, Cuba ainda exportava ideologia para toda a América Latina, você tinha os grupos guerrilheiros da

Guatemala, tinha El Salvador, onde já dominavam mais de 50% do território, na Colômbia ainda tinham vários grupos guerrilheiros, no Uruguai e na Argentina ainda aconteciam atos de grupos armados revolucionários. Então, tinha uma pregação pelo socialismo. Esse é o ponto central (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

No mesmo período em que alguns militantes, mais radicais, pegavam em armas, outros praticavam, como Mário Volpi, o trabalho socioeducativo nas ruas das grandes cidades. Era um grande movimento de libertação no qual os mais esclarecidos se engajaram.

Ainda sobre o fato de Mário Volpi se lembrar da sua busca por critérios claros de avaliação escolar ao lado dos adolescentes que atendia nos anos 80, cabe ressaltar que sua revelação cria um sentido para o trabalho da comunidade epistêmica militante, pois, trabalhando diretamente com a população infantojuvenil de rua ou na rua das grandes cidades, não se limitavam a assistir à população, traduzindo as necessidades em estratégias de organização e reivindicação por direitos humanos. Eram os princípios compartilhados entre as centenas de militantes espalhados pelo Brasil que os levavam à ação social. E foram esses princípios que membros da Comissão de Redação do ECA se esforçaram para transformar em lei.

O princípio, como vimos acima, da criança como sujeito de direitos, foi um dos pilares do ECA, mas há outros. Mário Volpi ajuda a identificá-los:

(...) quando o Antonio Carlos falava sobre a importância das políticas intersetoriais, para se articularem em favor do direito, ou quando se falava na indivisibilidade dos direitos - não se pode garantir um direito negando outro - havia um conjunto de conceitos que todo mundo aceitava (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Muitos “conceitos que todo mundo aceitava” eram os princípios que a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) anunciava, e que a sociedade brasileira, por meio de centenas de grupos espalhados pelo país, em ONGs, Comunidades Eclesiais de Base, nas praças com meninos e meninas de rua, reconheciam, validavam e enriqueciam. Outros, eclodiram da indignação de intelectuais que militavam pela mudança nos paradigmas educacionais vigentes.

Mário Volpi cita, em seu exemplo, o pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, que pertenceu à Comissão de Redação do ECA. Conforme afirma Irandi Pereira⁵⁹, militante da “área da criança”:

⁵⁹ “Educadora, ex-membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Fórum Nacional DCA. Ativista pelos direitos humanos de crianças e adolescentes.” A apresentação da autora está no texto “21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: o legado de Antonio Carlos Gomes da Costa para a transformação de ‘corações e mentes’ em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes”. ANDI, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=>

(...) o desenho sobre a política de atenção à infância e adolescência sob a ótica dos direitos humanos e, portanto, da garantia da proteção integral, teve no mestre Antonio Carlos Gomes da Costa seu principal construtor, quando participou do Grupo de Redação para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele mesmo contava que a maioria das reuniões do grupo acontecia num espaço exíguo, no centro da cidade de São Paulo, tendo à disposição dos redatores um microcomputador para registro dos debates, propostas e retroalimentação das contribuições advindas de todas as regiões do Brasil (PEREIRA, 2011).

O espaço, na rua Asdrúbal do Nascimento, Centro de São Paulo, era a sede da Curadoria de Menores, na qual ocorriam os trabalhos de redação do ECA. Irmã Maria do Rosário lembrou do local, quando contou sobre um dia em que estava nessa “salinha” com Paulo Freire. Havia um rapaz, do qual não se recordava o nome, que na hora do intervalo ia até uma sala do Ministério Público, para validar juridicamente as propostas que haviam sido discutidas.

Identificamos como referências dos anos 80 que conheciam e contribuíram para a formulação do ECA dois nomes de peso dentro do campo intelectual brasileiro: Paulo Freire (1921-1997) e Antonio Carlos Gomes da Costa (1949-2011).

Não se trata de uma digressão aprofundada sobre a vida e obra dos pensadores, mas é essencial extrair ao menos um aspecto ou conceito relevante de cada um deles, que pode estar impregnado no texto do ECA.

Irândi Pereira revela:

A “aventura pedagógica” de Antonio Carlos está presente em sua vasta e diversificada produção (bibliográfica e técnica). São mais de 80 publicações, entre livros, artigos, resenhas, material didático e pedagógico e em diferentes áreas do conhecimento (filosofia, história, sociologia, pedagogia, direitos e até literatura). Em sua produção podemos perceber o olhar interdisciplinar na construção do conhecimento sobre a infância, adolescência e juventude e políticas públicas. Se hoje temos uma literatura na área, mesmo que incipiente, devemos isso à militância cotidiana de Antonio Carlos. Como educador nos advertia da necessidade constante da reflexão sobre a nossa prática cotidiana no sentido de promover hoje a diferença em relação a um passado não tão distante. Ele tem nos inspirado à sistematização do conhecimento e também das diferentes práticas que acontecem na ação socioeducativa, pois em seu entendimento a nossa capacidade de escuta e tomada de decisão sobre/com os projetos de vida de cada adolescente devem romper com modelos excludentes e discricionários que tanto combatia. Acredito que a sua busca residia na ideia de que o tema da socioeducação pudesse ganhar *vez e voz* também no mundo acadêmico brasileiro (PEREIRA, 2011, grifos nossos).

Além das informações que constam do texto de Irândi Pereira, Antonio Carlos Gomes da Costa foi pedagogo, diretor da Escola Barão de Camargos, da FEBEM em Ouro Preto/MG,

secretário de Educação de Belo Horizonte/MG, oficial do UNICEF e presidente da FEBEM durante o governo Tancredo Neves (1983-1984) no estado de Minas Gerais.⁶⁰

De acordo com Mário Volpi, ele “passou um bom tempo indo e voltando” (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017) do exterior, pois fazia a ponte entre o Brasil e a Comissão das Nações Unidas incumbida de preparar a Convenção sobre os Direitos da Criança.

A experiência profissional de Antonio Carlos Gomes da Costa como diretor de escola da FEBEM de Ouro Preto - e depois como presidente da mesma instituição -, somada ao seu interesse pela pedagogia e contato com a comunidade epistêmica internacional, produziu um militante de primeira grandeza. Não parece exagero afirmar, assim como fez Irandi Pereira, que foi ele, entre os integrantes da Comissão de Redação do ECA, o “construtor” de toda a política de proteção integral da criança e do adolescente. Mário Volpi bem ilustrou a linha de pensamento de Antonio Carlos, ao lembrar dele falando sobre a necessidade das políticas setoriais se articularem em torno dos direitos, para garantir o atendimento integral à criança e ao adolescente. Parece ter sido o seu maior legado, mas futuros estudos poderão trazer à luz as efetivas contribuições ao texto do ECA.

Na voz do próprio pedagogo, uma de suas referências para justificar a formulação de bons projetos político-pedagógicos nas unidades de internação de adolescentes:

Eu falo da relação educador-educando. Porque os meninos que estão numa Febem estão ali não porque não sabiam as quatro operações, não porque não sabiam profissão; eles estão ali porque não souberam viver e conviver no seio da sociedade. Então, eles precisam aprender as competências pessoais e as competências sociais para o convívio com pessoas humanas e como cidadãos, e isso o sistema nega. Porque o sistema que nós temos hoje no país só tem um problema, na maior parte do país; ele deveria privar o adolescente de liberdade, ou seja, privá-lo do direito de ir e vir. Mas ele priva o adolescente de liberdade, respeito, dignidade, integridade física, psicológica e moral, individualidade... Então, ele priva o adolescente de condições mínimas. Makarenko falava o seguinte: “se o homem é fruto das condições do ambiente, por que não criar humanamente essas condições?”. E quando nós criamos as condições que existem hoje no sistema de atendimento, em grande parte do país, nós estamos criando condições desumanizadoras e querendo que produzam homens (Antonio Carlos Gomes da Costa em entrevista gravada pelo Programa Roda Viva da TV Cultura, em 10 de julho de 2000).

No depoimento de Antonio Carlos surge mais um nome importante, referência mundial na educação: o pedagogo ucraniano Anton Makarenko (1888-1939). Conforme ensina Lucíola Andrade Maia (2015):

A pedagogia de Makarenko se notabilizou pela beleza de seu trabalho e de sua obra educativa e social, articulada nas instâncias ditas como socialismo ou socialismo real. Mormente seu trabalho em conjunto com outros educadores socialistas, fez da

⁶⁰ Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,morre-um-dos-mais-renomados-pedagogos-do-brasil-imp-,688010>. Acesso em: 14 mar. 2018.

educação uma arte de ensinar e aprender, criando uma escola e uma vida em movimento. Movimentos e mobilizações políticas constantes constituindo, no cotidiano das relações e das lutas sociais, verdadeiras oficinas de arte-educação, vida e trabalho. O pedagogo associou a educação às necessidades dos coletivos, à realidade histórica que a comunidade e a sociedade necessitavam à época (MAIA, 2015).

A partir dessas informações, identificamos a presença da inspiração socialista no escopo do pensamento de Antonio Carlos, o que era comum à época e parecia influenciar o posicionamento ideológico da comunidade epistêmica militante.

Em se tratando de inspiração socialista e do estado de Minas Gerais, reduto de Antonio Carlos, deve ser citada a história que Mário Volpi contou sobre o desafio de trabalhar com os meninos de rua em Belo Horizonte, quando Patrus Ananias era prefeito (1993 a 1996). Ele prometeu, em campanha eleitoral, terminar com os meninos de rua na cidade. Mário Volpi disse que deu a seguinte explicação ao então prefeito:

Não tem como acabar com os meninos de rua. Enquanto a gente viver numa sociedade capitalista, que tem um fluxo migratório do campo para a cidade, que tem um processo de acumulação de riquezas, de desigualdades, você tem que construir uma rede social capaz de garantir a reinclusão daquilo que o sistema vai excluindo (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Não é possível, apenas a partir da citação, afirmar que Mário Volpi possuía convicções socialistas, mas verificamos como era clara sua noção de que o problema possuía laços estruturais, e que, “enquanto a gente viver numa sociedade capitalista”, o problema não se encerrará. A proposta do MNMMR para Belo Horizonte era formar uma rede de proteção social que agisse rapidamente por meio de educadores de rua, porque quanto mais a criança ou o adolescente permanecem na rua, mais difícil é reintegrá-los ao convívio familiar e comunitário.

Com relação ao pedagogo Paulo Freire, nada mais há do que o depoimento da irmã Maria do Rosário para afirmar sobre sua participação direta na redação da lei. Mas soubemos, por meio da pastora Zeni, que o livro “Pedagogia do Oprimido” (1974) era referência para todos que militavam. Mário Volpi e Markinhos citaram o livro “É possível educar na rua?” (BULGARELLI, 1987), fruto de um encontro entre o pensador e os educadores sociais da época. Mário Volpi declarou que a educação de rua tinha base na teoria freireana e que, no decorrer do processo de discussão do grupo, chegaram à conclusão de que a alfabetização era papel da escola, o que gerou nova estratégia chamada de “escolas abertas”: o menino ou menina de rua podiam ir para se acostumar com tempo-espço da escolarização. Entretanto, a educação de rua se consolidou com os princípios freireanos - temas geradores para suscitar os

debates - e os ensinamentos de Madalena Freire e Emilia Ferrero - hipóteses criadas pelas meninas e meninos que precisam ser identificadas, desconstruídas e reconstruídas.

Markinhos lembra como se sentiu ao conhecer Paulo Freire, quando iniciava sua trajetória como educador social de rua. Ao perguntar se havia conhecido pessoalmente algum “figurão” dos anos 80, respondeu animado:

Paulo Freire! Conheci o Paulo Freire. Tive em evento com ele, abracei ele. É até capaz de ter uma foto minha com ele com alguém por aí. Na época não tinha celular, né? E eu achava doido, mano. Eu lembro que ele contou uma história e eu entendi tudo. Daí, todo mundo começou a bater palma e eu pirei com isso. Eu falava: “mano, o cara não fala nada, e todo mundo pagando madeira pro cara, veio?” Ele tinha mania de contar história de alguma coisa que aconteceu com ele, que nem a gente aqui falando. E todo mundo batia palma! Porra, mano, esse é o cara! (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

A surpresa, relatada por Markinhos, com o fato de ter entendido o que Paulo Freire falara na ocasião, é a mais nítida demonstração da dialogicidade pregada pelo pensador. Parte-se da convicção de que os pensamentos e reflexões, por mais densos e historicamente datados, podem ser compreendidos por toda pessoa. Ele pregava que as palavras deveriam ser usadas para unir as pessoas entre si e com o mundo, propondo a horizontalidade de saberes.

Recentemente tenta-se encontrar, na vasta e densa obra do pedagogo, aspectos de sua teoria aplicáveis à educação infantil, o que nos fornece pistas sobre como o pensamento freireano seria encontrado no bojo do ECA. Uma das conclusões do estudo de Adilson Angelo (2006):

A educação escolar, ao proporcionar o exercício do diálogo horizontal entre os seus diferentes sujeitos, onde se é permitido dizer sem medo ou castração o que se pensa e o que se sente, preenche de sentido os seus reais objectivos. A ***constituição e afirmação do sujeito***, “onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediados pelas experiências do mundo” (Freire, 1991: 83), se estabelece, portanto, nesta relação crítico-dialogica entre educandos e educadores e entre estes e o mundo (ANGELO, 2006, grifos nossos).

O “diálogo” é um conceito central na obra de Paulo Freire. Ele defende as razões pelas quais se deve, no Brasil, pretender uma escola que desconstrua a prática não dialógica, na qual o professor apenas ensina e o aluno apenas aprende. Adilson Angelo (2006), baseando-se nos estudos de Philippe Ariès, ressalta que a palavra “infância” deriva da expressão latina *in fans*, o que significa “o que não fala” ou “o não falante”. A noção da criança como pessoa incapaz de usar a palavra como elemento do diálogo justifica a postura adultocêntrica da escola, em que apenas adultos dialogam para tomar decisões e falam para ensinar.

Freire propõe uma relação professor-aluno - podendo-se ampliar o conceito para toda relação humana - como encontro entre “sujeitos” curiosos, que descobrem juntos os mistérios do mundo. Era contra a noção naturalizada de que há pessoas incapazes de se colocar a si mesmas no mundo, de usar a palavra, de dizer o que pensam, sentem e precisam.

Para efeito desta pesquisa de mestrado é essencial entender o significado que a palavra “sujeito” carrega, pois a diferença entre seus sentidos ajuda a determinar comunidades epistêmicas distintas.

Quando um militante dos anos 80 afirmava que a criança era um “sujeito”, expressava sua convicção nas capacidades neurológica, intelectual, psicológica e social da criança e, conseqüentemente, do adolescente. Antonio Carlos Gomes da Costa, por exemplo, defendia a participação social de crianças, adolescentes e jovens nos diversos espaços da vida coletiva, o que o levou a cunhar o termo “protagonismo infantojuvenil”. A pastora Zeni citou o termo sujeito, conferindo o sentido “daquele que recupera a voz”. Afirmou que seu papel, nos anos 80, era “fazer com o outro e não para o outro”, abandonando a visão tradicional da caridade, de “ajudar o próximo ou o pobre”. Relatou que em qualquer área de atuação, seja com mulheres, crianças, juventude, identificavam-se “as faltas e quem era o sujeito daquela ação”. Devia-se “tirar o poder do técnico”, que tinha o poder e a palavra. Em quase todos os exemplos, o sentido para a palavra “sujeito” é “agente” de uma ação em direção à mudança sociopolítica. Como se o objetivo do militante fosse transformar toda a sociedade em um grande grupo de sujeitos que lutam por causas que melhorariam a qualidade de vida de determinado subgrupo (crianças, mulheres, negros etc.).

A noção de sujeito está próxima à concepção de cidadania plena, norteadora da Constituição Federal de 1988 e leis subsequentes. Acreditava-se que para formar cidadãos e cidadãs participantes da vida cotidiana era essencial formar crianças, adolescentes e jovens que possuíssem uma leitura crítica da realidade. Portanto, seria importante para a formação desses “sujeitos” o estudo de disciplinas como a filosofia e a sociologia.

Como ilustração, a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluiu o dispositivo que afirmava ser o domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia imprescindível ao exercício da cidadania. A Lei n.º 11.684, de 2 de junho de 2008, intensificou a ideia da formação do cidadão participante com o item - “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. A Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, muito embora tenha mantido “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” como finalidades da educação, revogou os dispositivos

relacionados especificamente às disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio, delegando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a definição dos “direitos e objetivos de aprendizagem”, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, em diferentes áreas do conhecimento, uma delas as ciências humanas e sociais aplicadas. Na data de redação desta pesquisa - um ano após a publicação da lei -, o Ministério de Educação não havia publicado a BNCC do ensino médio. Portanto, embora os ensinamentos obrigatórios da filosofia e sociologia tenham sido eliminados, precisaremos aguardar as novas orientações sobre a área de ciências humanas e sociais aplicadas para avaliar os objetivos relacionados à formação para a cidadania.

Mário Volpi, quando utilizava o termo “sujeito” para dizer da mudança de visão da infância que os projetos “alternativas de atendimento” trouxeram para a sociedade, não os estigmatizando mais como “incapazes ou bandidos”, ressaltava a concepção pedagógica que os projetos adotaram quando perceberam e trouxeram à tona as potencialidades de participação social da criança e do adolescente. No entanto, apesar de apresentar o termo “sujeito” com esse pano de fundo, continuava seu raciocínio afirmando que “esse foi o primeiro consenso que havia na Convenção sobre os Direitos da Criança”, utilizando o termo “sujeito” como sinônimo do termo utilizado no mundo jurídico, “sujeito de direitos”. O sujeito de direitos é toda pessoa que, por ser humana, possui direitos previstos em lei, independentemente da sua condição social, física, psicológica, origem, gênero, opção sexual, política ou religiosa.

A condensação de sentidos da palavra “sujeito” pode ter sido um aglutinador do MDDCA, pois os militantes e os juristas estavam de acordo que a criança e o adolescente deveriam ser sujeitos. Mas pensavam sobre construções epistemológicas diferentes; o *sujeito de direitos* do mundo jurídico é aquele que, desde antes de nascer, detém direitos civis, e o *sujeito social*, do mundo das ciências humanas e sociais, é o que percebe o mundo, reconhece as limitações impostas pelas instituições que o cercam e se organiza na luta para ter melhor qualidade de vida, rompendo sistemas opressores e violentos por meio de seu engajamento cidadão. Uma pessoa nasce como sujeito de direitos, mas apenas se torna sujeito social se tiver acesso a uma formação que promova sua emancipação.

Relacionando as compreensões do conceito de sujeito com a prática militante do MNMMR, no depoimento de Markinhos há a comprovação de que os meninos e meninas foram ouvidos. Segundo ele:

No caso do Movimento, o mais significativo para a redação do ECA foi o Primeiro Encontro Nacional de Meninos de Rua. Foram trabalhados vários temas, não sei se

eu vou lembrar de todos. Eu lembro que eu fiquei no tema da família. Mas tinha trabalho, educação, saúde e... Acho que violência, segurança... Eram uns cinco ou seis temas. Os mais de 400 meninos que estavam ali discutiram esses temas, e isso virou o insumo de um relatório. Esse material é o que o Movimento fala que foi a escuta dos meninos, porque o segundo encontro já aconteceu em 1989, e o Estatuto já estava pronto. Então, foi em 1986 que teve a escuta do que os meninos achavam sobre essas coisas. E eu lembro que me chamou a atenção a capacidade dos meninos do Norte. Impressionante! Eu achava que era uma liderança, cheguei lá e fiquei boiando nas ideias dos moleques. Os moleques eram ligeiros. Bem preparados, com acúmulo de experiência, de discutir, de participar de grupo. (...) Então, esse primeiro encontro é o que eu lembro assim de marco mais importante. O modelo dos grupos era sempre como vocês viram aqui. Tem a escuta dos meninos e as falas deles vão para os relatórios (Markinhus, entrevistado em 19/04/2018).

O entrevistado, ao lembrar o início de sua prática como educador social, percebe a importância do momento em que os meninos e meninas participaram ativamente da construção de um documento que pautou discussões no MNMMR. Mas não temos como afirmar qual a efetiva contribuição das discussões de 1986 para a elaboração dos textos da Constituição Federal de 1988 e do ECA. Trabalhos futuros poderão comprovar essa afirmação do MNMMR, comparando o teor do relatório do encontro nacional de 1986 com o conteúdo das leis.

Sobre o mesmo tema, a pastora Zeni relatou:

A gente pegava os artigos e fazia encontros locais, regionais, com os próprios meninos e meninas, para discutir os artigos, aquilo tudo. E aquela luta insana para fazer entrar alguma coisa na Constituição! Tanto que o segundo encontro nacional foi feito para isso. Foi feita uma ida simbólica ao Congresso Nacional. Aquilo ali ficou cheio de criança e adolescente! Eles foram entregar o que eram as suas reivindicações para a Comissão Nacional Constituinte (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Percebe-se, no depoimento da pastora Zeni, a valorização da contribuição dos meninos e meninas para a formulação das normas jurídicas, sobretudo por sua força política e simbólica, quando relata que “aquilo ali ficou cheio de criança e adolescente!”.

Markinhus já se mostra mais moderado quando questionado sobre a participação efetiva dos meninos e meninas nas propostas para a Constituição Federal de 1988 e para o ECA. Como parte integrante do grupo de educadores sociais em SBC e fortemente identificado com o grupo dos meninos atendidos, entende que a participação dos meninos e meninas se deu no Primeiro Encontro Nacional, ocorrido em 1986. A pastora Zeni, parte integrante da organização do movimento maior, enxerga todo o esforço nas consultas públicas com as comunidades atendidas, como declarou Paulo Garrido em seu depoimento. Independentemente de julgar correto este ou aquele depoimento, o importante é anotar a

afirmação de ambos sobre o processo de escuta das crianças e dos adolescentes dentro da mobilização para a formulação dos artigos constitucionais e do ECA.

Anete Abramowicz (2015), em seu livro “Estudos da Infância no Brasil: encontros e memórias”, percebe mudança significativa do olhar da academia para a criança a partir dos anos 90, exatamente no que se refere à escuta de crianças e adolescentes. Embora não declare possível influência do ECA ou discussões em torno da sua formulação, Abramowicz (2015) afirma:

Há uma migração do conceito de pesquisa “a respeito” das crianças, de suas condições de vida e das instituições, para o conceito de pesquisa “com” as crianças, com aquilo que vem sendo chamado “suas vozes” e suas infâncias. É perceptível um deslocamento gradual do foco das pesquisas em torno das crianças e da infância: nas décadas de 1970 e 1980, a maior parte dos estudos voltava sua preocupação para a pesquisa “a respeito” de crianças e formas como atendê-las. Verifica-se, especialmente na década de 1980, uma abertura para o debate em torno do direito à educação, das formas de atendimento e da falta de iniciativa dos organismos governamentais em favor de uma política para a educação infantil. Entre as décadas de 1990 e 2000, temas como políticas públicas, formação de professores e currículo para Educação Infantil continuam em discussão, todavia busca-se realizar pesquisas “com” as crianças, tentando apreender suas visões de mundo, sociedade, relações estabelecidas, etc. Na realidade, trata-se de um movimento que segue o percurso da própria sociologia, que inicialmente dispõe um debate sobre o funcionamento do que poderíamos chamar de genericamente de “sistema”, para em seguida avançar para o debate a partir dos “sujeitos”. (...) A criança não é apenas a “assistida”, a “carente”, a “filha” ou a “aluna”. É sujeito, protagonista, menina ou menino, negra, branca, indígena e tantos outros atributos, texturas e predicados que compõem a(s) infância(s) em tempos e lugares específicos, em constante movimento de criação, recriação e invenção, configuração que alguns pesquisadores têm se esforçado em alcançar (ABRAMOWICZ, 2015, p. 167-168, grifo nosso).

Parece evidente a influência do ECA nas discussões acadêmicas analisadas no livro, e não o contrário, como se poderia supor, quando se pensa nas comunidades epistêmicas. Com isso não pretendemos afirmar que a academia não contribuiu com elementos significativos para essas discussões. Apenas referimos o fato de que não resta dúvida, na pesquisa, a mudança de direção do olhar acadêmico dos trabalhos analisados a partir dos anos 90. É curioso o fato de Abramowicz utilizar os termos “menino” e “menina”, tão presentes no debate do final dos anos 80, para caracterizar a mudança do paradigma assistencial-caritativo para o paradigma da proteção integral de sujeitos de direitos.

Abordamos anteriormente as características do contexto cultural e político dos anos 80, em que foi possível toda essa militância, que gerou a nova Constituição e suas normas complementares. Mas deve-se perceber a movimentação da militância brasileira, por meio do depoimento de Markinhos, que vivenciou, como menino e educador de rua, a dinâmica dos anos 80:

Estamos falando de uma época de efervescência política nos anos 80, em que sonhar com um outro mundo era possível. Não se falava assim, mas era um sonho de uma outra sociedade. E fervia! Tinha os grupos de apoio às greves, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Fundo de Greve, o retorno de muitos militantes de esquerda que foram perseguidos aqui na região. Então, tinha um clima político muito propício (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

Sobre as origens do PMMR-SBC, o entrevistado ressalta a militância dos estudantes do então Instituto Metodista de SBC. Estudantes de comunicação social, psicologia e administração que, liderados pelo professor Luiz Roberto, produziram um vídeo no lixão do Bairro Alvarenga, que se chamou “O Afeto que se Enterra”. De acordo com Markinhos:

Eles eram muito loucos, porque ao invés de fazer o vídeo, eles falaram “vamos viver um pouco com os moleques, para sentir qual é a pegada, para depois construir o vídeo”. Olha que perspectiva! Tinha uma perspectiva progressista, menos tecnicista, muito mais de projeção política, de perspectiva de mudança (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

Uma das marcas da militância da época era o enfrentamento crítico à abordagem tecnicista, considerada superficial. Em seu lugar, os estudantes militavam pela adoção de uma postura engajada de trabalho. Não bastava fazer um vídeo sobre o trabalho de crianças, adolescentes, jovens e adultos no lixão, do ponto de vista daqueles que produziam o vídeo. Devia-se mergulhar na realidade concreta que se apresentava aos sujeitos, para tentar abordar o tema do ponto de vista da população que sofria o problema. Desse mergulho, surgiram os laços afetivos que originaram o PMMR-SBC, conforme depoimento abaixo. E, por meio da aventura densamente composta por vínculos afetivos, vários meninos e meninas se livraram da morte e começaram a pensar que teriam alguma expectativa de vida. O pesquisador que deveria se distanciar do sujeito da pesquisa, para garantir neutralidade e objetividade científicas, cedeu lugar, nos anos 80, a uma categoria de estudantes-pesquisadores-militantes. Markinhos, de maneira emotiva, demonstrou a qualidade da abordagem engajada dos alunos do Instituto Metodista, quando relatou o envolvimento de Patrícia Kay com o trabalho de educação de rua da época:

Essa mulher, cara, colocou quatro pessoas na casa dela, sendo que pelo menos dois eram considerados, pela imprensa e pela sociedade, os adolescentes mais perigosos de São Bernardo, para morar na casa dela, junto com os filhos dela. Eu acho único! (...) Então, era um pessoal que acreditava mais profundamente nas mudanças. Era um clima de uma outra sociedade. Eu olho hoje e digo: “tem que manter um distanciamento”. Mas não, cara! Um dos meninos vocês até conheceram. Era o Derinho, lembra? O Derinho tinha sete tiros no corpo! O Derinho daquele tamanho todo, com a filhinha dela meio japonesinha, chinesinha, levando todo dia para a escola. Se ele viesse aqui para o Centro, ele seria morto. Então, esse grupo foi fazer o vídeo e, certamente, pegaram uma amizade muito forte com a rua, com o ambiente

da rua, com a gente. Nesse momento eu já participava de alguns eventos com a Ana Maria, com a Zeni e, de certa maneira, eu liderava uns meninos já... E eles construíram o vídeo e continuaram! [risos] Bagulho doido, mano! Continuaram! Porque se criou uma relação muito forte de amizade, de camaradagem (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

O relato de Markinhos revela a característica central da militância dos anos 80: o trabalho social engajado, no qual se compartilhava o sofrimento de um povo historicamente marcado pela opressão socioeconômica. Como disse a pastora Zeni, trata-se de uma “vocação encarnada”, em que as histórias do educador e do educando se entrecruzam, não deixando margem para “bater o cartão” ao final do expediente de trabalho e ir para casa “cuidar da sua vida”. Nesse tipo de militância não cabe separar a vida profissional da vida pessoal⁶¹. A própria pastora Zeni, nessa época, segundo Markinhos, possuía um Fusquinha do qual ele se recorda com muito carinho, “porque ajudou muita gente”.

A entrevista com Markinhos trouxe elementos novos de cunho sociopolítico. O entrevistado possui leitura da formação política dos grupos em SBC, nos anos 80, enumerado aqueles com quem teve contato como menino atendido e, posteriormente, educador de rua. Relatou a presença de grupos formados por ex-exilados políticos que retornaram do Chile e vivenciaram o governo Allende. Trouxeram para o Brasil nova forma de abordagem no trabalho socioassistencial. Foram os precursores do “Sacolão”, como estratégia de aproximação entre o produtor rural e os consumidores, barateando a mercadoria e tornando mais acessível a alimentação de qualidade para a população mais pobre, por meio do restaurante comunitário. Organizaram a Associação Comunitária⁶², na qual o entrevistado trabalhou e onde ocorriam mobilizações de adolescentes, jovens e mulheres. Revelou que o grupo atuou fortemente no movimento por moradia, organizando a Vila Comunitária, existente até hoje, modelo de bairro que pensa em áreas de lazer e moradia digna. No município de Mauá/SP, na Favela do Macuco, havia um grupo que lutava de forma organizada contra a ditadura militar e que também desenvolvia trabalhos sociais. Markinhos disse que:

Depois de muitos anos, eu ouvi falar que lá no Macuco, por exemplo, na época da clandestinidade, esconderam tanto o Vicentinho, quanto o Betinho. O Betinho ficou

⁶¹ Deve-se registrar que, no papel profissional de colaboradores do PMMR-SBC, nos anos 90, também nos vimos diante de situações em que a militância suplantava o trabalho técnico. Por exemplo, nos responsabilizamos por um adolescente, em local secreto e por dois dias, até que a justiça lhe concedesse proteção especial diante do fato de ter testemunhado e apresentado denúncia contra policiais militares que exterminaram um grupo de jovens, seus amigos.

⁶² Para saber mais, ver: GRANDINO, Patrícia Junqueira. O Educador de Rua e suas Práticas Educativas. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

na clandestinidade pela AP, Ação Popular, lá no Macuco. Eles também tinham um grupo comunitário para trabalhar com crianças e um grupo de trabalhos comunitários. Era ligado a esse grupo daqui com essa articulação de crianças na região. Fiquei sabendo, recentemente, que uns caras vieram fazer um estudo e identificaram o lugar onde ele ficou. O Betinho veio aqui para uma reunião e, no dia em que prenderam o Vicentinho, o povo escondeu o Betinho lá no Macuco. O Macuco organizou um sistema de defesa, de clandestinidade. E, de lá, surge uma escola que se chamava “Ordem e Progresso”, que era uma escola tocada pelo pessoal da esquerda (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

O trabalho socioeducacional se entrelaçava estrategicamente ao trabalho de combate ao autoritarismo. Verificamos a contradição existente entre o modelo assistencial caritativo empregado pelo Estado brasileiro, de herança colonialista, e o modelo de movimento social engajado empregado pelos grupos organizados da sociedade civil. Markinhos cita uma das figuras mais emblemáticas, senão a maior, dos movimentos sociais dos anos 80. O sociólogo Herbert José de Souza (1935-1997), fundador do IBASE, em 1980, em que concebeu e liderou a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Entusiasta da redemocratização brasileira, apostando na cidadania e no controle social como vias de desenvolvimento nacional. Trabalhava por todo o país, organizando os Comitês da Cidadania, que existem até hoje, mantidos pela OSC Ação da Cidadania⁶³. Na passagem relatada pelo entrevistado, verifica-se a solidariedade entre os grupos de militantes organizados contra a ditadura militar, pelo fato de terem protegido Betinho na Favela do Macuco em Mauá/SP das Forças Armadas da ditadura militar.

Outra passagem da história da movimentação social dos anos 80, recordada por Markinhos, e que interessa ao presente estudo, diz respeito à origem do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum Nacional DCA)⁶⁴. Segundo o entrevistado:

É o Movimento [MNMMR] que propõe o Fórum Nacional. Foi pensado assim: “já temos vários atores, igreja etc, mas não podemos ficar sozinhos. Queremos falar com as universidades, com os políticos...” Aí, se junta com outros segmentos, vem a Pastoral do Menor e se torna a grande expoente. Se você olhar nos documentos, é o Fórum Nacional que vai entrar na formulação da Constituição e do ECA. Não é o Movimento (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018, grifo nosso).

⁶³ Em 2006, o número de Comitês espalhados pelo Brasil chegou a 756. Apenas no Estado do Rio de Janeiro atualmente funcionam 200 Comitês. Fonte: <http://www.acaodacidadania.com.br/?page=comites>. Acesso em: 6 mai. 2018

⁶⁴ “O Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é fruto do processo de mobilização de várias entidades. Ao longo de sua trajetória, lutou e acompanhou de perto cada passo na caminhada pela construção de uma sociedade que assegure os direitos das crianças e adolescentes brasileiros. A mobilização em defesa dos direitos da criança e do adolescente que culminou com a criação do Fórum DCA faz parte do processo de redemocratização deflagrado pela sociedade brasileira na década de 80.” Disponível em: <http://www.forumdca.org.br/historia>. Acesso em: 17 dez. 2016. Nota: em 10 ago. 2018 o site estava fora do ar.

O pequeno trecho do depoimento de Markinhos revela duas informações importantes. A primeira trata do anseio do MNMMR pelo maior envolvimento das universidades na movimentação política em torno dos direitos da criança e do adolescente. E a segunda sobre o protagonismo do Fórum Nacional DCA na formulação dos artigos constitucionais e do ECA.

Em primeiro lugar, não encontramos, em nossa pesquisa bibliográfica, nenhum trabalho que analisasse o envolvimento da Universidade na formulação do ECA ou investigasse toda a produção acadêmica sobre a infância e juventude no território nacional nos anos 80⁶⁵. Afinal, como ressalta Anete Abramowicz (2015), “a área da infância no Brasil é imensa, dispõe de uma produção exuberante, densa, complexa, e conta com muitos(as) pesquisadores(as)” (ABRAMOWICZ, 2015, p. 9). Deve-se citar o livro “Estudos da Infância no Brasil: encontros e memórias”, por ser recente e tentar analisar a produção de teoria relacionada ao campo de estudo da presente pesquisa. O livro é resultado do trabalho do “Grupo de Estudos sobre a Criança, Infância e Educação Infantil: políticas e práticas da diferença”, da Universidade Federal de São Carlos, no estado de São Paulo. Traça um perfil das contribuições teóricas para o campo da infância, publicadas a partir da década de 1970, de seis pesquisadoras: Maria Machado Malta Campos, Fúlvia Rosemberg, Sonia Kramer, Tizuko Morchida Kishimoto, Ana Lúcia Goulart de Faria e Ethel Volfzon Kosminsky. No livro, Abramowicz defende a ideia de que o texto “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro”, de Florestan Fernandes⁶⁶, pode ser considerado uma espécie de “grau zero” do que viria a ser chamada de “sociologia da infância” nos anos 80 (ABRAMOWICZ, 2015, p. 10). A pesquisa procura identificar o desenvolvimento desse “novo” campo de estudo - a sociologia da infância - nos trabalhos das autoras citadas. Outra pesquisa sobre o tema, de Maria Letícia Nascimento (2013), intitulada “Infância e sociologia da infância: entre a invisibilidade e a voz” tenta encontrar a gênese da sociologia da infância.

Muito embora haja esforços na compreensão do contributo acadêmico ao desenvolvimento do campo de pesquisa sobre crianças e adolescentes, não temos condições de reunir e analisar a produção acadêmica que teria auxiliado efetivamente o texto do ECA com discussões em diferentes áreas do conhecimento.

⁶⁵ Importante não desconsiderar estudos focais, como o de Marília Pontes Sposito, em 1997, intitulado “Estudos sobre juventude em educação”. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 5/6, p. 37-52, maio-dez. (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade). Disponível em: http://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/educa%E7%E3o%20e%20juventude%20MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf. Acesso em: 26 jun 2018.

⁶⁶ FERNANDES, Florestan. As “trocinhas” do Bom Retiro. *Pro-Posições*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 229-250, mar. 2016. ISSN 1982-6248. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643855/11332>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

O outro elemento do depoimento de Markinhos refere-se à importância do Fórum DCA na coordenação da movimentação social da época. A maneira como o entrevistado narra a fundação desse Fórum faz cogitar a possibilidade de elegê-lo a grande comunidade epistêmica dos anos 80, organizado para formular e elaborar as propostas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente para a Constituição Federal de 1988 e redigir o ECA. Recorrendo ao estudo de Francisca Rodrigues de Oliveira Pini (2006), que se debruçou sobre o Fórum Nacional DCA e os Fóruns Estaduais DCA, a fim de analisar a contribuição desses organismos sociais ao desenvolvimento da democracia brasileira, constata-se que o Fórum Nacional passou a existir de fato, e foi essencial à organização da sociedade civil, mais efetivamente nos anos 90. Segundo Pini (2006):

Em 1986 foi criado um grupo permanente de entidades não governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente para acompanhar o processo Constituinte. Em 1987, realizou-se uma reunião em Brasília para elaboração da emenda “Criança Prioridade Nacional”, a ser enviada ao Congresso com o objetivo de ser incluída no texto da nova Constituição Brasileira. (...) Essa atividade não só fortaleceu as entidades, como em março de 1988, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua articulou um encontro com as entidades que participaram da Campanha Prioridade Nacional para propor a criação do Fórum DCA, cuja natureza é a luta pelos direitos da criança e do adolescente. Em sua origem foi criada apenas uma carta de princípios que norteariam as ações, visto que não estava em discussão a criação de mais uma entidade. Inicialmente, uma das entidades associadas ao Fórum emprestava a personalidade jurídica para que ele pudesse funcionar plenamente, conforme deliberado em assembleia. A articulação do Fórum Nacional DCA foi determinante para as conquistas jurídico-sociais existentes hoje no Brasil. Em virtude da dimensão político-social conquistada pelo Fórum Nacional DCA, na assembleia de maio de 1992 foi deliberada a criação de uma Entidade Mantenedora denominada: Sociedade Brasileira dos Direitos da Criança e do Adolescente - SBDCA (PINI, 2006, p. 87-88).

No grupo formado em 1986 e que se organizou em 1987, sobre o qual Francisca Pini trata no início do parágrafo acima, concentramo-nos durante toda a pesquisa. Apesar de conhecer e reconhecer a importância da criação e consolidação dos Fóruns DCA para o ECA e manter aquecida a movimentação em torno da causa da garantia dos direitos da criança e do adolescente, o objetivo foi nomear as diferentes contribuições de atrizes e atores sociais que pertenceram àquela grande movimentação inicial dos anos 80. O estudo de Francisca confirma essa compreensão, ao afirmar que o Fórum Nacional DCA:

(...) durante um longo período assumiu uma identidade de Fórum de entidades, para o qual foi criado, e não de articulador das forças da sociedade civil que lutava por direitos sociais de crianças e adolescentes. É evidente que somente na década de 1990 mais precisamente, os Fóruns Estaduais ganharam expressão política nos respectivos Estados, e por isso a relevância da articulação com o Fórum Nacional DCA. O Fórum Nacional DCA em seu processo histórico teve que readaptar suas estratégias para atender às reivindicações dos Fóruns Estaduais DCA, a fim de ser o

articulador e mobilizador da luta coletiva em prol da defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Essa preocupação foi expressa na assembleia ordinária no ano de 2002, quando representantes dos Fóruns Estaduais tiveram custeadas suas despesas pelo Fórum Nacional DCA para participar da construção de estratégias de fortalecimento do Movimento da Infância e da Adolescência (PINI, 2006, p. 104).

Devemos recorrer à linha do tempo publicada no site do Fórum DCA para verificar a participação ativa da sociedade civil no processo de construção da política pública durante o período de redemocratização do país:

1980 a 1984 - Pastoral do Menor desenvolve trabalho direto nas ruas, baseado nos princípios do educador Paulo Freire de educação popular, estabelecendo um novo relacionamento com as crianças e os adolescentes.

1985 - Nasce o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR).

1986 - Inicia-se um amplo movimento de participação popular na Assembleia Nacional Constituinte, que elabora uma nova Constituição Federal.

- I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (participação de 500 crianças e adolescentes de todo o Brasil, fato inédito no mundo).

1987 - Acontece a reunião para elaboração da emenda “Criança Prioridade Nacional”, remetida à Assembleia Nacional Constituinte, que revelou a importância das entidades se articularem para se fortalecer conjuntamente.

1988 - Criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), a partir do encontro de vários segmentos organizados de defesa da criança e do adolescente (março).

- I Assembleia Nacional do Fórum DCA (início da articulação).

- Campanhas “Criança Constituinte” e “Criança - Prioridade Nacional”.

- Criação da Seccional Brasileira da Defesa Internacional da Criança (DCI).

- Criação da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, formada por dirigentes municipais.

- Criação do Fórum Nacional dos Dirigentes Governamentais das Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fonacriad).

- Criação da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Anced).

- Fórum DCA torna-se o principal articulador da ampla mobilização social pela inclusão da emenda pelos direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal.

- Promulgação da nova Constituição Federal, com uma nova ótica dos direitos da criança e do adolescente (artigo 227).

1989 - Assembleia Geral das Nações Unidas aprova por unanimidade a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (20 de novembro).

- II Assembleia Nacional do Fórum DCA.

- Luta pela inclusão dos direitos da criança e do adolescente nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

- II Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (ocupação do plenário do Congresso Nacional e promulgação simbólica do Estatuto da Criança e do Adolescente).

- Fórum DCA assume tarefa de articular a elaboração de um anteprojeto de regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição.

1990 - Brasil assina adoção à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Fórum DCA realiza ações de mobilização política junto ao Congresso Nacional e à sociedade, resultando na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, revogando o Código de Menores (Lei Federal 8.069, de 13 de julho).

- III Assembleia Nacional do Fórum DCA.

- Fórum DCA coordena projeto que resulta na publicação do livro “A Guerra dos Meninos”, do jornalista Gilberto Dimenstein.
- 1991 - Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), responsável pela política nacional dos direitos da criança e do adolescente, com a participação de representantes da sociedade civil.
- IV Assembleia Nacional do Fórum DCA (participação de 15 fóruns estaduais).
- Derrubada do veto que define o Fórum DCA como responsável pela eleição dos representantes da sociedade civil no Conanda.
- Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil.
- Fórum DCA articula a criação da Comissão de Combate ao Extermínio.
- Lançado o Pacto pela Infância, articulação entre Unicef, governo e sociedade, em defesa dos direitos da criança e do adolescente.⁶⁷

Chamamos a atenção para a influência decisiva das militantes e dos militantes dos movimentos sociais no processo de formulação do ECA. Paulo Garrido ratifica a importância do Fórum DCA no processo:

A história do Estatuto é, antes de tudo, a história da Constituição da República. Ela não começa com o Estatuto. A primeira providência, o primeiro ativismo, foi o que levou à edição da Constituição da República de 88, os três dispositivos básicos que mudaram a história do direito da criança e do adolescente no Brasil. Os artigos 226, 227 e 228. Então, um grupo se reúne, havia propostas de vários lugares, de movimentos, de entidades etc. Esse grupo consegue se reunir, as pessoas começam a conversar, se reúnem, fazem uma proposta de consenso, uma emenda constitucional. Essa emenda constitucional foi a segunda emenda mais importante numericamente no momento constituinte. É levada ao presidente Ulisses Guimarães, que era o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, e é incorporada nesses dispositivos constitucionais. Quando a Constituição é aprovada, esse mesmo grupo, que havia trabalhado na inserção dos dispositivos constitucionais, continua trabalhando numa proposta que adaptasse, então, a nossa legislação à Constituição da República. Porque, naquela época, vigiam duas coisas diversas. Uma Constituição, que tinha uma orientação, e um Código de Menores com outra totalmente diversa. Eu, então, junto com os colegas de São Paulo, voltando à sua pergunta, depois de várias discussões, acabamos fazendo uma minuta daquilo que vem a ser o Estatuto da Criança e do Adolescente. E levamos a uma discussão no chamado Fórum DCA, do direito da criança e do adolescente. Que foi uma reunião desse pessoal da constituinte. As mesmas pessoas, as mesmas entidades, que se organizaram no Fórum DCA para levar as propostas à Constituição, continuam querendo mudar o Código de Menores. Nós [do Ministério Público de São Paulo] fizemos, então, essa proposta inicial chamada “Normas Gerais de Proteção à Infância e Juventude”, e levamos a esse Fórum DCA. E, na primeira reunião, o pessoal disse: “olha, pode ser um ponto de partida, então, vamos tomar isso como ponto de partida”. E acaba sendo o ponto de partida (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016, grifos nossos).

Vimos anteriormente que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, solicitou oficialmente ao Ministério Público de São Paulo a redação de uma minuta de lei para alterar o Código de Menores. Mas é importante notar como os promotores de justiça de São Paulo estavam

⁶⁷ Fonte: <http://www.forumdca.org.br/historia>. Acesso em: 28 abr. 2017. Nota: em 10 ago. 2018 o site estava fora do ar.

articulados, desde a elaboração dos dispositivos constitucionais, a um movimento maior de luta pelos direitos da criança e do adolescente. Sobre o tema, Paulo Garrido afirma:

Quando o Fórum DCA se convenceu da necessidade de elaboração de uma legislação que substituísse o Código de Menores, se cria uma Comissão de Redação do Estatuto da Criança e do Adolescente. E essa comissão não tinha somente juristas, muito pelo contrário. Os juristas estavam em minoria. (...) E o que nós fazíamos? Discutíamos capítulos, por exemplo, “direito à saúde”. Então, o pessoal fazia seminário, reunião, tirava as conclusões e levava para a comissão. “Olha, lá no seminário o pessoal pensou isso e tal”... A minha participação maior foi tentar dar vida jurídica, formulação jurídica àquelas propostas que eram populares. Então, não raras vezes, eu ficava encarregado de redigir o dispositivo. Redigia, encaminhava novamente para a comissão e a comissão levava lá para os seus. (...) Então, eu acho que a participação popular se deu nos dois momentos; através da sugestão inicial e através, depois, da validação (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

A partir do depoimento de Paulo Garrido, fica evidente seu protagonismo na redação da lei, estrategicamente vinculado à força mobilizadora e decisória do Fórum DCA.

Assim como o grupo de juristas, majoritariamente do Ministério Público de São Paulo, precisou convencer o grupo de juristas, ligado a Alyrio Cavallieri, que queria apenas uma rápida adaptação do Código de Menores à nova Constituição Federal, também precisou convencer o Fórum DCA de que esta era a melhor opção. E o Fórum, convencido, criou a Comissão de Redação do ECA, para a lei refletir os anseios dos profissionais envolvidos com a infância e juventude e o projeto de lei ser validado em instâncias populares.

Segundo a pastora Zeni, os dois pilares da Comissão de Redação foram o UNICEF, dando suporte para as pessoas se reunirem e formular o ECA, e o Ministério Público, designando representantes para escrever a lei. Ela afirma que o Ministério Público coordenou a redação da lei e tinha força para combater os que não queriam substituir o código de menores, porque havia “toda essa comunidade organizada, dando a retaguarda” (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Mas a pressão da sociedade brasileira sobre o Congresso Nacional não se notabilizou apenas pela presença do Fórum DCA. Deve-se ressaltar a criação de diferentes grupos militantes, conforme se verifica na linha do tempo publicada no site do Fórum DCA, transcrita anteriormente. Dentre eles a Frente Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente, coordenada por Deodato Rivera, teve papel fundamental na formulação do ECA. Segundo Mário Volpi:

As outras reuniões [além das promovidas pela Comissão de Redação do ECA] eram as que o Deodato Rivera chamava. A gente ia lá na Casa de Retiros Assumpção e discutia um tema, que não estava sendo aceito. Na verdade, depois, fui percebendo que aquilo era uma reunião de articulação de um grupo que queria levar uma

proposta para dentro do grupo mesmo de redação. Então, havia muitas coisas assim, e participei mais dessa articulação (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Desejamos demonstrar ainda como, além da sociedade civil organizada, pensadores e teóricos brasileiros e internacionais formaram a base epistemológica do processo de elaboração da política de proteção à criança.

No resumo das ações do Fórum DCA, vimos Paulo Freire (1921-1997), citado nominalmente como teórico que serviu de base para o trabalho nas ruas com centenas de meninos e meninas por todo o país. Suas ideias conquistaram uma geração ávida por tornar a educação (não apenas a de rua ou a de jovens e adultos) um processo político que gerasse maior consciência crítica, ao contrário do que a escola patrocinada pelo regime militar queria e vinha fazendo.⁶⁸

Com o objetivo de compreender o caldo cultural presente na militância da época, deve-se citar o que Fábio Konder Comparato (1993) afirmava sobre a “nova cidadania” provocada pelas mudanças legislativas do período da redemocratização do final dos anos 80: a cidadania se dá por meio da “participação direta da pessoa humana e do povo no processo histórico de seu desenvolvimento e promoção social” (COMPARATO, 1993).

Nessa perspectiva, a criança, além de ser considerada cidadã ao nascer, por ser detentora dos direitos previstos em lei, tornar-se-ia uma cidadã ou cidadão ativos durante seu processo de desenvolvimento e participação social tendo em vista que tomaria para si o poder político de reconhecimento de seus direitos, criação de outros, e seguiria lutando por eles, princípio fundante da pedagogia dialógica de Paulo Freire. Por meio da educação crítica de professores e alunos, transformar um povo acostumado à opressão colonial e escravocrata em um povo atuante, que escreve a história do país com sua luta diária por direitos. E para dar maior nitidez à “imagem” que estamos tentando formar da comunidade epistêmica militante, é essencial citar Maria Victoria de Mesquita Benevides (1994):

Não resta dúvida de que a educação política - entendida como educação para cidadania ativa - é o ponto nevrálgico da participação popular. Mas esta educação se

⁶⁸ Para sustentar a afirmação não é necessário mais do que o fato de o autor desta pesquisa ter frequentado a escola pública brasileira dos 7 aos 14 anos de idade, no período de 1974 a 1981, em pleno regime ditatorial. Os rituais cívicos, o culto aos símbolos nacionais, o esforço coletivo de memorização dos hinos oficiais, as filas para se dirigir do pátio à sala de aula, o silêncio imposto e a ausência completa de projetos de pesquisa, transformaram a educação da época em um condicionamento corporal e moral para a obediência. Algo completamente diferente de uma educação para o exercício da cidadania, projetada somente a partir da Constituição Federal de 1988. Durante oito anos, nunca presenciamos qualquer professor que ousasse conversar com os alunos em círculo, por exemplo; limitavam-se a entrar na classe, escrever a matéria na lousa, explicá-la e sair com o sentimento de dever cumprido. A figura do diretor ou diretora da escola eram carregadas de autoridade severa que, aos berros e poder de expulsão, mantinham a ordem do estabelecimento.

processa na prática. Aprende-se a votar, votando. É claro que esta questão, pela sua própria natureza especulativa, não tem resposta pronta e acabada. Mas entender a participação popular como uma “escola de cidadania” implica rejeitar aquela argumentação contrária que exagera as condições de apatia e despreparo absoluto do eleitorado, assim considerado incapaz, submisso e “ineducável”. O que importa, essencialmente, é que se possa garantir ao povo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação - com pluralismo e com liberdade (BENEVIDES, 1994).

Diante disso, evidencia-se o projeto político que absorvia os intelectuais da época, que planejavam uma educação emancipatória e uma participação ativa do povo brasileiro para ser conquistada a mudança sociopolítica indispensável aos anseios de maior “justiça social e liberdade”, conforme afirmou Paulo Garrido.

Como vimos, Paulo Garrido, membro do Ministério Público de São Paulo, fez parte da Comissão de Redação do ECA e afirmou que a lei foi escrita por meio da escuta das aspirações populares. Participou de inúmeras reuniões nas periferias e favelas de São Paulo, onde esforçava-se para explicar que, apesar de a lei não alterar a realidade, ela seria fator importante para a sua transformação. E quando perguntava aos presentes o que a lei deveria conter, disse que ouvia informações como: “eu gostaria de andar pela rua sem ser abordado pela polícia”, “eu gostaria de ser atendida no posto de saúde”.

De acordo com o entrevistado, seu trabalho foi transportar os anseios da sociedade para a linguagem jurídica. Por exemplo, o direito de ir e vir ou o direito à saúde, respectivamente, no caso das queixas citadas acima. Além da cooperação popular, houve a colaboração de diferentes organizações comprometidas com o atendimento de crianças e a promoção de direitos, como a Sociedade Pestalozzi, o MNMMR, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Pastoral do Menor, entre outras, que propunham ações que constam no ECA e que se tornaram obrigatórias para toda a sociedade brasileira como o direito de os pais acompanharem os filhos em situações de internação hospitalar. Comprovam-se a influência popular e o processo democrático de formulação da norma jurídica, o que evidencia total coerência entre o que se pensava e o que se praticava na época.

Entretanto, parece que a coerência se perdeu. Em 2020, o ECA completará 30 anos, e sua implantação em termos de reordenamento institucional ainda está em curso. O número de Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos é grande, assim como Juizados da Infância e Juventude com as equipes técnicas. E há ainda as medidas socioeducativas em meio aberto, conhecidas como Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços Comunitários (PSC), como alternativas à internação de adolescentes em conflito com a lei. No entanto, parece haver discrepância entre o que reza o ECA e a prática dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, que ainda deixa a desejar, criando lacuna entre a

aplicação da lei e a compreensão maior do que são os princípios em seu bojo. Ao questionar Mário Volpi sobre a dificuldade, argumentou que o problema começou com um erro estratégico do passado e que se reconhece como membro do grupo equivocados: Ele disse:

(...) à medida que as prefeituras, as gestões municipais e os governos de estados começaram a montar programas mais alinhados com aquilo que se defendia, mais alinhados ao Estatuto, pensávamos que o papel dos movimentos sociais iria diminuir. As pessoas saíram desses movimentos e começaram a ocupar esses espaços dos projetos de prefeituras mais progressistas, de governos de estados mais progressistas. Então, se perdeu o projeto de sociedade civil de continuar sendo uma alternativa. Ela quis ser o *status quo* (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

O entrevistado fez uma autocrítica, lembrando-se de tempos de agitação sociopolítica que parecem ter se perdido no passado. Os movimentos sociais dos anos 80 se transmutaram em Organizações Sociais ou em outras formas de participação direta da sociedade civil nas decisões dos governos. Ao que parece, pela avaliação de Volpi, a opção por mudanças sociais pela via institucional não deve prescindir da permanente mobilização e organização da sociedade civil na forma de militância, cabendo talvez aos próprios governos progressistas - ou como estamos denominando, neste trabalho, à própria comunidade epistêmica estatal - empenhar esforços nessa direção.

4.1.5 Comunidade epistêmica religiosa

Por meio da entrevista com frei Betto, identificamos quatro origens do pensamento mais avançado da igreja católica. A primeira e mais antiga nasceu na Bélgica, com o movimento Ação Católica, que tinha o objetivo de gerar o protagonismo dos católicos leigos. No Brasil, o movimento se iniciou nos anos 30 de forma conservadora e, com a Segunda Guerra, ganhou contornos à esquerda, pela influência dos membros da Juventude Operária Católica - JOC francesa, que se uniram aos comunistas para lutar contra a ocupação nazista. A partir desse contexto histórico, na década de 1940, criou-se um ambiente propício ao estudo do marxismo dentro da igreja brasileira. A segunda influência progressista se inicia nos anos 50, quando os dominicanos trazem, da França para o Brasil, sua tradição de estudos marxistas, impulsionando a criação da Juventude Estudantil Católica - JEC e Juventude Universitária Católica - JUC, das quais emergiram várias lideranças políticas brasileiras. A terceira e forte influência progressista ocorreu em 1968, com a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín, na Colômbia. A Conferência foi proposta por padres

conciliares latino-americanos, que faziam parte do Conselho Episcopal Latino-Americano, ao papa Paulo VI, que a aprovou e a convocou.

Conforme afirma frei Betto, nesse momento “houve alguma mudança epistêmica na visão teológica” (Frei Betto, entrevistado em 22/02/2017). Abriu-se o caminho para o trabalho pastoral com as comunidades. E, finalmente, a Teologia da Libertação, com influência que determinou toda a hegemonia progressista da igreja católica brasileira, perdurou durante a década de 1970 até os primeiros cinco anos do mandato do papa João Paulo II, ou seja, até 1982. Confere-se ao padre peruano Gustavo Gutiérrez Merino o título de fundador dessa abordagem teológica, por causa de seu livro *Teología de la liberación: Perspectivas*, publicado em Lima, Peru, em 1971, e traduzido em mais de 20 idiomas. De acordo com frei Betto, Gustavo Gutiérrez foi o principal assessor da Conferência de Medellín (1968).

Diante das ideias promissoras de uma igreja avançada:

A Pastoral do Menor surgiu na cidade de São Paulo em julho de 1977, quando a assistente social Ruth Pistori procurou o bispo dom Luciano Mendes de Almeida, preocupada com a falta de maior apoio para adolescentes que já haviam cometido algum ato infracional e estavam no programa chamado aquele tempo de Liberdade Vigíada. Algumas famílias e seminaristas católicos se uniram para iniciar um trabalho de Liberdade Assistida Comunitária e acompanhar esses jovens.

Logo se percebeu que a situação de miséria nos bairros pobres e a desestrutura familiar tinham muita ligação com a violência e marginalidade. Era o tempo em que a sociedade se preocupava com os “trombadinhas” da Praça da Sé, os meninos de rua que proliferavam nas grandes cidades. Assim, dom Luciano, Ruth, irmã Maria do Rosário e outros pioneiros começaram, na periferia de São Paulo, o trabalho dos centros educacionais comunitários, acolhendo crianças e adolescentes, para não ficarem pelas ruas, participarem de atividades sadias e terem um projeto de vida. A Pastoral do Menor foi aos poucos se espalhando pelo Brasil, inclusive com a Campanha da Fraternidade de 1987, “Quem Acolhe o Menor, a Mim Acolhe”, um dos órgãos que mais lutaram para conseguir o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.⁶⁹

Segundo Mário Volpi:

Havia uma ideia de que se você desse algo de comer e um lugar para essas crianças dormirem elas iam resolver sua vida. Essa simplificação, que é esse modelo assistencial-caritativo, que veio das Santas Casas de Misericórdia, das Ações Sociais Arquidiocesanas, e que num sentido até transformador, a Pastoral do Menor conseguiu superar. Ela começou, por exemplo, a trabalhar com a organização de adolescentes, embora ela continuasse se chamando Pastoral do Menor, mesmo depois da aprovação do Estatuto. Eles sempre conviveram com esse paradoxo, de ter a Pastoral da Criança e a Pastoral do Menor. Mas no fundo eram organizações da igreja que saíram desse modelo assistencial-caritativo e tentaram avançar para o modelo de direitos. De construir uma política para assegurar direitos (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

⁶⁹ Disponível em: <http://pastoraldomenorsorocaba.org.br/index.php/pastoral-no-brasil>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Em 1979 ocorreu em Puebla, no México, a reunião do episcopado da América Latina, que aprovou um documento crítico com a “Opção Preferencial pelos Pobres”, apesar da intervenção conservadora do Vaticano, já sob o comando do recém-empossado papa João Paulo II (BRITO, 2010). Na entrevista com a irmã Maria do Rosário, percebemos a influência do pensamento progressista em seu discurso. Ela citou, com orgulho, o fato de Paulo Freire ter ido às ruas com educadores dos meninos e meninas de rua. Acredita ter, nos arquivos do INDICA-SP, o material que ele desenvolveu sobre educação de rua, quando convidado a “dar seus palpites” sobre o trabalho que a Pastoral do Menor desenvolvia. Talvez exista material não publicado que demonstre mais nitidamente a aproximação entre o ecumenismo e Paulo Freire. Temos apenas conhecimento, como vimos anteriormente, do livro “É Possível Educar na Rua?” (BULGARELLI, 1987), no qual foram sistematizadas algumas reflexões de Freire sobre o trabalho de educação de rua da Pastoral do Menor. Markinhus disse:

(...) um documento que serviu de base para muita gente foi aquele documento do Reinaldo Bulgarelli, “É Possível Educar na Rua?”. Na verdade, não é um documento teórico. É um documento prático. Ele dá pistas, sistematizando a experiência de educadores da Praça da Sé. O pessoal que veio para cá, para fazer esse trabalho, a irmã Ana Maria e tal, estava mais ligado no modelo de abordagem social de rua que o pessoal da igreja começou a desenvolver no início dos anos 80. Tem uns documentos com princípios que vocês devem conhecer, mas que não tem assim no final algo do tipo: leia Paulo Freire, leia isso ou aquilo... Não tinha... Mais para a frente começa a aparecer. Tinha um documento que era “Paulo Freire e os Educadores Sociais”, que começa a sistematizar a prática, porque não era mais uma coisa local, começa a ganhar uma dimensão maior. Eles falavam sobre a “presença” e trouxeram aquela máxima que era: “Vai lá e vê o que está acontecendo. Depois volta, a gente discute e vai de novo”. Era nessa prática que a gente ia construindo o trabalho (Markinhus, entrevistado em 19/04/2018, grifo nosso).

Vimos a importância de Paulo Freire para o trabalho dos militantes dos anos 80 e destacamos aqui seu valor na “abordagem social de rua”, que os religiosos iniciaram na Praça da Sé, em São Paulo, e que serviu de referência para todo o país. A “máxima”, grifada no depoimento acima, que se trata de uma citação do método freireano, propõe uma pedagogia libertadora à medida que embute, nela, o conceito de práxis (ação-reflexão-ação), de tradição marxista, como forma de ação revolucionária do educador e substrato para a relação dialógica entre educador e educando.

Voltando ao depoimento da irmã Maria do Rosário, ela informou que seu irmão marista Joaquim Panini (1926-2014) lhe entregava apostilas mimeografadas com as orientações da Conferência de Medellín e da reunião de Puebla, para orientar os trabalhos, que reproduzia e distribuía. E nos presenteou com o depoimento: “Eu fiz um monte de coisas, por causa da missão que me deram, entendeu?” (Irmã Maria do Rosário, entrevistada em 20/12/2016),

referindo-se às ordens que recebia de dom Luciano, nomeado bispo-auxiliar de São Paulo em 1976, pelo papa Paulo VI, permanecendo na função até 1988. A formação da irmã Maria do Rosário em pedagogia, seu dinamismo e sua fé na missão que a igreja lhe concedia foram fundamentais para assumir a coordenação do trabalho com famílias e a Pastoral do Menor de São Paulo. A pastora Zeni comentou o compromisso social da irmã Maria do Rosário e seu estreito vínculo com as famílias mais pobres como uma vocação “encarnada”.

A Teologia da Libertação se baseia no método marxista e vê o teólogo como aquele que colhe o que tem origem nas comunidades. Em outras palavras, é uma teologia produzida na reflexão da fé que os oprimidos fazem. Frei Betto afirma que a Bíblia foi escrita em um contexto de opressão, texto de libertação do povo judeu e, por isso, reflete os anseios de um povo oprimido. O teólogo, a partir da reflexão do povo sobre o texto bíblico, auxilia-o na leitura de sua realidade. A igreja, a partir dessa concepção, percebeu que não deveria fazer apenas um trabalho assistencialista. Deveria promover um trabalho protagonístico, criticando a sociedade capitalista. A Teologia da Libertação possui um enfoque socialista, sugerindo que a igreja deixe de ser apenas a “enfermeira” que faz curativos nos ferimentos causados pelo sistema, pois sempre continuará gerando “feridos e mortos”. Com relação a esse aspecto, frei Betto nos provoca, perguntando se ficaremos nisso a vida inteira. E conclui afirmando que o desafio do teólogo “é trabalhar com setores populares para que eles realizem uma autocapacitação através da metodologia de Paulo Freire, por exemplo, para serem protagonistas do seu próprio processo de libertação” (Frei Betto, entrevistado em 22/02/2017).

Mário Volpi ilustra a influência da Teologia da Libertação quando se lembra dos debates em torno da ideia de que a criança era “o profeta de uma nova sociedade”. Ele satiriza o debate da época, comentando que se dirigia da seguinte forma aos religiosos: “então está fácil, ele lá na rua profetizando, e a gente aqui no convento comendo. Que profeta é esse?” (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017). No entanto, compreende que os debates foram bons para o alinhamento do objetivo central do MDDCA, estratégia para potencializar a voz do menino de rua, e as desigualdades serem denunciadas.

A noção de conhecimento implícita nessa abordagem é aquele gerado a partir da percepção da realidade opressora na qual os sujeitos estão inseridos. Devem unir forças na luta contra as estruturas do capitalismo. O que importa não é a transmissão de conteúdos, mas a construção de um conhecimento a partir da realidade. Noção que inverte a lógica do ensino tradicional e de mão única, oferecido de cima para baixo, do professor para o aluno. O foco está no processo de aprendizagem e não no acúmulo de conteúdos. O educador tem o papel de

facilitar a observação e a reflexão de seu educando sobre a realidade, sobre os processos históricos da evolução dos meios de produção, com auxílio do método indutivo, para ele entender o sistema social em que vive e como funcionam as forças e interesses sociais, do governo e do mercado.

As igrejas perceberam que deveriam mudar. De acordo com a pastora Zeni, foi com o surgimento da Teologia da Libertação que “começou a se pensar a igreja não como um lugar para você ir e ficar fechado, mas uma igreja peregrina, uma igreja que sai e que vai ao encontro. Ela propõe um novo jeito de ser igreja, que é ser uma igreja profética” (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Decorreu desse novo posicionamento, no caso da igreja católica, o surgimento das pastorais, serviços dirigidos pela diocese com determinado foco. Hoje, há mais de 20 pastorais no Brasil. Interessa-nos particularmente as criadas em 1977, do Menor, e em 1983, da Criança. A Pastoral do Menor centra-se na garantia dos direitos fundamentais da criança e foi fundamental para os debates que sedimentaram as propostas de formulação dos artigos 226.º, 227.º e 228.º da Constituição Federal de 1988 e do ECA. A Pastoral da Criança foi responsável pelo trabalho internacionalmente reconhecido, conduzido pela médica Zilda Arns, de redução da mortalidade e desnutrição infantil.

A situação de atendimento aos adolescentes naquele momento histórico era alarmante e as igrejas despertaram para a crueldade com que os meninos estavam sendo tratados. Para efeito ilustrativo, a pastora Zeni contou que “uma vez a FEBEM encheu dois ônibus com esses meninos, especialmente os meninos do quadrilátero, do famoso quadrilátero⁷⁰, e os soltou em Camanducaia, de madrugada, sem roupa, no frio...” E a irmã Maria do Rosário completou: “eles foram parar nas casas das prostitutas da periferia da cidade.”

O assassinato do menino Joílson de Jesus foi um divisor de águas para o pessoal das igrejas. Joílson foi morto a pontapés, em 1983, por um procurador de justiça aposentado, no

⁷⁰ “No decorrer do século XX, o terreno da Chácara do Belém, doado em 1902 ao Estado para o atendimento de crianças e adolescentes no Instituto Disciplinar e na Colônia Correccional, passou a abrigar o maior complexo de unidades de internação da cidade e do estado de São Paulo: o Quadrilátero do Tatuapé, que chegou a comportar, na década de 1990, entre 1500 e 2000 adolescentes divididos em 17 unidades, e foi desativado somente em 2007. Atualmente, no local, está o Parque do Belém, que tem uma faculdade técnica de educação profissional de jovens.” Trecho extraído do *paper* “Adolescentes e criminalidade em São Paulo: algumas considerações sobre os discursos e as práticas de internação”, de Liana de Paula. In: *Ciência da Delinquência: o olhar da USP sobre o ato infracional, o infrator, as medidas socioeducativas e suas instituições*. Obra derivada do Projeto Ensinar com Pesquisa (PRG, Projeto 7021), de Roberto da Silva. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2013. disponível em: <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/cienciadelinquencia.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018. Para descrições mais detalhadas do Quadrilátero, ler o trabalho de Sílvio José Benelli, “A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

Largo São Francisco/SP. Diante de tamanha crueldade, a pastora Zeni lembra que pensou com seus colegas: “não dá mais para a gente ficar tratando as autoridades com tanto respeito. Agora nós vamos partir mesmo para o confronto”. Religiosos participaram do velório e promoveram atos ecumênicos pedindo o fim da barbárie contra os pequenos trabalhadores das ruas.

Diante desta e de muitas outras situações semelhantes, segundo a pastora Zeni, “a indignação evangélica e pedagógica de ver como aquelas pessoas eram tratadas” motivou o trabalho das igrejas.

Da influência da Teologia da Libertação, dos trabalhos assistenciais das igrejas, do momento histórico de redemocratização brasileira, do vínculo entre a igreja e o governo, nascem os encontros ecumênicos. Para entender melhor o que era “ecumenismo”, encontramos, na entrevista com a pastora Zeni, um dos principais protagonistas dessa história.

O metodista reverendo João Parahyba Daronche da Silva era um dos assessores da FEBEM de São Paulo durante o governo de Paulo Salim Maluf, que cumpriu mandato de 1979 a 1982. De acordo com a pastora Zeni, ele fez o convite para diversas igrejas promoverem encontros ecumênicos para pensar sobre o menor. Para ela, as primeiras igrejas que aceitam o convite do reverendo foram a Igreja Católica (Pastoral do Menor), Igreja Metodista de São Paulo (bispo Nelson), Igreja Assembleia de Deus, Igreja Presbiteriana Independente e Igreja Brasil para Cristo. Gláucia P. Salles (1982), na matéria “Trabalho com Menor Reúne Igrejas” (EC, n.º 2, p. 5, jan. 1982), afirma:

A 1.ª Semana Ecumênica do Menor contou com a participação ativa das seguintes igrejas: Católica, Metodista, Luterana, Presbiteriana Independente e Episcopal, as quais, além de compor a comissão de organização, também estiveram à frente dos trabalhos da Semana (SALLES, 1982. In: ALMEIDA, 2013, p. 38).

Segundo a pastora Elena Alves Silva (2006), que escreveu a biografia do reverendo João Daronche:

Ele era idealista, acreditava que as coisas poderiam dar certo, e que a sociedade tinha salvação. Não desistia do ser humano e encontrava razão para acreditar em todos, mesmo com posições políticas diferentes; somente deste modo podemos entender João Parahyba trabalhando lado a lado com Paulo Salim Maluf⁷¹, na

⁷¹ Paulo Salim Maluf é conhecido, no Brasil, como aquele governante que “rouba, mas faz”. Esteve sempre ao lado e apoiando o regime militar como político filiado ao Partido ARENA, de 1967 a 1979. Seu sobrenome se tornou um verbo, sinônimo do verbo roubar. Quando se quer dizer que alguém está sendo corrupto, diz-se que a pessoa está “malufando”. Em 20 de dezembro de 2017, depois de 50 anos de carreira pública e vários processos criminais, Paulo Salim Maluf foi preso com pena de sete anos, oito meses e dez dias de prisão em regime fechado, mas em 28 de março de 2018 lhe foi concedida a prisão domiciliar por motivos de saúde. Por essas questões a pastora Helena Silva fez o comentário acima.

década de 80, em São Paulo, depois de ter combatido tão ardentemente o regime da ditadura militar no Brasil (SILVA, 2006, p. 117).

Para entender a importância do papel reformador do reverendo João Parahyba para a Igreja Metodista, assim como padres, bispos e arcebispos o foram para a igreja católica, vale destacar outros trechos de sua biografia:

Graças ao empenho do Rev. João Parahyba, aliado ao movimento dos metodistas que desejavam construir uma Igreja Metodista mais brasileira e mais comprometida com as questões sociais, desde a década de 50, o Credo Social tornou-se item canônico⁷², sendo parte integrante da vida prática dos metodistas (SILVA, 2006, p. 119).

A biografia do reverendo revela sua importância ao trabalho ecumênico mundial, com destaque para as transformações sociais da América Latina e Caribe. De 1971 a 1976 esteve em Genebra, trabalhando no Conselho Mundial de Igrejas⁷³:

(...) viajou por todos os países da América do Sul, da América Central e do Caribe, além de muitos outros países na Europa, África e América do Norte. Apoiou dezenas de projetos sociais ligados à educação, geração de renda, saúde, migração, questão indígena, família, habitação, agricultura, entre outros. Das ações mais significativas realizadas por ele nesse período, o Rev. Parahyba destaca: foi idealizador e organizador da Comissão Ecumênica Latino-Americana de Projetos, responsável pela definição da política de projetos ecumênicos do CMI na América Latina. Também foi coordenador do processo que criou a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e organizador do Serviço Ecumênico de Refugiados políticos dos países latino-americanos, vítimas dos governos repressivos, bem como foi um dos organizadores do Comitê Pró-Paz no Chile (SILVA, 2006, p. 119-120, grifos nossos).

E para efeito da presente pesquisa, é essencial o entendimento do termo “ecumênico”. Para o reverendo:

Ser ecumênico é sentir paixão pelo mundo inteiro para que ele conheça Jesus Cristo e encontre assim a plenitude da vida que ele revelou como propósito de Deus Pai. Isso significa que, em companheirismo com outros cristãos, devemos protestar contra tudo o que negue Cristo ou impeça que as pessoas encontrem uma vida plena e digna como seres humanos, filhos e filhas de Deus. Sentir-se genuinamente interessado e comprometido, como Cristo sempre esteve, com a justiça pelos pobres

⁷² Cânones são documentos legais que regem a vida da igreja metodista, as doutrinas, os costumes e as regras.

⁷³ *El CMI agrupa a iglesias, denominaciones y comunidades de iglesias en más de 110 países y territorios de todo el mundo que representan más de 560 millones de cristianos, incluidas la mayoría de las iglesias ortodoxas, gran cantidad de iglesias anglicanas, bautistas, luteranas, metodistas y reformadas, así como muchas iglesias unidas e independientes. Si bien la mayoría de las iglesias fundadoras del CMI eran europeas y norteamericanas, hoy la mayor parte está en África, Asia, el Caribe, América Latina, Oriente Medio y el Pacífico. El CMI cuenta actualmente con 348 iglesias miembros.* Fonte: <http://www.oikoumene.org/es/about-us>. Acesso em 23 fev. 2018.

e por aqueles que estão sendo oprimidos social, política, religiosamente ou por qualquer forma de opressão (SILVA, 2006, p. 126, grifos nossos).

O trecho citado, além de definir o entendimento do reverendo João Parahyba sobre o ecumenismo, deixa nítida sua simpatia com a Teologia da Libertação, por usar os termos “oprimidos” e “opressão”. Parece que nos anos 70 não era apenas a igreja católica que simpatizava com o método marxista e a Teologia da Libertação.

E, finalmente, para evidenciar o caráter abrangente, humanista e progressista do que se entende por trabalho ecumênico, cabe destacar que o reverendo João Parahyba:

(...) sob a coordenação de dom Paulo Evaristo Arns e juntamente com o reverendo Jaime Wright, dom Helder Câmara, o sociólogo Jether Ramalho e o deputado Lysâneas Maciel, criou o Projeto de Defesa dos Direitos Humanos para defender as vítimas da injustiça (SILVA, 2006, p. 127).

O trabalho proposto pelas igrejas com as Semanas Ecumênicas de 1981 a 1992 foi de fundamental importância para formar uma geração de cristãos preocupados com a mudança da situação social da criança e do adolescente no Brasil. Conforme se observa na tabela n.º 14, os temas tratados sempre estiveram conectados com a preocupação evangelizadora das igrejas, mas denotam a mudança do discurso, inicialmente caritativo, para seguir pelo caminho da luta por direitos humanos.

De acordo com as informações obtidas por meio da entrevista com a pastora Zeni, soubemos que o reverendo João Parahyba foi assessor da FEBEM. E recolhemos a notícia do jornal *Expositor Cristão*, publicada na dissertação de mestrado de Jonadab Domingues de Almeida (2013):

Resultou do compartilhamento de ideias entre membros das Igrejas, reunidas inicialmente na sede da FEBEM, em São Paulo, órgão que as convidou para encetarem estudos e união de esforços numa tentativa de minorar o problema da marginalidade, especialmente através de uma ação preventiva. Sucederam vários encontros, depois realizados em dependências das Igrejas, dos quais resultou a Semana que teve por objetivos: despertar e mobilizar os participantes em busca de propostas alternativas no atendimento ao menor, propiciar o aprofundamento crítico, sistematização e avaliação das experiências realizadas; aprofundar temas ligados ao menor, visando a uma sensibilização e mobilização popular (SALLES, 1982. In: ALMEIDA, 2013, p. 38).

Apenas uma futura análise detalhada dos registros que se encontram arquivados no INDICA-SP demonstraria influências diretas desses encontros para a elaboração do ECA. O que se sabe, no momento, é que se adotavam princípios metodológicos progressistas, que

concorriam para o surgimento de um caldo de cultura que expressava os anseios da população mais pobre da época. A pastora Zeni afirmou:

(...) os psicodramas⁷⁴ eram um recurso pedagógico. (...) Esses psicodramas eram ensaiados e preparados nas comunidades. E eram os grupos dos centros comunitários que iam nas Semanas Ecumênicas para apresentar. Cada Semana Ecumênica tinha um tema. E, a partir desse tema, então, eles faziam teatro, música... Era a participação de todo mundo. Então, o princípio participativo é que contava, e quem estava na liderança ou coordenação era só um facilitador (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

E continuou:

O princípio fundamental é ouvir a criança e o adolescente, as famílias das crianças e dos adolescentes. É ir para a periferia, para o lugar onde eles estão para saber como eles vivem, em vez de ir para ensinar ou catequizar. Ir para lá aprender e, com eles, fazer uma mobilização e uma organização. Vem de uma organização popular. Onde as pessoas que vão não têm o poder e a verdade. Mas o poder é um poder compartilhado, coletivo. A força do coletivo! (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016, grifo nosso).

A declaração da pastora Zeni comprova, em palavras corriqueiras, o conceito fundante da teoria freireana, presente em grande parte das práticas que pretendiam a redemocratização do país. E demonstra como a igreja deixava a costumeira postura assistencialista e caritativa para lutar com os “mais necessitados” pelos seus direitos. E, com eles, organizar a mudança social. Deve-se destacar um pensamento de Paulo Freire do livro “Educação como prática da Liberdade”, que sustenta o que a pastora relatou:

Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. A formas ingênuas de percebê-la. A formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos (FREIRE, 1979, p. 95).

Sobre a programação das Semanas Ecumênicas, a pastora informou:

⁷⁴ O psicodrama utiliza-se da dramatização, considerada uma metodologia de ação e integradora corpo-mente, com o objetivo de tornar observáveis conteúdos intrapsíquicos e inconscientes. Possui base fenomenológica, procurando trazer à tona questões fundamentais, que encontram-se desconhecidas para um determinado grupo social, com a intenção de que seu desvelamento promova mudanças. Há estreita ligação entre o Psicodrama de J. L. Moreno e a teoria do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, o que ainda está por ser academicamente demonstrada.

(...) era elaborada levando em conta a formação e a informação. Ia juiz, ia esse pessoal todo que estava envolvido com a questão da mudança da lei, porque numa das Semanas o assunto era o Código de Menores, discutir o Código de Menores. Ia juiz que já estava nessa linha de que o Código não servia mais. Ia lá e informava como estava esse processo e as discussões. Aí, os teólogos e teólogas, que iam fazer a parte bíblica, teológica, pastoral. Tinha também os pedagogos (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Conclui-se, pela fala da pastora, que o grupo ecumênico apoiava o grupo de juristas mais progressistas, à medida que davam escuta e propiciavam ressonância ao grupo daqueles que propunham uma nova lei que substituísse o Código de Menores. A Semana Ecumênica de 1988 teve como tema os “Direitos dos Menores, Direito de Deus”, e seu ponto forte foi a “elaboração da nova legislação”.

Da pedagogia e da maneira engajada de trabalhar com as comunidades pobres nasceram os trabalhos ecumênicos de educação de meninos e meninas de rua, entre tantos outros projetos sociais. Segundo Markinhos, em SBC,

(...) tinha um grupo grande. Tinha um grupo de batistas, um grupo de luteranos independentes, que tinha uma mina que todo mundo crescia o olho nela, tinha umas irmãzinhas novas, que eram da igreja católica, e tinha a Zeni pelos metodistas. Esse era o grupo que ia para a rua (Markinhos, entrevista em 19/04/2018).

Nota-se, pelo depoimento de uma pessoa que foi menino de rua atendido em São Bernardo do Campo, São Paulo, até 1985 e, dessa data em diante foi contratado como educador, que as ações de rua eram empreendidas por pessoas de diferentes religiões, o que conferia o caráter ecumênico do movimento. Perguntamos ao entrevistado sobre a influência religiosa desses grupos no trabalho de educação de rua. Ele disse:

(...) elas eram daquele tipo de irmãs que não usavam hábito. A irmã Ana Maria usava e aí dava para identificar. Mas a Zeni, por exemplo, até já contei isso em alguns lugares, fui descobrir que ela era pastora depois de muito tempo. Eu acho que foi um dia em que ela chamou um grupo da metodista para ir para a rua e alguém falou “pastora”. Pensei, meu, essa mina é pastora, veio?! Levei um susto! Então, eles nunca tinham essa coisa, por exemplo, vamos comer alguma coisa, e tem que fazer o nome do Pai. Ou terminou alguma coisa, tem que rezar um Pai Nosso (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

O ecumenismo do movimento religioso parece ter conseguido transcender o caráter evangelizador de sua abordagem nas ruas. Constataremos esse ponto assim que analisarmos os temas abordados nas Semanas Ecumênicas. Destacamos, entretanto, o fato de serem, na maioria, religiosas mulheres, que se aventuraram na educação de rua. O depoimento de Markinhos evidencia o elemento motivador, quando, à sua maneira, afirma que os meninos

achavam uma das religiosas do grupo dos luteranos independentes muito atraente, e se animavam com as noviças católicas, que não usavam hábito. Mas sobre as Semanas Ecumênicas, Markinhos lembrou o padre que conseguia, por meio de atabaques, “conquistar a galera”:

Conheci o Júlio Lancelotti, o dom Luciano, a Ruth... Conheci toda essa galera a partir das Semanas Ecumênicas do Menor. A gente levava atabaque, porque o padre Batista era um padre negro. Tem até um lugar aqui em São Bernardo com o nome dele. Ele foi pioneiro, fazia umas coisas com atabaque no meio de toda aquela molecada... Tudo doido, mano! Um mais louco que o outro, querendo dominar o bagulho (Markinhos, entrevistado em 19/04/2018).

O relato fluente e informal de Markinhos evidencia a horizontalidade promovida pelos religiosos que se propunham a descer de altares e púlpitos para acessar aqueles a quem estavam dispostos a salvar das mãos violentas do Estado. No caso específico, os atabaques, como recurso metodológico, magnetizavam os meninos e meninas presentes no encontro. Certamente, em sua maioria afrodescendentes.

As organizações ligadas às igrejas foram - e ainda são - essenciais à manutenção do atendimento a crianças e adolescentes no Brasil. Seria difícil enumerar todas elas. Para ilustrar a sua importância, deve-se destacar que Carlos Nicodemos iniciou seu trabalho com 23 anos, advogado militante que defendia meninos e meninas de rua na Associação São Martinho/RJ, mantida pela Província Carmelitana de Santo Elias, em 1990.

A Pastoral do Menor protagonizou o trabalho de educação de rua no município de São Paulo, e a igreja metodista sustentou o Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo⁷⁵, entre outros projetos sociais. Cada igreja com a sua pastoral, mas unidas pela proteção dos direitos humanos.

Ainda sobre a metodologia empregada no trabalho pastoral, a pastora Zeni disse:

Fosse qual fosse a área, fosse de criança e adolescente, fosse da juventude, ou das mulheres, a organização das mulheres, a luta por creches! Era assim, ver as faltas e quem era o sujeito daquela ação. Não era o técnico. Foi um pouco tirar o poder do técnico. O tecnicismo nas instituições era muito acentuado. O técnico tinha o poder e a palavra (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Há uma crítica da pastora Zeni ao tecnicismo. Trata-se de um modelo implantado na educação brasileira, que baseou as reformas educacionais das décadas de 1960 e 1970. Primava pela visão da educação como forma de preparar o futuro contingente de

⁷⁵ Para saber mais, ver: ALMEIDA, Jonadab Domingues de. A participação da Igreja Metodista no Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

trabalhadores das indústrias que se instalavam no Brasil. O professor era um administrador de conteúdos instrumentais que preparariam os futuros operários do país. Essa visão procurava conferir maior peso à função instrumental da educação, retirando dela seu poder formativo e questionador. Assim como se conferia poder hierárquico ao professor-técnico, se conferia maior poder aos técnicos em geral. Nessa concepção conteudista de educação, quem tem maior escolarização sabe mais e pode mais, desconsiderando, quando não menosprezando, o saber popular. O acúmulo de conhecimento ganha valor análogo ao acúmulo de capital. O saber formal e escolar conferia notoriedade e respeito no meio social. Criou-se uma elite tecnocrata, excluindo os chamados “ignorantes” da tomada de decisão. Contra esse técnico se lutava à época.

Entretanto, nenhum rótulo ou estigma abarcam a totalidade dos envolvidos. Havia técnicos ligados ao governo insatisfeitos com a política de atenção ao “menor”. E a pastora Zeni reconheceu que o UNICEF foi um catalisador da insatisfação desses técnicos, principalmente os da FUNABEM, agregando-os a representantes de projetos exemplares, que trabalhavam com crianças e adolescentes, para criar o projeto “Alternativas de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua”. Consistia em “aprender com quem estava fazendo”. Foram selecionados projetos em diferentes pontos do país que serviam de exemplo. Os educadores e técnicos desses projetos visitavam-se para troca de conhecimentos e práticas. A essa metodologia foi dado o nome de Semitágios (condensação das palavras seminário e estágio). Como explicou a pastora Zeni, “ninguém ficava lá na sala tendo aula, não. Era o aprender fazendo!” Mais um exemplo de metodologia ativa de educação. Ela comentou duas grandes especialidades oriundas das práticas pastorais. “Na questão dos educadores de rua, a Pastoral. Na questão da organização, mobilização e ação política era a República do Pequeno Vendedor, em Belém, no Pará”.

Mário Volpi entende que “havia muito respeito pelos projetos alternativos, porque eles, pelo menos, saíram das instituições, eles foram às ruas, eles iniciaram uma nova prática social” (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017). Representavam uma expectativa contra a institucionalização, muito embora perceba, hoje, que os pequenos projetos não tinham “escala”.

A partir dos Semitágios, os projetos que trabalhavam com meninos e meninas de rua ganharam visibilidade e mobilização. A pastora Zeni explicou:

(...) dessa mobilização nasceu uma comissão nacional de meninos e meninas de rua que tinha representantes de várias regiões. Era regional isso. Essa comissão resolveu fazer o primeiro encontro nacional de meninos e meninas de rua para que, naquela

pré-constituente, eles pudessem dizer para os deputados que seriam eleitos, quais eram suas reivindicações, o que eles precisavam, o que eles achavam dessa situação toda que eles estavam vivendo (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

O Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua ocorreu em Brasília, em 1986, com a presença de mais de 400 crianças e adolescentes, com a presença de dom Hélder Câmara, que quis ver com os próprios olhos o que estava acontecendo. Sua presença foi importante. A pastora Zeni disse que ele chegou e falou para os meninos e meninas: “eu vim trazer um abraço para vocês”. E comentou que eram esses “gestos” e a voz das crianças e adolescentes, discutindo sobre o que precisavam, que motivava quem pertencia ao Movimento. Disse que não existia mais nenhum fórum de discussão em que os meninos e meninas não estivessem presentes. Inclusive, nas Semanas Ecumênicas, marcavam presença.

Ainda sobre os técnicos da época, a pastora explica que havia uma mudança de concepção no trabalho pedagógico. Ela, em seu depoimento, alterou o discurso, falando de uma “ação político-pedagógica” que seria uma “ferramenta” da Teologia da Libertação. E completa afirmando que em várias outras áreas houve esse tipo de inclinação. Em suas palavras:

Entrou também a psicologia, que era muito de salinha fechada, muito voltada para as questões do indivíduo. A psicologia social se abre e vai atrás também disso, e cuida das pessoas ali no espaço social que elas ocupam. Eu acho que a chave vem muito daí, sabe, dessa... De você interpretar de um outro jeito a questão da vida, do papel (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Nesse caso, apresenta a influência de uma postura e compreensão do conhecimento acadêmico mais voltado ao campo social e político e menos, no caso da psicologia, ao campo médico, clínico, que muito representam as ciências duras ou positivas. Havia um embate nítido, à época, polarizando o pensamento que se vinculava ao modo opressor de interesse capitalista e o modo libertário de interesse socialista. Pano de fundo político e mundial, a queda de braço entre os dois pontos de vista, estavam presentes na sociedade brasileira pós-regime militar.

Outro elemento na comunidade ecumênica e difundido pela comunidade epistêmica religiosa foi o clima acolhedor que a pastora Zeni lembrou como “operação amizade”. Era um tipo de aliança social contra o Estado violador de direitos. Mães e irmãos mais velhos dos meninos de rua compareciam às Semanas Ecumênicas e se tornavam “educadores populares efficientíssimos!”. A cumplicidade entre quem atuava na luta por direitos criou um clima de proteção, quase maternal, no atendimento às crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade social. Sobre o elemento protetivo do trabalho, ela disse:

(...) você politiza essa movimentação toda e tem a igreja como retaguarda. Então, se deu qualquer problema, dom Luciano está lá! Se chegou a polícia? Ninguém vai revistar a bolsa da irmã Maria do Rosário, nem a minha (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

A ditadura militar, articuladora e propositora da discriminação e da violência contra meninos de rua, reforçou uma posição extremista da igreja contra o sistema higienista e anticomunista de segurança pública vigente. Como disse frei Betto, exemplo maior dessa polarização entre igreja e Estado foram os grandes sucessos editoriais de autores como Leonardo Boff e padre Libânio, que escreveram em resposta às caçadas aos “padres comunistas” protagonizadas pelo governo militar a partir de 68 com a publicação do AI-5. Padres foram presos e torturados, o que era inaceitável, e gerou grande comoção e revolta da opinião pública.

Apesar de os militares, no Brasil, terem perdido poder nos anos 80, “o Vaticano lança uma imensa campanha contra a Teologia da Libertação, que teve três vetores de atuação: o controle do governo na Igreja, o controle dos ‘representantes’ de Deus e o controle das ideias”. (BRITO, 2010). Conforme afirma Mattheus Fox em seu livro *Pope’s War: Why Ratzinger’s Secret Crusade Has Imperiled the Church and How It Can Be Saved*, a Central de Inteligência Norte-Americana, durante o governo de Ronald Reagan (1981 a 1989), apoiava a morte de religiosos ligados à Teologia da Libertação. Período em que o papa João Paulo II iniciou a campanha de censura a esses teólogos. No Brasil, em 1985, Leonardo Boff foi condenado a um ano de silêncio obsequioso pelo Santo Ofício pela publicação do livro “Igreja: carisma e poder”, no qual trata das possíveis reformas que a igreja deveria passar para atender melhor aos anseios do povo.

Na Nicarágua, a Teologia da Libertação atingiu seu maior sucesso do ponto de vista político. Foi força motriz em todo o processo da revolução sandinista, e levou ao poder líderes religiosos como o padre d’Escoto (ministro de Relações Exteriores de 1979 a 1989), o padre Fernando Cardenal (ministro da Educação) e seu irmão, o padre Ernesto Cardenal (ministro da Cultura). Em visita à Nicarágua, no ano de 1983, o papa João Paulo II repreendeu publicamente Ernesto Cardenal e, em outras visitas ao país, reafirmou a presença da igreja como promotora da paz, mas sem envolvimento direto com a política. No ano seguinte, declarou a suspensão *a divinis* ao padre d’Escoto, impedindo-o de rezar missas em represália à denúncia que apresentara na Corte Internacional de Justiça contra os EUA por apoiar atividades militares e paramilitares contra a Nicarágua. Em agosto de 2014, o papa Francisco

anulou a suspensão, e ele pôde celebrar missa no mês seguinte, na altura de seus 81 anos de idade, três anos antes de sua morte.

No caso da igreja metodista, de acordo com a pastora Zeni, “não se reconhecem mais as lideranças das igrejas metodistas; (...) continuam mantendo as comunidades, mas o que importa, hoje, é ganhar almas” (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016). No entanto, mantém um programa que se chama “Sombra e Água Fresca”, que abre as igrejas, durante a semana, para projetos com crianças.

A seguir, trataremos da comunidade epistêmica jurídica. O promotor de Justiça aposentado Munir Cury apresentou pontes entre as comunidades jurídica e religiosa. Citou uma rede que se denomina “Direito e Fraternidade”, que procura aplicar a categoria da fraternidade para desenvolver e disseminar uma nova cultura jurídica. Faz parte da rede internacional *Comunione e Diritto* e se iniciou no ano de 2001, na Itália, como resultado do trabalho de Chiara Lubich, fundadora do Movimento Focolares, que prega a “cultura da unidade” e da fraternidade universal nos mais diversos âmbitos do conhecimento humano.⁷⁶ Munir Cury disse:

(...) o que Chiara Lubich propõe a cada ser humano? Humanismo. Ela propõe que nós sejamos instrumentos, construtores da fraternidade universal, seja católica, seja protestante, seja agnóstico, enfim, vamos nos unir para construir. E me parece que o que está faltando no Brasil, o que está faltando no mundo, é exatamente isto. Um conceito e uma dedicação para a construção da fraternidade (Munir Cury, entrevistado em 29/11/2016).

Apesar de formalizado por Chiara Lubich nos anos 2000, o movimento é anterior à elaboração do ECA. Munir Cury afirmou ter sido representante do movimento e ser adepto desde muitos anos antes do Estatuto. Ao questionar a possibilidade da “categoria jurídica da fraternidade” ter influenciado a concepção da Lei, ele disse:

(...) há uma influência, sim... eu acho que a fraternidade é uma categoria jurídica, mas ela supera a categoria jurídica. Vocês, por exemplo, são meus irmãos. Nós, juntos, podemos construir um Brasil ético. E essa fraternidade deve estar no Ministério Público, mas deve perpassá-lo e mergulhar na sociedade. Não me iludo com relação a isso. Tenho muito os pés no chão, em matéria dos relacionamentos humanos. Você lida com todos os tipos de pessoas. Não vou ser ingênuo de construir a fraternidade... Assim... Vamos com calma. Mas é possível construí-la! É possível construí-la! (Munir Cury, entrevistado em 29/11/2016).

⁷⁶ Fonte: <http://www.focolare.org/pt/news/2013/01/08/portugues-novas-perspectivas-no-direito/>. Acesso em: 24 mar. 2018.

E, para nossa surpresa, Munir Cury relatou a forte presença em sua vida de uma pessoa fundamental para a comunidade epistêmica religiosa. Em suas palavras:

Eu tive um grande amigo. Um grande, grande amigo, que procurei e disse: “olha, eu acho que, diante dessa sugestão do ministro, diante do que a Constituição determina, nós vamos ter uma briga” E ele me sugeriu que transformasse a briga, a guerra, a batalha num bom combate. Esse amigo foi o dom Luciano Mendes de Almeida. Me abri com ele muitas vezes diante de atritos que poderiam ser violências, violências realmente. Mas graças à ajuda que ele me deu, nós conseguimos transformar os ataques em galhardia. Nas agressões, a nobreza. Nas insinuações, o silêncio. E prossegui com determinação. Eu devo muito a ele (Munir Cury, entrevistado em 29/11/2016).

Para finalizar a análise da comunidade epistêmica religiosa que, apesar de o grupo de juristas brasileiros ter tradição corporativista, com a influência da redemocratização ocorreram a articulação e o agrupamento de juristas progressistas, que se somaram a atrizes e atores sociais, para formular uma legislação com alto teor democrático. E essa “força” superou argumentos de juízes menoristas, que afirmavam, por exemplo, que o conselho tutelar era uma medida anticonstitucional, porque deslocava a prestação jurisdicional para um órgão municipal, conforme relatou Carlos Nicodemos.

E, como vimos no depoimento de Munir Cury, além da união, a inspiração humanista e religiosa muito os motivou para o “bom combate” com setores mais conservadores da sociedade e do meio jurídico. A seguir, como se deram e quais foram alguns embates.

4.1.6 Comunidade epistêmica jurídica

Muito embora o objeto de pesquisa esteja relacionado especificamente à formulação do ECA, ele adveio da necessidade de se adequar a legislação nacional aos princípios embutidos no artigo 227.º da Constituição Federal de 1988. Apresentaremos duas versões sobre a origem do artigo 227.º, para delimitar o início da formação das comunidades epistêmicas identificadas neste trabalho.

Munir Cury, promotor de Justiça e responsável pelas Curadorias de Menores da cidade de São Paulo, foi convidado, por Plínio de Arruda Sampaio, deputado federal constituinte eleito em 1986, para escrever o artigo 227.º da Constituição Federal de 1988. Em suas palavras:

O Plínio de Arruda Sampaio, que foi membro do Ministério Público, sabendo que existia aqui essa área da infância e da juventude, consultou pessoalmente a mim, e me dispus a colaborar com a constituinte. Fizemos uma pesquisa com Paulo Afonso,

Jurandir e eu... Fizemos uma pesquisa, redigimos o 227 tal qual ele está lá, e encaminhei para ele. Ele pediu a justificativa do 227. Fizemos a justificativa do 227. Ele pediu que nós fôssemos a uma audiência pública esclarecer o 227. Eu, como era o coordenador da área, fui para Brasília justificar o 227. E lá está o 227. Não existe nada de romantismo aí. Existem, na verdade, uma técnica jurídica, uma fundamentação em documentos internacionais. Tem a originalidade de um documento, que não existia nos países, mas ele é fruto, tem sua raiz nos documentos internacionais. E mais, o 227, hoje, é uma luta... É um bom combate. Eu acho que, para você aplicá-lo, volto ao humanismo, nós precisamos de homens. Homens antecedem juizes, promotores, políticos e técnicos, não é? Portanto, homens que estejam realmente voltados para o que ali está, e que não tem nada de romântico, mas tem de garantias, de dignidade humana. Então ele surgiu dessa forma (Munir Cury, entrevistado em 29/11/2016).

O jornalista José Pedro Martins dá outra versão sobre a redação do artigo 227.º da Constituição Federal de 1988, mas amplia a noção do envolvimento de um grupo de especialistas e militantes na elaboração da Norma Jurídica:

A Constituinte vivia fase crítica, com a articulação do grupo denominado Centrão, que ameaçava derrubar muitos dos direitos de cidadania desejados pela sociedade brasileira. O grupo que coordenava os esforços direcionados para a conquista dos direitos da infância e juventude, e que se hospedava no Centro de Convenções Israel Pinheiro, da Inspetoria São João Bosco, dos salesianos, em Brasília, resolveu recorrer diretamente ao relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Entre outros, participavam do grupo o professor Antônio Carlos Gomes da Costa, que era oficial de projetos do Unicef, o educador e poeta Deodato Rivera, o jurista Antonio Fernando do Amaral e Silva, e Benedito Rodrigues dos Santos, do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.

O grupo foi recebido por Cabral em uma sala no subterrâneo da gráfica do Senado, onde o texto da Constituição foi de fato escrito. A ideia original era que a nova Constituição tivesse cerca de 40 artigos abordando os direitos da criança e do adolescente. O relator foi enfático:

- É preciso sintetizar em um único artigo.

Na mesa de Cabral estava um dicionário “Aurelião”, que o relator usou como argumento para a reunião dos direitos da criança e do adolescente em um artigo:

- Se incluirmos 40 artigos sobre a criança e adolescente, todos os grupos sociais vão querer o mesmo e teremos uma Constituição do tamanho de um dicionário!

Na realidade, também existia o temor de que a distribuição dos direitos da infância e juventude por vários artigos pudesse facilitar a tarefa de setores mais conservadores, que não gostariam de ver inscritos alguns desses direitos.

O grupo voltou às belas e tranquilas instalações do Centro Israel Pinheiro, às margens do Lago Paranoá, com a tarefa de sintetizar as propostas em um artigo. Cada um dos cerca de 40 artigos propostos foi transformado em uma palavra. O poeta Deodato Rivera ajudou a dar o toque final, e o artigo 227, depois votado, aprovado e inscrito na Constituição de 1988, soou como uma poesia:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”⁷⁷.

⁷⁷ Trecho extraído da notícia publicada no site Agência Social de Notícias. Disponível em: <http://agenciasn.com.br/arquivos/3916>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Não nos cabe questionar as informações fornecidas por Munir Cury e José Pedro Martins. O objetivo, como pesquisador, é verificar como as informações são apresentadas por diferentes atrizes e atores sociais e analisar seu conteúdo com base nos conceitos discutidos.

De acordo com os preceitos das comunidades epistêmicas, Munir Cury, como jurista, afirma ter desenvolvido o Artigo 227.º da Constituição Federal de 1988, vinculando-o diretamente ao conhecimento sobre o direito internacional que era marca ou linguagem do grupo ao qual pertencia. O jornalista José Pedro Martins, como militante, confere a redação do artigo 227.º a um grupo ampliado, formado por pessoas de diferentes filiações e especialidades, conferindo a redação final do artigo da lei não a um jurista e sim a um poeta. A diferença de visão/percepção sobre o mesmo evento ratifica nossa hipótese sobre a presença de diferentes comunidades epistêmicas envolvidas na formulação dos dispositivos legais relacionados à área dos direitos humanos da criança e do adolescente no Brasil. Neste caso, Munir Cury, porta-voz da comunidade epistêmica jurídica, e José Pedro Martins, da comunidade epistêmica militante. Cada um oferece sua versão do fato, conforme a vivência dentro do grupo ao qual sente-se pertencente e validade.

A pastora Zeni reconheceu a importância dos juristas quando disse que no período da Assembleia Nacional Constituinte de 1986, a mobilização dos meninos e meninas de rua, coletando assinaturas para a inclusão de direitos na nova Constituição, foi fundamental, e que “os juristas foram muito, muito importantes. A gente tinha um juiz do trabalho, aqui em São Paulo, o doutor Ori. Ele estava sempre junto, e era um dos assessores da Pastoral também para essas questões” (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

O ambiente de liberdade de expressão vivenciado no período de redemocratização brasileira permitiu a associação de um grupo de juristas com propostas progressistas em sintonia com setores sociais que lutavam pela melhoria da situação da criança e do adolescente. Carlos Nicodemos sintetizou de livre associação e produção de uma legislação avançada: “o *tempo* dos direitos da criança e do adolescente é o *tempo* do processo de redemocratização do Estado brasileiro” (Carlos Nicodemos, entrevistado em 18/10/2016).

Mário Volpi explicou as razões pelas quais era necessária a mudança da legislação da época, afirmando que a sociedade concluíra que os modelos de atendimento à criança e ao adolescente estavam superados:

Um modelo institucionalizante, correccional-repressivo da Era Vargas, das grandes instituições, da FUNABEM, das FEBEMs, das FUCABEMs (...) e o outro modelo institucional, que a gente poderia chamar de assistencial-caritativo, que era muito liderado pela igreja (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

A movimentação social em busca de uma saída para o problema viu no momento da Assembleia Nacional Constituinte de 1986 a chance de incluir a noção da criança como sujeito de direitos na Constituição, o que mudaria a lógica dos dois modelos que já não poderiam fazer frente às exigências de uma política de nível nacional.

A aprovação do artigo 227.º gerou a necessidade de adequação da legislação nacional sobre o tema dos direitos da criança diante da incoerência criada entre o paradigma da situação irregular, que embasava o Código de Menores, e o paradigma da proteção integral e entendimento da criança como sujeito de direito, contidos no bojo do recém-escrito artigo constitucional. Paulo Garrido explicou que, naquela época, para o conjunto de leis que estavam em desacordo com a Constituição Federal de 1988, deu-se o nome de “entulho legislativo” ou “entulho autoritário”, no qual se incluía o Código de Menores. O então ministro da Justiça Paulo Brossard de Souza Pinto⁷⁸ convidou Munir Cury para elaborar uma proposta de legislação que dialogasse com o artigo 227.º da Constituição. Formava-se, assim, o núcleo de juristas da Comissão de Redação do ECA, que envolveu um grupo maior, inclusive não juristas, para discutir e formular a lei.

Munir Cury relatou detalhes da negociação inicial e tensa entre dois grupos antagônicos do mundo menorista da época:

(...) a incompatibilidade da Constituição, na área da criança e do adolescente, com o Código de Menores, ensejou a preocupação do ministro da Justiça Paulo Brossard. Ele constituiu uma comissão, integrada por mim e por alguns juristas do Rio de Janeiro. Alyrio Cavallieri, que era o pai do Código de Menores, e Liborni Siqueira. Nós três estivemos com o ministro e, no pedido dele para essa reunião, solicitou que levássemos algum material. Eu levei um trabalho do Paulo Afonso, do Jurandir e meu. Eram algumas diretrizes do que poderia ser a futura legislação. Sentamos, discutimos e foi uma discussão bastante acalorada, porque o Alyrio Cavallieri, como o pai do Código de Menores, não aceitava, absolutamente, nenhum tipo de mudança. Quando muito, ele propunha que tivéssemos um texto que antecedesse o Código de Menores, e esse texto seria mantido junto com o Código de Menores. Eu disse que era absolutamente incompatível com o Código de Menores, e que o Código de Menores era incompatível com a Constituição Federal. E que, então, não era possível. Só que, diante disso, criou-se um certo mal-estar, não diria confronto, criou-se um certo mal-estar entre o grupo do Rio de Janeiro e, não diria nós, paulistas, mas com o restante do Brasil (Munir Cury, entrevistado em 29/11/2016).

O grupo de juristas do Rio de Janeiro, capitaneado por Alyrio Cavallieri, criador do Código de Menores de 1979, pautava-se na doutrina da situação irregular. Paulo Garrido,

⁷⁸ Paulo Brossard, em 1985, integrou a “Comissão Afonso Arinos”, incumbida de elaborar o anteprojeto constitucional, a ser oferecido como subsídio à Assembleia Nacional Constituinte de 1986, e foi ministro da Justiça, de 15 de fevereiro de 1986 a 18 de janeiro de 1989, durante o governo do presidente José Sarney. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=26>. Acesso em: 10 ago. 2018.

refletindo sobre sua prática profissional dentro do Ministério Público, como promotor de Justiça, e na FEBEM de São Paulo, como assessor da presidência, chegou à conclusão de que a melhor saída, nos anos 80, era:

Fazer uma crítica ao Código de Menores vigente, que se baseava na chamada teoria da situação irregular, que pode ser resumida na ideia de que crianças e adolescentes somente interessavam ao mundo do direito, quando numa situação de patologia social. Então, havia a percepção de que a sociedade era um todo harmonioso, que era uma linha reta, e quem se afastava dessa linha devia ser trazido para dentro dela, e aí caminhar com felicidade, com paz etc. Então, se cria a chamada teoria da situação irregular, ou seja, a irregularidade da situação, ou seja, alguém afastado do trilho. O que, de certa forma, vem de antes também. Vem da década de 50. A chamada juventude transviada nada mais era do que a juventude desviada do caminho e, por isso, se criou a concepção de que é necessário trazer para o caminho correto (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

Motivado por sua militância acadêmica, formação progressista e o clima político da redemocratização brasileira em busca de democracia, justiça social e liberdade, Paulo Garrido, com os colegas do Ministério Público, Munir Cury e Jurandir Marçura, começou a pensar uma nova legislação que substituísse o Código de Menores.

Havia um primeiro consenso entre os juristas, de fundamental importância para sustentar a proposição de uma nova lei. Nas palavras de Paulo Garrido:

Os direitos humanos da primeira geração visam conter, principalmente, os abusos do Estado frente ao cidadão. Era muito fácil perceber que esses direitos fundamentais que já estavam incorporados no direito penal ainda não se faziam presentes na área da criança e da juventude. Essa foi a primeira crítica. Por que o mundo adulto, quando ocorre a prática de determinado crime, há o devido processo legal, há advogado, sistema de justiça que, mal ou bem, funciona, mas tem-se oportunidade de defesa, e o sistema de menores não? (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

As convicções desse grupo de juristas, que compunham a curadoria de menores do Ministério Público de São Paulo, estavam em sintonia com o que conhecemos hoje, pois foram eles os redatores da minuta do documento “Normas Gerais de Proteção à Infância e Juventude”, que serviu como ponto de partida para a formulação do ECA. Sobre a redação do documento, Paulo Garrido afirma categoricamente que seus autores foram “Jurandir Marçura, Munir Cury e eu” (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016). No documento, estavam presentes alguns princípios fundamentais que se mantiveram no ECA. Segundo Paulo Garrido, para escreverem a minuta:

(...) se partia da experiência prática, partia dessa crítica à inexistência da linha fundamental dos direitos humanos, partia de algo que era muito importante na

época, que estava se revelando, que era a defesa dos direitos sociais. O Brasil não defendia os direitos sociais. O Estado nunca, para usar uma expressão que eu usava com frequência na ocasião, o Estado nunca estava no banco dos réus. E era necessário colocar o Estado no banco dos réus. O Estado, quando não desse saúde, não desse educação etc. Então, essas Normas Gerais de Proteção à Infância e Juventude previam todas essas inovações. Mas estava muito distante de ser o Estatuto da Criança e do Adolescente como o conhecemos (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

Devemos evidenciar a “mão” do Ministério Público de São Paulo na concepção precípua do ECA, aportando às discussões preliminares e ao texto legal as bases epistemológicas relacionadas à defesa de direitos humanos e sociais.

A irmã Maria do Rosário declarou que durante as exaustivas sessões de redação do ECA, das quais participavam ela, Ruth Pistori, Benedito Rodrigues dos Santos, um padre da Bahia, que foi para a África, e uma pessoa do ecumenismo, havia um rapaz que sempre verificava se “aquele” artigo podia ou não entrar no ECA, “o Paulo Afonso é quem dava o equilíbrio. De modo que cada artigo era pesado” (Irmã Maria do Rosário, entrevistada em 20/12/2016). Depreende-se que cada proposta do grupo era juridicamente analisada com o rigor da pessoa da qual não se recorda o nome e a ponderação de Paulo Garrido, cuja trajetória profissional garantia a qualidade da negociação.

A pastora Zeni arrematou: “o Ministério Público coordenou a escrita da lei. Claro, eles tinham essa força, porque tinham toda a comunidade organizada, dando a retaguarda” (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

A incompatibilidade entre o Código de Menores e o que a nova Carta Magna propunha, a qual se refere Munir Cury, trata-se de matéria jurídica e sociológica. O texto da Constituição Federal de 1988, conforme formulado pelas comunidades epistêmicas, respondendo às mudanças sociais brasileiras e aquelas em curso no mundo ocidental, alteraram a posição que as crianças e adolescentes ocupam dentro da sociedade.

Já o Código de Menores mantinha crianças e adolescentes sem direito à defesa, conferindo total poder discricionário ao Juiz de Menor. Havia uma ruptura na comunidade epistêmica jurídica, pois diferentes convicções levam a diferentes leituras e posicionamentos políticos diante da realidade. Uns mais, outros menos democráticos, uns mais, outros menos justos, do ponto de vista da garantia dos direitos humanos.

No caso da formação acadêmica de Paulo Garrido, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, era evidente a inclinação progressista de seus professores. Ele afirmou que:

(...) era uma faculdade extremamente progressista à época, considerando aquilo que vigia no país. Então, lutar pela democracia é lutar pelo princípio da soberania popular, lutar pela alternância do poder. E a democracia também tem um outro

elemento fundamental, que é a prevalência dos direitos fundamentais. Então, toda a formação jurídica que eu tive, talvez os meus professores levaram a isso, toda minha formação foi uma formação de respeito aos direitos fundamentais, aos direitos básicos da pessoa humana (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

Quando solicitamos ao entrevistado a citação de nomes que evidenciassem a formação progressista, indicou o professor Goffredo da Silva Teles e o advogado Sobral Pinto, lembrando quando este foi muito aplaudido por todos os estudantes ao proferir, no púlpito, o artigo 1.º da Constituição Brasileira⁷⁹ em plena ditadura militar. Com objetivo de encontrar os princípios que articularam a comunidade epistêmica jurídica em torno da revisão da lei que vigia para os “menores”, deve-se citar a síntese que Paulo Garrido trouxe, articulando a razão pela qual deve-se defender a garantia de direitos fundamentais à criança e ao adolescente. Referindo-se ao primeiro artigo da Constituição Federal de 1988, disse que:

O poder não vem da farda, do militarismo, o poder não vem da elite, o poder não vem do sangue, mas o poder vem do povo. O povo é a origem do poder. Isso, para nós, tinha um significado muito grande. E se democracia era isso, e se a prevalência dos direitos fundamentais da pessoa humana está na essência do sistema democrático, de certa forma, para mim, vejo com muita facilidade, transportar isso para a área das crianças e adolescentes foi uma coisa natural. Porque os direitos fundamentais têm essa perspectiva da universalidade. Eles não servem somente para mim. Eles têm que servir a todos, indistintamente (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

Vemos a facilidade com que Paulo Garrido cita e articula o princípio da universalidade, proposto pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, e pelo Pacto de San Jose, em 1978, com o sistema democrático adotado pela Constituição Federal de 1988, e que consequentemente está inserido em toda a proposta do ECA.

Mário Volpi cita um exemplo relacionado ao mundo jurídico que ajuda a entender os contornos da comunidade epistêmica jurídica. Ele disse:

A gente não abria mão dos princípios. Por exemplo, havia uma inspiração no movimento de direito alternativo, aqueles Juízes pela Democracia. A gente não queria a pena de internação no Estatuto, nem mesmo para adolescentes de ato infracional grave. Só que não íamos conseguir isso nunca. Era capaz de perder tudo... Então, pensávamos: “vamos fazer que o máximo da sentença seja seis meses.” Também não deu, porque nós não íamos levar isso... A sociedade não estava preparada para aceitar. Então, o que fizemos: “a cada seis meses tem que rever, não vai ter duração de pena para o adolescente da medida socioeducativa. Mas a cada seis meses o juiz precisa rever e dizer se ele já melhorou, se ele já revisou a conduta dele, se ele pode voltar para o convívio social. O juiz tem que se manifestar... Então,

⁷⁹ “Art. 1.º, parágrafo 1.º: “Todo poder emana do povo e, em seu nome, é exercido.” (BRASIL, 1967). Em 1988, a frase torna-se o parágrafo único do artigo 1.º com a seguinte redação: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

nós não abrimos mão da ideia de que é melhor tratar desse jovem na sociedade, mas fizemos uma concessão sem a qual nós não poderíamos (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

No caso citado, percebemos a influência de um pensamento mais progressista dentro da área do direito. O entrevistado cita dois movimentos que estavam ocorrendo simultaneamente, no Brasil, no final dos anos 80, constantemente confundidos pelo senso comum. O primeiro, conhecido como “Direito Alternativo”, agrupava juízes, majoritariamente gaúchos, com propostas radicais relacionadas à aplicação da lei. Fabiano Engelmann (2010) afirma:

No caso da Magistratura, as associações se configuram como o espaço privilegiado de articulação com outras entidades associativas, “movimentos sociais” e ONGs, no sentido da defesa do acesso a direitos e da democratização dos tribunais. A articulação nessas bases se expande na década de 90, na constituição de problemas sociais e políticos em problemas jurídicos, que passam a ser postos em forma ao penetrar a arena do Poder Judiciário. Entre os exemplos mais recorrentes está o envolvimento de magistrados com movimentos de direitos humanos, congressos, seminários e múltiplas redes, que envolvem profissionais do direito em torno da promoção do “acesso à Justiça”, reconhecimento de novos direitos coletivos, como o “direito das mulheres”, “direito da infância e adolescência”, “homossexuais”, “consumidor”, “meio ambiente” “reforma agrária” etc. Da mesma forma, pode-se mencionar como representativo desse fenômeno o movimento do “direito alternativo”, que eclode a partir de um conjunto de decisões judiciais proferidas por juízes do Rio Grande do Sul, tendo por base princípios extrajurídicos, propiciando também a recepção de diversas teorias críticas das doutrinas jurídicas sobre a propriedade e os direitos sociais, entre outros direitos, na década de 90 (ENGELMANN, 2010, grifo nosso).

E o segundo, que levaria à criação, em 1991, da “Associação Juízes para a Democracia” (AJD), como estratégia para o Brasil se tornar o elo sul-americano da já consolidada Rede Europeia de Magistrados. Leandro Garcez Targa (2011) diz:

O pertencimento a essa Rede criou a possibilidade de vários associados estarem em diversos países europeus, como Portugal, França, Áustria, Itália, entre outros, participando de encontros e congressos, promovidos para trocar experiências e contatos entre membros associados de outros países ligados à Rede Internacional dos Juízes pela Democracia. O contato com a experiência internacional levou os magistrados brasileiros a tomar conhecimento de experiências associativistas entre juízes, diferente do tipo de associativismo até então praticado do Brasil. O contato foi importante para descobrir que existia um tipo de experiência internacional de associativismo de magistrados, em que era praticada uma militância política, com pronunciamentos públicos e disputas de espaço político, a partir de ideias e não apenas de ações corporativistas. Com esse contato internacional ficou claro para os magistrados brasileiros que já existia um tipo de associativismo parecido com o que eles apenas ainda imaginavam para o contexto brasileiro, porém uma experiência internacional já consolidada numa grande rede de magistrados organizada coletivamente, aglutinados em torno de militâncias políticas de ações comuns, seguindo determinada linha ideológica. Foi importante saber que esse tipo de experiência existia e era possível (TARGA, 2011).

O Brasil, até a década de 1990, não possuía uma prática institucionalizada de discussão ideológica dentro do Judiciário que conhecia o associativismo apenas para conduzir ações corporativistas. Os juristas presentes na formulação do ECA, nitidamente progressistas, estavam em sintonia com seu tempo, percebendo a possibilidade gerada pelo ambiente pós-ditadura de se associar livremente com quem estava preocupado com a defesa dos direitos humanos, da liberdade e da justiça social. Para ilustrar o tema, Paulo Garrido revelou:

Como parte do Mutirão contra a Violência, nessa época [1985/86], eu estava na FEBEM, onde é realizado um evento aqui em São Paulo, e sou convidado a falar, porque vinha falando a respeito do que eram o contraditório e a ampla defesa no processo de adolescente. E eu dizia o seguinte: “olha, a lei não estabelece o contraditório e a ampla defesa. O contraditório e a ampla defesa, no direito penal, são garantias centenárias, então, por que não ter para adolescente?” Esse era o resumo. Fiz lá minha palestra com base nisso. Aí, alguém se levanta na plateia e diz: “olha, eu gostaria de dizer que eu sou juiz de direito lá em Blumenau, vim aqui para assistir a esse evento e partilho da mesma preocupação que o senhor.” Esse juiz de Blumenau, que não conhecia, era o doutor Antônio Fernando do Amaral e Silva, que depois veio a ser um dos corretores do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, enfim, alguém que estava lá, que não conhecia, e que vem e diz isso. Aí, se começa a perceber que o mundo jurídico não estava sozinho! Porque quem participava desses movimentos relacionados a menores eram os assistentes sociais, os psicólogos, os pedagogos... E o mundo jurídico estava meio afastado disso. Ou fazia parte de um sistema que não se conversava. Essa história de multidisciplinaridade, de conversa, não existia naquela ocasião. E aí foi importante, porque se começa a perceber que havia parceiros na área jurídica, como aquele juiz lá de Blumenau e o promotor em São Paulo. Ele e o juiz em Blumenau estavam falando a mesma língua! E aí se começa um movimento, uma conversa, as coisas vão crescendo (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

Decorreu do encontro entre Paulo Garrido e Amaral e Silva uma parceria que trouxe à luz o que conhecemos hoje como Conselhos Tutelares. Ao perguntarmos sobre as origens desse Conselho, Paulo Garrido afirmou:

Acho que o maior idealizador, ou defensor do Conselho Tutelar, foi o doutor Amaral e Silva. Ele se inspirou em uns conselhos, eu não sei de que país, não me recordo agora. E trouxe a ideia que eu, depois, a burilei de acordo com o meu perfil (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

Quando Paulo Garrido assume ter “burilado” a ideia do Conselho Tutelar, aponta os elementos que nortearam a sua criação. São eles: a) a democracia participativa recém-instituída pela Constituição Federal de 1988; b) ser um órgão de Justiça administrativa para desempenhar a função de encaminhamento a serviços públicos exercida, anteriormente, pelo juiz de menores; c) popularização da Justiça, tendo representantes da comunidade como elo entre as pessoas do povo e o Poder Judiciário (engravatado) e os serviços do governo (inacessíveis); d) resposta à posição policialesca do antigo comissariado de menores. Para

criar o conselho de caráter popular, Paulo Garrido informou ter lembrado da sua visita aos Comitês de Defesa da Revolução (CDRs), existentes em Cuba, que funcionam a cada quadra para mobilizar a população local em defesa de seus interesses.

A comunidade jurídica atualiza as discussões sobre a doutrina empregada no ECA. Nicodemos discute se o que há no ECA é uma justiça juvenil ou uma justiça penal juvenil. Argumenta que o Estado, ao identificar uma conduta errada, pune com a internação, continuando a violar direitos. “O Estado identifica no adolescente a prática de uma conduta que precisa ser retribuída com outro mal, isto é clássico do século XIX”. Ele acredita que deve-se defender o adolescente, como advogado, com todas as ferramentas de defesa que se usa para um adulto. Por isso acredita no termo “Direito juvenil penal”. E critica “o pessoal dos direitos humanos” que acha que não deve ser assim, pois acredita na medida socioeducativa não como medida punitiva.

Conforme afirma Nicodemos, hoje, o principal nome brasileiro que defende a ideia do direito penal juvenil é o juiz aposentado Costa Saraiva, que prega a “incorporação de todas as prerrogativas constitucionais legais do direito penal para garantir, ao adolescente, uma defesa dura e rígida diante dos tribunais” (Carlos Nicodemos, entrevistado em 18/10/2016).

O entrevistado esboça uma crítica à Constituição Federal de 1988, dizendo que “ali entrou de tudo”, o que refletiu nas concepções de justiça do ECA. Exemplifica com o “parágrafo 6.º do artigo n.º 227: “A violência sexual contra criança adolescente será severamente punida”. Nicodemos defende que essa concepção está no campo retribucionista clássico liberal da justiça criminal do século XIX. Afirma que, criminalizando o problema, o foco da ação do Estado se concentra na punição do violador, colocando a criança na posição de elemento probatório de um processo jurídico e não de vítima de uma situação. Centra-se na punição do violador e não nos cuidados com a criança.

Muito embora em outros países haja experiências avançadas em termos de justiça voltada aos jovens infratores⁸⁰, no Brasil a Justiça Restaurativa foi introduzida há menos de 15 anos e, na década de 1990, era pouco conhecida. Segundo Brancher (2014):

A introdução oficial da Justiça Restaurativa no Brasil aconteceu a partir de 2005, através do projeto “Promovendo práticas restaurativas no sistema de Justiça brasileiro”, iniciativa da Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Foram criados três projetos-piloto em Porto Alegre (RS), Brasília (DF) e São Caetano do Sul (SP). Em Porto Alegre tomou forma o Projeto Justiça para o Século 21, articulador de ações interinstitucionais liderados pela

⁸⁰ Na Nova Zelândia, por exemplo, em 1989 foi aprovada a Lei sobre Crianças, Jovens e suas Famílias. São utilizados os *family group conferences* para jovens infratores e para as crianças (OLIVEIRA, 2007).

Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), com o objetivo de difundir a Justiça Restaurativa na pacificação de conflitos e violências, envolvendo crianças, adolescentes e seu entorno familiar e comunitário (BRANCHER, 2014, p. 16).

Encontramos as informações sobre a Justiça Restaurativa no Brasil e no mundo porque Munir Cury, na entrevista, ao citar os nomes de pessoas que sentavam à mesa para discutir sobre o ECA, falou, *en passant*, o nome de “Leoberto”. No momento da entrevista, não nos demos conta e perdemos a oportunidade de perguntar sobre a participação efetiva de Leoberto Brancher⁸¹ nas reuniões. Mais tarde⁸², tivemos a confirmação do nome do juiz de Direito e fomos informados por Munir Cury que, naquela época, Leoberto não contribuíra efetivamente durante o processo de redação da Lei.

De qualquer forma, a citação de Munir Cury ajuda a abordar o tema da Justiça Restaurativa. Leoberto possui notável liderança na implantação desse sistema inovador no Rio Grande do Sul. Inicialmente, interessa perceber que, nos anos 80, pouco se falava sobre o tema. A título de informação, Oliveira (2007) afirma:

A ONU (Organização das Nações Unidas) passou a recomendar a adoção da Justiça Restaurativa pelos Estados-membros através de deliberações tomadas pelo Conselho Econômico e Social, sendo formatadas através de resoluções. Esta regulamentação foi iniciada pela Resolução 1999/26, de 28/07/99, seguindo-se pela Resolução 2000/14, de 27/07/00, e pela Resolução 2002/12, de 24/07/02 (OLIVEIRA, 2007, p. 29).

O Brasil, depois de três anos da publicação da resolução do Conselho Econômico e Social da ONU, reagiu e iniciou projetos-piloto na área da Justiça Restaurativa. Conforme revela Fabiana Oliveira (2007), em sua dissertação de mestrado, o doutor Leoberto Brancher considera as iniciativas de Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude como “berçário”, “laboratório de boas práticas”, pois demonstra disposição para desenvolver e difundir bons exemplos de Justiça baseada em método autocompositivo do conflito penal. O caso do Rio Grande do Sul é exemplar no que tange à tentativa modesta e pontual de se demonstrar a possibilidade de mudança da cultura penal brasileira. O modelo atual é vertical e punitivo. O que se almeja e que poderia evitar a internação de adolescentes e a prisão de adultos seria uma iniciativa “horizontal”, em que vítima e violador, acompanhados de suas famílias e comunidades, encontram-se mediados pelo Poder Judiciário para resolver,

⁸¹ Juiz de Direito da 3.ª Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

⁸² Segundo Munir Cury, “trata-se do doutor Leoberto Brancher, juiz de direito no RS, grande incentivador da Justiça Restaurativa e seu aplicador no âmbito da sua jurisdição. Não houve qualquer interferência ou influência no grupo.” (email ao autor em: 12 mai. 2018).

responsabilizar-se pelo problema, e não como é hoje, para “tirá-lo da frente”, trancafiando o violador como castigo por ter feito algo errado.

Para encerrar este tópico, destacamos o que Mário Volpi contou sobre a época em que era educador de rua, e que sedimenta a convicção sobre a existência da comunidade epistêmica jurídica. Ele disse que, certa vez, esteve na presença de um juiz de direito que procurava desqualificá-lo, nos anos 80, dizendo que ele não tinha estofo para debater a proposição de uma nova lei. Volpi respondeu que fazia questão de manter seus argumentos como educador de rua, para legitimar a ação pedagógica, e que sempre dizia aos juristas que a proposta da nova lei estava muito bem embasada por juristas da mais alta competência. Volpi afirmou que “o repertório acadêmico tínhamos no doutor Munir, no doutor Paulo Afonso, no doutor Fernando Amaral. Tínhamos um repertório acadêmico fantástico dentro daquele grupo de redação” (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Como dissemos anteriormente, os juristas, por mais sensíveis e próximos da população, fazem parte de um grupo apartado. Utilizam a linguagem jurídica como manto que confere oficialidade e seriedade ao texto, criando um hermetismo corporativista, o que faz excluí-los da categoria dos militantes neste trabalho. No entanto, acreditamos que o perfil do jurista hermético é questionado, e que muitos lutam para derrubar a imagem imaculada da Justiça, debatendo interesses e abordagens jurídicas com elementos sociológicos, econômicos e psicopedagógicos, principalmente no campo da proteção dos direitos humanos.

4.1.7 Aspectos dispersos abordados pelos sujeitos da pesquisa

Aqui veremos dois aspectos que possuem teor de avaliação de processo. O primeiro relacionado ao de elaboração e o segundo, ao de implantação do ECA.

4.1.7.1 Comissão de Redação do ECA

Haas (1992) ressalta que uma comunidade epistêmica pode ser temporária e organizada para determinado fim específico. E a irmã Maria do Rosário nos disse que o ECA “ficou solto, ele foi aprovado como todo mundo queria e ele ficou por aí... O grupo mesmo não se reuniu mais” (Irmã Maria do Rosário, entrevistada em 20/12/2016). Não encontramos registros oficiais da Comissão de Redação. Era uma reunião de membros do governo,

militantes, religiosos e juristas, mas sem oficialidade. Os relatos são detalhados, bastante circunstanciados, e revelam com suficiente fidelidade o processo à época. Diversos registros do INDICA-SP ainda não foram sistematizados, o que nos impediu de conhecer as atas das reuniões. Inferimos que estão nesse arquivo, pois Markinhos disse que a irmã Maria do Rosário sempre, no final das reuniões, reunia todos os papéis e os levava consigo. A falta destes registros não permite a inclusão de todos os que mais diretamente contribuíram para a formulação da lei. Por exemplo, vejamos um excerto do texto em que dom Luciano Mendes de Almeida noticia a colaboração do padre Júlio Lancelotti, que teria composto a Comissão:

(...) não me esqueço de sua colaboração com a irmã Maria do Rosário, com Ruth Pistori e com tantos outros para a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente e para as Semanas Ecumênicas do Menor. Tudo isso está escrito no Coração de Deus.⁸³

Sabe-se que o padre Júlio Lancelotti continua lutando pelos direitos humanos, mas não pudemos inferir qual teria sido sua efetiva contribuição para o ECA.

Mário Volpi ressaltou, como elemento facilitador para a Comissão de Redação do ECA, o fato de o Brasil ter acompanhado as discussões da CDC, que ocorreram de 1979 a 1989. O grupo, que propôs o artigo 227.º da Constituição Federal de 1988, ciente do conteúdo e das discussões que se davam no grupo que preparava a convenção internacional, rapidamente incluiu esse consenso em nossa Lei Maior. A Comissão de Redação do ECA não precisou debater o tema jurídico, dada sua incorporação prévia no sistema legal brasileiro.

4.1.7.2 Período que sucedeu a aprovação do ECA

Nicodemos afirma que, após o ECA, talvez tenham sido criadas várias comunidades epistêmicas, o que geraria grande número de pesquisas. Ao exemplificar sua afirmação, disse que há uma, que se reúne em torno da ideia da garantia de direitos no âmbito da Justiça (leia-se Justiça não judiciária, mas da advocacia de direitos); outra mais preocupada com a identidade da criança e do adolescente na perspectiva da participação e do protagonismo; outra ainda composta por aqueles que trabalham o conjunto das políticas públicas no âmbito dos conselhos, entre outras. Ainda em relação ao período após a aprovação do ECA, a pastora Zeni afirmou:

⁸³ Trecho extraído do texto “Meu caro padre Júlio Lancelotti”, de autoria de dom Luciano Mendes de Almeida, 2011) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2101200607.htm>. Acesso em: 26 fev. 2018.

(...) as pessoas não tinham feito a mesma caminhada, estavam em etapas diferentes naquela luta. Acho que isso enfraqueceu um pouco. Eu acho que toda institucionalização enfraquece a mobilização. Desmobiliza. A gente tinha que brigar na prefeitura, tinha que brigar no estado, não era mais na comunidade. (...) Agora, institucionalizou... Aí não é mais um movimento (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

E irmã Maria do Rosário explicou, com relação à atualidade, que “agora tem tanta coisa mexendo, mexendo, que não estou dando conta de ler, você está? Eu não estou. Estão mexendo demais” (Irmã Maria do Rosário, entrevistada em 20/12/2016). Continuando a discussão, a pastora Zeni disse:

Saiu o Estatuto! Mas e agora? O que a gente faz com ele? Tem que divulgar. As pessoas têm que saber o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, a gente achou um jeito, lá no Projeto [PMMR-SBC], de divulgar o Estatuto com um Bloco de Carnaval que sai todas as sextas-feiras que antecedem a semana do Carnaval. Desfilavam lá em São Bernardo, e hoje já estão desfilando em muitas outras cidades, para divulgar, discutir e refletir sobre a questão dos direitos. E isso tudo é feito com a participação da meninada, com a escolha do tema, fazendo as músicas... Então, foi assim, a grande chave pedagógica para ensinar o que era o Estatuto, divulgar o Estatuto, e continuar mantendo isso, porque eles vão atualizando as demandas (Pastora Zeni de Lima Soares, entrevistada em 20/12/2016).

Mário Volpi, sobre as deturpações nos Conselhos Tutelares, citou dois exemplos que ilustram como alguns conselheiros não conheciam os princípios que nortearam a criação do órgão. A ideia inicial era dar maior autonomia e legalidade aos educadores de rua, aos que trabalhavam diretamente na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Hoje, há projeto de lei em tramitação para o conselheiro andar armado, o que vai de encontro à ideia original, pois enxerga no adolescente uma ameaça potencial, dando poder de polícia ao conselheiro. No segundo exemplo, Mário Volpi discorreu sobre as articulações de determinadas igrejas que elegem conselheiros tutelares como projeto político, para ele ganhar visibilidade e, em seguida, candidatar-se a vereador. E conclui: “isso tudo se deveu às deturpações próprias do mundo da vida, das coisas reais, mas se deveu também a uma fraca articulação da sociedade civil para manter os princípios” (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Paulo Garrido evidencia a ausência de consensos na atualidade e tem uma visão datada sobre o ECA:

(...) só devemos compreender o Estatuto à luz do movimento que levou à redemocratização do país, a uma nova Constituição e, logo depois, a uma série de leis que vieram suceder o entulho autoritário. Esse tempo, historicamente, vai se acabando, as pessoas vão se distanciando e as bandeiras são perdidas. Eu acho que para a minha geração, por mais que tenha havido sofrimento, lutar pela redemocratização do país foi uma luta importante, uma luta chamativa, tem um

apelo muito grande. Agora, hoje, nós vamos lutar por quê? Qual é a bandeira de apelo que tem? Tá muito diluído. Tá muito difuso isso (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

A diversidade dos novos movimentos sociais, caracterizados pela luta do reconhecimento das diferenças e minorias (negros, LGBTs, mulher), ou luta por direitos sociais (moradia, reforma agrária), entre outros, contribui para a dispersão das pessoas que não enxergam a questão da infância e juventude como transversal e, portanto, inserida nos outros temas.

No final dos anos 80, a luta pelos direitos da criança era contra um inimigo comum. No caso do MDDCA, era o Estado como o principal violador de direitos. Era o elemento aglutinador, que parece não estar mais na ordem do dia como convicção ou consenso. No caso da luta pelos direitos da criança e do adolescente, o esfacelamento é patente. Diluiu-se a “culpa” pela violação dos direitos na sociedade, na família e na comunidade. Por exemplo, pode-se responsabilizar uma família por “não cuidar bem” dos filhos, deixando-se de lado a percepção de que o Estado não garante moradia, salários dignos e serviços públicos de qualidade, para que a família garanta a criação dos filhos.

O projeto socialista de nação, sonhado no final dos anos 80, foi solapado pelo projeto neoliberal adotado nos governos a partir da década de 1990. Os poderes constituídos do Brasil são pautados pela lei do mercado e manutenção de um Estado mínimo.

Pensando sobre a diluição dos movimentos sociais na atualidade e apresentando um problema contemporâneo, Mário Volpi relatou um vídeo que mostra:

(...) um Conselho Tutelar que vai na casa de uma criança que estava sendo maltratada e tira a criança. Mas tira literalmente! A mãe segurando a criança e o conselheiro puxando a criança, a criança chorando é colocada numa Kombi, e aquilo era colocado como exemplo de proteção. Não é isso! O conselheiro tutelar, que recebeu aquela denúncia de maus-tratos, precisava trabalhar com inteligência pedagógica. Ele vai ter que afastar aquela criança da convivência familiar. Mas só como último recurso. Não é essa a imagem. E nem temporariamente... Não pode afastar o agressor? Por que afastar a criança? É esse o princípio! Então, houve a falta de um... Você provavelmente chamaria de um movimento ou de uma comunidade epistêmica para vigiar o processo de aplicação da lei no mundo real (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Pela segunda vez em sua entrevista, refere-se ao termo *comunidade epistêmica* compreendendo a importância como movimentação de especialistas que mantêm e lutam por um projeto que se traduza em política pública. Percebe que a desmobilização do MDDCA, após a promulgação do ECA, possibilitou um sem-número de desvios em sua implantação que, talvez, não existissem se o movimento, ou as comunidades epistêmicas, ainda permanecessem ativas, mobilizadas em torno da vigilância da aplicação da Lei.

4.1.8 Tabelas com informações obtidas a partir das entrevistas

As tabelas foram elaboradas com a finalidade de iluminar o conteúdo objetivo das entrevistas, oferecendo dados sistematizados sobre as referências epistêmicas dos sujeitos da pesquisa. Fornecem nomes de pensadores, professores, religiosos, juristas, autoridades públicas, organizações sociais, partidos políticos, movimentos sociais que refletem a experiência pessoal e profissional dos entrevistados.

Tabela 03 - Pessoas citadas por Carlos Nicodemos Oliveira Silva

Entrevistado / categorias	Pensadores	Professores / Formadores / Referência Cultural	Político / Autoridade governamental	Movimento Social	Religiosa/o	Jurista	UNICEF	divergentes
Carlos Nicodemos Oliveira Silva	Antonio Gramsci (1891-1937)		Flávia Piovisan (Secretária de Direitos Humanos / referência na área do sistema de direitos humanos internacional)	Volmer do Nascimento (? - 2010, funcionário da FUNABEM, membro da Pastoral de Duque de Caxias/RJ e coordenador estadual do MNMMR)		Dra. Eliana Taíde (defensora falecida)		
	Norberto Bobbio (1909-2004)		Alceni Ângelo Guerra - Ministro da Saúde			Dr. Wanderlino Nogueira Neto (1946-2018)		
			Fernando Collor de Mello (1949 - , foi presidente do Brasil de 1990 a 1992)			Dr. João Batista da Costa Saraiva (juiz aposentado no Rio Grande do Sul)		

FONTE: O autor (2018)

Tabela 04 - Pessoas citadas por frei Betto

Entrevistado / categorias	Pensadores	Professores / Formadores / Referência Cultural	Político / Autoridade governamental	Religiosa/o
Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo)	Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997)	Jorge Amado (1912-2001) Herbert José de Souza - Betinho (1935-1997) Alceu Amoroso Lima (1893-1983, pseudônimo Tristão de Athayde)	Luiza Erundina (1934- , Partido Socialismo e Liberdade) Vicente Paulo da Silva (1956- , Partido dos Trabalhadores) Jair Antonio Meneguelli (1947- , Partido dos Trabalhadores) Paulo Paim (1950- , Partido dos Trabalhadores) Marcelo Crivella (1957- , prefeito do Rio de Janeiro, Partido Republicano Brasileiro) Marina Silva (1958- , presidenciável evangélica, sem partido) Jair Bolsonaro (1955- , presidenciável pelo Partido Social Cristão) José Daniel Ortega Saavedra (1945- , presidente da Nicarágua de 1985 a 1990 e de 2007 até a atualidade) Aldo Arantes (1936- foi presidente da UNE) Vinícius José Nogueira Caldeira Brant (1941-1999) José Genoíno (1946- , foi da JEC) Luiz Inácio Lula da Silva (1945- , foi presidente do Brasil de 2003 a 2010)	Doutora Zilda Arns Neumann (1934-2010, fundadora da Pastoral da Criança em 1983) Gustavo Gutiérrez Merino (1928 -) Leonardo Boff (1938 -) Padre João Batista Libânio (1932 -2014) Ivo e Aloísio Lorscheider (presidentes da CNBB) Dom Adriano Hypólito (bispo torturado em 1976) Padre Marcelo Carvalheira (1928-2017, foi assessor de dom Hélder Câmara, preso em 1969) Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999, perseguido pela ditadura) Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016, foi contra as torturas da ditadura) Padre Camilo Torres Restrepo (1929-1966, foi guerrilheiro na Colômbia) Carlos Mesters (1949- , exegeta bíblico do método histórico-crítico) Padre Miguel d'Escoto Brockmann (1933-2017, foi ministro de Relações Exteriores da Nicarágua) Padre Fernando Cardenal Martínez (1934-2016, foi ministro da Educação da Nicarágua) Padre Ernesto Cardenal Martínez (1925- , foi ministro da Cultura da Nicarágua) Papa Paulo VI (1897-1978, foi Sumo Pontífice de 1963 a 1978) Papa João Paulo II (1920- 2005, foi Sumo Pontífice de 1978 a 2005) Papa Bento XVI (1927- , foi Sumo Pontífice de 2005 a 2013) Papa Francisco (1936- , é o Sumo Pontífice desde 2013) Dom Pedro Casaldáliga (1928-)
FONTE:		O		autor (2018)

Tabela 05 - Pessoas citadas pela irmã Maria do Rosário Leite Cintra

Entrevistado / categorias	Pensadores	Professores / Formadores / Referência Cultural	Político / Autoridade governamental	Movimento Social	Religiosa/o	Jurista	UNICEF	divergentes
Irmã Maria do Rosário Leite Cintra (1936-2018)	Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997)	Camilo (irmão da irmã Maria do Rosário Leite Cintra) Maria Lúcia (coordenava as reuniões nas Semanas Ecumênicas) Míriam (casou-se com padre Cláudio e ajudava nas Semanas Ecumênicas) Salvador (seminarista salesiano que trabalhava com arte e música na abordagem de rua)	Benedita da Silva (1942- , deputada federal) Hélio Pereira Bicudo (1922- , deputado federal)	Benedito Rodrigues dos Santos (foi coordenador nacional do MNMMR)	Padre Joaquim Panini (1926-2014, marista) Padre Cláudio (foi organizador das Semanas Ecumênicas e padre na Lapa/SP) Ruth Pistori (? - 2011) Padre da Bahia que encontra-se na África (não lembrou o nome) Padre Júlio Renato Lancelotti (1948-) Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006)	Dr. Paulo Afonso Garrido de Paula Dr. Jairo Fonseca (em 1995 era vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP e participou dos debates que antecederam o ECA) Dr. Edson Sêda (foi advogado na FUNABEM e compôs a comissão responsável por analisar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que viriam a compor o ECA)	Antonio Carlos Gomes da Costa (1949-2011) Cesare De Florio La Rocca (1937-)	Dr. Alyrio Cavallieri (1921-2012, Juiz de Menor de 1965 a 1975, foi autor do Código de Menores de 1979)

FONTE: O autor (2018)

Tabela 06 - Pessoas citadas por Mário Volpi

Entrevistado / categorias	Pensadores	Professores / Formadores / Referência Cultural	Político / Autoridade governamental	Movimento Social	Religiosa/o	Jurista	UNICEF	divergentes
Mário Volpi	Enrique Dussel (1934- , filósofo argentino, um dos maiores expoentes do pensamento latino-americano)		Marina Bandeira (era a presidente da FUNABEM quando da aprovação do ECA)	Benedito Rodrigues dos Santos (foi coord. nacional do MNMMR)	Padre Bruno Sechi (Belém/PA)	Dr. Edson Sêda (foi advogado na FUNABEM e compôs a comissão responsável por analisar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que viriam a compor o ECA)	Antonio Carlos Gomes da Costa (1949-2011)	Dr. Alyrio Cavallieri (1921-2012, Juiz de Menor de 1965 a 1975, foi autor do Código de Menores de 1979)
	Antonio Gramsci (1891-1937)		Patrus Ananias (1952- , foi prefeito de Belo Horizonte de 1993 a 1997)	Deodato Rivera (foi coord. da Frente Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente)	Irmã Maria do Rosário Leite Cintra (1936-2018, Pastoral do Menor)	Dr. Munir Cury	Cesare De Florio La Rocca (1937-)	
	Jürgen Habermas (1929- , filósofo e sociólogo alemão)				Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006, coordenador da Pastoral do Menor)	Dr. Paulo Afonso Garrido de Paula		
	Emilia Ferrero (1937-)					Dr. Antonio Fernando do Amaral e Silva		
	Madalena Freire							

FONTE: O autor (2018)

Tabela 07 - Pessoas citadas por Markinhos

Entrevistado / categorias	Pensadores	Professores / Formadores / Referência Cultural	Político / Autoridade governamental	Movimento Social	Religiosa/o	Jurista	UNICEF
Markinhos	Antonio Gramsci (1891-1937)	Waldir Martins (estudante de comunicação do Instituto Metodista e educador de rua)	Salvador Allende (1908-1973)	Benedito Rodrigues dos Santos (foi coord. nacional do MNMMR)	Pastora Zeni de Lima Soares (fundadora do PMMR-SBC)	Dr. Wanderlino Nogueira Neto (?-2018)	Mário Volpi
	Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997)	Prof. Luiz Roberto Alves (Faculdade Metodista)	Luíza Erundina (1934-, foi prefeita de São Paulo de 1989 a 1993)	Volmer do Nascimento (foi funcionário da FUNABEM, membro da Pastoral de Duque de Caxias/RJ e coordenador estadual do MNMMR (?-2010))	Irmã Ana Maria de SBC		
	Enrique Pichon-Rivière (1907-1977)	Mônica (ajudou na organização de uma creche dentro do Instituto Metodista)	Luiz Inácio Lula da Silva (1945-, foi presidente do Brasil de 2003 a 2010)		Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006)		
	Lev Semionovich Vygotsky (1896-1934)	Patricia Kay (foi estudante do Instituto Metodista)	Leonel de Moura Brizola (1922-2004)		Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016, foi contra as torturas da ditadura)		
		José Carlos Aguiar Brito (escreveu o livro “A Tomada da Ford - o Nascimento de um Sindicato Livre”, em 1983)	Aron Galante (foi prefeito de SBC de 1983 a 1988)		Padre Bruno Sechi (Belém/PA)		
		Carvalho (membro da família Carvalho de Diadema e do PCBR)	Tito Costa (foi prefeito de SBC de 1977 a 1983)	Tia Jura (liderança popular de SBC)	Padre Ramiro, de Pernambuco		
	Antonio Gramsci (1891-1937)	Engenheiro Lelê (construía prédios públicos pré-moldados)	Fernando Henrique Cardoso (1931-, foi presidente do Brasil de 1995 a 2003)	Maria Stela Santos Graciani (fundadora do MNMMR e Profa. Dra. da PUC/SP)	Padre Batista		
		Reinaldo Bulgarelli (publicou o documento “É Possível Educar na Rua?”)			Jaider Batista da Silva		
	Karl Marx (1818-1883)	Antônio Carlos Gomes da Costa	Fernando Collor de Mello (1949-, foi presidente do Brasil de 1990 a 1992)		Onésimo Genari		
		Irândi Pereira			Meire e Roni (estudantes de Teologia)		
		Patricia Junqueira (foi educadora social de rua em SBC nos anos 80 e Profa. Dra. da EACH/USP)			Bispo Nelson Leite		
		Antonio Carlos Gomes da Costa					
		Gilberto Dimenstein (1956-, jornalista)					

FONTE: O autor (2018)

Tabela 08 - Pessoas citadas por Munir Cury

Entrevistado / categorias	Pensadores	Professores / Formadores / Referência Cultural	Político / Autoridade governamental	Movimento Social	Religiosa/o	Jurista	UNICEF	divergentes
Munir Cury	Rita Gadelha de Sá (já falecida, morava em João Pessoa/PB)	Lídia Galeano Albert Schweitzer (1875-1965, médico e músico) Luiz Gonzaga de Souza Campos (juiz trabalhista)	Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014, foi deputado constituinte de 1987 a 1991)	Benedito Rodrigues dos Santos (foi coord. nacional do MNMMR)	Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006)	Dr. Paulo Afonso Garrido de Paula Dr. Jurandir Marçura		Dr. Alyrio Cavallieri (1921-2012, juiz de menor de 1965 a 1975, foi autor do Código de Menores de 1979)
	Chiara Lubich (1920-2008, criadora do movimento <i>Comunione e Diritto</i>)	Annina Lahalle (brasileira que morava na França e trouxe para o Brasil a ideia da PSC como medida socioeducativa. Pesquisadora do <i>Centre de Recherches Interdisciplinaire de Vaucresson / France</i>)	Maria Inês Bierrenbach (foi Presidente da FEBEM/SP)		Irmã Maria do Rosário Leite Cintra (1936-2018)	Dr. Olímpio Dr. Antonio Fernando do Amaral e Silva (desembargador/SC)		
			Paulo Brossard (1924-2015, foi ministro da Justiça de 1986 a 1989)		Ruth Pistori (?-2011)	Dr. Ademir de Carvalho Dr. Samuel		
			Fernando Collor de Mello (1949, foi presidente do Brasil de 1990 a 1992)			Dr. Aires Brito (ministro do Supremo Tribunal Federal. Fala sobre a categoria jurídica da fraternidade) Dr. Leoberto Brancher (juiz de Caxias do Sul - Justiça Restaurativa) Dr. Edson Sêda (foi advogado na FUNABEM e fez parte da comissão responsável em analisar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que viriam a compor o ECA)		Dr. Liborni Siqueira (juiz de menor/RJ)

FONTE: O autor (2018)

Tabela 9 - Pessoas citadas pela pastora Zeni de Lima Soares

Entrevistado / categorias	Pensadores	Professores / Formadores / Referência Cultural	Político / Autoridade governamental	Movimento Social	Religiosa/o	Jurista	UNICEF	divergentes
Pastora Zeni de Lima Soares	Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997)	<p>Maria Stela Santos Graciani (pessoa central na Pastoral do Menor)</p> <p>Reinaldo Bulgarelli e Sílvia (jovens que aturam nas Semanas Ecumênicas e se tornaram a equipe de abordagem de rua da Pastoral)</p> <p>Ademar (foi secretário em Santo André)</p> <p>Beto (professor em Governador Valadares)</p> <p>Débora (professora em Sorocaba e Rio Claro)</p>	Fernando Collor de Mello (1949- , foi presidente do Brasil de 1990 a 1992)	Joílson de Jesus (menino morto a pontapés, em 1983, no Largo São Francisco/SP, por um procurador de Justiça)	<p>Padre João José Drexel Júnior (1932-)</p> <p>Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006, coordenador da Pastoral do Menor)</p> <p>Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016, criador da Pastoral do Menor)</p> <p>Reverendo João Parahyba Daronch da Silva (1931-2002)</p> <p>Bispo Nelson (Igreja Metodista de São Paulo)</p> <p>Padre Júlio Renato Lancellotti (1948-)</p> <p>Padre Bruno Sechi (Belém/PA)</p> <p>Padre Mesquita</p>	Dr. Ori (juiz do trabalho e assessor da Pastoral)		

FONTE: O autor (2018)

Tabela 10 - Pessoas citadas por Paulo Afonso Garrido de Paula

Entrevistado / categorias	Pensadores	Professores / Formadores / Referência Cultural	Político / Autoridade governamental	Movimento Social	Religiosa/o	Jurista	UNICEF
Paulo Afonso Garrido de Paula	Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997)	Goffredo da Silva Telles Junior (1915-2009, foi professor do Largo São Francisco)	Maria Inês Bierrenbach (Presidente da FEBEM/SP)	Deodato Rivera (coord. da Frente Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente / assessor parlamentar)	Irmã Maria do Rosário Leite Cintra (1936-2018)	Dr. Luiz Antonio Marrey	Antonio Carlos Gomes da Costa (1949-2011)
			André Franco Montoro (1916-1999, governador de São Paulo de 1983 a 1987)		Ruth Pistori (?-2011)	Dr. Doutor Antônio Fernando do Amaral e Silva	Cesare De Florio La Rocca (1937-)
			Teresinha Saraiva (presidente da FUNABEM)		Padre italiano que frequentava a Comissão de Redação	Dr. Edson Sêda (advogado da extinta FUNABEM)	Lídia Galeano
			Ulisses Guimarães (presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1986 a 1988)			Dr. Munir Cury (promotor de Justiça)	
			Ronan Tito de Almeida (1931-, foi senador de 1987 a 1995 por Minas Gerais)			Dr. Jurandir Marçura (promotor de Justiça)	
			Nelson Alves Aguiar (1940-, foi deputado federal de 1987 a 1990 pelo Espírito Santo)			Dr. Antonio Fernando do Amaral e Silva (desembargador em Santa Catarina)	
			Fernando Collor de Mello (1949-, foi presidente do Brasil de 1990 a 1992)				

FONTE: O autor (2018)

Tabela 11 - Organizações citadas por Carlos Nicodemos Oliveira Silva, frei Betto, irmã Maria do Rosário Leite Cintra e Mário Volpi

Entrevistado / organização	Religiosa	SGDCA	Governo / Partido Político / Organização da Sociedade Civil	Internacional	Jurídica
Carlos Nicodemos Oliveira Silva	Associação São Martinho/RJ - Mantida pela Província Carmelitana de Santo Elias	Centro de Defesa da Criança, Dom Luciano Mendes - primeiro Centro de Defesa do RJ ABRAPIA CEAP Centro Brasileiro de Direitos da Criança ANCED CONANDA		Subcomissão de Direitos Humanos da antiga União Europeia ONU	Ministério da Justiça
Frei Betto	CEBI - Centro de Estudos Bíblicos (produziu textos em estilo cordel nas décadas de 1980 e 1990, contando com 100 mil grupos pelo Brasil)		Partido dos Trabalhadores (PT) União Nacional dos Estudantes (UNE)		
Irmã Maria do Rosário Leite Cintra (1936- 2018)	Colégio Patrocínio de Itu Colégio Dom Bosco (Salesianos) Pensionato <i>auxilium</i> Colégio Auxiliadora do Belém				
Mário Volpi	Santas Casas de Misericórdia Ações Sociais Arquidiocesanas Pastoral do Menor Pastoral da Criança Casa de Retiros Assumpção (onde ocorriam reuniões do grupo de redação do ECA, convocadas por Deodato Rivera)		FUNABEM FEBEM FUCABEM (Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor) Fórum DCA	UNICEF	

FONTE: O autor (2018)

Tabela 12 - Organizações citadas por Markinhos

Entrevistado/ organização	Religiosa	Empresa / Governo / Partido Político	Sociedade Civil	Internacional	Universidade
Markinhos	Pastoral do Menor	Pizzaria Rodízio Balan	INDICA-DF	UNICEF	Centro de Memória
		Bradesco	INDICA-SP		Popular da Faculdade
	Igreja Metodista	Conselho Tutelar	Sindicato dos Metalúrgicos		Metodista
		Distrito Policial	Fundo de Greve		
	Igreja Matriz de SBC	FUBEM	Grupos Guerrilheiros da Colômbia, Uruguai,		Universidade
		FEBEM de Minas Gerais	Argentina, El Salvador		Bandeirante de São
		Associação Comunitária de SBC	Associação Comunitária da Favela do Macuco		Paulo - Uniban
	Pastoral do Menor	CEASA	Favela Sacadura Cabral - Santo André		
		COBAL	Fórum DCA		Pontifícia Universidade
		PCBR - Partido Comunista Brasileiro	Aldeias Infantis		Católica (PUC) de
		Revolucionário	Frente Brasil Popular		Goiás
		PCB - Partido Comunista Brasileiro	MST		
		Prefeitura Municipal de SBC	CUT		
		Secretaria de Assistência Social - SAS	Central dos Movimentos Populares		
		BNDES	Povo Sem Medo		
		FUNABEM	MTST		
		<i>Save the Children</i>	CONCLAT		
		Anistia Internacional	Centros de Formação do MNMMR		
			Cenpeq		

FONTE: O autor (2018)

Tabela 13 - Organizações citadas por Munir Cury, Pastora Zeni de Lima Soares e Paulo Afonso Garrido de Paula

Entrevistado / organização	Religiosa	Governo / Partido Político / Sociedade civil	Internacional	Universidade
Munir Cury	Pastoral do Menor	FEBEM	UNICEF	
Pastora Zeni de Lima Soares		FUNABEM FEBEM Ministério de Ação Social Casa das Meninas (Recife/PE) República do Pequeno Vendedor (Belém/PA)	UNICEF	
Paulo Afonso Garrido de Paula		FEBEM Fundação CASA FUNABEM Associação Pestalozzi MNMMR Pastorais Sociedade Brasileira de Pediatria	UNICEF	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

FONTE: O autor (2018)

4.1.8.1 Brevíssima análise das tabelas 03 a 13

Seria equívoco metodológico basear a análise das tabelas pela quantidade de citações de nomes de pessoas e instituições, pois não adotamos métodos quantitativos na pesquisa e, principalmente, por não aferirmos amostragem.

Decidimos colecionar os nomes de pessoas e organizações citadas pelos entrevistados para categorizá-los, na tentativa de perceber algum tipo de característica marcante do período estudado. É o que analisaremos a seguir.

Observando os nomes de pensadores citados, verificamos a influência de Paulo Freire e de Antonio Gramsci na atividade dos sujeitos pesquisados. Ambos os pensadores se inspiraram no método marxista, cujo criador também foi citado.

Foram citados outros pensadores que influenciaram a geração dos anos 80. Vygotsky teorizou sobre a educação e a psicologia, optando pelo método dialético marxista e adotando princípios teóricos como os conceitos marxistas de “mediação” e “atividade”, por exemplo. Habermas atualizou a teoria marxista, criticando o excesso de realismo do método criado por Marx, considerando as novas relações criadas no capitalismo tardio. Norberto Bobbio desenhou uma síntese democrática entre liberalismo e socialismo. Enrique Dussel, por meio do método marxista, colocou o “povo” em lugar de destaque, definindo-o como substância da cultura latino-americana.

Em síntese, o método marxista estava presente em tudo e todos ao lado dos “excluídos” nos anos finais da Guerra Fria. Era um mundo polarizado entre os simpatizantes do capitalismo (direita) e do socialismo (esquerda). Nitidamente, os que lutaram pelos direitos humanos da criança e do adolescente no Brasil dos anos 80 estavam à esquerda.

Estamos seguros de que outros pesquisadores poderão aproveitar as tabelas para distintos fins, percebendo o que fugiu ao nosso olhar.

4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Partimos de duas fontes documentais para encontrar referências históricas que criassem o lastro fenomenológico da presente pesquisa: documentos colecionados por pessoas e organizações que participaram do processo de formulação do ECA e a imprensa oficial.

4.2.1 Acervos particulares

Dos arquivos físicos identificados, não coletamos praticamente nenhum material. No caso do INDICA-SP, parece haver um exacerbado sentimento de posse por parte de sua diretoria. A centralização exercida pela irmã Maria do Rosário se, por um lado, foi positiva para a reunião e conservação do material, por outro colocou o acervo em risco, à medida que, recentemente, fora afastada por motivos de saúde e terminou falecendo. Tememos que setores mais tradicionais da igreja católica queiram retomar a casa e acabem se desfazendo do material, o que foi evitado pela irmã em anos anteriores. Conforme afirmou Paulo Garrido, “as reuniões da Comissão de Redação não têm ata. Quem tem o melhor acervo em relação a documentos históricos relacionados a isso é a irmã Maria do Rosário” (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

De todo o acervo, vimos e gravamos, em vídeo, algumas fotos e temos uma lista com as datas, local, tema e “ponto forte” - ou assunto mais importante tratado - das Semanas Ecumênicas.

Analisando a tabela abaixo percebe-se a mudança da terminologia utilizada nos temas dos encontros para se referir à criança. Do ano de 1981 até 1988, utilizou-se a palavra “menor”. Curiosamente, em 1988 surge a noção dos direitos humanos no título “Direitos dos Menores - direito de Deus”, mas ainda permanece o termo “menor”. A partir de 1989, a palavra “criança” aparece para substituir a palavra “menor” no título “Criança prioridade absoluta”, e, finalmente, em 1990, ano da aprovação do ECA, o tema da Semana Ecumênica trouxe todo o sentido da nova lei, com o tema “Criança e adolescente: direito à cidadania”. Esta breve análise demonstra como a mudança terminológica empregada na escolha do título dos eventos e, conseqüentemente, na escolha de seu tema central, evidencia a mudança de paradigma proposta pelos debates do final dos anos 80, coroados com a aprovação do ECA.

As Semanas Ecumênicas tornaram-se referência, inicialmente, na discussão sobre o “problema do menor”, e no decorrer do processo, nos debates sobre a formulação do ECA. A organização do material que se encontra no INDICA-SP e sua análise demonstrariam as principais pessoas envolvidas nas discussões e debates e quais as efetivas contribuições para o processo de formulação da lei.

Tabela 14 - Lista das 12 Semanas Ecumênicas - de 1981 a 1992

Data	Local	Tema	Ponto forte
08 a 15/11/81	Colégio Cristo Rei/SP	A Comunidade e a educação do menor	Lançamento da nova proposta
10 a 17/10/82	Colégio Cristo Rei/SP	Transformar-se para transformar	Um desafio metodológico
09 a 16/10/83	Colégio Arquidiocesano/SP	Nós queremos viver	Dar voz à vítima da crise
07 a 11/10/84	Colégio Arquidiocesano/SP	A Boa Nova e o Menor	Estudo Teológico-Bíblico
17 a 24/11/85	Colégio Agostiniano Mendel/SP	A Cidade e o direito do menor	Lançamento do
05 a 12/10/86	Centro Pastoral São José/SP	Menor Profeta... desafia nosso compromisso	Temário dos direitos Constituinte e CF 87
12 a 15/11/87	Centro Pastoral São José/SP	Nascemos para a vida. Por que morrer tão cedo?	Análise de conjuntura
03 a 6/11/88	Centro Pastoral São José/SP	Direitos dos Menores, direito de Deus	Elaboração da Nova Legislação
14 a 17/09/89	Centro Pastoral São José/SP	Criança, prioridade absoluta	Criança e Cidade / Sociedade e Ética
16 a 22/09/90	Centro Pastoral São José/SP	Criança e adolescente: direito à cidadania	Planejamento da década
26 a 29/09/91	Centro Pastoral São José/SP	Na luta pela vida - renovar a esperança	1º Aniversário do ECA - Sujeito de Direitos
09 a 13/12/92	PUC - Marquês de Paranaguá/SP	500 anos... É hora de fazer a nossa história	História - Revendo o ECA

FONTE: O autor (2018)

O material da TXAI - Consultoria e Educação, colecionado por Reinaldo Bulgarelli, durante seus anos de atuação no MDDCA, não conhecemos por dificuldade de agendas. Reinaldo migrou, profissionalmente, para a defesa dos direitos de gênero, trabalhando na universidade, em organizações da sociedade civil e empresas, com o tema da diversidade. É uma pessoa muito ocupada. Por telefone, disse que o material que possui sobre os anos 80 está dentro de caixas fechadas e que precisaríamos abri-las para encontrar algo de interesse para a pesquisa. Talvez, em um futuro próximo e com o objetivo de reunir material iconográfico para o vídeo-documentário sobre o tema, voltemos a procurá-lo.

A pastora Zeni enviou, por email, material utilizado nos anos 80 para formação de educadores de rua, no qual consta a bibliografia de referência para a época. Futuros estudos que tenham a intenção de mergulhar nas águas profundas de cada comunidade epistêmica discriminada no presente trabalho terá esse material como fonte importante de pesquisa.

4.2.2 Sistema de Informação do Cidadão - SIC

Apesar de distintas pessoas serem apresentadas como membros da Comissão de Redação do ECA, em nenhuma das entrevistas surgiu qualquer referência à nomeação oficial da Comissão. A partir do depoimento de Paulo Garrido, sabe-se que ela foi criada pelo Fórum DCA, mas não temos documentos que comprovem sua oficialização ou composição.

No início do mês de junho de 2017, mantivemos contatos telefônicos com o Senado Federal, e descobrimos que o melhor lugar para encontrar uma informação oficial sobre a nomeação da Comissão seria a biblioteca do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Por telefone falamos com a bibliotecária, que orientou a fazer o pedido oficialmente via Sistema de Informação do Cidadão - SIC. Após cadastramento no sistema, solicitamos informação no dia 02 de junho de 2017:

Para a redação do Projeto de Lei, que originou o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi composta, dentro do Ministério da Justiça, uma Comissão de Redação. Conheço alguns membros [Benedito Rodrigues dos Santos, Paulo Afonso Garrido de Paula, Munir Cury, irmã Maria do Rosário Leite Cintra, Edson Sêda de Moraes]. Como pesquisador da Universidade de São Paulo, preciso de um comprovante oficial da constituição e funcionamento da referida Comissão. Pode ser o ato constitutivo da Comissão, pode ser uma ata de reunião assinada pelos membros, algo que comprove sua existência. Agradeço antecipadamente. Marco Maida (Sistema de Informação do Cidadão, 2. jun. 2017).

Em 22 de junho de 2017 recebemos a seguinte resposta:

Prezado Senhor, em atenção à sua demanda por informação, encaminhamos arquivo(s) anexo(s) contendo a resposta elaborada pela Unidade responsável pelo tema/assunto da demanda. Registre-se que, conforme o Decreto nº 7.724/2012, art. 21, nos casos de: - Negativa de acesso à informação; ou - Não fornecimento das razões da negativa do acesso, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão. O órgão deverá apreciar o Recurso no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação. Atenciosamente, Serviço de Informação ao Cidadão -SIC/MJ (61) 2025-3949 (Ofício n.º 119/2017/CGAB/SAL-MJ).

Os anexos citados na mensagem são:

- Portaria GM/MJ nº 602, de 08 de novembro de 1989 (4564424), que constitui e nomeia representantes para Comissão com o objetivo de “analisar e oferecer sugestões aos projetos de lei em curso no Congresso Nacional, que visam substituir o Código de Menores” (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979);
- Portaria GM/MJ nº 76, de 08 de fevereiro de 1990 (4564435), que altera a Portaria GM/MJ nº 602, de 1989; e
- Portaria GM/MJ nº 281, de 06 de abril de 1990 (4564449), referente a alteração da Portaria GM/MJ nº 602, de 1989;
- Ofício de resposta MJ - 4564456 (Ofício n.º 119/2017/CGAB/SAL-MJ).

No ofício n.º 119/2017/CGAB/SAL-MJ, do dia 21 de junho de 2017, encaminhado, por email, no dia 22 de junho de 2017, além da lista dos documentos encontrados, lê-se a seguinte mensagem:

Ressalte-se que nenhuma das normas faz referência aos membros citados no pedido, e que não foi localizado nenhum outro ato normativo que apresente tal informação. Encaminhamos também o histórico de publicações (4561320) nos Diários Oficiais das discussões no Congresso Nacional referentes ao Projeto de Lei do Senado nº 193 de 1989 (nº 5.172, de 1990, na Câmara do Deputados), convertido na Lei nº 8.069, de 1990, que “*Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*” (Ofício n.º 119/2017/CGAB/SAL-MJ).

Entendemos por “nenhuma das normas faz referência aos membros citados no pedido” como informação não verdadeira, pois encontramos os nomes de Edson Sêda de Moraes e da irmã Maria do Rosário Leite Cintra, representante da CNBB, na Portaria GM/MJ 602, de 8 de novembro de 1989, conforme se verifica abaixo:

O Ministério de Estado DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve: N.º 602 - Constituir comissão presidida pelo Doutor JOÃO BENEDICTO DE AZEVEDO MARQUES, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, e integrada pelos seguintes membros: Doutor JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO, representante do Conselho Federal da OAB; Doutor EDSON SEDA DE MORAES, representante da FUNABEM; Doutor ANTONIO FERNANDO DO AMARAL E SILVA, Juiz de Direito de Blumenau (SC); Doutor JURANDIR ROBERTO MARÇURA, Promotor de Justiça em São Paulo; Doutor WILSON BARREIRA, Juiz de Menores em São Paulo; Doutor LIBORNI SIQUEIRA, Juiz de Menores do Rio de Janeiro; e Irmã MARIA DO ROSÁRIO LEITE CINTRA, representante da CNBB, para analisar e oferecer sugestões aos projetos de lei em curso no Congresso Nacional, que visam substituir o Código de Menores (Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979), no prazo de 90 (noventa) dias. A fim de prestar assessoramento à comissão fica designada a Doutora CLÁUDIA LIMA MARQUES, Assessora do Ministério da Justiça. Os trabalhos serão secretariados pela Doutora MARIA JOSEFINA BECKER, Subsecretária de Classificação Indicativa da Secretaria dos Direitos da Cidadania (DCN, 1989, p. 5800, grifo nosso).

Outras normas podem não ter sido encontradas por motivo de divergência entre o nome informado e o nome que consta nos documentos. Houve, a 16 de janeiro de 2018, nova pesquisa no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (protocolo n.º 08850000249201853) para verificar a hipótese acima. No dia 1º de fevereiro de 2018 recebemos resposta negativa. De qualquer forma, o documento encontrado na primeira pesquisa ratifica a presença oficial de um dos sujeitos desta pesquisa (irmã Maria do Rosário Leite Cintra) na Comissão nomeada pelo então Ministério da Justiça, conferindo credibilidade adicional ao presente trabalho.

A portaria GM/MJ 76, de 8 de fevereiro de 1990, apesar de ter sido editada exatamente no dia em que findava o prazo da portaria GM/MJ 602, que instituiu a Comissão, apenas faz duas substituições, sendo incluídos o doutor HAROLDO FERREIRA, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, na qualidade de membro, e a Doutora MYRIAM BRÉA HONORATO DE SOUZA, coordenadora do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, como secretária. Foram desligadas do Ministério da Justiça a doutora CLÁUDIA LIMA MARQUES, assessora do Ministério da Justiça, e a doutora MARIA JOSEFINA BECKER, subsecretária de Classificação Indicativa da Secretaria dos Direitos da Cidadania. E a Portaria GM/MJ 281, de 6 de abril de 1990, refere a dispensa, a pedido, do doutor JOÃO BENEDICTO DE AZEVEDO MARQUES da presidência da Comissão.

Diante dos documentos informados, fica a dúvida sobre quem teria assumido a presidência da Comissão e quando ela teria sido oficialmente dissolvida. Fiz nova solicitação de informações não respondida até a presente data.

Com relação ao histórico de publicações da Imprensa Oficial, verificamos questões gerais e outras de ordem epistemológica.

Além do texto do projeto na íntegra, foram colecionados e enviados todos os registros das sessões do Senado Federal em que o projeto foi discutido. A leitura das sessões nos propicia uma viagem no tempo, visualizando os senadores na tribuna, ora defendendo, ora criticando o projeto. A tramitação de três projetos simultaneamente se por um lado reforça a ideia de democracia, por outro explicita a coexistência de grupos antagônicos. Na sessão de discussão do Projeto de Lei n.º 193/89, presidida pelo senador Pompeu de Souza, no mês de abril de 1990, o senador Nelson Carneiro fez a seguinte afirmação:

O SR. NELSON CARNEIRO - Realmente coube-me apresentar, como projeto de lei, um trabalho elaborado por Juízes e Curadores de Menores de todo o País. Esse projeto diverge, em muitos pontos, da colocação afinal aprovada pela Comissão encarregada, mas eu não luto pelo projeto, porque acho que alguns de seus dispositivos já foram incorporados ao substitutivo da Comissão, que mostra o interesse com que a Comissão estudou o assunto. (...) De modo que não critico o trabalho, que realmente é digno de louvores. Acho até que pode ser melhor do que aquele que tive a honra de apresentar em nome dos juízes e curadores de menores. Mas acho que nem por isso está imune de observação e comentário, que pode ser feito com o maior espírito público e com o propósito de colaborar para uma boa lei (BRASIL, 1990, p. 1438).

O senador Nelson Carneiro mostra-se convencido de que o projeto de Ronan Tito era melhor do que o apresentado por ele, e declara estar satisfeito com o fato da Comissão ter “incorporado” alguns dispositivos do seu projeto.

Havia três projetos de lei relativos ao menor tramitando no Senado em 1989; o projeto apresentado por Ronan Tito (n.º 193/89), que propunha a substituição do Código de Menores pelo ECA; o projeto apresentado pelo senador Nelson Carneiro (n.º 255/89), que apresentava um novo Código de Menores, e o terceiro (n.º 279/89), apresentado pelo senador Márcio Lacerda, que alterava os artigos 32.º e 34.º da Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Código de Menores), adaptando-os aos artigos 226.º e 227.º da nova Constituição.

No texto original do Projeto de Lei n.º 193/89 houve algumas alterações pela Comissão criada pelo presidente do Senado, Nelson Carneiro, em plenário, no dia 1º de setembro de 1989, de acordo com o artigo 374.º do Regimento Interno, que ficou conhecida, entre os parlamentares, como “Comissão Temporária Código do Menor”. O relator-geral da Comissão foi o senador Francisco Rollemberg, e das trinta e cinco emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 193/89, dez foram apreciadas pelo senador Wilson Martins e vinte e cinco pelo senador Louremberg Nunes Rocha. Não foi apresentada nenhuma emenda aos Projetos de Lei n.º 225/89 e n.º 279/89. Em seu relatório, o senador Francisco Rollemberg afirma:

A Comissão reuniu-se no decorrer do segundo semestre de 1989, quando ouviu juízes de menores, sociólogos, pedagogos, diretores de instituições assistenciais e outras personalidades interessadas em contribuir para o aprimoramento da legislação de proteção à criança e ao adolescente (DCN, 1990, p. 880).

Diante dessas informações, percebe-se que duas comissões oficiais trabalharam na redação da lei. A primeira, nomeada pelo presidente do Senado em 1º de setembro de 1989, e a segunda pelo ministro da Justiça, em 8 de novembro de 1989. O fragmento de relatório, apesar de não explicitar o contato oficial entre as duas, indica a influência da comunidade de especialistas da área da infância e juventude (“juízes de menores, sociólogos e pedagogos”) sobre o texto da lei.

O fato de a comissão de especialistas ter sido criada pelo Ministério da Justiça, quando os projetos de lei já tramitavam no Senado, enseja a interpretação lógica de um artifício utilizado pelos especialistas de constituir um mecanismo oficial de acompanhamento da “queda de braço” que poderia ocorrer entre os diametralmente opostos projetos em trânsito no Congresso Nacional. E parece que toda pressão criada pelo grupo de especialistas envolvidos na redação da lei deu certo. Referindo o Projeto de Lei n.º 193/89, o relator da “Comissão do Menor” afirmou que “desde o início dos trabalhos desta Comissão este projeto mereceu a preferência dos diversos segmentos da sociedade” (DCN, 1990, p. 880). O grupo de juristas que queria reformar o Código de Menores utilizou uma estratégia mais comum, embasada no

uso do poder instituído, tentando vencer no jogo político ao apresentar seu projeto por meio do presidente do Senado, Nelson Carneiro. Também optou por uma reforma “fechada”, dentro dos cânones da Justiça, como evidenciamos no relatório da Comissão do Menor:

O Projeto de Lei n.º 255, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro, sucinto e objetivo, está condensado em 144 artigos. Sua Parte Geral, que corresponde ao Livro I, compreende os arts. 1 a 100. A Parte Especial, relativa ao Livro II, reúne os demais artigos. O enfoque desse projeto é eminentemente jurídico. Trata da aplicação da lei, da autoridade judiciária, das entidades de assistência e proteção ao menor, das medidas de assistência e proteção, das infrações, do registro civil, do trabalho do menor, do processo e dos procedimentos especiais. A filosofia desse projeto é, portanto, bem próxima do código vigente (DCN, 1990, p. 880).

Para verificar como a “Comissão do Menor” parecia estar convencida da diferença entre as duas propostas e, por que não dizer, demonstrou preferência à proposta do ECA, deve-se destacar mais um trecho do parecer:

O PLS n.º 193, de autoria do Senador Ronan Tito, dispõe sobre normas de proteção à criança e ao adolescente através de 282 artigos. Conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente, esse projeto divide-se em dois livros: o primeiro, com 82 artigos, compreende a Parte Geral; o segundo, com os demais artigos, compreende a Parte Especial. Esse projeto inova em relação ao anteriormente citado, pois enfatiza o aspecto socioeducativo, sem descurar do jurídico. Estabelece políticas de atendimento e proteção ao menor que mobilizam a sociedade para sua execução. Cria conselhos de defesa da criança e do adolescente em nível nacional, estadual e municipal (art.85). Prevê a instituição de conselhos tutelares com a finalidade de assegurar os direitos da criança e do adolescente (arts. 130 a 151) (DCN, 1990, p. 880, grifo nosso).

A expressão “sem descurar do jurídico” possui a intenção de responder às críticas mais austeras de juristas da época, que não aceitavam especialistas de outras áreas atuarem como assessores no processo de formulação da lei, embutindo ideias que “destituíam” o juiz de menor de seu trono absoluto, no qual sempre encaminhou, à revelia, os jovens desajustados para entidades assistenciais de recuperação.

O texto do Projeto de Lei n.º 193/89 foi publicado na íntegra, no Diário do Congresso Nacional no dia 1º de julho de 1989, o que possibilita uma comparação artigo por artigo com o texto aprovado no ano seguinte. No presente trabalho, não o estudamos, premidos pelo tempo. Mas uma primeira comparação estrutural entre o Projeto de Lei n.º 193/89 e o ECA aprovado evidencia uma diferença de 15 artigos. O projeto de lei possuía 282, e o ECA foi aprovado com 267. O que não significa uma simples supressão dos artigos. Houve adaptações de conteúdo que unificaram alguns ou eliminaram aqueles que se mostravam contraditórios.

No final do projeto de lei publicado no Diário do Congresso Nacional, há um texto denominado “Justificação”, escrito pelo senador Ronan Tito e dirigido à Comissão de Assuntos Sociais do Senado. O mesmo texto foi lido pelo senador em sessão plenária. Nele, encontramos trechos, que recolhemos abaixo, para servir de objeto de análise neste estudo:

(...) a chama da esperança nunca se apagou de todo em nossa terra. Um dos mais eloquentes exemplos disso é o ocorrido na área dos que vêm lutando pela promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, eis que temos hoje um avançado capítulo sobre esses direitos na nossa Constituição. Ele resultou da fusão de duas emendas populares que trouxeram ao Congresso as assinaturas de quase duzentos mil eleitores de todo o País, e de mais de um milhão e duzentos mil cidadãos-criança e cidadãos-adolescentes, numa mobilização inédita da sociedade, envolvendo milhares e milhares de crianças e jovens, no Congresso e em várias capitais (DCN, 1989, p. 3455).

No texto importa perceber como o legislador está convencido da concepção jurídica de “sujeito de direito”, quando utiliza as expressões “cidadãos-criança” e “cidadãos-adolescentes” - expressões linguísticas inovadoras - para sintetizar a ideia de que crianças e adolescentes passariam, depois de aprovado o ECA, a ter vez e voz, a serem atrizes e atores sociais com vontade política, como foi demonstrado com as mobilizações na coleta de assinaturas. Mais adiante, Ronan Tito ressalta:

O texto que ora temos a honra de apresentar assenta a raiz do seu sentido e o suporte de sua significação em três vertentes que raras vezes se entrelaçaram com tanta felicidade em nossa história legislativa. Ele emerge do encontro sinérgico de pessoas e de instituições governamentais e não governamentais representativas da prática social mais compromissada com a nossa infância e juventude, do mais sólido conhecimento científico na área e finalmente da luz da melhor e mais consistente doutrina jurídica. Na elaboração desta proposta legislativa trabalharam, diretamente, a partir de outubro passado: um competente e dedicado grupo de juristas; abnegados representantes de entidades não governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente, articulados no Fórum DCA; assessoria jurídica da Presidência da Funabem. Foram importantes ainda as contribuições de pessoas das mais diversas competências e instituições em todo o País (DCN, 1989, p. 3455, grifos nossos).

O trecho é de fundamental importância para a comprovação da hipótese da presente pesquisa. Mesmo sem citar todos os nomes e organizações, com exceção do Fórum DCA e FUNABEM, o legislador enuncia os três grupos presentes na formulação da lei, sendo possível perceber, mais nitidamente, a presença dos trabalhadores sociais (prática social mais compromissada com a nossa infância e juventude), da comunidade científica (conhecimento científico) e dos juristas (doutrina jurídica). A expressão “encontro sinérgico de pessoas” denota a reunião de cidadãos e cidadãos que produziram algo maior do que a soma de competências, dando a sensação de grandeza, como numa fissão nuclear que libera energia de

forte intensidade, desproporcional ao seu tamanho e peso. A análise das entrevistas desta pesquisa possibilitou a classificação destes grupos como comunidades epistêmicas que, por um momento dado, se articularam, criando a potência revolucionária, como observamos no excerto abaixo:

(...) Este projeto de “Estatuto da Criança e do Adolescente”, que regulamenta o novo direito constitucional de mais da metade da população brasileira, significa uma verdadeira revolução copernicana: ao contrário da legislação ainda vigente, porém, já inconstitucional, ele se sustenta sobre dois pilares básicos - a concepção da criança e do adolescente como Sujeitos de Direitos, e a afirmação de sua Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento (DCN, 1989, p. 3455, grifos nossos).

No fragmento, o senador demonstra, com a eloquência própria dos discursos políticos, sua compreensão sobre o que o ECA significaria para a história do país, designando sua futura aprovação como uma “revolução copernicana”. Lembremos que o astrônomo Nicolau Copérnico foi quem propôs a teoria heliocêntrica, que negava frontalmente o geocentrismo. Entende-se a metáfora utilizada por Ronan Tito como um alerta aos representantes do povo com quem dividia o Senado de que o que estava por vir alteraria o rumo da história, negando radicalmente o que vinha sendo feito até o momento. E pontua os dois princípios norteadores da nova política pública que desenharia a partir da aprovação do ECA; o primeiro, de cunho jurídico (sujeito de direito), e, em seguida, um conceito com origem na psicologia e na pedagogia do século XX (condição peculiar de pessoa em desenvolvimento). E o texto de justificação continua, citando importante personagem da cena da época:

Juiz de Menores e Professor Titular da Cadeira de Direito do Menor da Universidade Regional de Blumenau, Dr. Antônio Fernando do Amaral e Silva (que representou o Brasil, a convite das Nações Unidas, nos encontros latino-americanos - Caracas e Montevideu - e da comunidade lusofônica - Lisboa - como preparação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança) (...) Em Lisboa, Caracas, Helsinque, nos encontros preparatórios para a aprovação da Convenção, o texto constitucional brasileiro suscitou justificadamente não somente o interesse como principalmente o respeito e a admiração de representantes de dezenas de nações, em que pese o reconhecido hiato que ainda separa entre nós o país legal do país real - hiato que é destinação deste Estatuto contribuir decisivamente para eliminar (DCN, 1989, p. 3456, grifo nosso).

O trecho documenta o papel relevante de interlocutor que o doutor Antonio Fernando do Amaral e Silva desempenhou no campo internacional, acompanhando as discussões preparatórias para a redação da Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovado em 1989. A interlocução foi um dos elementos responsáveis pela aproximação conceitual entre a Convenção e o ECA (1990). Declara que o doutor Amaral levou aos debates o texto da

Constituição Federal de 1988, que referem os direitos da criança e do adolescente, o que causara respeito e admiração pelo processo de redemocratização brasileiro. Vejamos mais um fragmento:

(...) ele [o projeto de lei] será aperfeiçoado durante sua tramitação, pois haverá de receber a contribuição de parlamentares de todos os partidos, de juristas, advogados, cientistas, técnicos, educadores, administradores, trabalhadores e agentes sociais, servidores da área de segurança pública, religiosos, defensores e promotores dos direitos da criança e do adolescente, tanto governamentais como não governamentais. (...) Elaborado por milhares de mãos, este projeto recebeu subsídios de inumeráveis pessoas e instituições. Portanto, ele não tem dono. Pertence às crianças e aos adolescentes deste País (DCN, 1989, p. 3456, grifos nossos).

Novamente, o legislador refere diferentes atrizes e atores sociais que concorreriam para o aperfeiçoamento da lei, não se esquecendo, desta vez, dos religiosos, que tiveram papel fundamental em todo o processo de formulação do ECA. A enumeração repetitiva desses elementos e a expressão “elaborado por milhares de mãos” têm como pano de fundo o processo brasileiro de redemocratização iniciado em 1985, cuja principal missão era retomar o Estado democrático de direito como forma de eliminar a opressão vivida durante 20 anos de ditadura militar. Ao final do texto, o legislador comenta:

Num dos muitos eventos onde se debateu em todo o País o presente projeto em suas diversas fases de elaboração, alguém observou ser ele “uma pequena Constituição”, referindo-se ao fato de abarcar mais da metade da população brasileira, e de abranger uma multiplicidade de aspectos (DCN, 1989, p. 3456, grifo nosso).

Destaque-se do texto a referência aos eventos nos quais o projeto foi discutido, mais uma vez, evidenciando a função do ECA ser o produto de uma movimentação do país em busca da democracia. Dada a importância de ter sido um projeto de lei engendrado dentro dos trilhos da redemocratização, e que garantiria os direitos de mais da metade da população, o legislador afirma que sua aprovação poderia alterar, significativamente, a história do país.

Para fins do presente trabalho, o discurso do senador Mauro Benevides, representando o senador Ronan Tito na sessão de discussão do Projeto de Lei n.º 193/89, que consta no Diário do Congresso Nacional do dia 25 de abril de 1990, revela importantes pontos. Nele, o senador esclarece a audiência sobre a doutrina jurídica que orientou a formulação da lei, e as concepções teóricas que sustentam o texto:

Eu me permitiria lembrar neste instante, que a doutrinação orientadora que presidiu a elaboração deste projeto se inspirou na doutrina sociojurídica da proteção integral, da Organização das Nações Unidas; e essa doutrina sociojurídica de proteção

integral acha-se consubstanciada nas seguintes alíneas: a) Valor inestimável de toda pessoa em desenvolvimento, valor intrínseco como ser humano; valor prospectivo por ser portadora da continuidade do seu povo e da espécie; b) Cidadania especial; c) Merecedora de proteção integral; d) Merecedora de políticas específicas e prioritárias de promoção em defesa de direitos. Os direitos a assegurar, Sr. Presidente, com base nos dispositivos constitucionais, agora citados, são: **o direito Capital** (direito à absoluta prioridade), **os direitos vitais** (vida, saúde, alimentação, lazer/direito de brincar/ convivência familiar e comunitária), **os direitos humanos** (respeito, dignidade, liberdade; outros contemplados no art. 5º), **os direitos sociais** (creche e pré-escola; educação; cultura; esporte, assistência social; proteção no trabalho; profissionalização), **os direitos fundamentais** (todos os previstos no art. 5º - Direitos e Garantias Fundamentais - que se aplicam aos cidadãos menores de 18 anos), **os direitos políticos** (cidadania especial, credora de deveres do Estado; voto facultativo aos 16 anos de idade) e **os direitos especiais** (assistência, criação e educação por parte dos pais - art. 229 -; proteção especial quando ameaçado ou vitimizado; inimputabilidade penal até os 18 anos de idade (BRASIL, 1990, p. 1458-1459).

No excerto constata-se a influência direta que a legislação brasileira recebeu das orientações preconizadas pela ONU, quando o senador elenca as alíneas da doutrina sociojurídica adotada para a formulação do ECA e que nortearam o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Importante transcrever a sequência do discurso, pois são reveladas as mudanças que ocorreriam com a aprovação da nova lei:

No que concerne às concepções sustentadoras, gostaríamos de ressaltar, Sr. Presidente, os sujeitos de direitos, as pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, os destinatários de absoluta prioridade. E, além disso, teríamos que mencionar inapelável as áreas básicas da transição operada para o novo modelo que são: - mudança do panorama legal; - reordenamento institucional; - melhoria das formas de atenção direta, priorizando os mais vulneráveis; - compromisso e capacitação dos operadores e outros atores do novo sistema; - mudança do “olhar” da sociedade sobre a questão (BRASIL, 1990, p. 1458-1459).

O discurso esclarece à audiência que o Projeto de Lei n.º 193/89 vai além de mera adequação legislativa. A projeto apresenta a adequação da legislação relativa aos “menores” ao novo texto constitucional. Apresenta um novo modelo de justiça e de sociedade. Na mesma sessão, o senador Antonio Luiz Maya leu para os colegas legisladores a “Carta de Salvador”, escrita durante o IX Fórum Nacional, que ocorrera na cidade de Salvador/BA de 15 a 17 de fevereiro de 1990, e assinada pelos diretores das FEBEMs de todos os estados brasileiros e por Bruno Silveira, Deodato Rivera, Edson Seda de Moraes, Person Matias, Regina Helena Pedroso, membros da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A carta pede urgência na aprovação do ECA e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que contêm os princípios constitucionais da descentralização administrativa, municipalização e participação da população no planejamento e no controle das ações em todos os níveis, conforme previsto no art. 204 da Constituição Federal de 1988. Pede aos poderes públicos

para procederem ao reordenamento institucional, aos membros do judiciário para aprofundar sua participação nesse processo, e convoca os meios de comunicação e a cidadania em geral a se mobilizar:

(...) pela mudança do olhar da sociedade brasileira sobre esta questão, sem cuja solução o Brasil não só não atingirá a meta de se alinhar entre as nações do primeiro mundo, como sequer poderá ser considerada uma nação civilizada. O nome da criança é hoje. Amanhã é sempre tarde (BRASIL, 1990, p. 1458-1459).

Ainda na mesma sessão, o senador Mauro Benevides lê, para constar nos autos, a carta que recebera dos articuladores da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Deodato Rivera e R. H. Pedroso. Nela identificamos a reafirmação de que o Projeto de Lei n.º 193/89 teve como referência básica o anteprojeto da Convenção sobre os Direitos da Criança e um fragmento que interessa a este estudo:

Como V. Exa. deve saber, num país onde tantas leis não pegam, o ESTATUTO já é referência para o trabalho legislativo e a elaboração de políticas sociais pelo Brasil afora. Assim, quase todas as Constituições Estaduais criaram o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, um número considerável de municípios inscreveu em suas leis orgânicas os Conselhos Municipais, e alguns criaram, inclusive, os Conselhos Tutelares - órgãos previstos no ESTATUTO. Fenômeno inédito em nossa história legislativa, o projeto foi divulgado em mais de 50.000 cópias e discutido, estudado e aprofundado em inúmeros congressos, seminários, foros, assembleias, reuniões e encontros de todo tipo, com cidadãos de todos os segmentos sociais, profissões e responsabilidade, governamentais e não governamentais. Este esforço participativo indica que ventos de confiança e renovação começam a varrer o País com relação a esta questão fundamental para entrarmos no século XXI com dignidade - única em condição de unir os brasileiros acima de todas as diferenças - doutrinárias, ideológicas, políticas ou sociais (BRASIL, 1990, p. 1458-1495).

Muito embora seja do conhecimento de quem estuda a origem do ECA o grande movimento que se formou nacionalmente em torno de seu estudo e aprovação, a carta escrita por Deodato Rivera e R. H. Pedroso ao senador Mauro Benevides é mais exemplar como instrumento político e menos um documento histórico. No jogo político, dizer ao Senado que o projeto de lei já estava sendo implantado em diversos estados e municípios e que, num país em que “muitas leis não pegam”, o projeto de lei já estava sendo adotado antes mesmo de ser aprovado, foi fundamental para que os legisladores se sentissem em dívida, com a impressão de que a mudança da sociedade estava em curso, e que o Senado a estava acompanhando.

No dia 25 de abril de 1990, o Senado aprovou o projeto de lei que seguiu trâmite normal de aprovação e reprovação das emendas apresentadas. A análise apurada de todas as emendas geraria um bom trabalho sobre a negociação política com ganhos e perdas para a qualidade da lei, o que não é objeto do presente estudo.

No Parecer n.º 142 a Comissão do Menor relatou todas as alterações no texto e publicou a redação final em 18 de maio de 1990. Em 25 de maio de 1990, o texto final do ECA foi aprovado por unanimidade no Senado Federal, com 280 artigos, e encaminhado para a Câmara dos Deputados como Projeto de Lei n.º 5172/89.

Na Câmara dos Deputados tramitava o Projeto de Lei 1506/89 apresentado pelo deputado Nelson Aguiar. A este projeto foram apensados 12 outros, que também versavam sobre o tema da criança e do adolescente, e a ele foi anexado o texto final do Projeto de Lei n.º 5172/89, aprovado no Senado.

Na Câmara dos Deputados, foi designada uma comissão especial para apreciar os projetos que versavam na Casa sobre a criança e o adolescente, consequentemente, estudar o Projeto de Lei n.º 5172/89, encaminhado pelo Senado, presidida pela deputada Sandra Cavalcanti. No dia 13 de junho de 1990, a relatora da comissão, deputada Rita Camata, apresentou a situação dos projetos de lei, discorreu sobre o tema da criança e do adolescente e, após votação, o projeto do Senado foi aprovado, tendo apensados outros 18 projetos de lei e 139 emendas, sendo 20 da própria deputada relatora. De seu discurso, destacamos um momento que pode somar a este trabalho:

A base doutrinária sobre a qual se assenta o novo Estatuto é o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Nesta perspectiva, propõe sua proteção integral pelo Estado, pela Sociedade, pela Família, sem qualquer tipo de discriminação, em consonância com os preceitos constitucionais, especialmente aqueles contidos no art. 227. Ao contrário do Código de Menores em vigência, que estabelece o direito tutelar do menor, considerado objeto de medidas judiciais apenas quando em “situação irregular”, a norma proposta se dirige ao conjunto da população infantil e juvenil do Brasil. Vale dizer, à quase metade da população do país (DCN, 1990, p. 8196).

Nota-se que a deputada Rita Camata estava ciente do projeto, elencando alguns dos principais pilares do texto do ECA. Citou as condições de sujeito de direito e de pessoa em desenvolvimento, a proteção integral do Estado, sociedade e família, e a universalidade da proposta. O discurso mostra a diferença fundamental entre o ECA e o Código de Menores, evidenciando como a justiça servia apenas para penalizar as crianças e jovens em situação irregular. A deputada, no final do parágrafo, enfatiza o fato de a população infantil e juvenil representar quase metade da população do país. Ronan Tito, em seu discurso no Senado, disse representar mais da metade⁸⁴.

⁸⁴ Segundo o IBGE, em 1990, a população total do Brasil era de 149.400 mil habitantes, sendo que 65 milhões eram crianças até 19 anos, o que representa 43% do total.

Em 27 de junho de 1990 a Comissão incumbida de apreciar o Projeto de Lei n.º 1506/90 aprovou seu substitutivo com 266 artigos. No dia seguinte, foi aprovada, na Câmara dos Deputados, a redação final do Projeto de Lei n.º 5172-A/90, substitutivo ao de n.º 5172/89 do Senado. O Senado, em sessão única, atendeu aos últimos requerimentos do senador Ronan Tito, que disse ter enviado o projeto para São Paulo para serem analisados os últimos detalhes jurídicos. Após aprovação, o projeto foi encaminhado para sanção presidencial. Fernando Collor de Melo sancionou a Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. Dias antes de receber o texto para aprovar, o então presidente da República Federativa do Brasil, no dia 31 de maio de 1990, discursou em reunião ministerial no Palácio do Planalto, sobre a situação da criança brasileira. Seguem alguns trechos do discurso:

Que o dia de hoje marque o compromisso do meu Governo com essa causa. Aos líderes do Governo no Congresso Nacional, peço que encaminhem seus esforços na mesma direção. Estou certo de que o Legislativo tem plena consciência da necessidade de vencermos esse desafio, como haveremos de vencer. Dirijo ainda um apelo especial ao egrégio Poder Judiciário. O problema do menor no Brasil não é um caso de polícia, mas sim uma questão elementar de justiça. É preciso fazer respeitar os direitos da criança, hoje reconhecidos em todo o mundo. Assino nesta data mensagem encaminhando ao Congresso Nacional o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada unanimemente pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro do ano passado. Ressalto os seguintes direitos da criança enunciados na Convenção: direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social; direito a uma educação que inspire o respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais, aos pais, à identidade cultural, ao idioma e aos valores nacionais, bem como ao meio ambiente, e que prepare para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos; direito ao lazer, ao divertimento, à participação em atividades recreativas e na vida cultural e artística; direito de estar protegida contra a exploração econômica e contra o trabalho que possa afetar negativamente sua evolução, e ainda contra toda e qualquer forma de exploração ou abuso sexual; direito de não ser privada da liberdade de maneira ilegal ou arbitrária e também o de não ser submetida a tortura, nem a outros tratamentos ou penas cruéis. “A ação do Governo deve ter uma preponderante dimensão social e humanitária.” Muito se avançaria na luta pelo bem-estar da criança se a nova Constituição fosse plenamente cumprida. No meu caso, foi isso que jurei fazer e é isso o que vou fazer. Em seu artigo 227, a Carta Magna estabelece — “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Não sou eu quem determina que a criança seja objeto prioritário da ação do Estado, é a própria Constituição, que nos obriga a todos, não só aos governantes, mas também aos governados (DCN, 1990, p. 8196).

O presidente foi taxativo em seu discurso, tomando a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Constituição Federal da República Federativa do Brasil como marcos legais que impõem a norma, não havendo outra opção senão cumpri-la, assegurando os direitos da

criança e do adolescente com absoluta prioridade. Sua declaração afirma um posicionamento exclusivamente jurídico, não evocando a movimentação social do Brasil para a formulação do ECA, o que foi fortemente citado, no mesmo período, como vimos anteriormente, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

5 DISCUSSÃO

Depois de levantadas e analisadas as informações relevantes para a pesquisa, serão abordados de maneira crítica quatro assuntos centrais do trabalho: epistemologia como filosofia da ciência, comunidades epistêmicas identificadas, inovações do ECA e redemocratização.

5.1 SOBRE A EPISTEMOLOGIA COMO FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Boaventura de Sousa Santos (1989), explicando como se deu a formação das ciências sociais, relata que, apesar de estarem “viciadas” nas ciências naturais, as ciências sociais criaram duas vertentes. A primeira, como um tipo de física social, propunha regras ao método sociológico. Durkheim mostrava que os fatos sociais deveriam ser reduzidos às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. Mas a vertente logo cai por terra, pois a tentativa de comparação entre ciências naturais e ciências sociais e a adequação de métodos, utilizando os mesmos pressupostos, falha invariavelmente.

A segunda vertente procura reivindicar um estatuto próprio. Deseja criar uma ciência diferente, sempre subjetiva, considerando os fenômenos sociais a partir das atividades mentais e do sentido que os agentes conferem às ações. O método de investigação e o critério epistemológico devem ser diferentes dos utilizados pela ciência natural. Não se pretende um conhecimento objetivo, explicativo e que crie leis gerais de conduta. Procura-se um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo.

No encontro com os sujeitos da pesquisa que se dá a ciência que procuramos produzir. A partir do depoimento de quem viveu aquela determinada época, percebemos como o sujeito se colocou à disposição da realidade para, com ela, produzir história. E o processo é contínuo, pois, se naquele momento o sujeito fez algo, neste ele recorda o que fez e pode, a partir do distanciamento temporal e geográfico, refletir e dar significado à sua ação pretérita.

A partir do significado encontrado no discurso dos sujeitos e dos levantamentos bibliográficos e documentais, evocamos nossa capacidade de criatividade e de elaboração intelectual para pensarmos livremente. Talvez, desse ponto de vista, apenas por ser o produto do trabalho intelectual de um cidadão em relação com seus convivas e seu ambiente, possamos considerar este trabalho original. Nossa vivência como trabalhador social no Brasil

desde os anos 90 e os três anos de estudo e pesquisa aos quais nos dedicamos ganharam forma e conteúdo nesta dissertação.

Alguns dos autores estudados (Feyerabend, Kuhn, Minayo, Paulo Freire, e Boaventura em especial) nos libertaram das amarras metodológicas tradicionais, possibilitando um processo interdisciplinar de produção de ideias que são, antes de mais nada, uma abstração da realidade, sem a pretensão de ser a única ou a verdadeira. Investigar o período de formulação do ECA e encontrar grupos que possuíam características próprias, denominando-os de comunidades epistêmicas, nos pareceu inicialmente ousado e perigoso. Mas, parafraseando Guimarães Rosa em seu “Grande Sertão: Veredas”, fazer ciência é muito perigoso.⁸⁵

E chegamos, assim, ao cabo da pesquisa. Aprendemos que fazer ciência é optar por métodos sim, mas igualmente reinventá-los com liberdade. E como nos ensina Boaventura de Sousa Santos, mirando sempre o reencantamento do mundo.

5.2 SOBRE AS COMUNIDADES EPISTÊMICAS IDENTIFICADAS

A reflexão proposta por este trabalho problematiza o conceito de comunidades epistêmicas, não apenas por entender a epistemologia como filosofia da ciência - alargando a ideia do produzir científico - mas ainda por entender que não há uma única teoria ou conceito capazes de explicar as peripécias ocorridas com os grupos estudados.

Diante das características levantadas de cada grupo, percebendo as especialidades epistêmicas e seu inequívoco projeto político, foi possível definir as cinco comunidades epistêmicas que corroboraram para a formulação dos artigos da Constituição Federal de 1988 e do ECA.

O que foi produzido, pelos formuladores do ECA, estava visceralmente conectado ao espírito da redemocratização do país e imbuído de profundo desejo por mudança social e definição de um projeto político para o Brasil.

Percebemos como as ciências, principalmente no campo das sociais e aplicadas, não fazem sentido se desconsiderarem o momento sociopolítico em que foram produzidas.

⁸⁵ No original: “Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa... O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra.” (ROSA, J. G. Grande Sertão: Veredas. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965).

O conceito de comunidades epistêmicas resgatado por Haas (1992) parece não ser suficiente para determinar o que se passou nos movimentos sociais mais amplos como os que existiram no Brasil dos anos 80, durante o processo de redemocratização.

O recorte epistêmico adotado por Haas era mais “dogmático” e servia, perfeitamente, ao início dos anos 90, para nortear o olhar dos mais preocupados com os problemas ambientais do planeta; era urgente a reunião de especialistas de todo o globo para chamar a atenção de tomadores de decisão e da população para os efeitos destrutivos da ordem sociopolítica e industrial que se adotava no momento pós-Guerra Fria.

A nosso ver, diante de todas as informações históricas levantadas e análises elaboradas a partir do referencial teórico escolhido, o procedimento metodológico adotado comprova a viabilidade da utilização do conceito de comunidades epistêmicas, mas com ressalvas devidamente exploradas por meio do alargamento da compreensão sobre a “epistemologia”.

Precisaríamos estudar detidamente cada uma das comunidades elencadas, para encontrar elementos que definissem com exatidão seu contorno, e, assim, produzir uma substancial crítica ao conceito de comunidade epistêmica, determinando novas características até então não abordadas pela bibliografia sobre o tema. O objetivo não foi previsto nesta pesquisa, mas pode ensejar novos trabalhos.

A análise das entrevistas foi o ponto de partida para o delineamento das comunidades estudadas. As narrativas dos sujeitos forneceram elementos suficientes para compor as comunidades epistêmicas religiosa, militante e jurídica, à medida que os próprios entrevistados nomeavam os grupos como “os religiosos”, “os juristas”, “os militantes”.

A comunidade epistêmica internacional foi se desenhando a partir da análise das entrevistas, mas igualmente por meio do acesso a fontes bibliográficas, que revelaram a forte influência das discussões por ocasião da formulação da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) na formulação do ECA (1990). Mas a principal evidência dessa comunidade foi a estratégia auspiciosa colocada em ação por Cesare De Florio La Rocca, representante do UNICEF, que reuniu atrizes e atores sociais brasileiros em torno da formulação da Constituição Federal de 1988 e do ECA. Encontraram-se ainda a contribuição específica de Annina Lahalle, que trouxera, da França, conhecimentos específicos relacionados à aplicação de medidas socioeducativas para adolescentes, e a participação do desembargador Fernando do Amaral e Silva e do pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, como representantes do Brasil nas discussões de formulação da referida Convenção.

Já a comunidade epistêmica estatal se revelou por último, à medida que foram analisados os discursos de deputados e senadores no período em que o Projeto de Lei do ECA estava em

votação no Congresso Nacional. Deve-se ressaltar o fato de que a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Criança e do Adolescente foi a primeira frente parlamentar suprapartidária da história a ser instituída na Câmara dos Deputados⁸⁶, ainda durante o período da Assembleia Nacional Constituinte (1986 a 1988) pela deputada Rita Camata, e tem, atualmente, a deputada Maria do Rosário como coordenadora.

Auxiliou-nos na classificação dessa comunidade a percepção de que servidores públicos do Poder Executivo estavam orientados para a resolução do “problema dos menores”, contando com o esforço pessoal do presidente da República e de técnicos dos serviços de atendimento, como era o caso do advogado Edson Sêda, da FUNABEM.

Propomos, portanto, o reconhecimento de cinco comunidades epistêmicas presentes no MDDCA dos anos 80: a) comunidade epistêmica internacional; b) comunidade epistêmica estatal; c) comunidade epistêmica militante; d) comunidade epistêmica religiosa; e) comunidade epistêmica jurídica.

Membros de determinada comunidade epistêmica reconhecem e legitimam a existência das demais. No caso da comunidade epistêmica estatal, o senador Francisco Rollemberg relatou que “a comissão - constituída no Senado Federal - ouviu juízes de menores, sociólogos, pedagogos, diretores de instituições assistenciais” (DCN, 1990, p. 880), reconhecendo, como a plena maioria dos parlamentares, a colaboração de diferentes especialistas na revisão final do projeto.

As religiosas irmã Maria do Rosário e a pastora Zeni demonstraram respeito e consideração pelo grupo de juristas que foram de extrema valia na escrita da lei, elogiando seu conhecimento sobre o tema dos direitos da criança e seu compromisso com as demandas levantadas pelas comunidades. Assim como Mário Volpi, que reconheceu ter sido autor de um dos artigos do ECA, mas que não teria sido incluído no texto final se não tivesse sido reescrito pelos juristas que dominam o “código das leis”.

Por sua vez, os juristas Paulo Afonso Garrido de Paula e Munir Cury reconheceram a grandeza do trabalho executado pelas organizações religiosas e ressaltaram a influência da CNBB no movimento maior de redemocratização do país e, especialmente, a liderança da Pastoral do Menor, sob comando de dom Luciano Mendes de Almeida, nas discussões de conteúdo da lei. Frei Betto afirmou a hegemonia da Teologia da Libertação na CNBB e, a seu

⁸⁶ Informação fornecida pela deputada Maria do Rosário (PT/RS), em contato pessoal com o autor, ocorrido no dia 29 de novembro de 2017 no Auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, Brasília, por ocasião do Seminário “Violência contra crianças, adolescentes e jovens: desafios e soluções”.

turno, demonstrou a influência do movimento religioso na formação da militância brasileira, engendrando lideranças nacionalmente reconhecidas, como Betinho e Genoíno, por exemplo.

Religiosos e juristas foram unânimes em consagrar Paulo Freire como sua grande inspiração, e percebem a influência na formação e ação engajadas dos militantes dos anos 80, que atendiam às crianças e adolescentes. Mario Volpi confirmou o protagonismo da Pastoral do Menor e a influência do Método Paulo Freire na educação de rua, consolidada pelo MNMMR. Por sua vez, o movimento foi o protagonista da comunidade epistêmica militante, da qual fazem parte os membros do Fórum Nacional DCA e Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Estes são alguns elementos subtraídos dos discursos dos sujeitos e documentos históricos - analisados no corpo desta dissertação -, que nortearam a delimitação das comunidades epistêmicas propostas.

Como advertimos, não há “pureza metodológica” no tratamento intelectual da pesquisa. O rigor científico defendido pela ciência do passado não admitiria a caracterização por ora desenvolvida, dada a interpenetração de elementos entre as comunidades. Dir-se-ia que não há rigor na classificação! Por exemplo, Mário Volpi nos anos 80 era educador de rua e a entrevista centrou-se em suas atividades como militante do MNMMR. Sua formação em filosofia e a declarada inclinação ao estudo de autores como Antonio Gramsci e Enrique Dussel, levam-no ao campo mais progressista da política. Portanto teríamos aqui uma influência direta da Universidade, talvez, outra comunidade epistêmica. E não escondemos o fato de que ele é, hoje, o coordenador do Programa de Cidadania dos Adolescentes do UNICEF Brasil, o que poderia ainda gerar uma tendência de analisar apenas suas impressões sobre a comunidade epistêmica internacional. E talvez a personalidade que mais exemplifique a interpenetração - e portanto um não purismo - das comunidades epistêmicas seja Antonio Carlos Gomes da Costa. Como pedagogo, autor de diversos textos e educador, podemos considerá-lo um militante da causa dos direitos da criança, especialmente o direito à educação e ao protagonismo. Como diretor de uma das unidades da FEBEM de Minas Gerais, poderíamos considerá-lo um membro da comunidade estatal. Como representante brasileiro na ONU para assuntos relacionados à infância, membro da comunidade internacional. No entanto, a aparente confusão não impediu de levantar sua atuação em cada comunidade, considerando que também não há ação humana absolutamente dirigida por uma única tendência, religiosa ou científica, sem haver desvios e atalhos. O próprio Antonio Carlos disse que “o Estatuto foi fruto de um movimento que envolveu pessoas do mundo jurídico, das

políticas públicas e do movimento social”.⁸⁷ Supomos que ele contribuiu decisivamente com os três setores citados, e que, naquele momento da entrevista, esqueceu-se de citar os religiosos ou os considerasse pertencentes à comunidade epistêmica militante, por razões já expostas.

O nome do pensador brasileiro Paulo Freire foi unânime nas oito entrevistas. Ele baseou sua teoria “Pedagogia do Oprimido” no método dialético marxista, assim como foi evidenciada a base materialista-histórica na Teologia da Libertação, citada pelas representantes da comunidade epistêmica religiosa.

Declaramos que houve coerência epistêmica entre as comunidades que formularam o ECA, pois todas adotavam - com diferentes denominações - o método marxista, ou materialismo-histórico-dialético como forma de construção do conhecimento que, conseqüentemente, gerou o ECA.

Muito embora seja mais evidente verificar esse eixo epistemológico materialista-dialético-histórico nas comunidades epistêmicas militante e religiosa por seu poder combativo na educação de rua, pelo poder de organização de fóruns e frentes de trabalho, o desejo urgente de mudança, a aliança e organização comunitárias, identificamos nas demais comunidades a quebra do padrão, a adoção de novos paradigmas para a melhoria da qualidade de vida da criança e do adolescente. No caso da comunidade epistêmica estatal, conforme analisado anteriormente, a ruptura paradigmática foi impulsionada por pressões políticas e sociais internas e econômicas internacionais. Mas, de qualquer forma, a opção por novos paradigmas foi adotada pelo Estado brasileiro, tendo sido elaborada a pedido do Ministério da Justiça, apreciada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, o que gerou verdadeira “revolução copernicana”, utilizando as palavras do senador Ronan Tito, no enfrentamento das violações de direitos da criança e do adolescente no Brasil.

5.3 SOBRE AS INOVAÇÕES DO ECA

A pesquisa demonstrou como eram avançadas, modernas e libertárias as concepções fundantes do ECA. Abordar os aspectos seguintes, tem como intensão contribuir para a reflexão sobre a implantação e possíveis reformulações da lei.

⁸⁷ Trecho extraído da entrevista de Antonio Carlos Gomes da Costa gravada pelo Programa Roda Viva da TV Cultura de São Paulo, em 10 de julho de 2000. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/629/entrevistados/antonio_carlos_g_da_costa_2000.htm. Acesso em: 14 jun. 2018.

5.3.1 Sistema de justiça inovador?

Discutiremos apenas uma das fragilidades de ordem epistêmica do ECA, que talvez ajude a reflexão sobre o sistema de justiça para adolescentes. Paulo Garrido e Mário Volpi afirmaram ter sido essencial ceder em algumas discussões, para o projeto de lei ser rapidamente finalizado e apresentado para aprovação do Congresso Nacional. Naquele momento era importante se chegar a um “consenso”, a fim de aproveitar o clima pós-constituente de redemocratização, e aprovar uma nova lei que propunha imensas novidades. Sobre o que se entendia por consenso, Paulo Garrido declara:

(...) coisa importantíssima, que foi obra do Estatuto e, depois, isso acaba, depois que termina o Estatuto isso se esfacela, foi o ideal de consenso. Porque nem tudo o que está no Estatuto me agradava àquela época. E tenho certeza que nem tudo o que eu acabei propondo para o Estatuto agradava aos meus parceiros naquela época (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

A ideia de um consenso que se chega com calma, por meio do esgotamento de argumentos e convencimento das partes, parece não ter sido o modelo mais utilizado. Em alguns casos, como denota o depoimento de Paulo Garrido, termos de negociação foram menos debatidos e mais “aceitos” para o processo se concluir com celeridade.

Com relação ao sistema de justiça, Mário Volpi afirmou que, para o MNMMR, não deveria haver, no projeto de lei, nenhuma medida socioeducativa para adolescentes. Mas ressaltou que, se os militantes do Movimento insistissem nessa ideia, não se chegaria a lugar algum. Conseguiram, ao cabo da negociação, que toda medida socioeducativa tivesse de ser revista pelo juiz a cada seis meses. Segundo o entrevistado, “nós não abrimos mão da ideia de que é melhor tratar desse jovem na sociedade, mas nós fizemos uma concessão” (Mário Volpi, entrevistado em 23/03/2017).

Esse tipo de consenso que, após a aprovação do ECA, se “esfacelou”, parece um ponto a ser encarado de frente em um processo de revisão da idade de maioridade penal, o que impacta diretamente o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo⁸⁸. A impressão que tivemos diante dos dois depoimentos citados é que no jogo de negociações inerentes ao processo democrático, no quesito “justiça penal”, houve mais concessão e menos consenso. Apesar de, como citamos na análise das entrevistas, naquele momento não haver experiências

⁸⁸ Instituído pela Lei n.º 12.594/2012.

importantes de Justiça Restaurativa que se tornassem uma saída para o problema dos adolescentes infratores.

Em se tratando de mudanças jurídicas significativas é indiscutível que o ECA inovou em distintos aspectos, mas ressaltamos três fundamentais: a) compreender a criança e o adolescente como sujeitos de direito e cidadãos em estado peculiar de desenvolvimento; b) garantir a eles o direito ao contraditório; e c) determinar a promoção dos direitos da criança e do adolescente como prioridade absoluta, garantindo que o não cumprimento seria passível de punição. As mudanças propiciaram um alargamento da noção jurídica. No caso do direito penal, mudou-se a ideia de punição de um menino visto em situação irregular, para o conceito da proteção integral com a aplicação de medidas socioeducativas, notadamente as modalidades em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Para 1990, conforme enunciou o senador Mauro Benevides, a lei era revolucionária, pois promoveria a mudança do panorama legal, reordenamento institucional, melhoria nas formas de atenção direta, compromisso e capacitação dos operadores do novo sistema e mudança do “olhar” sobre as crianças e adolescentes.

Mas a cultura criminal do Brasil, objetivada na penalização do adolescente infrator, ou pela reprovação da conduta, ou culpabilidade, ainda parece ser o nó crítico. A proposta esboçada por Paulo Garrido de “responsabilidade penal progressiva” e de diferenciação entre “atos infracionais ordinários e atos infracionais de extremada gravidade”, parece uma solução estratégica, para frear retrocessos e combater a proposta ultraconservadora, em pauta no Congresso Nacional, de redução da maioridade penal para os dezesesseis anos de idade, mas ainda não quebra a concepção retribucionista clássica da justiça criminal do século XIX.

Ainda no campo do direito penal, de acordo com Carlos Nicodemos:

O tema da violência sexual remete ao papel da constituição federal de 88. Ali entrou tudo. Na Constituição do Cidadão entrou tudo. Está lá no parágrafo 6 do artigo 227 uma orientação sobre o combate à violência sexual: “A violência sexual contra criança e adolescente será severamente punida”. Essa norma é orientadora para todo o campo das políticas públicas no que diz respeito ao início e ao fim do processo de proteção da criança e do adolescente em relação à violência sexual. Ela encastela a política numa perspectiva do direito penal, da punição do violador (Carlos Nicodemos, entrevistado em 18/10/2016).

Para Nicodemos, a Constituição e o ECA não inovam do ponto de vista do direito penal, pois centram-se, em relação à violência sexual, na punição do violador. Ele afirma que, criminalizando o problema, o ação do Estado se concentra na punição do violador, colocando

a criança na posição de elemento probatório de um processo jurídico e não de vítima de uma situação. O objeto está na punição do violador e não nos cuidados com a criança.

Diante dessa afirmação, parece que a comunidade epistêmica jurídica tem hoje o desafio de debater os princípios dos sistemas retributivo e restaurativo de Justiça, a fim de identificar os problemas e criar novos consensos que levem a uma proposta original, que rompa paradigmas (ou não). Por isso dissemos, no início, que indicáramos apenas um tema de ordem epistemológica, baseando-nos na mudança “copernicana” que o sistema restaurativo propõe no mundo do direito penal⁸⁹ e não incorporada ao ECA.

Talvez estejamos vivendo uma época de reorganização e formação de uma nova comunidade epistêmica jurídica, que se prepara para o enfrentamento de princípios que promovam uma saída efetiva ao sistema jurídico, que ainda enxerga na punição de adolescentes a resposta para a diminuição da criminalidade. O problema é evidente. Como disse Paulo Garrido, o sistema atual utilizado para adolescentes em nada difere do sistema prisional de adultos.

Não identificamos, em nenhum momento da tramitação do ECA no Congresso Nacional, qualquer contestação sobre a idade de 18 anos para a maioridade penal. Os projetos que tramitam são produtos recentes que pretendem responder ao crescimento da criminalidade, à incompetência da segurança pública e ao avanço da “indústria penitenciária”.

5.3.2 Outros elementos inovadores do ECA⁹⁰

No esforço de sintetizar o essencial das inovações embutidas no ECA, seguem os itens:

1) destinação privilegiada dos recursos públicos para:

1.1) efetivação de uma política pública social, sendo:

- básica - educação, saúde, cultura e lazer;
- políticas e programas de assistência, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

⁸⁹ Para saber mais, ver: SARAIVA, João Batista Costa. *Compêndio de Direito Penal Juvenil*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

⁹⁰ Para saber mais, ver: LIMA, Miguel M. Alves. *O Direito da Criança e do Adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

- serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, abuso, crueldade e opressão;
- identificação e localização de pais, responsáveis e de crianças e adolescentes desaparecidos;
- proteção jurídico-social por entidades da sociedade civil de defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

1.2) proteção integral do Estado:

- descentralização político-administrativa e participação comunitária, princípios das modernas democracias sociais participativas;
- participação política (formulação e controle de políticas), por meio de organizações representativas e conselhos deliberativos;
- fundos específicos e mecanismos de captação de recursos;
- Conselhos Tutelares em todo o território nacional para zelar pelos direitos da criança e do adolescente;
- exime o Poder Judiciário de atividades alheias à função judiciante;
- Ministério Público, como órgão de defesa dos interesses maiores da sociedade, passa a ter atuação mais ampla e decisória.

Diante das mudanças propostas pelo ECA, sua publicação teve papel decisivo ao início de uma nova ordem social que privilegia iniciativas de cidadãos e cidadãs mais preparados para o exercício político. O projeto de nação embutido no ECA se baseia em um Estado forte que possibilite a busca de soluções locais - pela ação direta do povo - para problemas globais. Que promova o desenvolvimento de pessoas com capacidade para lidar com a realidade de forma crítica e com potencial para produzir bens e serviços em função da melhoria da qualidade de vida.

5.4 SOBRE VANTAGENS E DESAFIOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

As dezenas de milhares de assinaturas de crianças e adolescentes coletadas nas ruas das grandes cidades e escolas públicas brasileiras, que chegaram ao Congresso Nacional em carrinhos de supermercado para sensibilizar os deputados e senadores da Assembleia Nacional Constituinte de 1986 a aprovarem a emenda “Criança Prioridade Nacional”,

demonstram a magnitude das mobilizações no período da segunda redemocratização brasileira. As pessoas foram convocadas a participar, refletir e propor mudanças.

O depoimento de Paulo Afonso sintetiza o pensamento de quem viveu sua juventude na década de 1970 e anos 80, interessados na vida pública de seu país. Ele disse:

(...) tive a satisfação de ser criado na resistência democrática. O país vivia, como todos nós sabemos, uma ditadura, um governo totalitário, de exceção. E o anseio que se confundiu com o Estatuto da Criança e do Adolescente, à época, que desaguou na Constituição de 1988, era um anseio duplo. Era, de um lado, buscar justiça social e, de outro, buscar a liberdade. E isso, de certa forma, está presente na elaboração do texto da Constituição da República, que trata de criança e de adolescente e, depois, em todo o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, é um resumo das minhas motivações de natureza pessoal (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

Quando Paulo Garrido pronuncia a palavra “liberdade” no contexto da redemocratização brasileira, nós a entendemos como aglutinadora dos direitos de ir e vir, expressão, comunicação e associativismo. Direitos individuais negados pelo regime ditatorial instalado no Brasil (1964 a 1985), por meio da sua força militar de repressão e aquiescência legislativa. Diferentemente do conceito liberal de liberdade, que a compreende na qualidade de direito individual à livre negociação e ao livre comércio com a mínima interferência do Estado. E por justiça social, nós a entendemos como direito coletivo de acesso aos bens e conhecimentos acumulados pela humanidade. O Brasil é um país construído com base em tradições coloniais escravocratas. Ao tornar-se uma república democrática, teria criado mecanismos de convivência social e política favoráveis ao controle do país por seu próprio povo, mas, ao contrário, tornou o processo eleitoral uma farsa e manteve o controle dos meios de produção nas mãos de poucas famílias.

O depoimento de Paulo Garrido é muito feliz ao apresentar, de maneira sintética, dois princípios que fundamentavam todas as comunidades epistêmicas: justiça social e liberdade.

Com relação ao clima de euforia vivido na segunda redemocratização brasileira e da “facilidade” que os movimentos encontraram para aprovar uma lei ousada para a época, Paulo Garrido narrou um fato curioso relacionado ao processo de tramitação do Projeto de Lei no Congresso Nacional. Em suas palavras:

(...) eu me lembro que um dia estava trabalhando, aqui em São Paulo, e me liga o desembargador Amaral, que estava lá em Brasília, acompanhando essa votação na ocasião, porque a gente se revezava. Ele falou: “Paulo, eles não aceitam contraditório de jeito nenhum, mas acabei de falar com o relator, lá na constituinte, lá da Constituição, o relator dessa parte, e ele me disse o seguinte, que se vocês encontrarem uma outra forma que diga a mesma coisa sem escrever contraditório,

passa”. Eu falei, “tá bom, me dá dez minutos”. Naquela época não tinha celular. Baixei a biblioteca que eu tinha lá, fiz uma redação, e hoje é ela que está no texto da constituição! É garantir ao adolescente infrator o pleno conhecimento da ação que lhe foi proposta, o que é óbvio; você tem o direito de saber por que está sendo processado. Se o Estado diz que você matou, ele tem que afirmar que você matou e você tem que poder se defender dessa acusação. Então, pleno e formal conhecimento da ação proposta, igualdade na relação processual, ou seja, as mesmas armas que tem a acusação, a defesa tem que ter; e defesa técnica por profissional habilitado, que são os elementos integrantes do princípio do contraditório! Aí, fiz uma redação extensiva e passou. Por quê? Porque tirou a parte do contraditório. Então, as reações eram reações pontuais. Não havia uma reação, que hoje tem, contra uma ideia [referindo-se à manutenção da idade de maioridade penal]. Não, a ideia não tinha resistência. E outra coisa. Como o direito do menor, ou o direito da criança, sempre foi tratado como questão menor, havia também um certo.. “ah, é questão do menor, isso pouco importa”. Com o devido respeito [apontando para Edson M. Cabral, assistente social], esse negócio de assistente social, não vamos dar bola para esse negócio... E aí, não deram bola, e por isso que sai uma legislação extremamente progressista! Que serviu de parâmetro para vários outros países (Paulo Garrido, entrevistado em 03/10/2016).

Em primeiro lugar, o grupo de juristas que redigiu o ECA, além de ter alto nível de conhecimento da matéria jurídica e dos princípios que defendia, possuía a esperteza própria de quem está no jogo político, transformando um fator negativo em positivo. O problema com a proibição da palavra “contraditório” no texto da lei foi driblado de forma a melhorar seu sentido, fornecendo qualidade ao texto e à intenção desejada. E depois, talvez pelo nível da violência⁹¹ não ser a tônica da época, como é hoje, o “menor” não era pauta importante para os congressistas. Era um problema secundário, reservado ao pessoal da igreja e da assistência social, que estaria equacionado por meio de ações assistenciais caritativas, como sempre fora feito no Brasil pré-Estatuto.

Como ressaltou Carlos Nicodemos, “na Constituição entrou de tudo”. Entendemos que, no afã de se reconstruir o Brasil, os representantes políticos optaram por “deixar passar”. Não havia clima, diante das pressões internas e externas para grandes negociações. E, no caso do capítulo VII da CF, os congressistas jamais poderiam lutar contra as milhões de assinaturas de crianças e de adolescentes que chegaram em carrinhos de compras ao Congresso Nacional, e muito menos contra a qualidade do texto eximamente elaborado pelas comunidades epistêmicas identificadas nesta pesquisa.

O contexto social e político da redemocratização dos anos 80 facilitou a construção de normas que sugerem avanços radicais para a sociedade brasileira. No entanto, os progressos civilizatórios de uma nação não passam apenas pelo seu estatuto legal.

⁹¹ Entenda-se “nível de violência” como “nível da paranoia social” que os meios de comunicação produzem para colaborar com o objetivo de alimentar a elite econômica e política do Brasil, nomeando o jovem, negro e pobre como o bandido, o fora da lei, o que atrapalha o progresso e ameaça o acúmulo de capital.

Ter conseguido formular e publicar democraticamente o ECA durante o período de redemocratização foi um sonho para todos os envolvidos. Mas e a outra parcela da população que nada sabia sobre “a criança como sujeito de direitos” ou “cidadania ativa”?

Os entrevistados por esta pesquisa sentem nostalgia. Vários disseram como foi bom todo o processo. Há um brilho no olhar de todos quando contam sobre os fatos ocorridos. Os processos de consulta às comunidades e aos meninos e meninas de rua foram exemplares e irretocáveis. E o sonho pela construção de instâncias verdadeiramente democráticas ficou registrado na criação dos dois conselhos propostos pelo ECA. Sobre o tema, analisando os tipos de conselhos que existiam pelo mundo, durante o século XX, Edson Cabral afirma:

(...) os conselhos se constituíram como espaços de organização dos operários e dos cidadãos em geral, no sentido de garantir a socialização da política, e tendo como objetivo comum a emancipação humana e a construção de uma sociedade socialista. Esse legado da esquerda mundial teve influência no imaginário (ideário) de grande parcela da esquerda brasileira, que na luta pela redemocratização do País, inspirou-se nessas experiências para impulsionar a criação de conselhos no Brasil (CABRAL, 2013, p. 41).

Paulo Garrido foi categórico ao ressaltar que conheceu a experiência dos CDRs de Cuba, e que sua função muito agradava aos redatores do ECA, quando criaram os Conselhos Tutelares.

Mas presenciamos um descontentamento com o período pós-Estatuto. Uma sombra que quase esconde as conquistas. Como se quisessem nos dizer o quanto foram ingênuos em acreditar em tudo o que sonharam para nossas crianças e adolescentes.

Parece o maior mal de períodos pós-ditaduras, conforme afirma Felipe González. Presidente do governo espanhol de 1982 e 1996, organizou o Partido Socialista Obrero (PSOE) e trabalhou para redemocratizar o país, depois da ditadura franquista. Como responsável pela Cátedra José Bonifácio da USP, proferiu palestra no dia 9 de março de 2016 sobre sua trajetória política e falou sobre o problema dos processos de redemocratização. Não podemos transcrever o discurso por falta de registros, mas recordamos a intensidade da fala do ex-presidente, quando disse que a euforia desses processos faz avançar a legislação em direção à utopia, mas a sociedade não dá passos tão largos assim sem haver uma ruptura mais radical nos processos políticos.

Aqui nos aproximamos das ideias de Carlos Nicodemos, que percebe avanços com a formulação e publicação do ECA, mas tímidos em relação à grandeza do problema da infância e da adolescência no Brasil.

Os processos de redemocratização são importantes, mas enfrentam negociações que podem manter vícios estruturais de sociedades historicamente governadas por castas oligárquicas, como no caso brasileiro.

6 CONCLUSÃO

Sim, é possível identificar e nomear diferentes comunidades epistêmicas e demonstrar quais foram suas influências no processo de formulação da Lei 8.069/90.

A conclusão gera novos desafios e impõe futuras pesquisas. A ciência se ampliará e se complexificará, exigindo esforços da Universidade para proporcionar reflexão e discussão sobre teorias e práticas sociais e políticas, sempre.

A partir das entrevistas com sete pessoas (Carlos Nicodemos Oliveira Silva, irmã Maria do Rosário Leite Cintra, Mário Volpi, Markinhus, Munir Cury, Paulo Afonso Garrido de Paula e pastora Zeni de Lima Soares), que vivenciaram, nos anos 80, a movimentação da sociedade em torno da proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente, e com frei Betto, nome de referência na Teologia da Libertação, registramos a história vivenciada por pessoas conectadas pelo desejo de mudança social no momento em que o país passava pelo seu segundo período de redemocratização. Acreditava-se que a formulação do ECA era um passo importante - não o único - para a transformação da realidade vivida por milhares de crianças e adolescentes, tidos como marginalizados, apartados da sociedade.

A análise da documentação oficial do Congresso Nacional ou mais especificamente dos relatos das sessões nas quais o projeto de lei do ECA foi apreciado, propiciou uma viagem no tempo e conferiu maior consistência à pesquisa, deflagrando o entendimento dos representantes políticos sobre o conteúdo e significado da lei e aquele momento histórico.

As referências bibliográficas compuseram o complexo eixo metodológico - como uma cadeia molecular - pelo qual nos guiamos para entrelaçar os conceitos de filosofia da ciência, movimento social e comunidade epistêmica.

Diante dos procedimentos, conclui-se que concorreram para o sucesso do processo democrático de formulação do ECA cinco comunidades epistêmicas (internacional, estatal, militante, religiosa e jurídica). A seguir, a síntese de cada uma delas.

A comunidade epistêmica internacional foi protagonizada pelo UNICEF. Como órgão ligado às Nações Unidas, responsável pela mobilização, vontade política e recursos materiais para auxiliar os países - especialmente os países em desenvolvimento - , a garantir prioridade absoluta à criança e na construção de uma estrutura para a formulação de políticas apropriadas e oferta de serviços para todas as crianças e suas famílias, desenvolveu um trabalho exemplar de reconhecimento e socialização das práticas alternativas de atendimento a crianças e adolescentes nos anos 80, e articulou atrizes e atores sociais, preocupados com a infância e adolescência, em torno da formulação do texto constitucional e da Lei 8.069/90. Por meio de

duas estratégias (reconhecimento das práticas e articulação sociopolítica), obteve êxito na divulgação das discussões acumuladas pela comissão que formulou a CDC, e ampliou o debate sobre a proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente. Fez com que emergissem propostas que vinham do seio da própria sociedade brasileira. Introduziu a metodologia do consenso nos debates, possibilitando a coesão grupal essencial para produzir e fazer publicar o ECA, o que colocou o Brasil em lugar de destaque internacional, como um dos primeiros países a regulamentar a CDC.

A comunidade epistêmica estatal foi identificada a partir de pequenos trechos das entrevistas, e finalmente delineada por meio da análise documental. Ficou evidente a presença do Estado nos esforços que os poderes constituídos uniram para aprovar o ECA. O Ministério da Justiça encomendou um projeto de lei ao Ministério Público de São Paulo que, ao elaborar a Minuta da Lei, pautou todas as discussões posteriores. O mesmo Ministério compôs a comissão mista oficialmente instituída para acompanhar os trabalhos do Legislativo. O presidente Fernando Collor de Mello sancionou a Lei e fez discursos efusivos exaltando a exigência de se trabalhar pela defesa dos direitos da criança. A FUNABEM participou da formulação do ECA por meio de seu advogado Edson Sêda de Moraes, mesmo sabendo que estava colaborando para a extinção da instituição. A FEBEM de São Paulo deu o pontapé inicial no que viria a ser um grande movimento ecumênico de defesa dos direitos da criança. Os dirigentes de todas as FEBEMs assinaram a Carta de Salvador (1990), pedindo urgência na aprovação do ECA e da LOAS. Posteriormente, fundaram a FONACRIAD, em operação até os dias de hoje. No Legislativo, foram compostas comissões oficiais para análise dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e foi criada a primeira frente parlamentar suprapartidária da história.

A comunidade epistêmica militante teve o MNMMR como protagonista. Sua capacidade de organização e mobilização da sociedade e das próprias meninas e meninos em situação de rua foi de extrema importância para a qualidade do conteúdo da Lei e pressão política sobre os setores sociais mais conservadores no Brasil do final dos anos 80. Participou ativamente da formulação e redação do ECA, tendo Benedito Rodrigues dos Santos como seu principal representante. Promoveu o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Brasília (1986), orientou a criação do Fórum DCA, fez chegar à comunidade internacional a denúncia das chacinas contra meninos de rua. Teve inspiração em pensadores reconhecidos, à época, de base marxista como forma de orientar a sociedade brasileira para um futuro em que o Estado fosse forte o suficiente para regular as forças do mercado e garantir direitos a todos, inclusive, e prioritariamente, às crianças e adolescentes. Pensadores críticos ao capitalismo, como Paulo

Freire, Vygotsky, Gramsci, Dussel, entre outros, orientaram a formação dos educadores sociais e adolescentes da época. O MNMMR possibilitou a participação direta de crianças e adolescentes nas discussões preparatórias do ECA, por meio do I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e indireta, com as discussões e propostas encaminhadas por seus educadores sociais.

Pode-se afirmar que a comunidade epistêmica religiosa foi a principal articuladora do MDDCA dos anos 80. O poder de mobilização comunitária das igrejas foi determinante para a formulação e aprovação do ECA. Historicamente, o modelo assistencialista-caritativo foi implantado pelas instituições religiosas que promoviam o atendimento a órfãos e filhos e filhas de famílias que não se sentiam aptas a criar as crianças. Mas no final dos anos 80, as igrejas reconheceram a importância de trabalhar em conjunto com o Estado para defender amplamente os direitos de todas as crianças e adolescentes e não apenas assistir carentes. Com o impulso dado pelo assessor da FEBEM-SP, reverendo João Parahyba Daronche, membro do Conselho Mundial de Igrejas, iniciou-se o trabalho que culminou na realização de doze Semanas Ecumênicas (1981 a 1992), essenciais ao debate entre educadores, religiosos, juristas, militantes, acadêmicos, comunidade, entre outras atrizes e atores sociais implicados no combate à violência contra crianças e adolescentes no Brasil.

Nessa comunidade ecumênica, a Pastoral do Menor, coordenada pela irmã Maria do Rosário, da igreja católica, foi protagonista. Iniciou o trabalho direto de educação de meninos de rua na Praça da Sé, em São Paulo, com apoio de Paulo Freire e reconhecimento do UNICEF. A “República do Pequeno Vendedor”, projeto coordenado por padre Bruno Sechi, em Belém do Pará foi exemplo de formação política de adolescentes. Os projetos aprenderam uns com os outros na prática batizada como “Semitágios”, financiada pelo UNICEF. Educadores de um projeto visitavam o outro para aprender trabalhando. A irmã Maria do Rosário foi oficialmente nomeada pelo Ministério da Justiça como representante da CNBB para acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que deram origem ao ECA, e reuniu no INDICA-SP uma extensa documentação, ainda não sistematizada, sobre a história de formulação do Estatuto. A Teologia da Libertação foi a grande fonte de inspiração de muitos religiosos de diferentes igrejas no Brasil dos anos 70 e 80, mas confirmamos que sua adoção foi hegemônica na CNBB no período de formulação do ECA.

A comunidade epistêmica jurídica foi protagonizada pelo Ministério Público de São Paulo (Jurandir Roberto Marçura, Munir Cury e Paulo Afonso Garrido de Paula), responsável pela redação da minuta inicial do ECA, intitulada “Normas Gerais de Proteção à Infância e Juventude”. Depois de debatido, sob liderança do Fórum DCA, o esboço foi transformado no

Projeto de Lei n.º 193/89 e apresentado no Senado Federal, e Projeto de Lei n.º 1506/89, apresentado na Câmara dos Deputados. A análise documental demonstrou como a consistência jurídica e o caráter democrático dos projetos foi determinante para o Legislativo preferir estes ao Projeto de Lei n.º 225/89, apresentado por outro grupo de juristas, que objetivava reformular e manter o Código de Menores vigente. Além de se utilizar das referências jurídicas internacionais, o grupo liderado pelo Ministério Público de São Paulo, durante todo o processo de formulação do Projeto de Lei, manteve estreito vínculo com as demais comunidades epistêmicas, no esforço de traduzir para a linguagem jurídica as propostas oriundas das comunidades de todo o território nacional, conferindo à norma forte caráter de resposta aos anseios nacionais de mudança social. O Poder Judiciário esteve presente a todo momento nas discussões para a formulação do ECA, tendo, entre outros juízes, o desembargador Antonio Fernando do Amaral e Silva como forte referência, sendo o idealizador e defensor dos conselhos tutelares.

Conforme mencionamos, a pesquisa, mais do que produzir respostas, pretende problematizar um campo de estudo que precisa de outros trabalhos para sua sedimentação.

A discussão sobre o conceito de comunidade epistêmica demanda maior aprofundamento, sobretudo do ponto de vista filosófico. Mas a ideia de transferir as discussões da filosofia da ciência para o conceito de comunidades epistêmicas parece ter sido reveladora e atendeu às expectativas de criação de uma chave de compreensão para a movimentação sociopolítica do final dos anos 80 na formulação do ECA e, quem sabe, o será para outras legislações e áreas de estudo.

Futuros estudos certamente aprofundarão a influência efetiva das pessoas e grupos que trabalharam diretamente na formulação do ECA. Há muito o que entender, por exemplo, sobre as contribuições específicas de Antonio Carlos Gomes da Costa, que por motivo de seu falecimento precoce demandarão estudos detalhados por meio da análise do conteúdo de sua obra e de entrevistas com pessoas que conviveram próximas a ele no final dos anos 80.

Cada uma das comunidades epistêmicas poderá ser detidamente estudada. Cada grande área abordada (o direito internacional, a política pública brasileira, o militantismo, a religião – ou ecumenismo –, o direito da criança e do adolescente, o direito penal juvenil) possui as próprias contradições e história, e demanda esforço e tempo para ser discutida.

Futuras pesquisas revelarão, com maior nitidez, afinidades e contradições epistemológicas existentes entre o grupo de juristas do Rio de Janeiro, capitaneado por Alyrio Cavallieri, e o grupo de juristas que compunha a curadoria de menores do Ministério Público de São Paulo.

Um estudo ainda maior, mapearia, com rigor filosófico e jurídico, os princípios epistemológicos de cada uma das comunidades epistêmicas apresentadas neste trabalho e sua tradução no texto da Lei.

Pouco foi citado sobre a contribuição das Universidades na formulação do ECA. Futuros estudos discutirão qual teria sido o papel desempenhado pela “Coordenação dos Núcleos de Estudos ligados às universidades”, citada por Antonio Carlos Gomes da Costa como tendo sido participante do processo de formulação da Lei.

Ainda sobre possibilidades futuras, uma análise atenta do Projeto de Lei do Senado n.º 193/89, abre a possibilidade de um trabalho minucioso e comparativo com a Lei aprovada, que verifique o impacto direto do trâmite legislativo no seu escopo.

Seria importante analisar as semelhanças entre o sistema de prestação de serviços à comunidade implantado no Brasil e o mesmo tipo de medida socioeducativa existente na França, de onde os legisladores se inspiraram graças à influência de Annina Lahale, conforme informado por Munir Cury.

Verificamos a preponderância da teoria marxista na base do processo das discussões para a formulação do ECA. A euforia da redemocratização, o fim da Guerra Fria, a política diplomática brasileira, os pensadores presentes na atuação militante e os movimentos sociais nos levaram a crer que o projeto de nação contido nas duas normas citadas possui forte tendência socialista, muitas vezes considerada inclinação à socialdemocracia para não causar rejeição, a priori, aos mais conservadores. A descentralização política e os espaços criados para a democracia participativa são elementos que nos fazem sonhar com um país em que o povo, agora incluindo as crianças e adolescentes, tenha mais voz e vez do que em tempos não tão distantes da nossa história.

Muito embora não tenha sido objetivo desta pesquisa, suas conclusões provocam um desafio: parece que, para se chegar às efetivas defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, deve-se investir no estudo e divulgação dos princípios epistemológicos do ECA, que se refletirão em uma maior convicção na condução de sua implantação, centrada nos objetivos da corrente filosófica e sociopolítica que a trouxe à tona sem a qual, talvez, nunca criemos uma *cultura* baseada em equidade, justiça social, paz, liberdade e dignidade no nosso país.

REFERÊNCIAS⁹²

- ABERS, Rebecca Neaera; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: Como estudar o Ativismo Através da Fronteira entre Estado e Sociedade? **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, p. 52-84, 2011.
- ABRAMOWICZ, Anete (org.). **Estudos da Infância no Brasil**: encontros e memórias. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- ADLER, Emanuel, HAAS Peter. **Las Comunidades Epistémicas, el orden mundial y la creación de un programa de investigación reflectivo**. Conclusión. 2009. Relaciones Internacionales, v. 46, nº 1, MIT Press, 1992. p. 367-390.
- ALMEIDA, Jonadab Domingues de. **A participação da Igreja Metodista no Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013. 264 f.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. Texto, contexto e significado: algumas questões sobre a análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 45, 66-71, 1983.
- ANGELO, Adilson de. A pedagogia de Paulo Freire nos quatro cantos da educação da infância. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, **Proceedings online**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100001&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- ARAÚJO, Maria Luísa Ferreira do. **Políticas de educação e formação de adultos em Portugal 1974-2014**: a força das ideias do desenho das políticas públicas. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015, 346 f.
- ARIÉS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Editora Vozes, 1985.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS, PROMOTORES DE JUSTIÇA E DEFENSORES PÚBLICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. **O Sistema de Justiça da Infância e da Juventude nos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente** - Desafios na Especialização para a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes: relatório técnico. Brasília: ABMP, 2008. 120 p.

⁹² De acordo com as diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro... [et al.]. - 3.ed. rev. ampl. mod. - São Paulo: SIBiUSP, 2016. 100p.: il. - (Cadernos de estudos; 9).

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimação da ação, **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, nº 3, 2007, p. 443 a 464. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>. Acesso em: 15 abril 2017.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 33, p. 5-16, aug. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451994000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451994000200002>.

BERALDO Tânia Maria Lima, OLIVEIRA Ozerina Victor. Comunidades epistêmicas e desafios da representação nas políticas curriculares do curso de pedagogia. **Revista Teias**, v.11, nº22, 113-132, 2010.

BIANCHI, Alvaro. O conceito de estado em Max Weber. **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 79-104, ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452014000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452014000200004>.

BOUSSAGUET Laurie, JACQUOT Sophie, RAVINET Pauline, **Dictionnaire des politiques publiques**. 3ème édition actualisée et augmentée. Presses de Sciences Po (P.F.N.S.P.), 2010, 776 p. Disponível em: <http://www.cairn.info/dictionnaire-des-politiques-publiques-9782724611755.htm>. Acesso em: 01 maio 2017.

BRANCHER, Leoberto. **Projeto de criação da Central de Práticas Restaurativas**. 2009. Disponível em: <http://tjrs.jus.br/paginas/docs/justica-restaurativa/MICROSOFT-WORD-PROJETO-CPR-JIJ-2009-1118.PDF>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. **A paz que nasce de uma nova justiça**: 2012 - 2013, um ano de implantação da justiça restaurativa como política de pacificação social em Caxias do Sul. 2014. Disponível em: http://www1.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/doc/A_Paz_que_Nasce_de_uma_Nova_Justica.pdf. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRANT, V. C.; SINGER, P. e outros, Da resistência aos movimentos sociais. In: Singer, P e Brant, V. C. **O povo em movimento**. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980.

BRASIL. Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871. Lei do Ventre Livre, **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 28 set. 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em 23 abril 2017.

BRASIL. Decreto n.º 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Código de Menores (1927); Código Mello Mattos. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Revogado pela Lei n.º 6.697 de 1979. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1927. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL5083.htm. Acesso em: 15 abril 2017.

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940, retificado em 31 jan. 1941. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm Acesso em: 15 abril 2017.

BRASIL. **Constituição (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1 de 17 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67emc69.htm#nova%20reda%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 7 abr. 2018

BRASIL. Decreto n.º 83.149 de 8 de fevereiro de 1979. Aprova o Estatuto da Fundação do Bem-Estar do Menor. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 fev. 1979. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=197590&norma=211688>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. Lei n.º 6.683 de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Lei n.º 6.697 de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Revogada pela Lei n.º 8.069 de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 out. 1979. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. Portaria 602 do Ministério da Justiça de 8 de novembro de 1989. Institui Comissão para analisar e oferecer sugestões aos projetos de lei em curso no Congresso Nacional que visam substituir o Código de Menores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 nov. 1989. Seção II, p. 5800.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n.º 193, 1989. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário [do] Congresso Nacional - DCN**, Brasília, DF, 1 jul. 1989. Seção II, p. 3438-3457.

BRASIL. Parecer da Comissão Temporária Código do Menor, n.º 48, 1990. **Diário [do] Congresso Nacional - DCN**, Brasília, DF, 23 mar. 1990. Seção II, p. 880-883.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n.º 193, 1989. Discussão em turno único. **Diário [do] Congresso Nacional - DCN**, Brasília, DF, 24 abr. 1989. Seção II, p. 1437.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n.º 193, 1989. Discussão em turno único. **Diário [do] Congresso Nacional - DCN**, Brasília, DF, 25 abr. 1990. Seção II, p. 1458.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n.º 5.172, 1990. Discussão única na Câmara dos Deputados. **Diário [do] Congresso Nacional - DCN**, Brasília, DF, 29 mai. 1990. Seção I, p. 8195-8227.

BRASIL. **Discursos do Presidente**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, DF, 31 mai. 1990. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/40.pdf/view>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BRASIL. Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990, retificado 27 set. 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art267. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Decreto n.º 99.710 de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRITO, Lucelmo L. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista Espaço Acadêmico** - ISSN 1519.6186. São Paulo, v. 10, n. 111, ano X, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10681>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BULGARELLI, Reinaldo. **É possível educar na rua?** Rio de Janeiro: MPAS/FUNABEM, 1987.

CABRAL, Edson Mauricio. **A participação da sociedade civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente**: possibilidades e limites. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 116 f.

CAPELLA, Ana C. N., BRASIL, Felipe G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, 2015, 57-75.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. Harold Koh e a Ideia de um Processo Normativo Transnacional. **Revista Direito GV** 5, São Paulo, v. 3, nº 1, p. 261-272, 2007.

CARDOSO, Ruth C. L. Formas de participação popular no Brasil contemporâneo, **Revista Fundação SEADE**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 1, n. 3. 1985.

CARRILHO, Manuel Maria. **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

CARVALHEIRO, José R. Os desafios para a saúde. In: Dossiê Saúde. **Revista Estudos Avançados** v. 13, n. 35, São Paulo: jan./abr. 1999, 1-20. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 set. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 173-228, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452007000200006>.

COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber - Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13. São Paulo, Editora Ática, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. A nova cidadania. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 85-106, abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100005>.

CONTINI, Alaerte Antonio Martelli. Os direitos das crianças e adolescentes nas declarações e convenções internacionais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 30, jun. 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9416>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CORREA, Luciana Flôr, BAZZ, Walter Antonio. Quem, onde, quanto e o que andam falando de Paul Karl Feyerabend: um estudo bibliométrico a partir da base de dados Scielo. **Revista Saberes: filosofia e educação** - ISSN: 1984-3879. Natal, v. 1, n. 12, set. 2015, p. 79-95.

CORRÊA, Luiz Felipe de (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município**. São Paulo: Editora Malheiros, 1993.

CUNHA, Carolini Cássia; BOARINI, Maria Lúcia. A Infância sob Tutela do Estado: Alguns apontamentos. **Revista Psicologia - Teoria e Prática**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2010. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2477>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado / Cury, Garrido & Marçura**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

DECLARAÇÃO *GRAVISSIMUM EDUCATIONIS*. II Concílio do Vaticano, Roma, 1961. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html. Acesso em 10 ago. 2018.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em Pesquisa Qualitativa. **Revista Educar**, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 10, p. 24-30, out. 1984.

ENGELMANN, Fabiano. Associativismo e Engajamento Político dos Juristas Após a Constituição de 1988. **Revista Política Hoje** - ISSN: 0104-7094, v. 18, n. 2, maio 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3842/3146>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber - Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 13. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 79-127.

FERREIRA, Marcelo Costa. Os Processos Constituintes de 1946 e 1988 e a definição do papel do Congresso Nacional na Política Externa Brasileira, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, nº 2, p. 23-48, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000200002>.

FERRIER, J. F. **Institutes of metaphysics: The theory of knowing and being**. Edinburgh: W. Blackwood, 1854. Recuperado em 01 de junho, 2010, de Open Library/Canadian Libraries. Disponível em: <http://www.archive.org/details/institutesofmeta00ferruoft>. Acesso em: 28 mai. 2018

FEYERABEND, Paul. **Contra el método**. Barcelona: Ariel, 1970. In: ALVES, Rubens, *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. 3.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Armonía y ambigüedad**. Barcelona: Paidós, 1996. In: RODRÍGUEZ ZOYA, Leonardo G. *Por una epistemología compleja políticamente orientada. Contribuciones y tensiones entre la filosofía de la ciencia y la sociología del conocimiento científico*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, 2011.

FLECK, Ludwik. **La génesis y el desarrollo de un hecho científico**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

FRANÇA, Andréa da Conceição Pires. **Doutrina e legislação: os bastidores da política dos militares no Brasil (1964-1985)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Doi: 10.11606/D.8.2009.tde-03022010-153752. Acesso em 10 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 9.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A Educação na Cidade**, São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FUNTOWICZ, Silvio; RAVETZ, Jerry. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **Hist. cienc. saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 219-230, out. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701997000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701997000200002>.

GARCIA, Eugênio Vargas. De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, nº 1, p. 159-177, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292011000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 abr. 2017.

GATTO BRITO, Márcia Elizabeth. **O outro lado de uma política de governo na reprodução e perpetuação de desumanidades**: o recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. 140 f.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: sociedade brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3.^a ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Novas teorias dos Movimentos Sociais**. 5.^a ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa (capítulo IV). In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade**. 18.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRANDINO, Patrícia Junqueira. **O Educador de Rua e suas Práticas Educativas**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. 135 f.

_____. **A dimensão relacional na educação**: análise de uma experiência formativa entre professores e educadores sociais. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 275 f.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992a. Disponível em: <https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/IO-1992-Haas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. Banning Chlorofluorocarbons: Epistemic Community Efforts to Protect Stratospheric Ozone. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 187-224, 1992b. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/banning-chlorofluorocarbons-epistemic-community-efforts-to-protect-stratospheric-ozone/6325DC982B4573C378334D80F8835B72>. Acesso em: 10 ago. 2018.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Inglês-Português**. Rio de Janeiro, Record, 1982.

KLEIN, Julie Thompson Klein. **Interdisciplinarity: History, Theory & Practice**. Detroit: Wayne State University Press, 1990.

KOH, Harold Hongju, "Why Do Nations Obey International Law?" (1997). Faculty Scholarship Series. **Paper**. 2101. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2101. Acesso em: 15 abr. 2017.

KUHN, Tomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAKATOS, Imre. **História da Ciência e suas Reconstruções Racionais**. Lisboa: Edições 70, 1998.

LAKATOS, Imre.; MUSGRAVRE, Alan. **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LAMO DE ESPINOSA, E., GONZÁLEZ GARCÍA, J. M., TORRES ALBERTO, C. **La Sociología del conocimiento y de la ciencia**. Madrid: Alianza, 1994. In: RODRÍGUEZ ZOYA, Leonardo G. Por una epistemología compleja políticamente orientada. Contribuciones y tensiones entre la filosofía de la ciencia y la sociología del conocimiento científico. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, 2011.

LAUDAN, Larry et al. Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 7-89, dez. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000300002>.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, Miguel Moacyr Alves. **O Direito da Criança e do Adolescente**: fundamentos para uma abordagem principiológica. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001, 530 f. .

LOPES, Alice Casimiro. Quem defende os PCN para o Ensino Médio? In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Políticas de Currículo em Múltiplos Contextos**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 126-158.

MACÊDO, Maria Joacineide de, & BRITO, Suerde Miranda de Oliveira. (1998). A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 11(3), 511-522. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000300010>. Acesso em: 1 mai. 2017.

MAIA, Lucíola Andrade. **A pedagogia Socialista de Makarenko**: Notas pedagógicas. Fortaleza: Dialectus, n. 7, 2015.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS: a pesquisa qualitativa em debate. **Anais**. Bauru: USC, 2004. CD-ROOM.

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 60-83, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452008000100004&lng=en&nrm=iso>.

MEYER Morgan, MOLYNEUX-HODGSON Susan, "Communautés épistémiques": une notion utile pour théoriser les collectifs en sciences?, **Terrains & travaux**, 1/2011 (n. 18), p. 141-154. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-terrains-et-travaux-2011-1-page-141.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

MONTEIRO, Elaine. **As ONGs e a política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade do Rio de Janeiro**: da mobilização dos anos 80 à intervenção dos anos 90. 2000. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000, 310 f. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Tese_Elaine_Monteiro.pdf. Acesso em: 8 abr. 2018.

MOREIRA, M A.; MASSONI, N. T. **Epistemologia do Século XX**. São Paulo: EPU, 2011. In: CORREA, Luciana Flôr, BAZZ, Walter Antonio. Quem, onde, quanto e o que andam falando de Paul Karl Feyerabend: um estudo bibliométrico a partir da base de dados Scielo. *Revista Saberes: filosofia e educação* - ISSN: 1984-3879. Natal, v. 1, n. 12, set. 2015, p. 79-95.

NASCIMENTO, M. L.; GOMES, L. (Org.); ALMEIDA, R. P. W.; BREDAS, B.; ALBOZ, L.; SERRAO, C. R.; CORREIA, M. A. A.; SAMORI, D. P.; PRADO, R. L. C.; KLEIN, S. B. **Infância e sociologia da infância**: entre a invisibilidade e a voz. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2013, v. 1, 164 p. (relatório de pesquisa).

NOGUEIRA, Renato. O conceito de drible e o drible do conceito: analogias entre a história do negro no futebol brasileiro e do epistemicídio na filosofia. **Revista Z** [online], Rio de Janeiro, 2013. Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/o-conceito-de-drible-e-o-drible-do-conceito-analogias-entre-a-historia-do-negro-no-futebol-brasileiro-e-do-epistemicidio-na-filosofia/>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NUNES, Lauro Victor e SILVA, Thaís Roberto da. Entre o regime civil-militar e a atualidade: das demandas sociais históricas aos rolezinhos. **Revista Psicologia Política** [online] - ISSN 1519-549X. 2014, v. 14, n. 30, São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, p. 263-282. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2017.

OLIVEIRA, Fabiana Nascimento de. **Justiça restaurativa no sistema de justiça da infância e da juventude**: um diálogo baseado em valores. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. 161 f.

OLIVEIRA, Maria Clara. **Comunidades epistêmicas e transferências condicionadas de renda**. Preparado para o II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP. 2012. Disponível em: http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/seminariodiscentedcp_maio_2012_maria_Clara_Oliveira.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 347-375.

PEREIRA, Irandi. **21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**: o legado de Antonio Carlos Gomes da Costa para a transformação de “corações e mentes” em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. São Paulo: ANDI, 2011.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. “A Sombra dos Ditadores: Os Regimes Autoritários nos Romances Hispano-Americanos (1851-2000)”. In: PIÑON, Nélida (Coord.). **As Matrizes do Fabulário Ibero-Americano**. São Paulo: Edusp, 2016. p.171-188.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. São Paulo: Edunesp, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RAMOSE, Mogobe. **Globalização e Ubuntu**. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 175-220.

REGNER, A. C. K. P. **Feyerabend e o pluralismo metodológico**. Cadernos Catarinenses de Ensino de Física, Florianópolis, v.13, n. 3, p. 231-247, dez. 1996. In: CORREA, Luciana Flôr, BAZZ, Walter Antonio. Quem, onde, quanto e o que andam falando de Paul Karl Feyerabend: um estudo bibliométrico a partir da base de dados Scielo. Revista Saberes: filosofia e educação - ISSN: 1984-3879. Natal, v. 1, n. 12, set. 2015, p. 79-95.

RODRÍGUEZ ZOYA, Leonardo G. **Por una epistemología compleja políticamente orientada**: contribuciones y tensiones entre la filosofía de la ciencia y la sociología del conocimiento científico. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, 2011

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 693-728, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742010000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SABATIER, Paul A. **Theories of the Policy Process**. Colorado: Westview Press, 2007

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo - 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLES, Gláucia P. Trabalho com Menor Reúne Igrejas. **Jornal Expositor Cristão**, n. 2, p.5, jan. 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma Ciência Pós-moderna**. São Paulo: Graal, 1989.

_____. **A gramática do tempo**. Porto: Edições Afrontamento, 2006

_____. **Um Discurso sobre as Ciências** (4.^a ed.), São Paulo: Cortez, 2006.

_____; AVRITZER Leonardo. Para ampliar o Cânone Democrático. In: _____. (org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

_____; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. 2.ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 200- 255, 2011.

SILVA, Cláudia L. da. **Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?** 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 125 f.

SILVA, Elena Alves. In: SINER, Rudolf Von (org.). **Vidas Ecumênicas**. São Paulo: Sinodal, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 187-226, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000300187&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162106>.

SIMMONS, Beth Ann. **Mobilizing for Human Rights: International Law in Domestic Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SUDBRACK, Umberto Guaspari. O extermínio de meninos de rua no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 22-30, mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000100004>.

TARGA, Leandro Garcez. **A politização do direito na magistratura: ativismo jurídico via associativismo de juízes, uma análise da AJD e da militância pelos direitos humanos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. 114 f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/993/4003.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 mar. 2018.

TREIN, Franklin; CAVALCANTI, Flávia Guerra. Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe: a Cúpula de Viena. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 50, n. 1, p. 66-85, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292007000100004>.

UNICEF. **Manual sobre o protocolo facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil**, Florença: Centro de Estudos Innocenti da Unicef, 2010. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/optional_protocol_por.pdf. Acesso em: 23 abr. 2017.

UNITED NATIONS. **Legislative History of the Convention on the Rights of the Child**. v. 1, New York and Geneva, 2007. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/LegislativeHistorycrc1en.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema de Integrado de Bibliotecas. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico e impresso. 3.^a ed. rev. e ampl. São Paulo: SIBi/USP, 2016. 4 v. Parte I (ABNT); Parte II (APA); Parte III (ISO) e Parte IV (Vancouver). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=67&lang=pt-br>. Acesso em: 19 mai. 2018.

VINUTO Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, **Revista dos Pós-graduandos em Ciências Sociais**, Campinas, IFCH, Unicamp, ano 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

_____. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: FERNANDES, Florestan (Coord.). COHN, Gabriel (Org.). **Weber - Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 79-127.